




DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

 HELENA PORTES SAVA DE FARIAS


epitaya
Editora

Helena Portes Sava de Farias
Organizadora

DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

1ª Edição



Rio de Janeiro – RJ
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D441 Desafios na contemporaneidade [livro eletrônico] / Organizadora
 Helena Portes Sava de Farias. – Rio de Janeiro, RJ: Epitaya, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87809-63-2

1. Educação. 2. Prática de ensino. 3. Professores – Formação.

I. Farias, Helena Portes Sava de.

CDD371.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior –CRB6/2422

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda
Rio de Janeiro / RJ
contato@epitaya.com.br
<http://www.epitaya.com.br>

epitaya
Editora

Helena Portes Sava de Farias
Organizadora

DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE



Rio de Janeiro – RJ
2022

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL	Bruno Matos de Farias
ASSESSORIA EDITORIAL	Helena Portes Sava de Farias
ASSISTENTE EDITORIAL	Milene Cordeiro de Farias
MARKETING / DESIGN	Gercton Bernardo Coitinho
DIAGRAMAÇÃO/ CAPA	Bruno Matos de Farias
REVISÃO	Autores

COMITÊ CIENTÍFICO

PESQUISADORES	Profa. Kátia Eliane Santos Avelar
	Profa. Fabiana Ferreira Koopmans
	Profa. Maria Lelita Xavier
	Profa. Eluana Borges Leitão de Figueiredo
	Profa. Maria Regina da Silva Pinheiro
	Profa. Cleide Gonçalo Rufino
	Profa. Roberta Kele Ribeiro Ferreira
	Profa. Pauline Balabuch
	Prof. Thiago de Freitas França
	Prof. Daniel da Silva Granadeiro

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que lhes apresento o e-book intitulado “DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE”. Nele foi possível reunir quatorze artigos de pesquisadores brasileiros nas diversas áreas do conhecimento como fruto de suas pesquisas acadêmicas, de iniciação científica, Trabalho de Conclusão de Curso e dissertações de mestrado. São autores dos mais diversos estados brasileiros e América Latina, dentre eles: Pernambuco, Rio de Janeiro, Ceará, Goiás, São Paulo, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Maranhão, Bahia, Rio Grande do Norte e Assunção-Uruguaí,

O capítulo 1 intitulado “PERÍCIA BIOPSISSOCIAL APLICADA AOS BENEFÍCIOS DA SEGURIDADE SOCIAL” a autora buscou apresentar a realidade fática vivenciada pela população brasileira diante da necessidade de benefícios previdenciários e assistenciais.

No capítulo 2 intitulado “BENEFÍCIOS E LIMITAÇÕES DA PSICOLOGIA ONLINE NO INÍCIO DA PANDEMIA” as autoras apresentam uma revisão de literatura de pesquisas nacionais e internacionais sobre o tema do atendimento online no período de instalação da pandemia por Covid-19, no ano de 2020.

O capítulo 3 “CONTRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO NO PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA” tratou-se de uma revisão integrativa que teve como objetivo identificar as práticas dos enfermeiros que contribuem para a segurança do processamento de produtos para a saúde.

No capítulo 4 “ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E INCLUSÃO ESCOLAR” o artigo tem como objeto de pesquisa o estágio obrigatório na formação inicial de professores, tendo como foco a inclusão escolar, o qual foi escolhido a partir da vontade de aprofundar as pesquisas neste assunto.

O capítulo 5 “A IMPORTÂNCIA DA HUMANIZAÇÃO NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM MULHERES SUBMETIDAS À CIRURGIA DE MASTECTOMIA” tem por objetivo descrever a importância da humanização na assistência de enfermagem para melhoria da qualidade de vida de mulheres no período pré e pós-operatório.

No capítulo 6 “VERSOS, SONS E RITMOS: CONCEPÇÕES SOBRE A RELEVÂNCIA DA POESIA NO CONTEXTO SOCIAL E ESCOLAR SOB A PERSPECTIVA DE PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO” o

presente estudo objetivou descrever a percepção de professores e alunos do ensino médio quanto a relevância da poesia no contexto social e escolar.

O capítulo 7 "LIDERANÇA NO CONTEXTO DA GESTÃO DE PESSOAS: O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA FORMAÇÃO DE LÍDERES DE SUCESSO" mostra que as organizações precisam de líderes comprometidos, que saibam incentivar e desenvolver uma equipe diante das mais diversas situações do dia a dia, principalmente aquelas as quais as metas organizacionais estarão diretamente ligadas ao desempenho dos colaboradores.

No capítulo 8 "MEMORIAL EDUCACIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA BELISARINA GALDINO DE OLIVEIRA: SUAS METAS, SEUS AVANÇOS E SUA HISTÓRIA DA REALIDADE EDUCACIONAL" o artigo apresenta um memorial cronológico sobre a formação da educação em Itaguaru, criado através de fontes orais e fotografias, ressaltando as etapas da evolução educacional, desde 1942 até 1998.

O capítulo 9 "PROMOÇÃO DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO" apresenta a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) como possibilidade da nova práxis aos Psicólogos nos presídios.

No capítulo 10 "A INFLUÊNCIA DA NUTRIÇÃO NA CICATRIZAÇÃO DE LESÕES POR PRESSÃO" tem por objetivo geral descrever a influência da nutrição na cicatrização de lesões por pressão.

O capítulo 11 "ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DE MATERIAIS HOSPITALARES: UMA REFLEXÃO SOBRE A OTIMIZAÇÃO EM SERVIÇO PÚBLICO" apresenta que são temas presentes em debates e estudos atuais, são assuntos ainda preocupantes e de grande interesse para pesquisas e análises, pois estão presentes na rotina hospitalar, e têm grande importância para uma reflexão da prática de funcionários especialmente no âmbito público.

No capítulo 12 "REPENSANDO PRÁTICAS COM A INCLUSÃO (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO OBSERVACIONAL SOBRE OS DESAFIOS DO PROFESSOR EM SALA DE AULA" trata-se de uma observação participante que visa buscar reflexões sobre a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com a retomada das aulas presenciais em um Espaço de Desenvolvimento Infantil, no Município do Rio de Janeiro.

O capítulo 13 “A IMPORTÂNCIA DA APLICABILIDADE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE À LUZ DA LEI N° 12.594/2012” consistiu em apresentar a aplicação das medidas socioeducativas à luz da lei n. ° 12. 594/2012, analisando a sua execução e particularidades com referência aos adolescentes que praticam algum ato infracional.

Por fim, no capítulo 14 “ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE A DEFINIÇÃO TERMINOLÓGICA” as autoras apresentam um estudo bibliográfico que visa investigar os aspectos teóricos da definição terminológica.

Boa leitura!

Profa MSc Helena Portes Sava de Farias
Mestre em Desenvolvimento Local

SUMÁRIO

<i>Capítulo 1.....</i>	<i>11</i>
PERÍCIA BIOPSISSOCIAL APLICADA AOS BENEFÍCIOS DA SEGURIDADE SOCIAL	
<i>Aline Ferraz</i>	
<i>Capítulo 2.....</i>	<i>30</i>
BENEFÍCIOS E LIMITAÇÕES DA PSICOLOGIA ONLINE NO INÍCIO DA PANDEMIA	
<i>Tânia Regina dos Santos Barreiros Cosenza; Eliane Ramos Pereira; Rose Mary Costa Rosa Andrade Silva</i>	
<i>Capítulo 3.....</i>	<i>46</i>
CONTRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO NO PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA	
<i>Francisco Alain Peixoto de Sousa; Fernanda Rochelly do Nascimento Mota; Ana Zaiz Flores Teixeira de Carvalho; Nara Raquel Fonteles Rios; Caio Bruno Alves Lopes</i>	
<i>Capítulo 4.....</i>	<i>68</i>
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E INCLUSÃO ESCOLAR	
<i>Simone Alves dos Reis Santana; Maria Marta Lopes Flores; Wanessa Ferreira Borges</i>	
<i>Capítulo 5.....</i>	<i>83</i>
A IMPORTÂNCIA DA HUMANIZAÇÃO NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM MULHERES SUBMETIDAS À CIRURGIA DE MASTECTOMIA	
<i>Beatriz Baptistella Faustino Ferraz; Leila Barroso da Silva Oliveira</i>	
<i>Capítulo 6.....</i>	<i>103</i>
VERSOS, SONS E RITMOS: CONCEPÇÕES SOBRE A RELEVÂNCIA DA POESIA NO CONTEXTO SOCIAL E ESCOLAR SOB A PERSPECTIVA DE PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO	
<i>Patrícia Lima Araújo; Maria Elba Medina Barrios; Jhones Rodrigues Pereira</i>	

<i>Capítulo 7</i>	132
LIDERANÇA NO CONTEXTO DA GESTÃO DE PESSOAS: O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA FORMAÇÃO DE LÍDERES DE SUCESSO	
<i>Murilo Martins Marcos; Gisele Cássia de Araújo; Letícia Ribeiro</i>	
 <i>Capítulo 8</i>	 146
“MEMORIAL EDUCACIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA BELISARINA GALDINO DE OLIVEIRA: SUAS METAS, SEUS AVANÇOS E SUA HISTÓRIA DA REALIDADE EDUCACIONAL”	
<i>Tarley de Carvalho Silva; Maria de Fátima Chagas Diniz</i>	
 <i>Capítulo 9</i>	 162
PROMOÇÃO DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO	
<i>Liléia Souza Leite; Antônio Carlos do Nascimento Osório</i>	
 <i>Capítulo 10</i>	 193
A INFLUÊNCIA DA NUTRIÇÃO NA CICATRIZAÇÃO DE LESÕES POR PRESSÃO	
<i>Cátia Silvana Fraga dos Reis</i>	
 <i>Capítulo 11</i>	 203
ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DE MATERIAIS HOSPITALARES: UMA REFLEXÃO SOBRE A OTIMIZAÇÃO EM SERVIÇO PÚBLICO	
<i>Cristiane de Jesus Soares Campos Costa; Maria Regina Costa</i>	
 <i>Capítulo 12</i>	 215
REPENSANDO PRÁTICAS COM A INCLUSÃO (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO OBSERVACIONAL SOBRE OS DESAFIOS DO PROFESSOR EM SALA DE AULA	
<i>Cristiane Alves dos Anjos Silva</i>	
 <i>Capítulo 13</i>	 227
A IMPORTÂNCIA DA APLICABILIDADE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE À LUZ DA LEI Nº 12.594/2012	
<i>Maria das Graças Ribeiro; Taiana Levinne Carneiro Cordeiro</i>	

<i>Capítulo 14</i>	242
ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE A DEFINIÇÃO TERMINOLÓGICA	
<i>Zilclea Costa de Souza Bezerra; Edmar Peixoto de Lima</i>	

Aline Ferraz

Advogada – OAB/PE
Graduada em Direito (FACESF)
Esp. em Direito Processual Civil (UNYLEYA)
Esp. em Direito e Prática Previdenciária (CERS)
Floresta/PE – Brasil

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar singelo estudo sobre a realidade fática vivenciada pela população brasileira diante da necessidade de benefícios previdenciários e assistenciais. Aborda-se tanto o que vem ocorrendo em requerimentos no âmbito administrativo, quanto em processos de âmbito judicial, mais especificamente com relação ao instituto pericial e suas nuances. Injustiças latentes vêm ocorrendo e mudanças substanciais são de extrema urgência. Relacionam-se com o tema os princípios constitucionais da “Dignidade da Pessoa Humana” (englobando o mínimo existencial) e dos “Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa”. Torna-se necessário um trabalho conjunto dos profissionais do Direito, dos médicos especialistas, de psicólogos e de assistentes sociais para que a vida de um ser humano (de maneira individualizada e dentro do seu grupo familiar e social) seja realmente entendida e, só então, opinar pelo seu enquadramento ou não nos requisitos exigidos pela Seguridade Social, através do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, aqui primordialmente se referindo aos benefícios por incapacidade do Regime Geral de Previdência Social – RGPS e ao Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social – BPC/LOAS.

Palavras-chave: perícia; seguridade social; benefícios por incapacidade.

INTRODUÇÃO

A Previdência Social é a maior e mais antiga seguradora dos trabalhadores brasileiros e também a maior distribuidora de renda do Brasil. Sua história começa no ano de 1888, com o Decreto nº 9.912-A, que regulou o direito à aposentadoria dos empregados dos Correios.

Ao longo dos anos a Previdência Social brasileira passou por diversas mudanças conceituais e estruturais quanto à abrangência, graus de coberturas, lista de benefícios oferecidos e forma de custeio do sistema. Na Constituição Federal de 1988 a Previdência Social é expressamente afirmada como um direito social (art. 6º) e, ao lado do direito à saúde e à assistência social, é espécie do gênero “seguridade social”, apontado no art. 194 da Carta

Constitucional.

A Previdência Social é tida como um seguro para o cidadão que contribui. O INSS é um órgão federal vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência que recebe contribuições para a manutenção do RGPS (instituído pela Lei nº 8.212/91), responsável pelo pagamento de aposentadorias, auxílios por incapacidade permanente e temporária, salário-maternidade, pensão por morte, auxílio-reclusão, dentre outros. Tais benefícios são pagos por todos os trabalhadores contribuintes, independentemente de receberem ou não algum benefício ao longo da vida (caráter solidário).

A Perícia Médica é requisito obrigatório para a concessão de grande parte dos benefícios concedidos pelo INSS. Trata-se de atividade complexa que exige vastos conhecimentos de medicina e da legislação. O Laudo Pericial é a peça médico-legal escrita. A verificação do direito ao recebimento dos benefícios passa, portanto, em muitos casos, pela ação da perícia, ou seja, o indivíduo pleiteante deve ser examinado pelo médico perito designado, para determinar a existência ou não de condição que indique a necessidade e o enquadramento no direito de receber o benefício pleiteado.

Ao perito previdenciário são delineados quesitos para uma correta avaliação pericial, como, dentre outros: diagnóstico conforme a Classificação Internacional de Doenças (CID); determinação da data de início da patologia; da data de início da incapacidade; sobre a manutenção da condição de segurado; isenção da carência, do imposto de renda, de existência ou não de incapacidade, de nexos técnico epidemiológico; estimativa de cessação e possibilidade de recuperação (prognóstico); emissão e entrega do resultado e, ainda, coleta de ciência do resultado pelo examinado, para fins legais.

Em primeiro momento, aborda-se aqui a Seguridade Social como um todo, aplicando seus preceitos à proteção dos direitos humanos, trazendo o conceito histórico do instrumento das provas técnicas, que hoje servem aos benefícios previdenciários por incapacidade laboral e ao Benefício de Prestação Continuada – BPC da Assistência Social, visando a prova justa e a correta fixação do início e do fim da incapacidade. Em segunda ocasião, especifica-se como a perícia médica judicial vem sendo utilizada para medir a saúde física e mental dos trabalhadores, questionando a adequada capacitação dos peritos médicos e seus atendimentos, além de possíveis punições aplicadas a comportamentos errôneos. Por último, analisa-se a implantação da Perícia Biopsicossocial e os profissionais participantes.

METODOLOGIA

Dotada da modalidade bibliográfica, a presente pesquisa se desenvolveu, quanto à abordagem, de forma qualitativa, uma vez que se propôs a investigar as especificidades de um fenômeno, sua razão de ser e possíveis soluções, de forma a constituir uma análise exploratória através do método hipotético-dedutivo. Foram levantadas, dentre outras, fontes primárias da legislação material e processual pátria. A realidade dessa

pesquisa contempla os anos de 2018 a 2022.

Diante desse contexto metodológico, este artigo apresenta por objetivo geral analisar a atual forma em que são feitas as perícias perante o INSS no momento do requerimento de um benefício previdenciário ou assistencial, em âmbito administrativo e judicial, bem como os reflexos disso nas relações humanas dentro da sociedade brasileira. Como objetivos específicos, de forma abreviada, é possível apontar: 1) corroborar a vital importância da seguridade social para a dignidade da pessoa humana; 2) demonstrar a realidade das perícias médicas no direito securitário brasileiro, inclusive as suas limitações; 3) incentivar o olhar para a perícia biopsicossocial, complexa e mais justa à população.

O referencial teórico da presente pesquisa foi estruturado em tópicos, os quais seguem uma lógica concatenada de assuntos que se tangenciam e se complementam.

Seguridade Social e a proteção aos necessitados à luz dos Direitos Humanos

Para alcance da verdadeira paz comunitária, é essencial que o Estado, pelo bem-estar social, assegure ao seu povo, nos casos de eventos previsíveis e imprevisíveis aptos a causar distúrbios sociais, recursos para manter, ao menos, o mínimo existencial necessário para a proteção da dignidade da pessoa humana. A incapacidade laboral, por exemplo, pode impedir, temporária ou permanentemente, que os cidadãos consigam recursos financeiros para atender às suas necessidades básicas e às de seus dependentes, sendo dever do Estado, portanto, intervir para garantir a subsistência digna dessas pessoas.

Torna-se necessário se ter uma visão hermenêutica voltada à efetivação do direito material, conforme os valores e princípios de direitos humanos e constitucionais, essenciais à efetividade da justiça no caso concreto.

Histórico da prova técnica no Brasil

A perícia no Brasil surge com base nos ordenamentos portugueses, passando por influências francesa, alemã e italiana. A nacionalização da prática pericial no Brasil, ocorreu no ano de 1860, com a abertura do primeiro curso de Tanatologia Forense, no Rio de Janeiro e, cerca de vinte anos depois, no Estado da Bahia.

A CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) nasceu em 1893, como resultado de um acordo internacional que objetivava classificar e tipificar as causas de morte nos países, codificando-as de modo a padronizar os óbitos. Tal iniciativa facilitou não somente as estatísticas, como também a organização das políticas públicas para o combate de doenças.

Em 1913, o renomado médico Oscar Freire chega a São Paulo para

coordenar a cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo que, anos mais tarde, daria suporte ao Instituto de Medicina Legal. A partir de 1948, com a 6ª Revisão da CID, passa a ser encargo da Organização Mundial para a Saúde - OMS, sendo que, a partir da 10ª Revisão ganhou novos contornos, passando a ser conhecida como CID-10.

Nos dias atuais, de maneira realista, lida-se com, dentre outros, os seguintes problemas dentro do instituto da perícia médica tanto administrativa quanto judicial: 1) falta de peritos suficientes para dar conta da enorme demanda existente; 2) falta de médicos especialistas em várias áreas desse saber, tais como psiquiatras e neurologistas, somente para citar algumas áreas mais problemáticas; 3) uma compreensão deturpada das relações havidas entre médicos e segurados: os primeiros, mesmo subconscientemente, prejulgam os segurados como falsificadores da realidade, aumentando as doenças e seus sintomas e, estes, entendem que os peritos são seus inimigos, únicos responsáveis pelo indeferimento de seus benefícios.

Benefícios que envolvem a incapacidade do segurado no Regime Geral de Previdência Social do Instituto Nacional do Seguro Social

Os chamados “benefícios por incapacidade” são espécies do gênero “benefícios previdenciários” e se subdividem em “auxílio por incapacidade temporária”, “auxílio-acidente” e “auxílio por incapacidade permanente”. Estas prestações são garantidas aos segurados pela Previdência Social se preenchidos certos requisitos, como a carência mínima (se necessária), a qualidade de segurado e a incapacidade para o trabalho que impeça o segurado de ser autossuficiente ou de realizar atividades diárias (no caso de segurados facultativos).

O “auxílio por incapacidade temporária” e seus requisitos estão previstos nos arts. 59 e 60 da Lei nº 8.213/1991. O segurado em seu gozo não pode exercer atividade profissional, sob pena de cancelamento do benefício. Porém, na hipótese de o segurado exercer mais de uma atividade e ficar incapacitado para apenas uma delas, será deferido o benefício em sua integralidade, hipótese em que se verifica a concessão em decorrência de uma incapacidade parcial para o trabalho habitualmente exercido.

O “auxílio por incapacidade permanente” é devido ao segurado obrigatório ou facultativo, que estando ou não em gozo de benefício por incapacidade temporária, for considerado insusceptível de reabilitação para outra atividade que lhe garanta subsistência. Embora tal benefício se intitule como “permanente”, se constatado em perícia de reavaliação melhora que justifique a cessação, ele será cessado. O benefício é pago enquanto persistir a incapacidade, portanto, apesar de ser chamada de “aposentadoria”, não é definitivo nem tem caráter vitalício. Apenas os aposentados por incapacidade permanente com 60 anos ou mais, os aposentados há mais de 15 anos e que tenham ao menos 55 anos de idade, e o portador do vírus HIV/AIDS não podem ter o benefício cessado.

A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao RGPS, assim como o é no caso do benefício por incapacidade temporária, não confere direito à proteção, conforme preceitua a Súmula nº 53 da Turma Nacional de Uniformização - TNU, salvo se a incapacidade tenha sobrevindo por motivos de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Por fim, o “auxílio-acidente”, que é um benefício por incapacidade laboral de natureza jurídica indenizatória, com origem acidentária de qualquer natureza, sendo isento de carência. São necessários dois requisitos: 1) a redução ou a perda total da capacidade para o trabalho exercido habitualmente pelo segurado; 2) ter qualidade de segurado do RGPS na condição de empregado, trabalhador avulso, empregado doméstico ou segurado especial. Ressalta-se que o recebimento do salário ou a concessão de um outro benefício não prejudica a continuidade do seu recebimento, no entanto, é vedada a sua acumulação com qualquer aposentadoria.

Defende-se aqui a ideia de que antes de qualquer benefício ser cessado, deveriam ser apurados os fatos e garantido ao segurado o direito de se defender com todos os meios de provas admitidos. Caso contrário, a subsistência do segurado e de seus dependentes fica simplesmente à mercê da sorte. Não adianta ter a previsão do direito se o acesso é tão restrito que seja muito difícil, senão impossível, de alcançá-lo. Nesse sentido, estudar os mecanismos processuais probatórios, as metodologias e o exercício profissional dos auxiliares do juízo na elaboração de meios de prova é fundamental para o alcance da “verdade possível”.

O Benefício de Prestação Continuada disciplinado na Lei Orgânica da Assistência Social

O BPC é concedido a pessoas idosas acima de 65 anos de idade ou portadoras de deficiência, cuja renda familiar per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo. O valor é equivalente a um salário-mínimo mensal, independente de contribuições prévias para o sistema de seguridade social e não são condicionadas a qualquer contrapartida. O sistema prevê reavaliações sistemáticas a cada dois anos para verificar a persistência dessas condições.

A LOAS, em seu art. 20, § 6º, diz que: “A concessão do benefício ficará sujeita à avaliação da deficiência e do grau de impedimento de que trata o § 2º, **composta por avaliação médica e avaliação social realizadas por médicos peritos e por assistentes sociais** do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS” (BRASIL, 1993, grifos não originais).

A proteção social reclama distribuição e reconhecimento justos, ou seja, que reconheçam diferentes necessidades. A deficiência provoca um dos fundamentos do justo – não há padrão típico da espécie, um ser humano típico, cuja distribuição por mínimos idênticos protegeria as necessidades.

A “igualdade” é o verdadeiro parâmetro interpretativo dos direitos sociais e não qualquer outra ideia mais restritiva como a imposta pelo “mínimo

social”. Todos os que vivam situações de necessidade precisam ter acesso aos mecanismos públicos de assistência. Assistir quem precisa é um DEVER público.

A problemática da fixação do início da incapacidade e o direito à prova justa

Quesitos que se refiram a data de início da doença (DID) e data de início da incapacidade (DII) são fundamentais para saber se o segurado terá ou não direito ao benefício, ou mesmo se receberá as parcelas pretéritas não pagas injustamente por equívoco da perícia administrativa realizada pelo INSS e cuja controvérsia seja objeto da atual ação judicial.

O legislador utilizou o termo “estimado” no § 8º do art. 60 da Lei nº 8.213 de 1991, quando se referiu à data de duração do benefício, in verbis:

Art. 60. [...]

*§ 8º Sempre que possível, o ato de concessão ou de reativação de auxílio-doença, judicial ou administrativo, **deverá fixar o prazo estimado para a duração do benefício.** (BRASIL, 1991, grifos não originais)*

É comum identificar falta de rigor técnico em laudos periciais, seja quanto ao conceito de incapacidade laboral, seja quanto à determinação do termo inicial desse fenômeno. Não é raro, por exemplo, a fixação da data do início da incapacidade laboral na data da realização da perícia, o que corresponde a uma evidente ficção, pois, deveria, nesses casos, apenas registrar sua impossibilidade de responder com segurança o quesito que lhe fora dirigido.

Existe uma série de outros problemas que podem elevar os riscos de erros médico-periciais e de erros judiciais, como as questões relativas à especialidade médica do perito e à realização de tele perícia.

A fixação da data de início da incapacidade (DII) passa pelo reconhecimento de que não é possível estabelecer um “juízo de certeza” decorrente do exame clínico direto e presencial e que, necessariamente, há um juízo de probabilidade ou de estimativa sobre a incapacidade pretérita ou futura. Tal fixação feita de forma equivocada ou lacunosa pelo perito deve ser suprida pelo magistrado quando existirem outros elementos de prova nos autos que apontem para uma data provável, e é dessa forma que a jurisprudência tem se uniformizado.

O marco inicial do benefício previdenciário por incapacidade permanente está disciplinado no art. 43 da Lei nº 8.213 de 1991, remetendo ao 16º dia do afastamento ou à data do requerimento administrativo para o segurado empregado; ou à data do requerimento administrativo ou àquela em que se fixou o início da incapacidade, nos casos de empregado doméstico, trabalhador avulso, contribuinte individual ou facultativo.

Com o advento da Reforma da Previdência, através da Emenda Constitucional nº 103 de 2019, o coeficiente de cálculos da Renda Mensal

Inicial dos benefícios por incapacidade teve grande mudança e, com isso, a depender da fixação da DII e da classificação do tipo de incapacidade, o segurado pode ter grandes prejuízos financeiros. Diversas ações revisionais vêm sendo propostas para rediscutir o direito a um cálculo mais benéfico, considerado o preceito do tempus regit actum.

O que acontece na maioria das vezes é que a perícia médica é marcada para meses depois do fato ensejador da ação judicial. Durante esse período o segurado fica sem recursos mínimos para a sua subsistência, acumulando dívidas com a certeza que quando avaliado será determinado o pagamento retroativo. Isso se revela uma questão intrinsecamente ligada aos direitos humanos.

Assim, se o perito verificou a incapacidade atual, mas não pôde fixar com certeza a DII na data do requerimento administrativo, deve dizer isso no laudo, sem fixar, por razões lógicas, o início de tal incapacidade na própria data da perícia.

Outro problema observado foi quanto ao fato de os peritos geralmente considerarem as doenças degenerativas como próprias da faixa etária, o que, na verdade, precisa ser relativizado. Muitas doenças ocupacionais podem ser de natureza degenerativa.

As rápidas perícias não podem ser capazes de aferir tais aspectos e gerar uma prova justa. Nítido é, portanto, que os documentos médicos devem ser levados ao Judiciário de forma bem organizada, facilitando a análise dos fatos no tempo, conforme as circunstâncias que eventualmente remetam a uma incapacidade pretérita, sendo justamente esse o fato controvertido levado à tutela jurisdicional.

Dos institutos “Alta Programada” e “Operação Pente-fino”

O instituto da “Alta Programada” parece ser mais um recurso do INSS para se desonerar da obrigação de pagamento dos segurados, estabelecendo automaticamente a data de cessação do benefício, dispensando-se assim a realização de nova perícia.

A própria autarquia afirmou que, ao longo do ano passado (2021), três tipos de requerimentos estiveram com as respostas acima do prazo em todos os meses do ano, são eles: Auxílio-Doença com documento médico, Auxílio-Acidente e Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência. O que há em comum nesses três serviços é a necessidade de encaminhar 100% dos casos à perícia médica.

A prática da “Alta Programada”, disciplinada pela Lei nº 13.457 de 2017, viola o princípio da dignidade da pessoa humana, os direitos sociais, o contraditório e a ampla defesa do segurado, bem como o art. 62 da Lei nº 8.213 de 1991, o qual afirma que apenas será possível a cessação do benefício de auxílio-doença (atual auxílio por incapacidade temporária) quando o segurado estiver reabilitado ou em caso de transformação em aposentadoria por invalidez (atual auxílio por incapacidade permanente).

Com tantos fatores subjetivos, a perícia médica é fundamental para verificar a recuperação do segurado. Não existe um padrão objetivo para a duração de cada doença. Não há outra forma de saber se estamos aptos para o trabalho no presente momento a não ser por meio de uma avaliação médica.

Vale ressaltar que todo o Governo vem buscando rever benefícios pagos pela Previdência Social, para fins de apuração, o chamado “pente-fino”. A Operação “Pente-fino” surgiu a partir da Medida Provisória nº 767 de 06 de janeiro de 2017, que posteriormente foi convertida na Lei nº 13.457/2017. Possui por finalidade instituir e regulamentar o Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade reunindo os segurados que estavam há mais de dois anos sem realizar a perícia médica para revisão do benefício que recebiam.

Destaca-se que foi incluso o § 5º ao art. 43 da Lei nº 8.213/1991, com a seguinte redação: “§ 5º. O segurado aposentado por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria, concedida judicial ou administrativamente, observado o disposto no art. 101”. (BRASIL, 1991).

A implementação de uma política pública merece ser pautada não exclusivamente com o objetivo de economicidade do dinheiro público. Mister se faz preservar as regras do devido processo legal administrativo e judicial, bem como o cumprimento dos objetivos constitucionais da Previdência Social, que definitivamente não foram adequadamente atendidos, já que não houve a disponibilização de um tempo razoável ao segurado para que pudesse ter acesso ao menos à documentação médica atualizada que justificasse a permanência da incapacidade laborativa. Toda esta situação é oposta à finalidade a que se propõe o INSS (cobertura dos riscos sociais), fugindo do objetivo de propiciar ao cidadão uma vida mais digna.

Da saúde física e mental dos trabalhadores

Até a Lei nº 9.032 de 1995 o enquadramento das atividades nocivas era feito pela categoria profissional dos trabalhadores, porém a partir deste marco o ônus da prova do labor nocivo à saúde passou a ser dos trabalhadores.

De forma simplista, pode-se caracterizar as atividades “insalubres” como funções nas quais os empregados estão constantemente expostos a agentes nocivos à saúde física, por meio de produtos químicos, ruídos, radiação, calor extremo etc. Já no caso da “periculosidade”, ela refere-se a funções que de alguma forma fazem com que o funcionário corra risco de morte, em situações como uso de explosivos, substâncias inflamáveis, locais perigosos etc. O trabalho “penoso” é aquele desgastante à pessoa humana, por si só ou pelas condições em que é exercido, expondo o colaborador a um esforço além do normal, gerando assim grande desgaste no organismo, tendo como exemplo: restauração de obras de arte; lapidação etc.

Os transtornos mentais são tidos como a terceira principal causa de concessão de benefícios por incapacidade no país. Tais quadros terminam sendo comumente incapacitantes, evoluindo com redução da produtividade e absenteísmo. A exposição constante a estressores psicossociais desfavoráveis estão associadas a queixas psicossomáticas, sintomas psiquiátricos e mudanças no bem-estar em geral.

Frise-se que, no mundo do trabalho atual, as doenças de origem psíquica estão tomando uma dimensão nunca antes imagináveis. As metas, cobranças e tantas outras exigências feitas pelos empregadores, terminam por adoecer os empregados, dando vazão a síndromes como a de Burnout e a do Pânico.

O Estudo Social poderá não somente apontar a atividade que o segurado desempenha, como também outros fatores que podem ser determinantes na caracterização do ambiente de trabalho como nocivo: postura ergonômica, horas de trabalho, intervalos intra e entre jornadas, estresse do meio ambiente do trabalho, assédios, entre tantos outros.

Da qualificação/capacitação dos peritos médicos

Para ser um profissional da carreira de perito médico do INSS é necessário ser formado em Medicina e possuir inscrição regular no Conselho Regional de Medicina (CRM).

No artigo 465 do Código de Processo Civil de 2015 é disciplinado o procedimento para nomeação do perito: a especialidade recomendada, o prazo para entrega do laudo, o prazo para arguição de suspeição, a nomeação de assistente técnico, a apresentação de quesitos e do valor dos honorários, o currículo e os contatos do perito, a possibilidade de redução da remuneração inicialmente fixada e o acesso das partes ao acompanhamento das diligências. Nesse dispositivo o legislador previu com clareza que o perito deve ser especialista no objeto da perícia.

Faz-se necessário conscientizar as instituições, os órgãos de estado, os governantes e os médicos que atuam com perícia previdenciária a respeito da importância da especialização na matéria. Talvez seja recomendável que o Conselho Nacional de Justiça regulamente um programa de formação continuada para os peritos médicos atuantes em todos os órgãos judiciais do país.

É preciso também investigar se questões como baixa remuneração, atraso no pagamento de honorários, falta de cursos oferecidos pelos próprios tribunais, entre outros elementos, podem ser fatores que desmotivam a especialização dos médicos que já atuam com perícias judiciais.

Da perícia médica psiquiátrica

Como reflexo das doenças que mais têm incidido na população, trazendo prejuízo na vida pessoal e no trabalho, dentre as diversas áreas médicas de atuação pericial, a que tem apresentado maior crescimento na

última década é a psiquiátrica, consistente em doenças incapacitantes, como depressão, transtorno afetivo bipolar, alcoolismo, esquizofrenia e transtorno obsessivo-compulsivo.

Quanto às doenças psíquicas, a questão toma uma dimensão anti-otológica: devido ao fato de estas patologias não serem detectadas em um exame determinado, somente um processo de anamnese (o que implica ouvir o outro) poderá auxiliar em um diagnóstico mais fiel à realidade dos segurados.

A especialidade da psiquiatria possui características ímpares às demais perícias médicas, sendo necessária a arte da conversa, observação e paciência. Não é crível que em fugazes quinze a vinte minutos possa ser estabelecido qualquer processo de intimidade e confidencialidade entre os peritos e os segurados. Devido à grande influência genética dos principais diagnósticos psiquiátricos, é de grande importância a busca por informações de possíveis familiares portadores de transtornos, conseguindo traçar diferentes tipos de prognósticos e riscos.

Atendimento humanitário, ética e moralidade na relação médico-paciente

A falta de formação humanista nas graduações de Medicina é uma questão já levantada por alguns pesquisadores. Na visão comum, considera-se imprescindível para a profissão médica o conhecimento do outro.

Passando a uma retrospectiva da história da Medicina, verifica-se que no passado o médico fazia a visita na casa do paciente, observava sua situação e prescrevia o atendimento mais adequado para aquele caso. Entretanto, esta não é a realidade que encontramos hodiernamente.

Tratando-se da busca pela formação humanista, precisariam ser oferecidas na grade curricular disciplinas propedêuticas humanistas ou que por suas características trouxessem visão humanista de atendimento ao outro, tais como Filosofia, Sociologia, Psicologia, História, Antropologia, dentre outras, ou ainda, uma disciplina específica sobre “Perícia Médica”, “Biomédica” ou “Perícia Biopsicossocial”, sendo que o campo de atuação no mercado de trabalho já é deveras vasto e está em constante expansão.

É bastante comum ouvirem-se reclamações de pessoas sobre a postura do médico no ato da perícia. As queixas mais recorrentes seriam de que os médicos tratam os requerentes ou “pacientes” com indiferença, causando-lhes constrangimento.

Há também muitos casos em que o segurado é deveras humilde, tímido e não consegue fornecer respostas seguras ao médico por ocasião da perícia e nem mesmo ao juiz por ocasião das audiências. Isso, por si só, não pode ser classificado como uma tentativa de macular a verdade dos fatos.

É preciso aplicar experiência e empatia para correlacionar as questões pessoais do segurado com as respostas que ele dá quando indagado. É necessário diferenciar a pessoa que está nervosa por estar em frente a uma autoridade daquela que forja respostas para tentar enganar o

seu entrevistador.

Deve-se sempre solicitar que seja seguida a boa técnica científica, agindo com cordialidade, urbanidade, discrição e prudência. O perito médico deverá possuir competência, conhecimento das leis, disciplina operacional, imparcialidade, independência e ética profissional. Pelo Princípio da Proteção, o médico perito deverá observar os direitos individuais à sobrevivência do periciado, levando em consideração toda dinâmica de seu meio, trabalho e família. Em casos reversíveis, requer seja proposto o tempo necessário à recuperação com posterior auxílio ao retorno laboral e, em casos irreversíveis ou de deficiência, que propicie a superação das barreiras que dificultam seu acesso à vida com os demais.

Responsabilidade civil, penal e administrativa dos peritos

O perito pode vir a enfrentar responsabilidades civis (art. 158 do Código de Processo Civil - CPC), penais (art. 342 do Código Penal - CP) e éticas (Código de Ética da Profissão). A Resolução do CNJ nº 233, de 2016, também determina, em seu artigo 7º, que o profissional pode ser suspenso ou excluído do cadastro por até cinco anos a pedido do juiz, respeitando o direito à ampla defesa e ao contraditório. A comunicação do fato ao órgão de classe tem por objetivo instaurar um processo administrativo e avaliar sua conduta do ponto de vista profissional.

O crime de falsa perícia, de acordo com Jesus (2012), trata-se de um crime próprio, ou seja, apenas as pessoas indicadas na sua descrição podem cometê-lo. Este crime pode ser cometido de três formas: 1) uma afirmação falsa ser feita; 2) com a negação de um fato verdadeiro; 3) esconder o que sabe ou se recusar a responder. Neste tipo de crime considera-se que há dois sujeitos passivos titulares de bens jurídicos lesados pelo comportamento criminoso: o Estado e a pessoa prejudicada.

O dano moral no direito previdenciário pode incidir por meio de uma perícia equivocada. Noutro giro, existem casos em que os peritos podem ser responsabilizados pelo próprio Conselho Regional de Medicina. Especificamente se tratando de uma grave infração ético-profissional cometida por médico perito, o CRM irá instaurar uma sindicância. Uma sindicância transforma-se em processo ético-profissional somente após aprovação do parecer conclusivo pela Plenária do Conselho e, a partir disso, procede-se a um procedimento formal previsto no Código de Processo Ético-Profissional.

Eventuais erros, negligências ou imperícias por parte do profissional provavelmente não serão revistos se não ficar garantido um efetivo contraditório, em que as partes possam realmente participar criticando e ponderando aquilo que foi apresentado ao juiz da causa no momento da valoração da prova.

Perícia Biopsicossocial no âmbito administrativo e judicial

O tema da avaliação biopsicossocial foi reavivado com a aprovação da Emenda Constitucional nº 103 de 2019, que veio corroborar com a aplicação dessa forma de avaliação no ordenamento jurídico brasileiro (arts. 40, § 4º-A e 201, § 1º, inciso I, da CF/88, e art. 22, da própria EC), bem como pela Lei nº 13.982 de 2020, que proporcionou uma nova modalidade de configuração da vulnerabilidade social para fins de concessão do BPC/LOAS, valendo-se da perícia biopsicossocial.

Uma modalidade especial de perícia, caracterizada no art. 475 do CPC, é a perícia complexa, a qual demanda mais de um profissional de diferentes campos de conhecimento devido ao seu elevado grau de dificuldade: “Tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, o juiz poderá nomear mais de um perito, e a parte, indicar mais de um assistente técnico” (BRASIL, 2015).

A perícia médica complexa como forma de avaliação de uma realidade não pode ser aferida somente por um único profissional, mesmo que a patologia esteja dentro de sua especialidade. A multidisciplinariedade torna-se inevitável.

O conceito de incapacidade biopsicossocial apura cada um dos elementos endógenos e exógenos relacionados ao exercício de atividade remunerada em conjunto com a existência ou não de alguma patologia eventualmente incapacitante.

Deve ser elencado o caráter essencialmente alimentar dos benefícios previdenciários e assistenciais, o que pode ensejar inclusive o risco de existência do próprio indivíduo em caso de demora na entrega da prestação jurisdicional. Neste caso, tanto a Perícia Médica como a Perícia Social poderão ser requeridas de forma antecipada, inclusive antes da citação da própria autarquia, de modo a facilitar tanto a autocomposição da lide, como a antecipação de medidas cautelares que permitam a prestação alimentar buscada como bem maior nestas ações.

O laudo médico pericial como base “absoluta” para concessão ou indeferimento de benefícios

É a racionalidade exposta no fundamento da decisão judicial que vai garantir a coerência da máxima *judex peritus peritorum* (o juiz é o perito dos peritos), que assegura que o magistrado, consoante a sua interpretação de toda a dialética processual e das demais provas produzidas, possa, inclusive, desconsiderar o laudo pericial para proferir decisão em sentido oposto ao que ali se concluiu.

O magistrado possui o dever legal de indeferir a perícia nas hipóteses taxativas do § 1º do art. 464 do CPC/15, sendo que de ofício ou a requerimento das partes também pode substituí-la pela prova técnica simplificada, quando entender que a causa possui menor complexidade.

Dispõe o art. 479, CPC/15 que: “O juiz apreciará a prova pericial de

acordo com o disposto no art. 371, indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito.” Essa é a busca pela “verdade real”, em que o magistrado indicará as razões que o conduziram a adotar ou a rejeitar as conclusões as quais o perito chegou.

O que se espera de uma atividade equilibrada do juiz na condução da fase instrutória é que ele seja permissivo na apresentação de novas provas e impugnações, que analise o laudo pericial a partir de cotejo analítico das provas outras produzidas nos autos e que leve em consideração os argumentos trazidos pelas partes acerca das conclusões periciais.

É necessário aclarar, inclusive, o fato de que o segurado estar trabalhando no momento da perícia não significa que ele não está incapacitado no sentido previdenciário, já que o está realizando em condições sub-humanas, com sacrifício além do comum exigido aos demais seres humanos.

O art. 480 do CPC/15 prevê a realização de uma segunda perícia quando a matéria não estiver suficientemente esclarecida para o juiz. Tal disposição tornou nítida a obrigatoriedade de nova perícia quando a parte, fundamentadamente, demonstrar que existem dúvidas e que o perito não será capaz de respondê-las adequadamente. Essa segunda perícia não substituirá a primeira, cabendo ao magistrado apreciar o valor de ambas. Se o juiz, sem fundamentação, indeferir o pedido de nova perícia, quando a parte tiver fundamentado com razoáveis argumentos as razões para tal, poder-se-á alegar “cerceamento de defesa”, que, eventualmente, ensejará a anulação do julgado.

A evolução dos riscos sociais em dimensão previdenciária e a pandemia da COVID-19

Os riscos sociais do século XXI decorrem das transformações passadas pela sociedade por influência do fenômeno da globalização mundial, caracterizando-se pela presença de graves riscos e inseguranças.

A finalidade da Previdência Social, como verdadeiro “seguro social”, é garantir proteção, bem-estar e justiça social aos cidadãos. Para cumprir seu encargo constitucional, deve amoldar-se às previsões do risco, às mutações humanas e/ou externas à sociedade. Vivemos a era da sociedade global de riscos.

As mudanças históricas e os avanços, principalmente tecnológicos, alicerçaram novas possibilidades e alternativas mundiais mais integradas, corroborando para a construção de uma ordem mundial mais justa e solidária que, em contrapartida, deu origem a uma era de contradições, permeada por riscos sociais.

Com o surgimento do Estado moderno e o vínculo estreito estabelecido entre o aparato estatal e a sociedade, foi inevitável que o Estado assumisse a função de dirigir a rede de proteção social. Além disso, foi necessário contemplar a massa de trabalhadores até então carente de

proteção.

Ainda estamos vivendo um dos maiores riscos globais ocorridos até o momento, com grande impacto econômico e social, o vírus da COVID-19. Tal agente de fator biológico reflete diretamente no risco social, amplia sua extensão e a necessidade da proteção em âmbito nacional, com aplicação de medidas emergenciais de análise de incapacidades pelo viés biopsicossocial, até certo momento sem a presença física do segurado para a concessão dos benefícios.

O estado de calamidade consiste em um dos instrumentos juridicamente legítimos para que o Estado e a sociedade civil possam, em que pese as medidas excepcionais tomadas, enfrentar o problema sem descuidar da higidez da ordem constitucional e do primado dos direitos fundamentais.

As ações de combate aos impactos da COVID-19 requereram reformulação de medidas em todos os pilares da Seguridade Social. A pandemia demonstrou que embora tenhamos um sistema protetor de seguridade social, ela não está apta para de pronto lidar com problemas de tamanha magnitude. O sistema previdenciário, em sua larga escala de estudos atuariais, deve definir metas de contingenciamento com reservas extraordinárias específicas a fim de proteger o “imprevisível”.

A reforma da Previdência Social, aprovada em 13/11/2019, momento que anteviu todo esse cenário da COVID-19, previa cortes de gastos, exclusão de benefícios, diminuição de renda, dentre outras medidas, mas já se tornou obsoleta, pois jamais poderia esperar que em poucos meses haveria um risco social de âmbito global capaz de tornar anulável todos os planejamentos. Superado esse momento, a economia do país, como sempre o fez, conseguirá se equilibrar e aos poucos se restabelecerá. Todavia, aqueles que mais precisam da intervenção do Estado, que ficaram à beira do risco durante todo o acontecimento e que continuarão ainda mais frágeis quando tudo tivera passado, precisarão dele, o qual encontrará situação ainda pior que aquela do momento ensejador da reforma previdenciária.

Da atuação do advogado durante a perícia

A presença do advogado nas perícias médicas judiciais previdenciárias tem sido tratada com uma das problemáticas que norteiam a instrução processual em virtude do sigilo médico profissional.

O Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994) garante ao advogado, quando no exercício de sua atividade profissional, o direito de exercer, livremente, a sua profissão em todo o território nacional; ingressando em qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial ou outro serviço público onde o advogado deva praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, além de ter livre acesso a assembleias ou reuniões de que participe o seu cliente, bastando estar munido de procuração com poderes especiais.

Dessa maneira, o advogado não pode ser tratado pelo perito como um terceiro nos autos, pois tem o direito e o dever de acompanhar todas as fases do processo que patrocina, em especial as que se prestam à produção de provas, assegurando a transparência dos atos e o respeito ao devido processo legal.

O art. 469 do CPC/15 possibilita a apresentação de quesitos suplementares durante a perícia, porém, os médicos peritos, na sua grande maioria, vedam a presença de qualquer pessoa além do periciado, inclusive do advogado, sob a alegação de que deve ser respeitado o sigilo médico.

A justificativa dada pelo perito não é plausível, haja vista o sigilo profissional se dar no exercício da prática médica entre o médico e o paciente, relação esta inexistente no processo judicial, pois o médico atua na condição de auxiliar do Juízo, cuja relação é configurada como perito e periciando, até porque o processo é público. A exceção se dá quando o processo tramitar em segredo de justiça, porém, neste caso, o segredo não se estende às partes, ao magistrado, aos advogados, e quando for o caso, ao representante do Ministério Público.

A partir do momento em que o periciado constitui um advogado para patrocinar a sua causa, não há como imaginar que ele não tenha relatado o seu caso ao patrono que constituiu; não tenha entregado a este profissional os documentos médicos que comprovem ou tragam indícios de determinada patologia ou lesão, até porque se assim não fosse, sequer se saberia qual o objeto da perícia.

É muito comum que a parte, ao ser informada que deverá se submeter a um exame médico pericial judicial, sinta-se aflita com o procedimento, simplesmente por se tratar de um ato processual. No intuito de propiciar tranquilidade e segurança no tocante ao ato pericial médico, o Conselho Federal de Medicina, pronunciou-se, através da Nota Técnica nº 44/2012 e da Nota Técnica nº 31/2015, no sentido de que o periciando pode se valer, se assim o quiser, da presença do seu advogado durante a realização do exame pericial.

O advogado, ao participar do ato pericial, deve agir com bom senso, deixando o médico desenvolver sua função com total liberdade e independência, sem opinar sobre os procedimentos técnicos adotados. Caso ultrapasse os limites de modo a prejudicar o ato, é direito do perito interromper seu trabalho e prontamente informar ao juiz sobre o ocorrido, de forma que sejam tomadas as providências pertinentes para a sua sanção.

A participação dos assistentes sociais na seara previdenciária

Conforme dita a Súmula 80 da TNU, datada de 15/04/2015:

*Nos pedidos de benefício de prestação continuada (LOAS), tendo em vista o advento da Lei 12.470/2011, para adequada valoração dos fatores ambientais, sociais, econômicos e pessoais que impactam na participação da pessoa com deficiência na sociedade, é **necessária a***

***realização de avaliação social por assistente social
ou outras providências aptas a revelar a efetiva condição
vivida no meio social pelo requerente. (grifos não
originais)***

Da perícia social poderá resultar tanto um LAUDO SOCIAL, quanto um PARECER SOCIAL. O primeiro refere-se ao fruto do trabalho realizado pelo Assistente Social, consistindo em um documento que deve subsidiar o julgador na decisão a ser proferida; já o segundo é o estudo socioeconômico de uma determinada realidade ou situação, devendo exprimir a opinião profissional do assistente social acerca desta realidade. Este parece ser o instrumento mais hábil aos casos de perícia judicial.

A graduação em Serviço Social também deve acrescentar pelo menos a cadeira de “Perícia Social” (ou similar), diante do inegável aumento do campo de trabalho que vem surgindo nesta seara.

O assistente social deve ficar atento às solicitações feitas pelo Poder Judiciário, através de quesitos, sendo determinado que obtenham informações sobre a população usuária da instituição, fiscalizando comportamentos e averiguando a veracidade dos fatos.

Psicólogos Peritos no Poder Judiciário Brasileiro

A concessão da função de perito ao psicólogo se deu através do Decreto nº 53.464, de 21 de janeiro de 1964, que regulamentou a lei que dispõe sobre a profissão de psicólogo (Lei nº 4.119/1962), ao prever a realização de perícias e o fornecimento de pareceres sobre matérias da psicologia como uma das funções deste profissional.

Em 1992, o Conselho Federal de Psicologia - CFP apresentou ao Ministério do Trabalho as descrições das atribuições profissionais dos psicólogos em suas diversas áreas. Neste sentido, o psicólogo jurídico pode atuar como perito judicial em qualquer vara judicial, a fim de produzir laudos, pareceres e perícias que integrarão os processos.

Apesar de a função pericial ser uma atribuição antiga para o psicólogo, foi apenas com a Resolução nº 008 de 2010 que se delimitou e regulamentou o exercício do psicólogo perito e do assistente técnico dentro do Judiciário. O referido regramento delibera que o psicólogo perito seria um profissional indicado para auxiliar a justiça, considerando seu limite de competências. A sua função consiste em utilizar sua “bagagem” teórico-técnica para subsidiar a decisão judicial com neutralidade em relação às partes, elaborando uma avaliação psicológica.

Normalmente a solicitação do juiz para a avaliação psicológica é vaga e, portanto, resta ao psicólogo ler os autos para compreender e interpretar o que se deve investigar, porém, por vezes, o juiz formula quesitos.

A psicologia jurídica é uma área de interconexão com o Direito e diversos autores deste campo ressaltam a necessidade de o psicólogo dominar, além dos conteúdos da psicologia em si, alguns conceitos legais e as legislações que baseiam seu trabalho.

A inclusão da psicologia jurídica na maioria das universidades é deveras recente. Importante esclarecer, por fim, que ao atuar no Poder Judiciário, o psicólogo pode ocupar a função de “psicólogo perito”, profissional que assessora o juiz na sua decisão com o seu conhecimento técnico, e a de “assistente técnico”, especialista contratado pelas partes a fim de assessorá-las e analisar o trabalho do perito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de toda a presente discussão percebeu-se que os serviços prestados pelo quadro de médicos peritos têm sido alvo de reiteradas críticas quanto à qualidade e ao respeito aos que postulam prestações previdenciárias e assistenciais no INSS.

Apesar da Previdência Social ser um direito garantido na Constituição Federal, os aspectos que a ela se referem são tidos como a concessão de um benefício por parte do Estado, esquecendo-se que se trata de um direito ao qual o segurado contribui obrigatoriamente.

Ao pleitear o seguro a que faz jus, o segurado deve passar por uma perícia que visa aferir se ainda tem ou não condições de inserir-se no mercado de trabalho, isto é, de manter-se produtivo por mais tempo. Essa análise, realizada pelo órgão gestor que concede estes benefícios é realizada a partir de uma perícia médica que analisa somente as condições biomédicas do segurado, contrariando o modelo de análise de saúde vigente desde 2001 que desconstrói o aspecto negativo da doença e traz um novo paradigma dividindo a deficiência da incapacidade.

Apesar das comprovadas demonstrações jurídicas de que a Perícia Biopsicossocial deve fazer parte das avaliações periciais na concessão dos benefícios previdenciários e assistenciais relacionados à doença, percebe-se a falta de preparo dos peritos médicos para escutar e aferir as condições reais de cada paciente.

Poderia se dizer que o problema reside na falta de peritos que atendam a grande demanda de solicitações que aportam todos os dias às portas do INSS, entretanto, os relatos dos pacientes que buscam a perícia previdenciária deixam claro que o maior problema é o tratamento dos peritos médicos para com os periciados, momento em que se percebe claramente a falta de formação humanista.

Conclui-se que apesar da Perícia Biopsicossocial estar formalmente inserida em nosso ordenamento jurídico, ela não está sendo aplicada pelo órgão administrativo e em muitos casos tampouco utilizada nas perícias judiciais.

A não aplicação da Perícia Biopsicossocial aliada ao “pouco tato” do perito médico que recebeu uma formação tecnicista, além das diferenças de visão epistemo-ontológica que envolvem a relação médico-paciente, denotam a distância entre o Estado que se busca e o Estado que se têm na concretização da justiça social.

Hoje a busca por benefícios por incapacidade laboral tem predominado na via administrativa e representa o maior contingente de processos nos Juizados Especiais Federais. Há tempos o INSS é o maior litigante do país. Indispensável, portanto, que seja feita uma crítica construtiva, propondo soluções alternativas ao sistema de avaliação do segurado. Somente uma postura humanística, fundada no respeito ao “outro” tornará possível estabelecer um novo tipo de relação.

Como soluções à problemática apresentada ao longo desta pesquisa, tem-se as seguintes ideias: 1) Incentivo às especializações em “Medicina Legal e Perícias Médicas” e em “Medicina do Trabalho”, as quais notoriamente facilitam o correto exercício do trabalho do médico perito judicial; 2) Fomento em cursos de extensão em “Perícia Médica”; 3) Investimento do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e dos Tribunais em cursos de aperfeiçoamento e de atualização direcionados aos médicos peritos em assuntos da Seguridade Social; 4) Redação de Manuais de Perícia Médica que auxiliem o profissional sobre os procedimentos adequados à ciência pericial (abordando inclusive orientação sobre o atendimento humanitário).

Além disso, realmente proporcionar um olhar esclarecido dos legisladores e dos Tribunais sobre a importância da implementação da Perícia Biopsicossocial, que com toda certeza gerará decisões muito mais sensatas. Saliencia-se que a forma e o alcance das políticas sociais em uma democracia necessitam ser permanentemente revistos pela sociedade por meio de suas instâncias representativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 out. 2022.

BRASIL. **Lei 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF. Presidência da República, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 09 out. 2022.

BRASIL. **Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm . Acesso em: 09 out. 2022.

BRASIL. **Lei 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. República Federativa do Brasil, 17 de março de 2015.

JESUS, Damásio de. Falso testemunho ou falsa perícia. In: JESUS, Damásio de. **Direito penal, parte especial**: Crimes contra a fé pública a crimes contra a administração pública. 17. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. p. 341-354. 4 v.

Tânia Regina dos Santos Barreiros Cosenza

Psicóloga, Mestre em Ciências do Cuidado em Saúde
Universidade Federal Fluminense - UFF

Eliane Ramos Pereira

Enfermeira. Pós Doutora, Doutora e Mestre em Enfermagem
Professora Titular da Universidade Federal Fluminense – UFF

Rose Mary Costa Rosa Andrade Silva

Enfermeira, Psicóloga e Filósofa. Doutora e Pós - Doutora em Filosofia
Doutora em Psicologia Social, Doutora em Enfermagem, Mestre em Filosofia
Professora Titular da Universidade Federal Fluminense – UFF

RESUMO

Este estudo apresenta uma revisão de literatura de pesquisas nacionais e internacionais sobre o tema do atendimento online no período de instalação da pandemia por Covid-19, no ano de 2020. A partir de uma síntese qualitativa objetivou-se a apresentação de um mapa conceitual que contribua para a discussão mais ampla acerca da prática do psicólogo clínico que atuou de maneira online neste período. Foram identificados os desafios e as potencialidades dos recursos tecnológicos utilizados nos atendimentos remotos. Diante de um cenário de instabilidade social, incertezas, medo, imposição de restrições ao contato físico e o elevado número de óbitos registrados em todo o mundo, constatou-se um crescente aumento de transtornos psicológicos. Isto posto, os psicólogos necessitaram adaptar rapidamente sua prática clínica a um tipo de atendimento não mais centrado no atendimento individual, mas sim, remoto. A psicoterapia online se apresentou como a forma mais viável e segura para os atendimentos. Entretanto, os profissionais não haviam sido preparados para tal modificação. Configurou-se aí um grande desafio de construir o cuidado a partir da ausência física. Dúvidas, entraves tecnológicos, éticos e mesmo a desigualdade social mostraram ser fatores preponderantes na incerteza de sua utilização. Revelou-se a importância de explorar os desafios frente a nova forma de manejo clínico. Para tal, faz-se mister com instruir mais os profissionais e, ainda na universidade, preparar os estudantes adequadamente de forma a gerar maior esclarecimentos tanto para os psicólogos quanto para seus clientes.

Palavras-chave: telepsicologia; psicologia online; pandemia; Sars-CoV-2.

INTRODUÇÃO

A pandemia ainda em curso, causada pelo vírus Sars-CoV-2, a Covid-19, teve uma rápida disseminação pelos continentes. A difusão de informações equivocadas, medo da nova doença, sua transmissibilidade e o elevado número de óbitos levaram ao sentimento de angústia, ansiedade, insônia e depressão (COSENZA et.al, 2021). Além desses, observou-se a prevalência de transtornos como fadiga, agressividade, estresse e episódios de pânico (SCHMIDT et al., 2020).

Pela necessidade de contenção da propagação do vírus, medidas de contingência como o distanciamento social, restrições de contato físico, isolamento e quarentena foram tomadas. Tais fatos causaram grande impacto na vida da sociedade, como a restrição ao funcionamento de escolas, cancelamento de eventos, fechamento de estabelecimentos comerciais e casas de espetáculos.

Ocorreu uma verdadeira desestabilização dos aspectos econômicos, sociais, culturais e tecnológicos em escala global. Em um contexto como este, com a rotina desestruturada, repleta de angústia, apavoramento e incertezas, as implicações psicológicas são mais duradouras do que os efeitos deletérios da pandemia (GARCIA E DUARTE, 2020). Os fatores apresentados nesse cenário remetem à relevância das intervenções na saúde mental para os cidadãos.

Junto com os esforços rápidos para conter a disseminação do vírus, os profissionais da saúde mental precisaram se adaptar com a mesma rapidez para garantir o início ou a continuidade dos cuidados à população que corria maior risco de adoecimento e estresse. Felizmente, a tecnologia da informação e comunicação mostrou ser uma boa aliada para preencher essa lacuna repentina no atendimento presencial que ficara restrito.

Frente a esta crise sanitária, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) criou em 26 de março de 2020 uma nova normatização para os serviços prestados por psicólogos, a Resolução de nº 4 (Resolução CFP 4/2020), que dispõe sobre a utilização dos meios de Tecnologia da Informação e da Comunicação. A recente normativa suspendeu de forma excepcional e temporária alguns dispositivos restritivos da antiga Resolução nº 11 (CFP 11/2018) em vigor até então. Passou-se a autorizar a prestação de serviços psicológicos por via remota ou online, a chamada telepsicologia, a pessoas e grupos em situação de urgência, emergência e desastre, que buscou minimizar as implicações psicológicas decorrentes da pandemia. Esta nova resolução que flexibilizou a forma de atendimento, evitou a descontinuidade da assistência à população nos meses seguintes.

Cabe salientar que para o CFP os meios tecnológicos de informação e comunicação foram entendidos como sendo as mediações informacionais e comunicativas com acesso à Internet, através de televisão, aparelhos telefônicos, websites, aplicativos, plataformas digitais ou outros pertinentes.

Entende-se que em um ambiente psicoterapêutico, estando ambos frente a frente, psicólogo e cliente, se estabelece uma empatia quando aquele

que sofre divide sua fala com seu terapeuta. Por outro lado, quando os corpos precisam estar isolados, distante um do outro, surgem as inseguranças.

Aponta-se a importância de nos atentarmos as mudanças que ocorreram na humanidade em todos os países. Aliado a essa pandemia histórica, onde isolar-se se fez necessário, vivemos um período em que é possível interagir em tempo real com pessoas de todo o mundo e obter informações acerca de tudo. A tecnologia, portanto, permitiu fazer um atendimento à distância, o que se revelou não só uma grande alternativa para preencher essa lacuna repentina ao atendimento presencial quanto para dar prosseguimento aos atendimentos psicoterápicos futuros. Apesar de todas as dificuldades e incertezas, a crise da pandemia apresentou uma grande oportunidade para melhorar a resposta do nosso sistema de saúde e para transformar a abordagem psicológica, possibilitando acesso mais amplo aos cuidados mentais. Para se refletir a este respeito, realizou-se uma revisão sobre os artigos existentes no início do ano de 2020, período inicial da pandemia de Covid-19.

METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma revisão integrativa de literatura sobre os desafios e as potencialidades no manejo das tecnologias utilizadas na psicoterapia online. Sua natureza é descritiva e visa sintetizar os resultados obtidos na pesquisa de forma sistemática, ordenada e abrangente. A mesma é pautada nas 6 tarefas propostas por Ganong (1987) a serem seguidas para que haja um bom padrão de revisão de literatura. Para a autora, um padrão de revisão só será alcançado com a utilização de protocolos específicos de pesquisa, que consistem em: 1 - Formular o propósito da revisão de forma clara e objetiva; 2 - Estabelecer critérios para seleção da amostra selecionando-se os descritores a serem usados de forma a se tornarem representativos da amostra examinada; 3 - Verificar as características que podem influenciar os achados; 4 - Analisar os dados de forma sistemática através de um protocolo para a leitura e coleta dos dados; 5 - Interpretar os resultados e discutir; 6 - Apresentar a revisão de forma clara e completa.

A questão de pesquisa foi desenvolvida segundo a estratégia do acrônimo PCC (População, Conceito e Contexto), referenciado pelo The Joanna Briggs Institute (2014). Neste estudo, o P refere-se a psicólogos, C relaciona-se ao atendimento online, remoto ou telepsicologia e C, caracteriza a pandemia de Covid-19. Sendo assim, estipulou-se a seguinte questão de pesquisa “Quais os desafios e potencialidades dos recursos tecnológicos utilizados na psicoterapia online no surgimento da Covid-19?”.

A busca pelos artigos realizou-se em setembro de 2020, e as informações foram extraídas nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), PubMed Central (PMC) e Plataforma de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Utilizou-se como fonte de busca as seguintes bases dos bancos de dados: LILACS (Literatura Latino-americana

e do Caribe), MEDLINE (*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*), Psi Periódicos, Web of Science, PsycARTICLES, PubMed (*National Library of Medicine*), e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*).

A pesquisa foi elaborada seguindo as etapas de seleção da questão temática para designação dos termos. Os artigos foram identificadas através dos Descritores em Ciências da Saúde e *Medical Subject Headings* (DeCS / MeSH) e na combinação das palavras “*Telepsicology*”, conceituada como sendo o fornecimento de serviços psicológicos utilizando tecnologias de telecomunicação, seguida de “*Pandemic*”, caracterizado como sendo epidemia de doença infecciosa que se disseminou para vários países, com frequência de mais de um continente e que afeta geralmente um grande número de pessoas. Acrescentou-se a palavra “Covid-19” e seus sinônimos, qualificado como sendo doença pelo novo Coronavírus. Para este propósito foram utilizadas combinações com a aplicação de operadores booleanos AND e OR, resultando na busca: “Telepsychology AND Pandemic AND Sars CoV-2 OR Coronavírus OR Covid-19”.

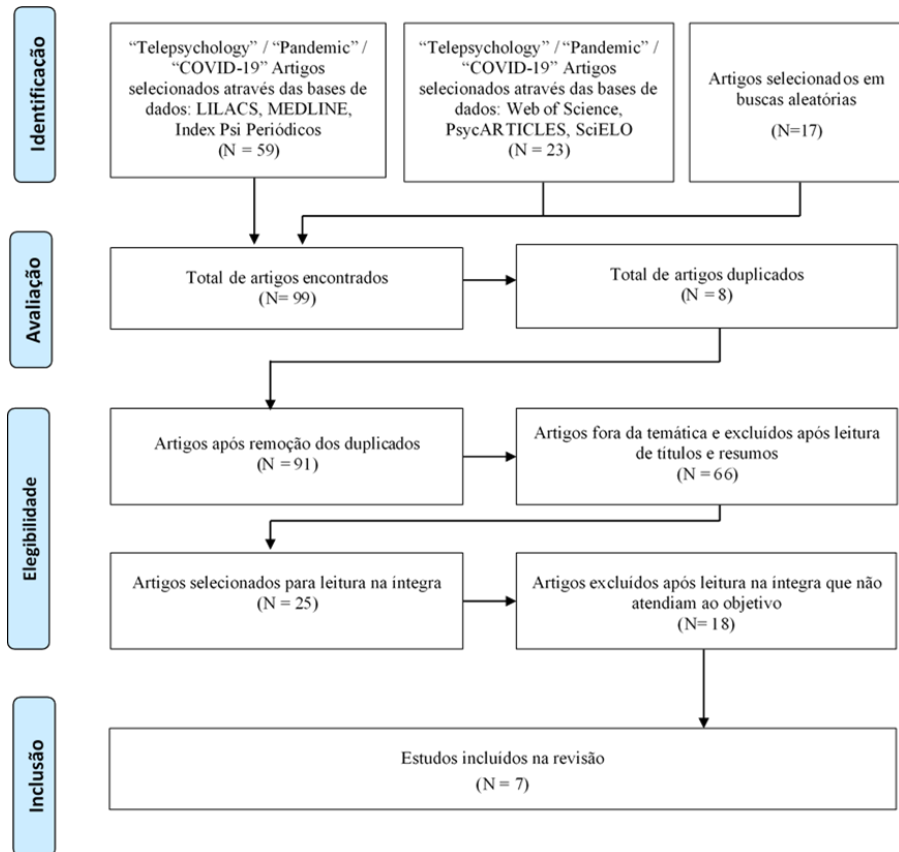
Como critérios para inclusão e seleção dos artigos estabeleceu-se que deveriam estar disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês ou espanhol, ter formato de artigo científico ou dissertação, com aderência ao tema proposto, e publicados no período de 2015 a 2020.

Os parâmetros para a exclusão foram pesquisas que se encontrassem repetidas nas bases de dados, fossem artigos de revisão de literatura e aqueles que não se coadunassem ao tema. Seguidamente aos achados, os artigos foram selecionados e avaliados por seus títulos e resumos.

Utilizou-se de um estudo sistematizado, referenciado por uma revisão integrativa e conduzido a partir das recomendações propostas no guia *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) (SOUZA, 2010).

Seguindo o caminho metodológico, a partir dos 99 artigos encontrados na busca inicial, 8 artigos foram excluídos por estarem em duplicidade e 66 foram excluídos após a leitura dos títulos e resumos. Os 25 restantes foram selecionados para leitura na íntegra e, após uma melhor análise, verificou-se que 18 não atendiam ao objetivo proposto. Compuseram a amostra final apenas 7 artigos, conforme demonstra o fluxograma de caracterização do processo, na Figura 1.

Figura 1. Diagrama PRISMA



Fonte: Fluxograma PRISMA elaborada pela pesquisadora, a partir de artigos encontrados na Revisão Integrativa de literatura.

RESULTADOS

A leitura analítica foi realizada somente nos 7 textos selecionados. Dos artigos analisados, um foi publicado em revista brasileira e o restante em revistas internacionais, sendo um artigo em língua espanhola e os restantes na língua inglesa. Totalizou-se apenas um desenvolvido no Brasil, três nos Estados Unidos, um na Holanda e igualmente um na Suíça e um na Guatemala.

No que se refere ao delineamento metodológico, um dos artigos não especifica sua abordagem, dois são de abordagem qualitativa, apenas um

quantitativo, um refere-se a pesquisa translacional, um é relato de experiência e outro um design transversal. Quanto ao ano de publicação todos foram em 2020, período específico do início da pandemia de Covid-19, como mostra o quadro1.

Quadro 1. Distribuição dos artigos selecionados de acordo com os autores, ano, país, delineamento, periódico, desfecho e conclusão.

Autores Ano País	Tipo de estudo	Revista	Desfecho	Conclusão
Lustgarten S. D., Garrison Y. L., Sinnard M. T., Flynn A. W. 2020 EUA	Não especificado	<i>Current Opinion in Psychology</i>	Cada vez mais os profissionais fazem uso dos meios digitais nas psicoterapias. Este progresso permite uma maior agilidade nos processos e cada mídia poderá ser utilizada segundo sua especificidade.	A tecnologia favoreceu que o trabalho seja mais eficiente. No entanto, a implementação desses avanços na saúde mental envolve riscos, podendo aumentar violações de confidencialidade dos clientes.
Silva A.C.N., Sales E. M., Dutra A. F., Carnot L. R., Barbosa, A. J. G. 2020 Brasil	Relato de experiência	HU Revista	Telepsicologia é uma opção que permite manter a oferta de serviços psicológicos durante o agravamento dos problemas de saúde mental durante a pandemia	O uso dessa modalidade de atendimento é relevante no momento em que o distanciamento social é imprescindível. Continuará a ser útil, sobretudo para pessoas residentes em áreas remotas ou com dificuldade de locomoção.
Sammons M. T., VandenBos G. R., Martin J. N. 2020 EUA	Pesquisa quantitativa Metanálise	Journal of Health Service Psychology	A prática de atendimento psicológico mudou drasticamente em virtude da atual pandemia. Os psicólogos podem não estar cientes das várias informações e métodos necessários para fazer a transição a essa modalidade de atendimento.	A crise do Covid-19 criou uma mudança nos padrões de atendimento psicológico. A grande maioria fez a transição repentina para serviços online. É necessário mais treinamento para os profissionais. Não está claro se esse fenômeno persistirá após o fim da crise. Dependerá de regulamentações e da aceitação por parte dos profissionais e usuários.

Pierce, B. S., Perrin, P. B., Tyler, C. M., McKee, G. B., Watson, J. D. 2020 EUA	Design transversal Estudo prognóstico Observacional	American Psychologist	Antes do Covid-19, já se fazia uso da telepsicologia, porém, existiam muitas barreiras que precisaram ser enfrentadas e serviram como um exemplo de como implantar esse tipo de atendimento.	Psicólogos planejam continuar usando a telepsicologia mais amíuade no futuro. Isto revela o que pode ser uma das maiores mudanças nas atitudes da prática clínica dos psicólogos nos últimos tempos, trazendo diferenças significativas para a prática clínica
Stoll J., Sadler J. Z., Trachsel M. 2020 Suíça	Pesquisa translacional	Frontiers in Psychiatry	A Telepsicologia e psiquiatria tem sido discutida como uma possível solução para o cuidado de pacientes com transtornos mentais. É cada vez mais utilizada em todo o mundo e durante a pandemia o método se estabeleceu melhor. Sua eficácia tem sido observada.	Em virtude do COVID-19, modos de tratamento como a telepsicologia precisaram ser implantados, de maneira a oferecer a continuidade de serviços para os pacientes. No entanto, deve-se levar em conta as necessidades individuais de cada um, bem como os devidos preparativos para um alto padrão de atendimento.
Dijkman I., Dinant G. J., Spigt M. 2020 Holanda	Estudo qualitativo	Telemedicine and e-health	O atendimento combinado, presencial e online estão sendo cada vez mais utilizados, porém não há muitos estudos que mostrem as necessidades dos psicólogos frente ao método. O que existe em quantidade são movimentos de auto ajuda, não psicoterápicos.	Os profissionais têm uma percepção positiva em relação ao atendimento combinado, desde que os componentes online sejam usados juntamente com o tratamento presencial, muito embora as taxas de abandono a este tratamento tenham sido altas. São necessários maiores estudos a respeito do método.
González M. Sánchez L. 2020 Guatemala	Estudo qualitativo	Análisis de la Realidad Nacional	As práticas psicológicas na modalidade presencial não podem ser possíveis no contexto da crise causada pelo coronavírus. A restrição na mobilização das pessoas levou a aplicação de práticas de atendimento à distância.	Verificou-se possibilidades, limitações e desafios na utilização da telepsicologia como alternativa ao atendimento presencial de pacientes individuais e a grupos. Para tanto, faz-se necessário dar maior atenção e suporte na formação dos profissionais que atuam no atendimento à distância.

Fonte: Elaborado pela autora

Os achados apontaram as peculiaridades importantes acerca da temática, e as principais obtenções foram categorizadas em três itens principais. Na intenção de fazer convergir os temas mais preponderantes discutidos nos artigos selecionados, serão abordadas e discutidas a seguir as seguintes proposições que emergiram:

Formação do profissional para o manejo dos recursos tecnológicos;
Experiência dos psicólogos na utilização das tecnologias da comunicação e informação e limitações e potencialidades de seu uso.

Foi notada uma lacuna expressiva na produção científica não só no Brasil como no mundo. A psicoterapia online já é desenvolvida em outros países há mais tempo, porém, a compilação de trabalhos realizados sobre o tema no período mostrou ser incipiente, uma vez que são apontadas divergências de opiniões, dúvidas e inseguranças quanto a sua utilização mesmo antes da pandemia. Tais apontamentos indicam a necessidade de um olhar mais atento para este campo mesmo nos dias de hoje, pois revela-se um grande desafio na atuação do profissional. O progresso tecnológico é rápido e constante e tais mudanças demandam um processo de reformulação da sociedade como um todo (SIEGMUND E LISBOA, 2015). A abertura a novos espaços de comunicação leva a necessidade de discussões sobre a adequação da profissão do psicólogo. Este se viu diante da inevitabilidade de usar a tecnologia de forma produtiva, sobretudo em função do distanciamento social imposto. Sem dúvida em nenhum outro momento a psicologia dependeu tanto das tecnologias da informação e comunicação quanto no início da pandemia (SILVA et al., 2020), onde para os profissionais, a psicologia online foi e ainda está sendo o principal meio prático de atendimento aos clientes.

Formação do profissional para o manejo dos recursos tecnológicos

O terapeuta para utilizar-se das mídias sociais necessita saber manuseá-las devidamente, e isso exige conhecimentos e técnicas específicas ao seu uso (MAGALHÃES et al., 2019) (PIERCE et al., 2020). É fundamental saber conduzir a sessão, entretanto, se tomarmos como exemplo o Brasil, verificamos que poucas são as certificações para esse fim. A grande maioria das universidades não preparam seus alunos para esta formação prática. O estudante em todos os países geralmente é treinado para a escuta na clínica tradicional, com seu cliente presente fisicamente, entretanto, a demanda e as condições impostas pela pandemia de Covid-19, mostrou que uma nova forma de escuta precisou ser criada, onde houvesse uma maneira diferente de análise que tornasse possível perceber as emoções e sentimentos expressados através de outras vias. Autores apontam o dilema de como perceber emoções pela escrita de um e-mail, pela voz ou observando o cliente através de um monitor (MAGALHÃES et al., 2019; SAMMONS et al., 2020; FEIJT et al., 2018).

Ainda existe uma lacuna em estudos que abordem a percepção dos profissionais para atendimentos virtuais e de que forma se preparam para

manejar tais sessões (FEIJÓ et al., 2018; PIERCE et al., 2020; SILVA et al., 2020). Verificou-se que a grande maioria dos terapeutas tem pouca experiência neste tipo de atendimento (FEIJÓ et al., 2018), muito embora alguns tenham interesse em abrir um serviço de aconselhamento online, ou mesmo abrirem durante a pandemia. Para tal, consideram ser fundamental expandir seus conhecimentos e experiências nesta atividade (CIPOLLETTA E MOCELLIN, 2018).

Pesquisa realizada por Feijó et al. (2018) percebeu que os psicólogos não realizavam combinações ou contratos prévios antes do uso das tecnologias para atendimento, entretanto, alguns defendiam a necessidade de um contrato terapêutico antes do início das sessões (DIJKSMAN et al., 2020). Nos Estados Unidos, por exemplo, é fundamental se preencher um formulário de consentimento para atendimento remoto. Entretanto, no período de pandemia tal protocolo foi dispensado em função da emergência da situação (SAMMONS et al., 2020).

Em todos os trabalhos avaliados notou-se como barreira mais frequentemente relatada, a falta de conhecimento e experiência em atendimentos online (STOLL et al., 2020; PIERCE et al., 2020). Outros fatores de dificuldade foram o aumento da demanda no período inicial do isolamento e questões de pouco domínio da tecnologia sob o ponto de vista do profissional e mesmo do cliente (FEIJÓ et al., 2018).

Stoll et al. (2020) explica que o atendimento, mesmo que virtual, deverá sempre ser guiado pelo princípio de um alto padrão de atendimento para responder à crise e aos riscos associados sobretudo, aos indivíduos já diagnosticados com transtornos mentais.

Feijó et al., (2018) discute que no Brasil não há espaço para diálogo na especialização para discutir tal temática, o que reforça a construção de técnicas pautadas no saber clássico, desconsiderando as contribuições apresentadas pelas tecnologias da informação e comunicação. Como ressalta Silva et al. (2020), a psicologia online, apesar de existir há duas décadas, ainda é embrionária no Brasil.

Experiência dos psicólogos na utilização das tecnologias da informação e comunicação

As tecnologias da informação e comunicação estão disseminadas na sociedade por todo o mundo. Com a ampliação do acesso à internet, a busca por diversos tipos de prestação de serviços online é cada vez mais constante e se estende a procura por profissionais de saúde.

Em outros países, como Estados Unidos, temos que este tipo de atendimento já era utilizado e Cipolleta e Mocellin (2017) apontam que os tratamentos online eram considerados por muitos profissionais como bem eficientes, sobretudo em casos como ansiedade, depressão, fobia social, vício em substâncias e transtorno do pânico. Embora muitos subestimassem sua utilização, as abordagens cognitivo comportamentais e o cognitivismo usavam-na com sucesso. Entretanto, os autores também referem que foram

consideradas inadequadas a utilização por psicanalistas e terapeutas psico corporais. Feijó et al (2018) mostra que tratamento para pacientes com transtorno de pânico alcançaram ótimos resultados na modalidade de orientação psicanalítica via internet. Uma pequena parcela de psicoterapeutas de linha psicanalítica fazia uso da tecnologia da informação e comunicação independente do caso clínico, entretanto, a maioria preferia utilizar de acordo com o vínculo já estabelecido com seu cliente (Feijó et al.,2018) ou com a necessidade que o terapeuta julgasse pertinente para estabelecer uma relação terapêutica satisfatória (PIERCE et al., 2020).

De um modo geral, os estudos desta revisão sinalizaram que para pacientes limítrofes esta modalidade poderia ser utilizada, porém, com muita restrição. Cada caso deveria ser avaliado, e sua utilização feita apenas em casos pontuais (SIEGMUND e LISBOA, 2015). Pessoas com dificuldades de estabelecimentos interpessoais (FEIJÓ et al., 2018) e adolescentes ansiosos são um bom exemplo para seu uso (SAMMONS et al.,2020), enquanto sintomatologias complexas como a tendência a violência ou graves como o transtorno bipolar, personalidade antissocial e transtornos comportamentais são mais difíceis de serem tratados com psicoterapia online segundo Siegmundo e Lisboa (2015).

O terapeuta deve considerar as necessidades individuais e a situação específica de seus clientes para escolher o tipo de intervenção mais adequada, se presencial ou online (STOLL et al., 2020; FEIJT et al, 2018; MAGALHÃES et al., 2019).

Muitos psicólogos ainda são resistentes ao uso da internet para atendimento, excetuando-se para mandar e-mails, trocar informações com colegas, avaliar um caso clínico, ou indicar textos para leitura para Dijkman et al., (2020). Feijó et al., (2018) aponta que seu uso é admitido por terapeutas de maneira combinada, complementar ao atendimento presencial.

Alguns autores mostram ser necessário um contato mínimo face a face (FEIJT et al., 2020) para que a terapia seja eficaz e haja uma boa relação terapêutica (SILVA et al., 2020). Vale assinalar que a maioria dos pesquisadores assinalam o atendimento psicológico online como uma forma contemporânea de atuação, importante e inovadora, porém, em suas pesquisas, ela é apontada como completiva à clínica presencial, não podendo ser vista como excludente ou substitutiva do atendimento tradicional presencial (MAGALHÃES et al., 2019; DIJKSMAN et al., 2020).

Benefícios e limitações na utilização dos recursos tecnológicos

A psicologia online foi, sem dúvida, uma nova maneira de prestação de serviço preenchendo uma lacuna significativa por se constituir em uma solução para a demanda surgida. Perceber seus benefícios foi fator chave para sua adoção imediata.

Esta revisão encontrou em todos os artigos, inúmeros fatores considerados como vantajosos e outros tantos citados como limitantes para o uso de terapia online. Os resultados mostram a opinião de terapeutas

considerando o despreparo para o uso e a falta de treinamento como sendo um grande obstáculo à tal forma de atendimento (Silva et al., 2020). Alguns não tem familiaridade com os vários sistemas existentes para troca de mensagens e videoconferência (SAMMONS et al., 2020; DIJKSMAN et al., 2020; STOLL et al., 2020; FEIJT et al., 2018; PIERCE et al., 2020). Aliado a isso, seus clientes também não dominam as ferramentas tecnológicas necessárias para a condução da terapia (DIJKSMAN et al., 2020; GONZÁLEZ e SÁNCHEZ, 2020; SILVA et al., 2020). Não se pode deixar de considerar os custos de instalação e manutenção da infraestrutura necessária, que requer inclusive o pagamento mensal pelo uso da internet (FEIJT et al., 2018). Muitas pessoas de média e baixa renda, sobretudo os mais carentes, detentos do sistema prisional ou moradores de rua (STOLL et al., 2020) não têm acesso a essa tecnologia (FEIJT et al., 2018). No Brasil há uma enorme dívida digital (SILVA et al., 2020) que pode se refletir tanto no terapeuta quanto no cliente. Muitas vezes as consultas precisaram ser intermediadas por terceiros, devido a inabilidade em lidar com os aplicativos, fato que constitui um importante impedimento ao seu uso.

Um tema bem explorado nos estudos refere-se a ameaças à privacidade (PIERCE et al., 2020). Telefones podem ser hackeados, dados privados podem ser coletados. As ferramentas de software disponíveis gratuitamente também estão mais sujeitas a serem invadidas por terem menos segurança (CIPOLLETTA e MOCELLIN, 2018). A falta de privacidade de uma sessão é motivo de preocupação para muitos (CIPOLLETTA e MOCELLIN, 2018; STOLL et al., 2020; SILVA et al., 2020; GONZÁLEZ, SÁNCHEZ, 2020). As sessões, por serem realizadas muitas vezes na residência do cliente, ou mesmo em seus locais de trabalho, apresentam o risco de serem ouvidas acidentalmente por terceiros, tornando o conteúdo das mesmas potencialmente perceptível, afetando diretamente a confidencialidade do encontro (LUSTGARTEN et al., 2020; STOLL et al., 2020; MAGALHÃES et al., 2019). Os autores González e Sánchez (2020) sinalizam que, na terapia com crianças, muitas vezes, as mesmas precisam ter um adulto ao seu lado para conseguirem interagir com o terapeuta, fato que limita o sigilo.

Verificou-se que para alguns pesquisadores, criar e manter uma boa relação terapêutica virtualmente pode ser um grande problema (Magalhães et al., 2019) pela possibilidade de gerar mal entendidos, frustrações, ou interrupções por falhas tecnológicas ou na rede (STOLL et al., 2020; MAGALHÃES et al., 2019; SIEGMUND e LISBOA, 2015). Entretanto, este fator pareceu ter pouco impacto no desfecho do tratamento para alguns pesquisadores, apesar da literatura ainda questionar a forma pela qual se estabelece a aliança terapêutica em tratamentos mediados pela internet (MAGALHÃES et al., 2019).

O estudo apontou que muitos psicólogos referiram que os atendimentos online carecem dos sinais sutis presentes nas expressões faciais (FEIJT et al., 2018; GONZÁLEZ e SÁNCHEZ, 2020). Estabelecer um bom contato visual é fundamental para se conseguir maiores informações

reveladas pela linguagem corporal que auxiliem em um diagnóstico e/ou para decisões em tratamentos (SAMMONS et al., 2020). Entretanto, em determinados meios é impossível isto acontecer, como por exemplo, via telefone ou mensagens de WhatsApp (STOLL et al., 2020).

Um fato alegado por alguns pesquisadores mostra a falta de privacidade que o terapeuta pode ter, recebendo mensagens de seus clientes a qualquer hora, inclusive nos finais de semana (FEIJÓ, et al., 2018; CIPOLLETTA e MOCELLIN, 2018; STOLL et al., 2020). O profissional necessita estar mais disponível, pois alguns problemas tecnológicos podem surgir, exigindo estudo e mediação das dificuldades. Planejar as sessões com alguma antecedência e preparar o material a ser enviado para cada cliente poderá afetar negativamente o equilíbrio entre o trabalho do profissional e sua vida privada, ocasionando aumento de estresse pela sobrecarga de trabalho (FEIJT et al., 2018).

O envolvimento do cliente no processo terapêutico também foi questionado, uma vez que ele pode estar navegando em outros sites ou até no celular enquanto transcorre a terapia (Siegmund e Lisboa, 2015). Um outro risco apresentado foi o de que pessoas má intencionadas se apresentarem como clientes, por ser difícil verificar a real identidade de um indivíduo ao interagir remotamente com seu psicólogo pela primeira vez (FEIJT et al., 2018).

Entretanto, muitos destes fatores apontados foram contestados pelas potencialidades de uso que apresentam. Em países como Austrália e Canadá a modalidade online já se encontra bem estabelecida e em diversos trabalhos temos que os serviços de terapia remota possibilitam tanto aos terapeutas quanto aos seus clientes o conforto de manterem o distanciamento evitando o risco de infecção pelo coronavírus (STOLL et al., 2020) ou mesmo outras doenças. Para os que já estavam em tratamento, não houve obrigação de descontinuí-lo, e para clientes com dificuldade de locomoção e idosos não houve necessidade de sair de suas casas para a consulta.

Não se pode deixar de relacionar os benefícios econômicos para a população. O custo da terapia online é mais acessível e podem ser aplicados exercícios, fornecer diretrizes, cuidados e orientações de conforto quando os clientes ainda permanecerem em lista de espera para atendimento (DIJKSMAN et al., 2020). Questionários, referências e trabalhos de relaxamento gravados, por exemplo, podem ser oferecidos (LUSTGARTEN et al., 2020; SILVA et al., 2020).

O anonimato do cliente, segundo alguns, produz um ambiente mais seguro, onde se pode expressar mais livremente, com menos inibições, timidez e autocensura (MAGALHÃES et al., 2019; CIPOLLETTA, MOCELLIN, 2018; SIEGMUND e LISBOA, 2015)

A redução das barreiras geográficas foi apontada como uma grande vantagem da terapia online, tornando o acesso ao tratamento mais fácil, sobretudo aos que vivem nas áreas rurais e remotas, onde não existem profissionais disponíveis (CIPOLLETTA, MOCELLIN, 2018). A ajuda pode ser fornecida onde a pessoa estiver, diminuindo a ansiedade de deslocamentos

(FEIJT et al., 2018), aumentando o conforto e não necessitando desmarcar a maioria das consultas por imprevistos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de revisão de literatura visa fornecer contribuições sobre uma nova forma de pensar os atendimentos psicológicos. Com o surgimento da pandemia por Covid-19, foi necessário que o psicólogo se adaptasse a uma abordagem diferente, em um clima de tensão, medo e insegurança, frente a uma doença nova e de grande letalidade.

Foi constatado que o atendimento remoto já era mais desenvolvido e firmado fora do Brasil, entretanto, sempre cercado de objeções. Em virtude do isolamento social imposto pela pandemia, os psicólogos estabeleceram melhor essa forma de atendimento e, no Brasil, graças a uma resolução do CFP sua prática se ampliou.

A utilização da psicoterapia online, se deu no Brasil sem que houvesse um devido treinamento ou capacitação por parte dos terapeutas, que repentinamente tiveram que se adaptar à realidade imposta, aprendendo por conta própria como atuar.

Verificou-se que mudanças sem precedentes ocorreram na compreensão e uso da psicologia mediada por tecnologia da informação e comunicação. A Covid-19 proporcionou uma mudança nos saberes da profissão, apresentando alternativas benéficas e práticas aos terapeutas e pacientes. Entretanto, muitas dúvidas ainda persistiram quanto a sua utilização e eficácia.

Fatores determinantes para um adequado atendimento psicoterapêutico remoto podem se basear numa boa relação terapêutica entre cliente e profissional e dependerá da aceitação e cooperação de ambos. As dificuldades apontadas perpassam pelo não domínio das ferramentas tecnológicas necessárias para a condução da terapia, dúvidas quanto a segurança e privacidade dos encontros, receio na violação da confidencialidade, incertezas no contrato terapêutico, indefinição de quais patologias ou transtornos são adequados aos tratamentos online e mesmo habilidade em conduzir a terapia, dentre tantas outras dúvidas.

Cabe ao psicólogo ser o facilitador para estimular um vínculo saudável e produtivo com seu cliente e fornecer apoio e suporte para as possíveis dificuldades tecnológicas que poderão surgir, desde que ele esteja preparado para tal.

Parece incontestável que a nova metodologia veio para ficar, entretanto, pelas divergências de opinião encontradas constata-se que o tema ainda pode ser controverso, pois se identificaram várias barreiras e dúvidas para a sua utilização, assim como justificativas que apoiem seu uso. Admite-se que o trabalho clínico não poderia ser realizado de outra forma, o que reflete ter sido muito importante a sua prática. O atendimento em áreas remotas e àqueles restritos em suas casas não seria possível sem que a psicologia não se adaptasse as contingências.

Questões legais e éticas poderão ser resolvidas pela mobilização dos profissionais mediante diretrizes claras que facilitem sua implantação definitiva. Notou-se o desejo de que as universidades incluam em seus currículos a utilização da informática nos atendimentos remotos, oferecendo cursos e treinamentos apropriados para subsidiar uma melhor formação de seus alunos.

O sucesso de um processo terapêutico pode não estar intimamente ligado ao instrumento tecnológico utilizado, mas sim, na habilidade e capacidade em conduzir a sessão bem como seu conhecimento sobre as ferramentas a sua disposição. Para isso um suporte na formação dos profissionais foi descrito como imprescindível. O cliente também necessita dominar certos conceitos e habilidades tecnológicas para um bom andamento da terapia, fato que não é possível em determinados grupos sociais como idosos, crianças, pessoas carentes ou ainda constantes dos sistemas prisionais.

Os profissionais devem ser guiados por princípios éticos e por um alto padrão e, sendo a psicologia uma ciência, estudar a dimensão humana com suas implicações é uma necessidade que se impõe para uma boa prática da saúde mental. Como a pandemia ainda está em curso, muitas pesquisas ainda necessitam ser desenvolvidas, o que não permite uma generalização dos resultados. O tema precisa ser discutido amplamente na academia e certamente mudanças ocorrerão.

Espera-se que este estudo contribua como subsídio para que psicólogos discutam mais o tema e ressignifiquem sua prática, especialmente no Brasil onde a produção de trabalhos a este respeito ainda é insipiente. Mostra-se importante desenvolver uma visão mais ampla do novo mecanismo terapêutico, favorecendo a utilização adequada de suas ferramentas como um recurso de atuação na prática da saúde mental na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CFP (Conselho Federal de Psicologia). (2020). *Resolução CFP nº 004/2020*. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-4-de-26-de-marco-de-2020-250189333>.

CFP (Conselho Federal de Psicologia). (2018). *Resolução CFP nº 11/2018*. <https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2018/05/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-11-DE-11-DE-MAIO-DE-2018.pdf>.

Cipolletta S., Mocellin D. (2018). Online counseling: An exploratory survey of Italian psychologists' attitudes towards new ways of interaction. *Psychother Res.*, 6, 909-924. doi: 10.1080/10503307.2016.1259533.

Cosenza, T. R. dos S. B. .; Pereira, E. . R. .; Silva, R. M. C. R. A. .; Medeiros, A. Y. B. B. V. de. Challenges of Telepsychology in the context of online psychotherapeutic care during the covid-19 pandemic. *Research, Society and*

Development, [S. l.], v. 10, n. 4, p. e52210414482, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i4.14482. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14482>.

Dijksman I., Dinant G. J., Spigt M. (2020). The Perception and Needs of Psychologists Toward Blended Care. *Telemed J E Health.*, 23(12), 983-995. doi: 10.1089/tmj.2017.0031.

Feijt M. A., de Kort Y. A., Bongers I. M., IJsselstein W. A. (2018). Perceived Drivers and Barriers to the Adoption of eMental Health by Psychologists: The Construction of the Levels of Adoption of eMental Health Model. *J Med Internet Res.*, 20(4). doi: 10.2196/jmir.9485.

Feijó, L. P.; Silva, N. B.; Benetti, S. P. da C. (2018). Experiência e Formação Profissional de Psicoterapeutas Psicanalíticos na Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação. *Psicol. cienc. Prof.*, 38, 249-261. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932018000200249&lng=en&nrm=iso. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003032017>.

Ganong, L. H. (1987). Integrative reviews of nursing research. *Res Nurs Health*, 10 (1), 1-11. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/3644366>. <https://doi.org/10.1002/nur.4770100103>.

Garcia, L. P., Duarte, E. (2020). Nonpharmaceutical interventions for tackling the Covid-19 epidemic in Brazil. *Epidemiol. Serv. Saúde*, 29. http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742020000200001&lng=pt&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742020000200009>.

González, M., Sánchez, L. (2020) Atención psicológica en la crisis por Covid-19: exploración sobre limitaciones, posibilidades y retos. *Análisis de la Realidad Nacional*, (9), 36-47.

Lustgarten S. D., Garrison Y. L., Sinnard M. T., Flynn A. W. (2020). Privacidade digital em saúde mental: questões atuais e recomendações para o uso da tecnologia. *Opinião atual em psicologia*, 36, 25-31. DOI: 10.1016 / j.copsyc.2020.03.012.

Magalhães, L. T., Bazoni, A. C., Pereira, F. N. (2019). Impressões de psicólogos clínicos acerca da orientação psicológica online. *Rev. bras. Psicoter*, 21, 39-51.

Pierce, B. S., Perrin, P. B., Tyler, C. M., McKee, G. B. e Watson, J. D. (2020). A revolução telepsicológica Covid-19: Um estudo nacional de mudanças baseadas em pandemia na prestação de cuidados de saúde mental nos Estados Unidos. *Psicólogo americano*.

<http://dx.doi.org/10.1037/amp0000722>.

Sammons M. T., VandenBos G. R., Martin J. N. (2020) Psychological Practice and the Covid-19 Crisis: A Rapid Response Survey. *J Health Serv Psychol*, 8, 1-7. doi: 10.1007/s42843-020-00013-2.

Schmidt, B. et al. (2020). Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). *Estud. psicol. (Campinas)*, 37. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2020000100501&lng=pt&nrm=iso. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200063>.

Siegmund, G., Lisboa, C. (2015). Orientação Psicológica On-line: Percepção dos Profissionais sobre a Relação com os Clientes. *Psicol. cienc. prof.*, 35, 168-181. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000100168&lng=pt&nrm=iso. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001312012>.

Silva, A. C. N., de Sales, E. M., Dutra, A. F., Carnot, L. R., Barbosa, A. J. G. (2020). Telepsicologia para famílias durante a pandemia de Covid-19: uma experiência com telepsicoterapia e telepsicoeducação. *HU Revista*, 46, 1-7. DOI: <https://doi.org/10.34019/1982-8047.2020.v46.31143>

Souza, M. T. de; Silva, M. D. da; Carvalho, R. de. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, 8, 102-106. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167945082010000100102&lng=en&nrm=iso.

Stoll J., Sadler J. Z., Trachsel M. (2020). The Ethical Use of Telepsychiatry in the Covid-19 Pandemic. *Front Psychiatry*, 11. doi:10.3389/fpsy.2020.00665.

The Joanna Briggs Institute. (2014). *Joanna Briggs Institute Reviewers' Manual 2014 edition*. Adelaide (Australia): The University of Adelaide. <https://nursing.lsuhs.edu/JBI/docs/ReviewersManuals/Economic.pdf>.

Francisco Alain Peixoto de Sousa

Enfermeiro Especialista em Auditoria em Enfermagem
Faculdade de Ensino e cultura do Ceará - FAECE

Fernanda Rochelly do Nascimento Mota

Enfermeira. Doutora em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde
Universidade Federal do Ceará - UFC

Ana Zaiz Flores Teixeira de Carvalho

Doutora em Enfermagem
Universidade Federal do Ceará - UFC

Nara Raquel Fonteles Rios

Enfermeira Especialista em Cuidados Clínicos
Universidade Federal do Ceará – UFC

Caio Bruno Alves Lopes

Enfermeiro
Faculdade de Ensino e cultura do Ceará – FAECE

RESUMO

Objetivo: O presente estudo tratou-se de uma revisão integrativa que teve como objetivo identificar as práticas dos enfermeiros que contribuem para a segurança do processamento de produtos para a saúde. **Métodos:** Foram selecionados 19 artigos nas bases de dados eletrônicas: Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde (LILACS), Biblioteca virtual Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e PubMed através da utilização dos descritores enfermagem/nursing e esterilização/ esterilization que foram cruzados pelo operador booleano AND. **Resultados:** Emergiram duas seguintes categorias temáticas acerca das contribuições do enfermeiro para as práticas seguras no processamento de PPS: Exercer liderança e organizar a gestão do trabalho na CME que aponta as práticas relacionadas ao papel do enfermeiro como líder e direcionador das atividades de educação permanente; e Aprimorar as práticas e garantir a qualidade do processamento de PPS que identifica as práticas implementadas pelos enfermeiros para a melhoria das etapas do processamento de PPS. **CONCLUSÕES:** O estudo possibilitou concluir que as principais práticas realizadas pelo enfermeiro que contribuem para as práticas seguras na CME encontradas na literatura estão relacionadas as atividades gerenciais e ao aprimoramento das fases do processamento de PPS.

Palavras-chave: enfermagem; esterilização; enfermeiro.

INTRODUÇÃO

O processamento de artigos de Produtos para Saúde (PPS) constitui-se como prática essencial para garantir uma assistência segura aos pacientes. Esse processo é composto pelas fases de pré-limpeza, limpeza, preparo, acondicionamento, esterilização e distribuição de PPS passíveis de reprocessamento (SOBECC,2017) [1].

A Central de Material e Esterilização (CME) é o setor responsável por realizar as etapas de processamento de artigos e produtos para saúde nas Instituições. A CME realiza o provimento de produtos para a saúde processados com qualidade para uma assistência segura. As boas práticas no processamento de produtos para a saúde têm como objetivo final que os pacientes não adquiram Infecções Relacionadas à Assistência (IRAS) relacionadas ao uso dos PPS reprocessáveis (SOBECC, 2017)[1].

A assistência indireta realizada pela CME é tão importante quanto a assistência direta prestada ao paciente, visto que sem o processamento seguro dos PPS, o paciente é exposto a riscos de contrair IRAS, contudo, apesar da relevância desse serviço para a saúde, ainda é recente o aprimoramento das técnicas de limpeza e esterilização de PPS, que vieram a ter maior relevância após a década de 1970 (ASCARI et al, 2013)[2].

Na CME é realizado o processamento de produtos para a saúde não-críticos, semicríticos e críticos de conformação complexa e não complexa, passíveis de processamento. A responsabilidade pelo processamento dos produtos no serviço de saúde é do Responsável Técnico (ANVISA, 2012)[3].

Dentre os profissionais que podem atuar na CME, os profissionais de enfermagem se destacam historicamente. A CME é composta por equipe de enfermagem na maioria das instituições de saúde, sendo o enfermeiro um profissional de relevância no processamento de produtos para saúde, visto que assume as funções de coordenação do setor. De acordo com a RDC Nº 424/2012 do Conselho Federal de Enfermagem, o enfermeiro tem as funções de planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar todas as etapas relacionadas ao processamento de produtos para saúde, além de participar da elaboração dos documentos técnicos de normatização dos serviços, acompanhar indicadores, realizar avaliação de qualidade dos produtos adquiridos, garantir o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) pelas equipes, promover atividades de educação permanente, participar da investigação de eventos adversos e realizar atualização contínua sobre as tecnologias relacionadas ao processamento de produtos para saúde (COFEN, 2012)[4].

Devido à importância do CME para a segurança da assistência em saúde e para controle de IRAS, o papel da enfermagem, em especial do enfermeiro, faz-se muito importante dentro do processo. Com o aumento da complexidade dos tratamentos à saúde e dos PPS, aumentou também a necessidade de uma CME mais tecnológica e com processos mais sofisticados. As funções realizadas pelos profissionais de enfermagem afetam o cuidado direto prestado nas unidades consumidoras, previne IRAS

e reduz custos. A realização de pesquisas sobre a liderança de CMES liderados por enfermeiros são importantes para obtenção de informações que subsidiem políticas de saúde que levem em consideração o papel potencial dos profissionais de enfermagem nessa área (COSTA et al,2020) [5].

É preciso reflexão sobre o papel do enfermeiro no processamento do PPS e sua importância para a qualidade do processo, pois, apesar da importância de um processamento de PPS seguro e com qualidade para a assistência em saúde, ainda há desconhecimento dos profissionais sobre os métodos de esterilização. Isso ocorre entre profissionais das unidades consumidoras como o bloco operatório. Faz-se necessárias ações de educação permanente acerca da temática e reflexões sobre a parceria entre o CME e o bloco operatório, a fim de oferecer contribuições para a qualidade da assistência e otimização da segurança do paciente (SOUSA E SILVA et al,2019) [6].

No cenário atual de enfrentamento da pandemia de covid-19 o trabalho das CMEs mostrou-se fundamental para a assistência, visto que houve o aumento do volume de materiais a serem reprocessados devido a reutilização de produtos semicríticos para saúde, em especial aqueles utilizados para a assistência respiratória e em procedimentos nas vias aéreas de pacientes com covid-19. Nesse contexto, evidencia-se o papel do enfermeiro para a organização do serviço, a partir de suas habilidades administrativas e suas competências técnico-científicas. A adoção de ações educativas e de medidas de biossegurança para as boas práticas em saúde faz-se essencial para mitigar ou eliminar os riscos ocupacionais no reprocessamento desses produtos e no fornecimento de artigos seguros para o tratamento dos pacientes com covid-19 (CARLOS et al, 2021) [7].

O presente estudo tratou-se de uma revisão integrativa para relatar as práticas de enfermagem que contribuem para a segurança do processamento de produtos para saúde para orientar os discentes dos cursos de saúde, assim como profissionais com diversas formações na área da saúde que se interessem pela temática a fim de minimizar certas práticas impróprias que possam vir a ocorrer, desde a pré-limpeza inadequada dos materiais, dificultando a esterilização, até a preparação e recebimento desses, como também as formas de armazenamento e transporte impróprios.

Diante do exposto, devido a importância do enfermeiro no processamento de PPS, a relevância dessa prática para uma assistência segura aos pacientes em todos os cenários da atenção em saúde, além das constantes inovações na área, justifica-se a realização de um estudo da literatura científica acerca das contribuições dos enfermeiros para o processamento seguro dos PPS.

Esses conhecimentos servirão de base para que os futuros profissionais desempenhem suas atividades de forma segura nos diversos campos de trabalho, o que vai ao encontro do principal objetivo da formação em saúde que é atender os pacientes com excelência e segurança, sem lhes causar danos relacionados à assistência prestada.

OBJETIVOS

O estudo objetivou identificar as práticas dos enfermeiros que contribuem para a segurança do processamento de produtos para a saúde, conforme as evidências disponíveis na literatura científica. Dessa forma, a pergunta norteadora foi: quais as práticas do enfermeiro que contribuem para a efetivação de práticas seguras no processamento de produtos para saúde?

MÉTODOS

A pesquisa trata-se de uma revisão integrativa da literatura. De acordo com Galvão, Silveira e Mendes (2008) [8], esse tipo de revisão é um método utilizado com frequência na enfermagem e dá suporte às Práticas Baseadas em Evidências (PBE). Esse tipo de pesquisa permite que as evidências encontradas sejam incorporadas à prática da profissão, pois tem como objetivo reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre uma temática e propiciar o aprofundamento sobre ela.

Foi utilizado o procedimento bibliográfico, pois a pesquisa tem como base artigos pesquisados em bases eletrônicas. A revisão integrativa da literatura, proporciona e dá suporte para tomada de decisão sobre o assunto estudado, possibilitando também investigar cuidadosamente o tema escolhido, pois de acordo com SOUZA et al (2010) [9], uma revisão integrativa é uma abordagem metodológica eficaz que dá direcionamentos para sua confecção.

O estudo também é classificado como uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, pois será baseado em artigos científicos já existentes sobre o assunto e usará o produto do estudo para interagir com o meio. De acordo com Gil (2010) [10], a pesquisa descritiva é mais usada pelos pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. Quanto a abordagem qualitativa, de acordo com Mattos (2011) [11], na abordagem qualitativa o autor é peça fundamental e analisará criticamente os assuntos para chegar as suas conclusões.

A revisão integrativa foi realizada nas seguintes etapas:

Etapa 1 – Definição do problema de pesquisa e da pergunta norteadora da revisão integrativa;

Etapa 2 – Pesquisa e seleção de artigos;

Etapa 3 – Organização e análise dos artigos;

Etapa 4 – Síntese dos resultados;

Etapa 5 – Construção do relatório final (Mendes, Silveira e Galvão, 2008) [12,13].

Na etapa 1 foi definido como problema de pesquisa a contribuição da enfermagem para as práticas seguras no processamento de PPS. A pergunta norteadora da revisão foi: quais as práticas do enfermeiro que contribuem para a efetivação de práticas seguras no processamento de produtos para saúde?

A etapa 2 foi realizada através de busca online de artigos em consulta a biblioteca virtual de saúde (BVS), utilizando as bases de dados: Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde (LILACS), Biblioteca virtual Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Pubmed. Foram determinados critérios de inclusão e exclusão para composição da amostra. Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos publicados durante qualquer período, escritos em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, que estivessem disponibilizados de forma integral e gratuita nas bases de dados selecionados e que tivessem como temática a atuação da enfermagem no processamento de PPS. Os critérios de exclusão aplicados foram os seguintes: publicações em formato de dissertações, teses, editoriais e revisões integrativa, assim como artigos repetidos e que não estivessem relacionados com a temática.

Como palavras-chave de pesquisa, foram utilizados descritores padronizados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/ MeSH) disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (<https://decs.bvsalud.org/>). Após pesquisa dos descritores, foram escolhidos os descritores: enfermagem/nursing e esterilização/ sterilization que foram cruzados pelo operador booleano AND.

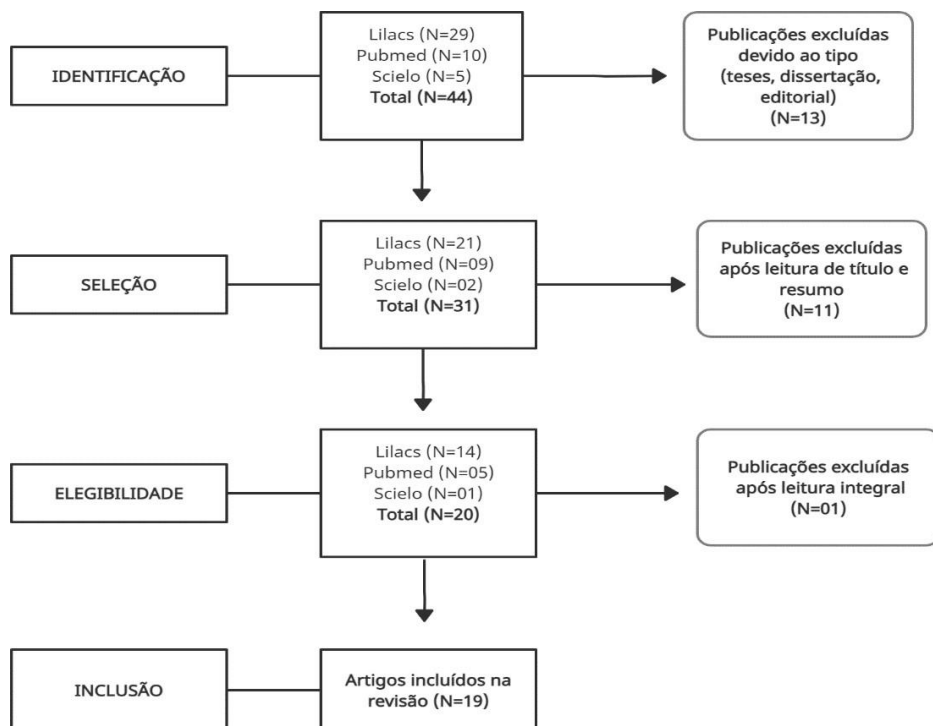
Na etapa 3 foi realizada a leitura e posterior análise e organização dos artigos identificados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão pré-estabelecidos. Na primeira leitura, foram avaliados os títulos e resumos dos artigos. Na etapa 4, foram analisadas as informações identificadas em triangulação com a literatura. Os artigos selecionados foram lidos de forma integral e organizados por meio de uma planilha eletrônica constando os campos: título, autores, ano/país, objetivos, metodologia e resultados. A etapa 5 consistiu na organização dos resultados que serão apresentados a seguir.

RESULTADOS

A partir da pesquisa nas bases de dados, foram identificados 44 artigos, após a leitura do título e resumo foram selecionados 31 artigos. Após aplicação dos critérios de inclusão, foram selecionados 19 artigos que foram incluídos na pesquisa. Esses artigos foram publicados no período de 2005 a 2020, a maioria dos artigos foi publicada nos anos de 2017 (n=3) e 2020 (n=5). Quanto ao país de origem, todos os artigos identificados são brasileiros e publicados em língua portuguesa. Predominaram estudos do tipo descritiva com abordagem qualitativa que objetivaram discutir as funções, atribuições e práticas do enfermeiro na CME.

No quadro 1 é apresentado o processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos artigos na pesquisa.

QUADRO 1 – FASES DO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ARTIGOS



Fonte: Elaborado pelo autor (Brasil, 2021).

Após a leitura integral dos artigos selecionados, foi elaborado o quadro 2 que apresenta as publicações que compõem esse estudo a partir das seguintes características: título, autores, data, país e práticas seguras identificadas.

QUADRO 2 – PUBLICAÇÕES INCLUÍDAS NO ESTUDO, DE ACORDO COM ANO, AUTORES E TIPO DE ESTUDO

Nº	TÍTULO	AUTORES/ANO DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ESTUDO	PRINCIPAIS PRÁTICAS SEGURAS IDENTIFICADAS
A1	O trabalhador sem formação em enfermagem atuando em centro de material e esterilização: desafio para o enfermeiro	Tipple AFV, Souza TR, Bezerra ALQ, Munari DB, 2005.[14]	Descritivo	Necessidade de equipe de CME formada por profissionais de enfermagem que participem de programa de educação permanente.
A2	Enfermeiro da central de material e esterilização e a percepção do seu papel social	Bartolomei SRT, Lacerda RA, 2006 [15]	Análise do discurso, qualitativo	Valorização do enfermeiro gestor do CME tanto no âmbito assistencial como administrativo e no ambiente interno e externo ao setor.
A3	O processo de trabalho da Enfermeira na central de material e esterilização: uma perspectiva tecnológica aos instrumentos	Taube SAM, Meier MJ, 2007.[16]	Pesquisa qualitativa, descritiva	Ações que permitam ao enfermeiro perceber e refletir sobre os elementos do seu processo de trabalho. Essa prática permite que o enfermeiro do CME compreenda a sua prática, desenvolva ações condizentes às suas necessidades e qualifique o seu saber-fazer.

A4	Ser trabalhador de enfermagem da Unidade de Centro de Material: uma abordagem fenomenológica	Lopes DFM, Silva A, Garanhani ML, Merighi MAB, 2007.[17]	Qualitativa fenomenológica.	Acompanhamento dos trabalhadores do CME por uma equipe multidisciplinar composta por enfermeiro, psicólogo, fisioterapeuta e assistente social para melhorar a saúde ocupacional da equipe.
A5	Investigação em Central de Material e Esterilização utilizando a Teoria Fundamentada em Dados	Pezzi MCS; Leite JL, 2009.[18]	Descritiva, Qualitativa	Atualização das atividades do enfermeiro como gestor do CME a partir de olhares teóricos que permitam que aspectos e sentimentos como a subjetividade, capacidade de estabelecer inter-relações, desejo, criatividade e responsabilidade sejam revalorizados.
A6	Influência da limpeza na esterilidade de tubos de silicone: estudo quase-experimental	Candé TA, Tippie AFV, Mendonça KM, et al., 2011.[19]	Estudo quase-experimental	Identificação da limpeza como etapa fundamental para o processamento de tubos de silicone. A pesquisa realizada em tubos de silicone esterilizados com e sem limpeza prévia, demonstrou diferença estatisticamente significativa entre os grupos quanto ao crescimento microbiano, revelando a relevância da

				etapa de limpeza na qualidade do reprocessamento.
A7	O trabalho na central de material: repercussões para a saúde dos trabalhadores de enfermagem	Costa CCP, Souza NVDO, Silva PAS, et al., 2015.[20]	Pesquisa qualitativa, descritiva	Sensibilização dos gestores para o contexto de trabalho na CME. Prática que deve ser buscada pelos profissionais e entidades faz-se fundamental para a realização de melhorias e adequações que fomentem a qualidade de vida no trabalho.
A8	Momentos para higienizar as mãos em Centro de Material e Esterilização	Pires FV, Tipple AFV, Freitas LR, et al., 2016.[21]	Estudo transversal, Descritivo.	Identificação dos momentos de higienização das mãos para os profissionais do CME com capacitação acerca da temática. Essa prática faz-se importante para estimular a higienização das mãos pelos profissionais nos momentos corretos de forma a minimizar contaminação cruzada.
A9	Logística de implementação de bloco cirúrgico na floresta: atuação do enfermeiro	Sales CRG, Sabongi ML, Reis VN, et al., 2016.[22]	Descritiva, narrativa, qualitativa	Construção de um processo de trabalho baseado em organização, sistematização e cientificidade dos processos para o CME em área externa ao hospital. Essa prática contribui para a garantia da segurança e da

				qualidade das cirurgias realizadas no paciente indígena.
A10	Armazenamento dos produtos para Saúde em centros de esterilização de Hospitais	Mussel IC, Paula AO, Oliveira AC, 2017.[23]	Quantitativo	Práticas seguras de armazenamento do produto para saúde estéril (ambiente exclusivo, controle de temperatura e umidade, armários fechados de superfície lavável). Essas práticas buscam preservar a condição de esterilidade dos PPS, garantindo seu uso seguro e livre de riscos para o paciente.
A11	Elaboração de material didático para processamento de produtos para saúde em unidades de atenção primária à saúde	Paula FMS, Beserra NCN, Lopes RCS, Guerra DR, 2017.[24]	Pesquisa descritiva, do tipo relato de experiência	Elaboração de cartilha sobre os processos do CME para a atenção primária. A prática propicia o compartilhamento de conteúdo teórico acerca das boas práticas de processamento de produtos para a saúde para os profissionais da atenção primária.

A12	Equipamentos de proteção individual utilizados por profissionais de enfermagem em centros de Material e esterilização	Santos IBC, Cordeiro MFGS, Melo AC, et al., 2017.[25]	Estudo quantitativo	Inclusão de conteúdo acerca da importância do uso de EPIs no programa de educação permanente do CME. A prática busca aumentar a adesão do uso de EPIs pelos profissionais e a menor exposição dos profissionais aos riscos ocupacionais.
A13	Identificação de deteriorações físicas e químicas nos instrumentais cirúrgicos após reprocessamentos	Lucas TC, Souza MX, Guedes MH, et al., 2018.[26]	Estudo transversal e quantitativo	Criação de indicadores de avaliação de qualidade dos instrumentais cirúrgicos. Os indicadores aumentam a segurança nas cirurgias e são uma nova ferramenta que abre espaço para a atuação do enfermeiro.
A14	Estratégias que contribuem para a visibilidade do Trabalho do Enfermeiro na Central de Material e esterilização	Sanchez ML, Silveira RS, Figueiredo PP, et al., 2018.[27]	Pesquisa qualitativa, descritiva	Fortalecer o engajamento dos enfermeiros do CME a fim de ressaltar sua importância e a imagem do setor perante a administração das instituições de saúde. Essa prática reforça o protagonismo do enfermeiro, profissional essencial para a manutenção do processamento seguro dos PPS.

A15	Identificação da carga de trabalho da enfermagem em Centro de Material e Esterilização	Costa JA, Fugulin FMT, 2020.[28]	Quantitativa, observacional	Definição de um método para determinara carga de trabalho dos profissionais do CME. Essa prática produz informações que podem favorecer a elaboração de propostas consistentes para o planejamento, alocação e distribuição de profissionais na CME.
A16	Intensidade de Ruídos e conscientização da equipe de enfermagem no centro de materiais e esterilização	Gatti AMG, Sousa CS, Acunã AA, et al., 2020.[29]	Estudo descritivo, do tipo relato de experiência.	Adoção de medidas educativas de cunho reflexivo acerca da importância e adesão ao uso de EPIs na CME. Essa prática contribui para a adesão ao uso de EPIs que protejam a equipe dos ruídos mais intensos nas áreas de trabalho com maior número de maquinários.
A17	Desenvolvimento de liderança de acadêmicos de enfermagem em um centro de material eesterilização	Paim CPP, Tanaka AKSR, Schneider DSS, et al.,2020.[30]	Relato de experiência	Realização de estágio curricular obrigatório hospitalar em Centro de Materiais e Esterilização para acadêmicos de enfermagem. Essa prática favorece o processo de liderança, a gestão, a tomada de decisão e o desenvolvimento

				da autonomia de enfermeiros líderes no âmbito do CME.
A18	Desenvolvimento de um protótipo instrucional para procedimentos técnicos em centro de material e esterilização	Pezzi MCS, Stipp MAC, Silva IR, Chagas MC, 2020.[31]	Pesquisa aplicada de produção tecnológica	Produção de vídeos interativos, a partir de procedimentos realizados na rotina do CME e baseados na legislação vigente.
A19	(Des)conformidade e do processo de trabalho no centro de material e esterilização	Silva LSL, Campos MPA, Silva FJCP, et al., 2020.[32]	Estudo observacional, com análises quantitativas.	Cálculo dos índices de conformidade dos processos de trabalho na CME. Essa prática permite ao enfermeiro gestor do CME identificar os processos comprometidos e as deficiências estruturais, gerenciais ou relacionadas a capacitação dos profissionais que comprometem esses processos.

Fonte: Elaborado pelo autor (Brasil, 2021).

DISCUSSÃO

Através da leitura e análise das publicações integrantes da amostra da revisão integrativa, emergiram as duas seguintes categorias temáticas acerca das contribuições do enfermeiro para as práticas seguras no processamento de PPS:

- 1 - Exercer liderança e organizar a gestão do trabalho na CME;
- 2 - Aprimorar as práticas e garantir a qualidade do processamento de PPS.

A primeira categoria que emergiu “Exercer liderança e organizar a gestão do trabalho na CME” apresenta achados relacionados as práticas gerenciais e de atuação do enfermeiro na CME. Nessa categoria foram

incluídos 13 artigos (A1, A2, A3, A4, A5, A7, A8, A9, A12, A14, A15, A16, A17). Os autores dos trabalhos discutem o processo de trabalho do enfermeiro e as práticas que compõe sua atuação: os instrumentos utilizados, a comunicação, relacionamento com a equipe, as estratégias utilizadas para garantir a realização adequada dos processos e a atuação do profissional para a implementação de tecnologias. É evidenciado a importância do enfermeiro na gestão dos recursos humanos do setor, utilizando as ferramentas já mencionadas de comunicação e relacionamento interpessoal.

Enquanto profissional responsável técnico pelo CME, o enfermeiro atua como gestor do serviço e suas funções envolvem a coordenação de todas as atividades relacionadas ao processamento de PPS; participação nos programas de capacitação e educação permanente; implementação e acompanhamento de indicadores de controle de qualidade; atuação no dimensionamento de pessoal, dentre outras atividades (ANVISA, 2012) [3].

A importância do engajamento do enfermeiro nas funções gerenciais é apontada como prática importante para o fortalecimento de seu papel na CME e para o fortalecimento da imagem do serviço. Sobre o papel do enfermeiro e da equipe na CME, os estudos pesquisados demonstram que a percepção da equipe é de que seu trabalho é importante para as instituições, mas estudos evidenciam que o enfermeiro deve atuar ativamente para que essa importância seja percebida, principalmente em face da mecanização dos processos. (A1, A3, A9, A14).

Também foram elencados nessa categoria os artigos que apresentam desafios de gestão que surgem na organização do serviço do CME, além das questões relacionais. Existem problemas que ainda afetam o setor como a presença de profissionais sem formação específica de enfermagem, o que ocasiona problemas éticos e legais. (COSTA e FUGULIN, 2020) [33]

A frequente introdução de novas tecnologias relacionados aos PPS e suas técnicas de processamento exigem que o setor de CME possua número adequado de trabalhadores e pessoal qualificado para executar as atividades que compõe o processo de trabalho (SOBECC, 2012) [1].

Em relação a organização do trabalho, e destacada a importância do enfermeiro na implementação de estratégias para otimizar o serviço, como a utilização de métodos de determinação da carga de trabalho e do padrão de produtividade da equipe através de estudos observacionais que podem fornecer informações importantes para instrumentalizar a tomada de decisão do enfermeiro na organização das atividades. (A15) A formação do profissional de enfermagem para atuar na CME é discutida nos estudos. Na formação do enfermeiro de CME existe a necessidade de serem trabalhadas as competências relacionais, a responsabilidade, a criatividade, além da formação técnica para que o profissional seja capaz de atuar como gestor e líder da equipe da CME. (A3,A4, A5).

Para atuar na CME, os profissionais de enfermagem devem obter capacitação técnica que contemple conteúdos relacionados a classificação dos PPS, conceitos de microbiologia, fases do processamento; sistema de

barreira estéril, funcionamento de equipamentos, monitoramento dos processos por indicadores químicos, físicos e biológicos e manutenção da esterilidade do produto (ANVISA, 2012 e SOBECC, 2017) [3,1].

Sobre a formação do enfermeiro como gestor para o CME, estudos evidenciam a importância das práticas de estágio curricular obrigatório de acadêmicos de enfermagem no setor e que esses estágios apresentam influência positiva na geração da competência de liderança para área. (A17)

Dentre as práticas gerenciais do enfermeiro na CME, alguns estudos evidenciaram a importância da atuação do enfermeiro nos processos que garantem a saúde ocupacional da equipe.

As atividades que compõe o processamento de PPS trazem muitos riscos à saúde do trabalhador. No setor de CME o trabalhador está exposto a riscos físicos, químicos, ergonômicos e biológicos. Dessa forma, a temática saúde ocupacional faz parte da rotina diária dos trabalhadores desse serviço e precisa ser discutida para que as melhores estratégias sejam implementadas para que a equipe trabalhe com segurança. Na qualidade de gestor dos processos de trabalho, o enfermeiro se apresenta como ator fundamental nesse processo. O enfermeiro atua como sensibilizador tanto dos gestores das instituições para o provimento de condições adequadas de trabalho, como dos próprios profissionais da equipe para a adesão ao uso consciente de equipamentos de proteção individual (EPIs) e equipamentos de proteção coletiva (EPCs). (A12)

Os acidentes com objetos perfuro cortantes e as queimaduras em autoclave são danos a saúde do trabalhador evidenciadas como mais representativos nas instituições. São relevantes os riscos de incêndio e a exposição a substâncias químicas, agentes biológicos e ruídos. Os riscos ergonômicos relacionados a postura e a sobrecarga de trabalho também são identificados nesse setor. Como resultado da exposição a esses riscos, há o surgimento de problemas de saúde, entre eles: varizes, lombalgia, problemas oculares, transtornos sono e lesões na coluna vertebral. Faz-se importante estruturar e disponibilizar treinamento acerca dos riscos aos quais os profissionais estão expostos na CME. Deve-se considerar os riscos identificados e as possíveis intervenções necessárias para minimizá-los (AQUINO et al, 2014) [34].

O enfermeiro também pode atuar positivamente nas práticas de identificação dos riscos do setor. Alguns riscos são importantes na percepção da equipe, como o ruído que precisa ser mensurado por profissionais da área da saúde do trabalhador e o uso dos EPIs precisa ser estimulado. Os profissionais ainda não usam os EPIs de forma correta e com regularidade, de forma que existe a necessidade de educação permanente para sensibilizá-los para o uso. A conscientização da equipe para as atividades que promovem a saúde ocupacional é apontada como uma prática importante do enfermeiro, seja no estímulo ao uso correto e contínuo dos EPIs como na promoção de atividades que estimulam a segurança ocupacional, como ações relacionadas aos momentos ideias para a higienização das mãos pelos

profissionais do CME, prática importante para evitar a disseminação de IRAs. (A16, A12, A8)

A segunda categoria é a “Aprimorar as práticas e garantir a qualidade do processamento de PPS”. Nessa categoria foram incluídos os seis artigos (A6, A10, A11, A13, A18, A19). Esses trabalhos apresentam práticas seguras desenvolvidas a partir do conhecimento técnico do enfermeiro acerca das fases do processamento de PPS (pré-limpeza, limpeza, preparo, esterilização, armazenamento e distribuição) e as intervenções propostas pelos enfermeiros que podem garantir a qualidade do processo.

O enfermeiro atua como agente ativo na otimização e na inovação das práticas realizadas em todos os processos do CME. A otimização da limpeza, especialmente de artigos críticos, é propiciada por estudos experimentais realizados por enfermeiros pesquisadores. A inovação também está presente na otimização de práticas para a manutenção e cuidados com o arsenal das instituições o que impacta diretamente no aumento da vida útil dos instrumentais com a diminuição de custos na aquisição deles. O enfermeiro também supervisiona o cumprimento das normas sanitárias nas diversas etapas do processamento, apontando as falhas e buscando soluções através de processos e adequações estruturais. (A6, A13, A10)

Os processos de validação impactam na qualidade do PPS processo e os enfermeiros são os principais agentes na implementação desses processos. Atividades como a validação de limpeza e validação de cargas contribuem para a segurança do processo e para a qualidade, além da redução de custos. As práticas de validação contribuem para valorizar as etapas validadas, e contribuem para a minimizar os riscos dos pacientes no cuidado indireto que é realizado pelo CME. O enfermeiro também é o principal responsável pelo acompanhamento e aprovação dos testes químicos, físicos e biológicos que comprovam a qualidade do processo. É evidenciado nessa categoria que o enfermeiro é primordial para a inovação e aprimoramento das práticas e para garantir a segurança e qualidade do cuidado realizado pela CME. (A19)

Alguns estudos discorreram sobre a atuação do enfermeiro na produção de tecnologias leves para o CME. Ao atuar como gestor e buscar a inovação e qualidade do serviço, o enfermeiro está sempre em busca de aplicar seus conhecimentos técnicos na criação de ferramentas para que o serviço seja otimizado. O enfermeiro é geralmente o formulador ou participa da formulação dos protocolos para procedimentos técnicos do setor, além de impressos padronizados e material informativo como cartazes e cartilhas. O desenvolvimento de protótipos instrucionais para os procedimentos técnicos do CME é inovador e surge como ferramenta que otimiza recursos e facilita a rotina diária. A criação de materiais didáticos sobre a temática para os diversos cenários onde o CME atua (atenção primária, secundária e terciária) e que abordem as especificidades de cada setor promove a melhoria da formação na área e colabora para a adesão e conscientização dos

profissionais de saúde acerca das boas práticas no processamento de PPS. (A18, A11)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As publicações identificadas nas bases de dados que compuseram o estudo (LILACS, SCIELO E PubMed) permitiram identificar que, as principais práticas realizadas pelo enfermeiro que contribuem para as práticas seguras na CME estão relacionadas as atividades gerenciais e ao aprimoramento das fases do processamento de PPS.

A atividade gerencial desenvolvida pelo enfermeiro envolve práticas de gerenciamento de equipe, que apontam a importância das competências relacionadas a comunicação e o relacionamento interpessoal. A atuação do enfermeiro junto a gestão das instituições de saúde e demais setores do hospital faz-se importante para a valorização da função desempenhada pelo enfermeiro e para a imagem do CME na instituição. O uso de ferramentas gerenciais que possibilitam a mensuração de produtividade e da carga de trabalho faz-se importante para a organização do processo de trabalho.

A saúde do trabalhador emerge como temática importante. Verifica-se que existem inúmeros riscos ocupacionais envolvidos nas atividades de processamento de PPS. O enfermeiro atua na identificação do risco e na implementação de práticas educativas para conscientização sobre os riscos e adesão ao uso de EPIs, atividades fundamentais para a manutenção da saúde ocupacional da equipe do CME.

Para que o enfermeiro desempenhe os papéis que levam a implementação dessas práticas, faz-se importante que durante a formação sejam realizadas práticas curriculares na CME. Essas práticas devem propiciar a aproximação dos futuros profissionais com o conhecimento técnico e gerencial necessário para a função.

A atuação do enfermeiro no aprimoramento das técnicas de processamento de PPS é permeada por práticas fundamentais para a qualidade do processo. Os enfermeiros atuam na organização do serviço e utilizam do conhecimento técnico para aprimorar processos e produzir tecnologias que otimizam a segurança do trabalho em CME. O enfermeiro atua na construção e implementação de protocolos padronizados, manuais e vídeos educativos e é o principal agente nos processos de educação permanente.

Técnicas para o aprimoramento dos processos também são idealizadas pelos enfermeiros. Melhorias nas técnicas de limpeza e armazenamento são realizadas através da validação dos processos.

O estudo teve como limitações a ausência de descritores específicos que abordassem o processamento de PPS em todas as suas fases, o que levou a busca de artigos apenas com o tema esterilização que é apenas uma das fases do processo.

Essa revisão proporcionou a identificação de diversas práticas realizadas pelo enfermeiro e que contribuem para as práticas seguras na

CME. Verifica-se que a importância do enfermeiro para a implementação de práticas seguras está relacionada a sua atuação gerencial e as intervenções técnicas que aprimoram os processos realizados pelo setor.

Espera-se que as reflexões suscitadas nesse estudo possam fortalecer o protagonismo do enfermeiro como agente fundamental para a realização de práticas seguras na CME. Faz-se necessária a realização de mais estudos que reafirmem a importância do enfermeiro para a organização do trabalho seguro na CME.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1- Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização – SOBECC. Manual de Práticas Recomendadas da SOBECC 7ª ed. São Paulo: SOBECC; 2017.

2- Ascari RA, et al. O processo de esterilização de materiais em serviços de saúde: uma revisão integrativa. Braz. J. Surg. Clin. Res., Chapecó, v.4, n.2, p. 33-8, set-nov, 2013. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20130831_181149.pdf. Acesso em: 31 mar. 2021.

3- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) [Internet]. Resolução - RDC n. 307, de 14 de novembro de 2002. Altera a Resolução - RDC n. 50 de 21 de fevereiro de 2002 que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. 2002 acesso 10 jun. 21. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2012/rdc0015_15_03_2012.ht mlANVISA, 2012.

4- Conselho Federal de Enfermagem. Resolução nº 424/2012: normatiza as atribuições dos profissionais de enfermagem em Centro de Material e Esterilização (CME) e em empresas processadoras de produtos para a saúde. Brasília (DF):COFEn; 2012.

5- Costa CCP, et al. O trabalho na central de material: repercussões para a saúde dos trabalhadores de enfermagem. Rev. enferm. UERJ; v.23, n.4, p. 533-539, jul./ago. 2015. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-910908>. Acesso em: 15 mar. 2021.

6- Souza e Silva GW, Farias IP, Almeida TG, et al. Monitoramento e rastreabilidade de artigos esterilizados no bloco operatório. Rev. enferm

UFPE on line., Recife, 13(4):1064-70, abr., 2019. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/238636> Acesso em: 09 abr. 2021.

7- Carlos DJD, Oliveira LPBAO, Barros WCTS, Ribeiro KRB, Lino CRM. Centrais de material e esterilização e o coronavírus: reflexões da Enfermagem. Rev enferm UFPE on line., Recife, v. 15, n. 1, 2021. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/246944> Acesso em 25 mai 2021.

8- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão Integrativa: métodos de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/abstract/?lang=pt>

9- Souza e Silva GW, Farias IP, Almeida TG, et al. Monitoramento e rastreabilidade de artigos esterilizados no bloco operatório. Rev enferm UFPE on line., Recife, 13(4):1064-70, abr., 2019. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/238636> Acesso em: 09 abr. 2021.

10- Gil AC. Como elaborar projeto de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas 2010.

11- Mattos PLCL. Os resultados desta pesquisa (qualitativa) não podem ser generalizados: pondo os pingos nos is de tal ressalva. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 9, n. spe1, p. 450-468, Jul. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167939512011000600002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 08 nov. 2020.

12- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão Integrativa: métodos de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/abstract/?lang=pt>

13- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão Integrativa: métodos de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/abstract/?lang=pt>

14- Tipple AFV, et al. O trabalhador sem formação em enfermagem atuando em centro de material e esterilização: desafio para o enfermeiro. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 173-180, Jun 2005.

Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342005000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 abr. 2021.

15- Bartolomei SRT, Lacerda RA. O enfermeiro da central de material e esterilização e a percepção do seu papel social. Rev. Gaúcha de Enfermagem, Porto alegre, v. 27, n. 2., 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/4604>. Acesso em: 15 mar. 2021.

16- Taube SAM, Meier MJ. O processo de trabalho da enfermeira na central de material e esterilização. Acta paul. enferm., São Paulo, v. 20, n. 4, p. 470-475, Dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000400014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 abr. 2021.

17- Pezzi MCS, Leite JL. Investigação em Central de Material e Esterilização utilizando a Teoria Fundamentada em Dados. Rev. bras. enferm. Brasília, v. 63, n. 3, p. 391- 396, Jun 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672010000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 Abr. 2021.

18- Candé TA, et al. Influência da limpeza na esterilidade de tubos de silicone: estudo quase experimental. Online Brazilian Journal of Nursing, Niteroi, v. 10, n. 3, p. 1- 15, set./dez. 2011. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/16397>. Acesso em: 15 mar. 2021.

19- Costa JA, Fugulin FMT. Identificação da carga de trabalho da enfermagem em Centro de Material e Esterilização. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 54, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342020000100470&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 Abr. 2021.

20- Pires FV, et al. Momentos para higienizar as mãos em Centro de Material e Esterilização. Rev. Bras. Enferm., Brasília, v. 69, n. 3, p. 546-551, Jun2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672016000300546&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 abr. 2021.

21- Sales CRGS, et al. Logística de implementação de bloco cirúrgico na floresta: atuação do enfermeiro. Rev. Sobecc., São Paulo, v. 21, n. 3, jul/set, 2016. Disponível em: <https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/20>. Acesso em: 15 mar. 2021.

22- Paula FMSP, et al. Elaboração de material didático para processamento de produtos para saúde em unidades de atenção primária à saúde. Rev. Sobecc. São Paulo, v. 22, n. 3, jul/set, 2017. Disponível em:

<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/220>. Acesso em: 15 mar. 2021.

23- Santos IBC, et al. Equipamentos de proteção individual utilizados por profissionais de enfermagem em centros de material e esterilização. Rev. Sobecc, São Paulo, v. 22, n. 1, jan/mar, 2017. Disponível em: <https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/155>. Acesso em: 15 mar. 2021.

24- Sanchez ML, et al. Estratégias que contribuem para a visibilidade do trabalho do enfermeiro na central de material e esterilização. Texto contexto – enferm., Florianópolis, v. 27, n. 1, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072018000100306&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 abr. 2021.

25- Costa JA, Fugulin FMT. Identificação da carga de trabalho da enfermagem em Centro de Material e Esterilização. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 54, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342020000100470&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 Abr. 2021.

26- Gatti YAM, et al. Intensidade de ruídos e conscientização da equipe de enfermagem no centro de materiais e esterilização. Rev. Sobecc. São Paulo, v.25, n.4, out/dez, 2020. Disponível em: <https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/631>. Acesso em: 07 Abr. 2021.

27- Paim CPP, et al. Desenvolvimento de liderança de acadêmicos de enfermagem em um centro de material e esterilização. Rev. Gaúcha Enferm., Porto Alegre, v. 42, n. spe, 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472021000200803&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 Abr 2021.

28- Pezzi MCS, et al. Desenvolvimento de um protótipo instrucional para procedimentos técnicos em centro de material e esterilização. Texto contexto - enferm., Florianópolis, v.29, e20190047,2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072020000100337&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 Abr 2021.

29- Silva LSL, et al. (Des)conformidade do processo de trabalho no centro de material e esterilização. Rev. Sobecc, São Paulo, v. 25, n. 1, jan/mar,2020. Disponível em: <https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/530>. Acesso em: 15 mar. 2021.

30- Costa JA, Fugulin FMT. Identificação da carga de trabalho da enfermagem em Centro de Material e Esterilização. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 54, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342020000100470&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 Abr. 2021.

31- AQUINO, Jael Maria de. BARROS, Livia Pereira Barros. BRITO, Sâmara Aline Brito, FERREIRA, Emanuela Batista. MEDEIROS, Sílvia Elizabeth Gomes de. SANTOS, Elizabeth Rafaela dos. Centro de material e esterilização: acidentes de trabalho e riscos ocupacionais. Rev SOBECC, v. 19, n. 3, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/107>.

Simone Alves dos Reis Santana

Graduada em pedagogia
Universidade Federal de Catalão – UFCAT

Maria Marta Lopes Flores

Doutora em Educação
Universidade Federal de Catalão – UFCAT

Wanessa Ferreira Borges

Doutora em Educação Especial
Universidade Federal de Catalão – UFCAT

RESUMO

O trabalho em questão é parte da minha dissertação de mestrado e tem como objeto de pesquisa o estágio obrigatório na formação inicial de professores, tendo como foco a inclusão escolar, o qual foi escolhido a partir da vontade de aprofundar as pesquisas neste assunto. Dessa forma, definiu-se a pergunta norteadora, que é: como a presença de alunos público-alvo da educação especial em salas de aula comum do ensino regular e dos professores de educação especial que os apoiam, tem sido contemplada/percebida nas atividades de estágio de cursos de licenciatura da Universidade Federal de Catalão por alunos/estagiários do estágio curricular obrigatório? E, para chegar à resposta, delimitou o seguinte objetivo geral: descrever e analisar de que forma a presença de alunos público-alvo da educação especial e dos profissionais que oferecem serviços especializados (professores de AEE e professor de apoio) tem impactado nas reflexões, pesquisa e formação dos futuros professores durante as atividades de estágio, segundo as narrativas de alunos/estagiários do estágio curricular obrigatório dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Catalão. O trabalho é elaborado tendo por base dois momentos metodológicos, sendo uma análise descritiva do referencial bibliográfico que dá o embasamento teórico ao estudo, e, no segundo momento é realizada uma pesquisa de campo, com a aplicação de questionários semi-estruturados e análise quali-quantitativa dos resultados. Os resultados demonstram que o estágio se constitui enquanto um momento essencial na formação de professores, portanto, observou-se que nem todos os alunos têm tido a oportunidade dessa prática.

Palavras-chave: estágio curricular obrigatório; formação de professores, licenciatura.

INTRODUÇÃO

Na atualidade há a conscientização de que a atuação dos professores está atrelada à formação e ao desenvolvimento dos jovens cidadãos que atuarão na sociedade (LUDKE; SCOTT, 2018). O profissional da pedagogia, durante seu processo formativo, necessita passar por um processo que lhe garanta uma formação sólida, com conhecimentos teóricos, mas, também, a respeito da prática.

E, nesse sentido, o processo de formação docente se constitui como um assunto discutido há algum tempo, em que busca-se identificar as lacunas existentes nos cursos de licenciatura, de modo que possam ser sanadas em suas diferentes vertentes, de maneira a oferecer, cada dia mais, uma educação de qualidade. E, para tal, conforme explicita Libâneo (2010), faz-se necessário que o docente receba uma formação que o capacite para o trabalho com diferentes necessidades socioeducativas, visto que a sociedade é formada por diversidades.

Dentre as temáticas abordadas na atualidade está a questão da inclusão, que tem como destaque a educação especial, que se volta para a inserção de pessoas com deficiência em todos os níveis da educação brasileira. No entanto, ainda é uma modalidade que carece de mais avanços, bem como, de mais políticas públicas voltadas para tal, especialmente no que se refere à formação docente, onde a questão do estágio torna-se essencial, de modo que aconteça a prática embasada com a teoria (AGAPITO; RIBEIRO, 2015).

Portanto, de acordo com Pimenta & Lima (2015), os cursos de licenciatura não atendem às perspectivas da realidade educacional, e, muitas vezes, são trabalhados conteúdos apenas com o objetivo de cumprir as obrigações curriculares, com teorias que não fundamentam a prática. Nesse sentido, fica a desejar tanto na teoria quanto na prática, e, no que se refere ao estágio, teoria e prática não podem se separar. Tal fato é condição para que os professores se sintam despreparados para lidar com a diversidade de público que se apresenta. Diante disso vale ressaltar a abordagem de Melo (2020) ao enfatizar que a formação do profissional pedagogo acontece aproximando teoria e prática.

O estágio se constitui, dessa forma, na oportunidade de o aluno da licenciatura aprender a ser professor, associando os conhecimentos obtidos com observação, imitação, reflexão, análise crítica, reprodução, para que, a partir daí, seja reelaborada sua atuação, de acordo com a situação real, de modo a oferecer um ensino de qualidade (PIMENTA; LIMA, 2015).

E, dentro da realidade educacional, encontra-se o aluno com deficiência, que é matriculado para ter acesso, não apenas à escola, mas a educação que lhe ofereça condições de aprendizado tanto quanto os demais. No entanto, o que se observa são professores com dificuldades para lidar com esse público, o que demonstra a possibilidade de ineficiência no processo de formação profissional do docente (SILVA; SOUZA; NEGREIROS, 2020).

Diante do exposto, o objeto de pesquisa deste trabalho é o estágio obrigatório na formação inicial de professores, tendo como foco a inclusão escolar, o qual foi escolhido a partir da vontade de aprofundar as pesquisas neste assunto. Depois de passar pelo estágio obrigatório na graduação entre 2018 e 2019, e, devido à relevância de discutir as diversas alterações que vêm sendo feitas no que se refere às políticas de inclusão escolar.

Ante essa importância coloca-se a seguinte questão de pesquisa: **Como a presença de alunos público-alvo da educação especial em salas de aula comum do ensino regular e dos professores de educação especial que os apoiam, tem sido contemplada/percebida nas atividades de estágio de cursos de licenciatura da Universidade Federal de Catalão por alunos/estagiários do estágio curricular obrigatório?**

O objetivo geral deste trabalho é **descrever e analisar de que forma a presença de alunos público-alvo da educação especial e dos profissionais que oferecem serviços especializados (professores de AEE e professor de apoio) tem impactado nas reflexões, pesquisa e formação dos futuros professores durante as atividades de estágio, segundo as narrativas de alunos/estagiários do estágio curricular obrigatório dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Catalão.**

Isto leva a definir os seguintes objetivos específicos:

- ⇒ Compreender e analisar os impactos da presença dos alunos e professores da educação especial nas classes comuns de escolas de ensino regular nas reflexões, pesquisas e formação dos futuros professores nas atividades de estágio.
- ⇒ Evidenciar qual a perspectiva de inclusão escolar tem sido adotada pelos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Catalão no que se refere às vivências do estágio curricular obrigatório.
- ⇒ Analisar a percepção dos estagiários acerca da presença e escolarização dos alunos público-alvo da educação especial em salas de aula comum do ensino regular, bem como da sua atuação docente junto aos professores de educação especial (professores de AEE e professores de apoio à inclusão).

A pesquisa tem por base referenciais bibliográficos, onde faz-se um recorte temporal entre 1994 e 2021. A população a ser analisada está situada na Universidade Federal de Catalão, nos cursos de licenciatura, turmas que estejam cumprindo os requisitos do estágio obrigatório.

Espera-se que a realização desta pesquisa contribua para identificar e descrever como vem sendo tratada/percebida a escolarização de alunos público-alvo da educação especial, bem como as demandas de trabalho conjunto com professores da educação especial e os futuros discentes, durante as atividades vivenciadas no estágio curricular obrigatório dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Catalão, de modo a fortalecer e ampliar os estudos a respeito da formação inicial para inclusão escolar, assim

como, que se constitua numa também numa produção de conhecimentos sobre a temática, e, assim, contribuir na constituição da identidade docente de estudantes durante os estágios curriculares obrigatórios de cursos de licenciatura mediante o desafio de ensinar a todos os alunos, mesmo os do público-alvo da educação especial.

A partir dessas definições serão utilizados como apoio teórico autores que buscam discutir conceitos referentes à inclusão, estágio curricular obrigatório e sua importância na formação do professor, bem como a formação para a atuação com alunos com deficiência. Dentre esses autores podem ser citados: LIBÂNEO (2010); TARTUCI, (2011), PIMENTA; LIMA (2015), MENDES, (2019), MELO (2020), GARCIA, (2006), BORGES, (2015), CARDOSO, (2013), e outros que se apresentarem conforme o desenvolvimento da pesquisa.

A FORMAÇÃO DOCENTE NOS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS

Esse capítulo tem como objetivo discutir sobre a educação inclusiva, o estágio obrigatório dos cursos de licenciatura, buscando discorrer sobre a formação de professores e formação teórico prática, alunos e professores da educação especial, a escolarização dos alunos PAEE no ensino regular.

A formação teórico prática

Ao se falar de estágio supervisionado obrigatório está se referindo não é apenas ao momento de contato com a prática, a realidade, mas uma oportunidade para dialogar com a instituição escolar e para aqueles que fazem parte da mesma de modo a questionar e refletir sobre essa experiência e sobre os aprendizados obtidos a partir daí. Vale ressaltar que, segundo Ribeiro; Araújo (2017), o momento do estágio, para obter uma aprendizagem válida, necessita que o estagiário seja ativo, uma vez que, nesse momento, o discente deve compreender a realidade das instituições escolares a partir de situações pedagógicas concretas.

O estágio supervisionado ocupa um lugar importante na formação docente, visto que interfere de forma incisiva na prática pedagógica do professor. Assim sendo, caracteriza-se como um momento fundamental, pois possibilita ao aluno-professor uma aproximação com o seu futuro campo de trabalho, ou seja, a escola e a sala de aula. Seu objetivo é proporcionar ao aluno a oportunidade de ampliar seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional, criando a possibilidade do exercício de suas habilidades (CORTE; LEMKE, 2015).

Dessa maneira, há que salientar que se trata de um momento que oportuniza diálogos, de modo a superar as dificuldades, sendo de extrema importância no processo formativo do professor, pois possibilita que o estagiário desenvolva competência e faça do estágio um momento em que possa refletir sobre a atividade educacional, construindo práticas educativas que venham a contribuir para tornar o ensino algo de qualidade (CÂMARA;

ARAÚJO, 2015).

Pimenta e Lima (2004, p.33) afirmam a existência de associações de que o estágio se constitui como a parte prática dos cursos de formação, portanto, na verdade, é preciso compreender que trata-se de um momento importante na formação, a partir do qual o aluno tem uma maior interação com a realidade e com o campo onde esse atuará, o que possibilita maiores reflexões, bem como adquire conhecimentos que fundamentarão sua prática enquanto futuro profissional, contribuindo para a formação da sua identidade, com base nos saberes reais, visto que, em contato com a instituição escolar, o mesmo observa e reflete, e troca experiências com aqueles profissionais que atuam há mais tempo.

Para que seja uma experiência válida, o estágio deve ser um campo onde ocorra análise, investigação e interpretação crítica, servindo assim, como uma busca para responder às situações que desafiam o aluno estagiário na educação, auxiliando o professor a reconhecer-se ou não na profissão (CÂMARA; ARAÚJO, 2015).

Desse modo, os alunos dos cursos de licenciatura necessitam ver essa parte da graduação para além de uma atividade obrigatória, mas como uma oportunidade de crescimento na prática docente, portanto, quanto maior for o compromisso do estagiário com esse momento de sua formação, em que o mesmo vivencia experiências práticas, significativas, oportuniza, a partir da reflexão sobre esse momento, “buscar alternativas para uma nova ação educativa” (RIBEIRO; ARAÚJO, 2017, p. 1722).

Conforme Despacho do Ministro da Educação Cristovam Buarque, publicado em 19/03/2004, no Diário da União,

o estágio profissional curricular representa o momento da formação em que o(a) graduando(a) deverá vivenciar e consolidar as competências e habilidades exigidas para o exercício acadêmico-profissional em diferentes campos de intervenção, a partir da segunda metade do curso, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado. O estágio profissional curricular é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de intervenção acadêmico-profissional que tornar-se-á concreto e autônomo quando da profissionalização do(a) graduando(a) (BRASIL, 2004).

Sendo assim, conclui-se que a prática do estágio solidifica o que foi trabalhado durante o curso, por isso, deve acontecer em um ambiente de trabalho, frente à realidade que o estagiário vivenciará em sua vida profissional, visto que, nesse espaço, ocorre a complementação do ensino-aprendizagem, com planejamentos, execuções, acompanhamentos e avaliações, além disso, o estágio se constitui no momento em que o estudante demonstrará os conhecimentos e as habilidades adquiridas durante seu curso (CÂMARA; ARAÚJO, 2015).

Santos (2014) acrescenta ainda que essa fase do estágio

supervisionado é um processo que contribui para que o acadêmico construa sua identidade, pois proporciona aos estagiários “momentos de refletir e vislumbrar futuras ações a partir de estudos, vivências e análise dos entraves e possibilidades do seu campo profissional”. (SANTOS, 2014, p. 45).

O estágio, é o momento em que o aluno de graduação tem a oportunidade de estar em contato com a prática, formando, para tanto, sua identidade profissional e, a partir desse momento, pretende-se que o mesmo faça uma reflexão verdadeira e crítica sobre o seu papel na sala de aula na escola. Em outras palavras, o estágio é um momento em que o aluno se vê na realidade da escola, na gestão educacional e no momento de atuação prática, onde não basta saber fazer exercícios teóricos, nem tampouco reproduzir um modelo, é sim, um momento em que exige-se o pensar, o pesquisar, o refletir, em um agir consciente da sua importância na formação do cidadão (LIBÂNEO, 1994).

É a partir desses momentos, que o estagiário se torna um pesquisador, pois é através das situações reais que é elaborado o projeto de intervenção, o que, de fato, necessita de uma postura investigativa, um olhar reflexivo e atento para compreender, problematizar e analisar as situações vivenciadas na escola campo (MODZINSKI; MONTAGNINI; BORGES, 2018).

De acordo com Ribeiro e Araújo (2017), o estágio permite a elaboração do conhecimento a partir da experiência prática oportunizada, uma vez que a formação docente deve acontecer levando em consideração a realidade vivenciada no contexto escolar, pois que é a partir da prática que se constitui o professor enquanto tal. A partir da conscientização a respeito da realidade, vislumbrada a partir do estágio, os alunos de licenciatura se tornar aptos a desenvolver práticas que visem a melhoria da qualidade da educação, de modo a corresponder às necessidades e desejos da sociedade.

No processo de estágio torna-se essencial a figura do orientador, o qual possui qualificação e conhecimentos práticos e teóricos para o exercício da prática educacional de maneira consciente e com bases científicas contribuindo significativamente para a formação docente. Outro ponto a ser destacado com referência ao estágio é que licenciado deve participar de todos os momentos, do planejamento à prática, se organizando de maneira a buscar estratégias, métodos, que levem ao aprendizado e contribua para a formação do homem integral, com situações significativas (RIBEIRO; ARAÚJO, 2017).

A partir das teorias trabalhadas durante o curso de licenciatura são trabalhadas inúmeras disciplinas as quais devem ser lembradas para a prática no estágio. Essas teorias se constituam enquanto suporte para orientar a prática do educando e, nesse sentido, a didática tem bastante a contribuir.

Modzinski; Montagnini & Borges (2018) afirmam que construir uma prática educativa que seja transformadora necessita de uma formação teórica que seja articulada com o contexto em que o acadêmico irá trabalhar vinculado com os conhecimentos pedagógicos, pois são muitos os desafios na prática docente, sendo que o objetivo principal do estágio é aproximar o

estagiário da realidade profissional na qual irá atuar. O exercício da práxis é fundamental para que as pesquisas resultem em projetos/intervenções que sejam significativos tanto para o processo formativo do estagiário como também para a formação dos alunos da escola campo. Neste sentido, é necessário que o estagiário estabeleça uma relação entre teoria e prática, para vivenciar experiências que sejam relevantes e significativas para a construção de novos saberes e práticas pedagógicas.

Portanto, a experiência do estágio é essencial para uma formação integral, pois este propicia o conhecimento para além da base teórica, permitindo uma vivência real do cotidiano, fazendo-se um momento de reflexão composta por uma postura crítica do estagiário, indo além de uma simples exigência acadêmica, permitindo um agregado na bagagem profissional a respeito da realidade, buscando melhorar sua atuação enquanto futuro docente.

A escola inclusiva: formação de professores

Tem-se falado com muita frequência da importância da formação de uma sociedade inclusiva e, onde todos os espaços devem adotar essa filosofia, portanto, torna-se necessário saber do que se trata a palavra inclusão e, desse modo, cita-se Mantoan (2005, p.24) que afirma que:

inclusão [...] é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com interagir com o outro.

De acordo com o texto da Constituição Federal de 1988, todos têm direito ao acesso à escola, ou seja, também as pessoas que apresentam necessidades especiais, com diferentes déficits (temporários ou crônicos, graves ou leves), que, em grande parte, devem receber atendimento especializado, permitindo melhor aproveitamento da mesma (BRASIL, 1988). Contudo, essa situação só veio a passar por modificações, a partir da Declaração de Salamanca, na década de 90, que rege:

[...] as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças

de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados (UNESCO, 1997, p. 17-18).

Estabelece-se aí as necessidades dessas pessoas estarem na educação regular, por entender que a mesma é uma oportunidade de socialização para os mesmos. Parte-se do princípio de que a “educação é para todos” (GLAT & FERNANDES, 2005).

A partir daí, surge um novo modelo, baseado na inclusão desses indivíduos na educação e na sociedade como um todo, em um processo de integração. Desse modo, a escola deve adotar estratégias em que todos possam participar, em que todos sejam tratados igualmente e ninguém seja excluído, a escola é vista como um espaço de inclusão social. E, nesse sentido, conforme compreensão do conceito, ao se falar “incluir” está se referindo a ter uma escola de qualidade que abra suas portas para todas as crianças, respondendo as necessidades de cada um deficiente ou não. (GLAT & FERNANDES, 2005).

De acordo com a Política Nacional de Educação, ao se falar da inclusão, está se referindo a “uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2008, p. 1).

Fica claro, então, que se trata de um decreto que busca dar oportunidades a todos de estarem nos bancos das instituições de ensino e aprender de forma igualitária, com as mesmas condições que os demais alunos aprendem. E para que ocorra, são necessárias metas e estratégias que garantam essa inclusão para alunos com necessidades educacionais especiais no nível de ensino, o qual deve acontecer de maneira integrada com a proposta pedagógica da instituição.

De acordo com Ferreira; Ferreira (2004), falar de inclusão é falar de diferenças, de heterogeneidade, que considera que cada ser possui interesses, capacidades, motivações, experiências e, nesse sentido, a educação inclusiva se trata daquela que não apenas respeite e valorize as diferenças, mas que saiba tratá-las e levá-las ao desenvolvimento.

Portanto, a Educação Inclusiva não deve ser compreendida como algo direcionado apenas à inserção de alunos com deficiência. Essa educação se destina a todas as crianças e jovens, independentemente de suas características. Segundo Cabral (2014, p.86):

A Educação Inclusiva deve ser compreendida a partir de pressupostos democráticos, em que o direito à educação pressupõe um ensino básico de qualidade para todos, não (re)produzindo mecanismos de diferenciação e de exclusão social (CABRAL, 2014, p. 86).

A Política Nacional de Educação Especial (PNEE) aponta em suas concepções a educação especial como uma modalidade de ensino que

perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, a qual deve realizar o atendimento educacional especializado, disponibilizar os serviços e recursos próprios desse atendimento e orientar os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

O Estágio Obrigatório na Formação de Professores para a Educação Inclusiva

Ao longo dos tempos é possível evidenciar que a formação de professores tem passado por alterações, especialmente no período situado entre pós década de 1970 até a década de 1990. Justifica-se essas transformações ao fato de estarem atreladas às concepções variadas do trabalho docente, o qual, em diferentes épocas, representou papéis diversos, portanto, essas alterações nem sempre se constituem em mudanças nos cursos de formação docente (AGAPITO; RIBEIRO, 2015).

Tendo em vista que os cursos de formação inicial necessitam acompanhar as mudanças na profissão docente decorrentes do movimento inclusivo, as etapas dessa formação devem ser repensadas e pautadas em uma práxis coerente com este novo modelo educacional.

O interesse pela forma de trabalhar com a inclusão no sistema educacional brasileiro, de maneira a compreender seus avanços e desafios, é algo novo, só vindo a despertar interesse após 1994, com a Declaração de Salamanca (MENDES; ALMEIDA; TOYODA, 2011).

Sabe-se que a escola possui um contexto plural, no que diz respeito à diversidade. Desenvolver práticas inclusivas, é de fato, uma forma de atender toda a demanda, sem segregar nenhum sujeito. Diante disto, a formação docente necessita estabelecer uma ponte entre ensino e inclusão, pois sabe-se que o ambiente escolar é composto por um público diverso e por esse motivo Reis (2013, p. 142) diz que “a questão da formação de professores ainda é um grande desafio para a implementação e concretização de práticas pedagógicas capazes de colocar em evidência a diversidade como ponto de partida para uma educação inclusiva”.

Neste sentido, a formação de professores deve perpassar e evidenciar as relações sociais de modo geral, segundo Gonzáles (2002, p. 251), “o certo é que não só os alunos são diferentes, mas também os professores – e ser diferente é uma característica humana e comum, não um atributo (negativo) de alguns” (GONZÁLES, 2002, p. 251).

Há a compreensão de que a diferença é uma característica humana e não um atributo negativo de alguns. Partindo desses pressupostos, a inclusão na escola não se dirige apenas aos “diferentes”, mas a todos os alunos, sem nenhuma distinção.

Interessa conhecer e refletir a formação docente para atuar na diversidade. Sabe-se que para que a inclusão seja uma realidade genuína e não apenas discurso é necessário a adaptação do ambiente escolar, mas não

apenas isso, a formação continuada e permanente com foco na diversidade é de completa importância nesse processo

No que se refere à educação inclusiva, o curso de formação de professor deve, desde o início, trabalhar de maneira a preparar os licenciados para atuar em uma escola que se constitua verdadeiramente inclusiva, que ofereça reais condições de aprendizagem com qualidade para todos.

Portanto, Mendes; Almeida & Toyoda (2011) destacam que a realidade que se apresenta é de professores, nos diferentes níveis de ensino, apontando dificuldades para trabalhar com pessoas deficientes, o que está associado à falta de conhecimento ou à falta de preparo para lidar com eles, principalmente nos casos de deficiências severas, como é o caso de deficiências intelectuais, paralisia cerebral, bem como comportamentais.

E, o conhecimento adquirido no estágio, amplia a capacidade para trabalhar e assumir desafios na prática pedagógica.

Há a necessidade de que os professores sejam formados para lidar com os mais variados públicos, oferecendo-lhes educação de qualidade. E devem ser avaliadas as diretrizes políticas e cursos de formação de professores de modo a ir de encontro a uma educação que se volta para a diversidade (AGAPITO; RIBEIRO, 2015).

A proposta da inclusão salienta que, desde a formação inicial, o licenciado deve ser preparado para trabalhar com todos os grupos sociais. O professor deve estar consciente das possibilidades de perfis que terão que lidar.

A formação docente e a escolarização dos alunos PAEE no ensino regular

Interpretar a organização do trabalho docente na perspectiva inclusiva, significa interpretar a articulação e trabalho conjunto entre professor de AEE, profissional de apoio à inclusão e professor regente. Todos devem empreender suas ações em prol de garantir a aprendizagem de todos, inclusive dos alunos PAEE na classe comum. Para isso deverão se embasar nas prescrições legais, que norteiam os princípios da inclusão escolar.

Ao confrontarmos as normativas com dados de pesquisas referentes aos professores de AEE, o que percebemos é que apesar da política designar inúmeras atribuições a este docente, na prática não lhe são dadas condições de efetiva-las, em razão da carga horária insuficiente para orientação a professores e familiares, para o acompanhamento da aplicabilidade de recursos na sala de aula comum, o planejamento conjunto e o atendimento de elaboração de recursos pedagógicos e de acessibilidade junto ao professor regente. Ademais as prescrições não deixam claras como deve se dar a organização do tempo, dos atendimentos (individual ou grupo), dos agrupamentos (entre idades, séries, deficiências etc.), do currículo, das metodologias e estratégias na complementação e suplementação, sendo o professor responsável pelo manejo da relação tempo/alunos atendidos/atribuições (ROCHA, 2013; BORGES, 2015).

Em relação aos professores de apoio à inclusão, pesquisas ilustram que a presença de um professor especializado em educação especial na classe comum não tem garantido aos alunos PAEE participação e aprendizagem, pois não lhes são garantidos momento de planejamento conjunto, reflexão colaborativa da/sobre a prática, divisão do trabalho na classe considerando todos os alunos etc. A distância entre o prescrito e as reais condições de trabalho gera um reducionismo da presença deste professor no acompanhamento exclusivo do aluno PAEE, levando a estruturar um ensino paralelo, individualizado e por vezes substitutivo dentro da própria sala de aula, no qual o professor especializado se encarrega da escolarização do aluno da educação especial, enquanto o regente se encarrega de prover condições de ensino aos demais (TARTUCI, 2011; SCHREIBER, 2017).

Segundo Schreiber (2017), as políticas de educação especial não têm contribuído para ampliação das capacidades humanas dos alunos da modalidade da educação especial, pois o foco dela está em garantir a matrícula na classe comum do ensino regular e prover os recursos e serviços necessários para o atendimento de suas necessidades específicas, ou seja, tais ações não se voltam para o trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores.

Para compreender a organização do trabalho pedagógico na inclusão escolar é necessário considerar as condições objetivas para sua concretização, pois as formas organizativas do trabalho pedagógico, são uma expressão do fazer docente em condições que lhes são dadas (GARCIA, 2006). Onde, para que ocorra o sucesso da aprendizagem é necessário que o professor estabeleça uma metodologia que abrange toda a turma, sem abordar conteúdo específicos para as crianças ditas especiais, pois “os alunos não têm o mesmo tempo de aprendizagem e traçam diferentes caminhos para aprender” (MACHADO, 2011, p. 70).

É preciso a conscientização de que em uma sala de aula, o professor tem contato com uma diversidade de alunos, apresentando realidades diferentes, tanto no que diz respeito ao aprendizado, como também no contexto familiar e social em que vive.

Assim, cabe ressaltar que a educação inclusiva é uma questão que vem sendo bastante discutida, pois como afirma Ferreira (2015, p. 41-42)

[...] toda criança tem direito à educação de qualidade e de que, portanto, os sistemas educacionais têm que mudar para poder responder a essas necessidades. Na educação inclusiva defendemos que todas as crianças são especiais [...]. Como crianças especiais, todas têm direito de acesso à educação e de conviver com as crianças de seu próprio bairro, seus irmãos, seus colegas, seus pais ou familiares e todas merecem nossa atenção, cuidado e aperfeiçoamento.

Neste entendimento, pode-se afirmar que a educação inclusiva deve

incluir todo e qualquer aluno, não somente alunos com necessidades especiais, mas também alunos com baixa renda, deficiências físicas, mentais e sensoriais, alunos com altas habilidades/superdotação, entre tantos outros.

Sendo assim, é importante destacar que a educação inclusiva não distingue classe social, religião, sexo ou até mesmo cor. Ela consiste em fazer com que o indivíduo participe efetivamente do ensino regular, promovendo o desenvolvimento cognitivo e intelectual de todos, buscando sempre um menor número de evasão escolar.

RESULTADO

No âmbito da educação básica, o que tem se acompanhado é que a escola, em muitos casos, tem sido utilizada apenas para socializar essas crianças e para não se cair na imobilidade, para não reduzir a escola à função de apenas “socializar” o aluno com deficiência (expressão que tem sido utilizada para indicar que a experiência escolar do aluno é suficiente quando se coloca em relação adaptadas ao contexto educacional) e para que possamos desenvolver em processo de inclusão a partir da realidade escolar nacional, parece importante que se tome como referência a função social da escola e a partir dela se estabeleça, para os alunos com deficiência, um plano de desenvolvimento escolar que busque o máximo de desenvolvimento escolar, que busque o máximo de desenvolvimento de cada aluno, dentro da meta geral colocada. Pimenta (1999) aponta para a escola a função de incorporar os alunos no processo civilizatório, garantindo que os alunos “diferentes”, assim como os outros, apropriem-se dos avanços do conhecimento, da tecnologia e da diversidade das manifestações culturais (PIMENTA apud FERREIRA; FERREIRA, 2004).

Dessa maneira, fica claro a necessidade de que as barreiras sejam superadas, as quais, de acordo com Sasaki (2009), são classificadas a partir de seis dimensões:

arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência) (SASSAKI, 2009, p. 01-02).

Fica claro, portanto, que, ao falar de acessibilidade, está se falando em dar condições, nos variados contextos, para que ocorra a inclusão e aspectos da vida humana, considerando as necessidades universais para que a mesma ocorra. E, para tal, deve ser oferecido um ambiente educacional adequado, com o apoio de estratégias, recursos e metodologias

diferenciadas, a previsão do atendimento especializado e, ainda, a preocupação com a formação dos professores da educação especial e do ensino regular para atuar com a diversidade do alunado.

Desta forma o estágio curricular obrigatório constitui-se em importante espaço de formação e reflexão, pois por meio da aproximação do futuro professor ao contexto escolar, ele pode refletir e problematizar a ação docente dos diversos agentes escolares em favor da inclusão, considerando as prescrições iniciais, a atividade e a ação, de modo a identificar fatores facilitadores e limitadores e propor ações pedagógicas que melhorem a qualidade da educação para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: setembro de 2021.

CABRAL, Cristiane Soares. **Relação família-escola no contexto da inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista**. (Dissertação de Mestrado). São Leopoldo: UNISINOS – Universidade do Vale dos Rios dos Sinos: São Gonçalo, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4666>. Acesso em nov. 2021.

CASTRO, Heloisa Vitória de. Educação especial e inclusão de pessoas com deficiência na escola: um olhar histórico-social. Faculdade de Educação-UFG Comunicação Formação e profissionalização docente. 1986. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/248/o/1.4.__27_.pdf. Acesso em setembro de 2022.

CERVO, Amado I. & BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CRUZ, Evandro Costa; COSTA, Deuzeli Brandão da. A Importância da Formação Continuada e sua Relação com a Prática Docente. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 08. Ano 02, Vol. 03. Novembro de 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/formacao-continuada>. Acesso em agosto de 2022.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto; FERREIRA, Júlio Romero. “Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas”. In: GÓES, Maria Cecília

Rafael de & LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. (orgs.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção educação contemporânea)

GIL, Antônio Carlos, 1946 - **Como elaborar projetos de pesquisa/** Antonio Carlos Gil. 5 ed.- São Paulo: Atlas, 2010.

GLAT, Rosana & FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. “Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação brasileira”. **Inclusão** - Revista da Educação Especial - Out/2005.

HAIR JR., Joseph et al. **Análise multivariada de dados**. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo, Cortez, 1994.

MANTOAN, M.T. E.. “Fala, mestre! Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”. In: **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. In: **Revista Poiesis** -Volume 3, Números 3 e 4, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/download/10542/7012/> Acesso em janeiro de 2022.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

POKER, Rosimar Bortolini; VALENTIN, Fernanda Oscar Dourado; GARLA, Isadora Almeida. Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. In: **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Número Especial, 2018: 127-134. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2018/010>. Acesso em: junho de 2020.

REIS, Cristina de Araújo Ramos. **Docente com deficiência visual no Ensino Superior**: uma revisão sistemática de literatura em base de dados científica. Curso de Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC – UNEB, 2017. Disponível em: <http://www.uefs.br/vcbei/DOCENTE%20COM%20DEFICIENCIA%20VISUAL%20NO%20ENSINO%20SUPERIOR%20UMA%20REVISAO%20SISTEMA>

TICA%20DE%20LITERATURA%20EM%20BASE%20DE%20DADOS%20CI
ENTIFICA.pdf. Acesso em janeiro de 2022.

REIS, Linda G. **Produção de monografia: da teoria à prática. O método educar pela Pesquisa (MEP).** 2ª Edição. Brasília: Senac-DF, 2008.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágios e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação).** Ano XII, São Paulo, mar./abr. 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: junho de 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão.** Construindo uma sociedade para todos. Ed. 7. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVA, Patricia Amorim da. **Prática pedagógica dos docentes.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 02, Vol. 06, pp. 117-125. Fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/pedagogica-dos-docentes>. Acesso em agosto de 2022.

SIQUEIRA, Flávia; ALMEIDA, Marina. Número de alunos com deficiência está em expansão nas instituições de ensino superior. **Revista Ensino Superior.** Ed. 245. Dezembro de 2019. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/alunos-com-deficiencia-ies/>. Acesso em julho de 2021.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Basics of qualitative research: grounded theory procedures and techniques.** Newbury Park, CA: Sage Publications, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em julho de 2021.

Beatriz Baptistella Faustino Ferraz

Discente do Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos - UNIFEOB

Leila Barroso da Silva Oliveira

Docente do Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos - UNIFEOB

RESUMO

Câncer consiste no crescimento desordenado de células, sendo o mais incidente entre as mulheres. Dentre os tipos de tratamento, temos a mastectomia parcial ou total. A enfermagem faz-se importante para a mulher e a SAE contribui de maneira organizada em seus serviços prestados; sendo a falta de humanização e conhecimento fatores que retardam o processo de tratamento. Objetivos: Descrever a importância da humanização na assistência de enfermagem para melhoria da qualidade de vida de mulheres no período pré e pós-operatório. Justifica-se a escolha deste tema, para ampliação dos conhecimentos relacionados à temática no meio acadêmico, devido a notoriedade que a oncologia tem na área da enfermagem. Método: Revisão de literatura, nas bases de dados GOOGLE ACADÊMICO, utilizando os descritores, Assistência de Enfermagem, Humanização e Mastectomia. No período compreendido de 2016 a 2022, foram identificados 112 artigos, e destes, 74 foram selecionados para leitura. Dos 74 selecionados, 30 traziam a percepção de humanização e a importância da enfermagem no período pré e pós cirúrgico. A revisão contou com leitura e análise do conteúdo sob as seguintes questões: Qual o papel do enfermeiro nos cuidados pré-operatórios em uma cirurgia de mastectomia? Qual o impacto da mastectomia na imagem corporal? Qual a importância do enfermeiro nas orientações no pós-operatório e autocuidado? Considerações: Consideramos fundamental destacar a importância da enfermagem nos cuidados individualizados para mulheres mastectomizadas, atentando-se a necessidade da atualização em estudos que envolvam diagnósticos de enfermagem em diferentes situações, propositando-se em uma assistência de enfermagem adequada e eficaz.

Palavras-chave: assistência de enfermagem; humanização; mastectomia.

INTRODUÇÃO

Segundo Oliveira et al., (2017) o câncer de mama ou neoplasia mamária é uma das doenças que ocorrem devido ao desenvolvimento anormal das células da mama, sendo o mais temido pelas mulheres, devido à sua alta frequência e, sobretudo, pelas causas psicológicas que afetam a percepção da sexualidade e a própria imagem pessoal. É uma doença que

tem grande chance de cura se notado logo no início.

No mundo, o câncer de mama é o mais incidente entre as mulheres sendo, atualmente, um relevante problema de saúde pública. É a neoplasia maligna mais incidente em mulheres na maior parte do mundo. De acordo com as últimas estatísticas mundiais do Globocan 2018, foram estimados 2,1 milhões de casos novos de câncer e 627 mil óbitos pela doença (INCA, 2019).

Essa mudança surgiu do fato de que, na prática, muitas mulheres com câncer de mama descobriram a doença a partir da observação casual de alterações mamárias e não por meio de uma prática sistemática de se auto examinar, com método e periodicidade definidas. A detecção precoce da neoplasia mamária pode também ser feita pela mamografia, quando realizada em mulheres sem sinais e sintomas da doença, numa faixa etária em que haja um balanço favorável entre benefícios e riscos dessa prática (mamografia de rastreamento) (BRASIL, 2021).

Conforme Silva e Silva (2017), as mamas são de grande importância para a estética e a sexualidade, e a remoção das mesmas constitui uma violência capaz de afetar seriamente o relacionamento sexual da mulher e as reações de seu parceiro; perdê-los significa comprometer esse estado de espírito que cerca a feminilidade e suas possibilidades, entre elas a amamentação, também de profundo valor para o psiquismo da mulher, a mutilação da mama nega tudo isso.

Para Scofano et al., (2020) o apoio e a orientação não somente para as mulheres mastectomizadas, mas também para a família, que é a parte importante no tratamento, pois, se o suporte emocional for de qualidade, será bastante significativo na recuperação da mulher, ajudando-a na melhora da autoestima e contribuindo na recuperação da autoimagem. Os autores ainda dizem que o enfermeiro é um profissional educador e, por ter essa formação, deve orientar a mulher e também aos seus familiares quanto ao pós-operatório da mastectomia, uma vez que esse período é o mais traumático para ambos. O cuidado do enfermeiro está baseado no amor, compaixão, carinho, não sendo visto apenas como o tratamento de uma doença, mas sim, como uma possibilidade do ser de quem é cuidado.

As orientações recebidas pelas mulheres no período perioperatório ainda não são suficientes, levando em consideração que os profissionais que escolhem trabalhar com mastectomizadas precisam achar o eixo convergente entre técnica (destreza), ciência e humanização, recuperando para o autocuidado. Sendo redundante este último visto que para proporcionar cuidado é necessariamente indispensável à humanização (SILVA et al., 2020).

Para Scofano et al (2020) há uma valorização do autocuidado na promoção da saúde, considerando a contribuição e participação da própria mulher submetida à mastectomia no processo de enfrentamento, prevenindo as complicações, auxiliando em sua recuperação e reabilitação após a cirurgia. O mesmo ainda diz que cabe ao enfermeiro perceber e cuidar da paciente no pós-operatório de mastectomia, estimulando-a para o autocuidado na orientação e educação em saúde.

Diante disso, este estudo busca levantar e descrever o papel do enfermeiro nos cuidados pré-operatório, o impacto da mastectomia na autoimagem e ressaltar a importância do enfermeiro durante a orientação do autocuidado pós-cirúrgico. Desta forma, justifica-se a escolha deste tema, para ampliação dos conhecimentos relacionados à temática no meio acadêmico, devido à notoriedade que a oncologia tem na área da enfermagem, a compreensão do significado do humanizar e a minha preocupação, como futura enfermeira, às mulheres que poderão passar por esse tipo de situação.

Trata-se de estudo de revisão de literatura, a partir do levantamento de artigos científicos nas bases de dados GOOGLE ACADÊMICO, utilizando os descritores, Assistência de Enfermagem, Humanização e Mastectomia. No período compreendido de 2016 a 2022, foram identificados 112 artigos, e destes, 30 foram selecionados para leitura. A revisão contou com leitura e análise do conteúdo sob a seguinte questão: Qual o papel do enfermeiro nos cuidados pré-operatórios em uma cirurgia de mastectomia? Qual o impacto da mastectomia na imagem corporal? "Qual é a importância do enfermeiro nas orientações no pós-operatório e autocuidado?"

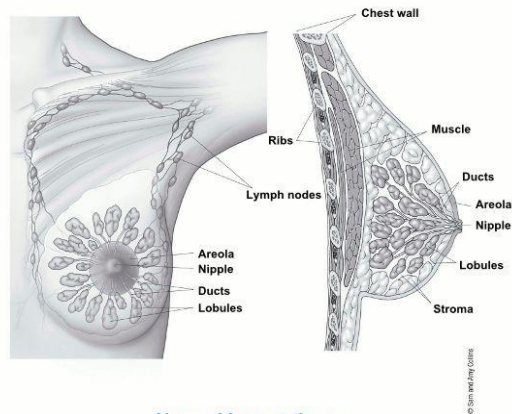
DESENVOLVIMENTO

NEOPLASIA MAMÁRIA, MASTECTOMIA E O PAPEL DO ENFERMEIRO NO PRÉ OPERATÓRIO

A neoplasia mamária, ou câncer de mama, trata-se do desenvolvimento anormal das células da mama, que multiplicam-se até formarem um tumor maligno; alguns com rápido desenvolvimento, enquanto outros se desenvolvem lentamente (INCA, 2019).

Segundo Rodrigues, (2017) o câncer inicia-se quando as células normais, depois de expostas a um agente carcinogênico, se transformam em cancerígenas, resultando em uma lesão no seu material genético. Estas células, geneticamente alteradas, crescem continuamente originando novas células anormais, resultando a massa tumoral por um crescimento e multiplicação celular numa parte do corpo de forma desordenada e descontrolada.

Figura 1 - Tecido mamário normal



Normal breast tissue

FONTE: American Cancer Society, 2019

Vieira, Mauad e Fregnani (2018), referem que em muitas cidades brasileiras, o câncer é a segunda causa de morte dentre todos os óbitos, ficando abaixo apenas das doenças do aparelho circulatório.

No mundo, o câncer de mama é o mais incidente entre as mulheres. Em 2018, ocorreram 2,1 milhões de casos novos, o equivalente a 11,6% de todos os cânceres estimados. Deverá ser investigado caso haja um nódulo ou outro sintoma suspeito nas mamas para diagnosticar ou não o câncer de mama. Para a investigação dos nódulos, além do exame clínico das mamas, exames de imagem como mamografia, ultrassonografia ou ressonância magnética, podem ser recomendados. O diagnóstico só é dado, porém, através da biópsia, técnica que consiste na retirada de um fragmento do nódulo ou da lesão suspeita por meio de punções (extração por agulha) ou de uma pequena cirurgia (BRASIL, 2018).

Este pode ser detectado em fases iniciais, em grande parte dos casos, aumentando assim as probabilidades de tratamento e cura. Sendo assim, é de extrema importância que as mulheres fiquem atentas a qualquer alteração suspeita na mama, pois quando a mulher conhece bem suas mamas e se familiariza com o que é normal para ela, pode estar atenta a essas alterações e, conseqüentemente, buscar o serviço de saúde para investigação diagnóstica. A orientação atual é que a mulher observe e conheça o seu corpo, realizando a autopalpação/autoexame das mamas sempre que se sentir confortável para tal (no momento da troca de roupa, no banho ou em outra situação do cotidiano) sem necessidade de técnica específica para palpação, e num período determinado do mês, como indicado na época dos anos 80 (BRASIL, 2021).

Baseado nos dados do INCA - Instituto Nacional do Câncer (2019), existe uma grande variedade de tipos histológicos e moleculares de carcinomas de mama in situ e invasor. O tipo histológico invasor mais comum

é o carcinoma ductal infiltrante não especificado, que representa de 70 a 80% de todos os tumores de mama, seguido pelo carcinoma lobular infiltrante, com cerca de 5 a 15%, e pelos outros tipos histológicos.

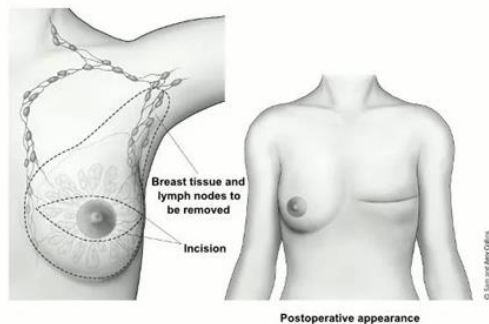
Rodrigues (2017), relata que a mastectomia define-se por uma amputação cirúrgica da mama, envolvendo um conjunto de procedimentos cirúrgicos em que toda a mama é removida e sendo utilizada para exérese de tumores maiores e em mulheres jovens com teste positivo para mutações nos genes de suscetibilidade ACBRCA1 ou BRCA2.

Existem diversos tipos de mastectomia, entre eles destacam-se, a mastectomia simples que nela são retiradas somente as glândulas mamárias e a aponeurose do músculo peitoral maior e é mais indicada em caso de carcinoma in situ (bem localizado) descoberto precocemente. A mastectomia preventiva consiste na retirada da mama como forma de prevenção do câncer, sendo indicada quando a mulher já teve um câncer de mama numa das mamas, como forma de prevenção da outra, ou para mulheres que apresentam elevado risco de desenvolver o câncer, podendo ser realizada a reconstrução mamária imediata. E a mastectomia radical retira-se toda a glândula mamária, parede muscular adjacente e os linfonodos da região axilar (GODOY et al., 2016).

Entretanto, a mastectomia, é um procedimento que visa a retirada total da glândula mamária, com o objetivo de reduzir a incidência, melhorando a expectativa de vida de mulheres pertencentes a populações consideradas de alto risco, sendo quase sempre inevitável em fases adiantadas da doença (ARAÚJO et al., 2020).

Silva et al., (2018) relata que a mastectomia é o método mais empregado para a terapêutica do câncer de mama porém também o grande vilão na vida das mulheres, pois ele é o causador das modificações e vivências neste momento enfrentado por elas, visto que aparece como um método agressivo, seguido de ocorrências traumáticas para a vida e saúde dessa paciente. A necessidade da mastectomia é uma condição que causa muita dor e sofrimento para a mulher e seus familiares, visto que esse procedimento acarretará na mutilação de sua mama, repercutindo em sua imagem corporal.

FIGURA 2 - Mama modificada com mastectomia radical



Modified radical mastectomy

FONTE: American Cancer Society, 2019

De acordo com Marinho e Amaral, (2018) as experiências emocionais vivenciadas pela mulher com câncer, desde a aceitação do diagnóstico até o tratamento oncológico, influenciam no processo de saúde/adoecimento. Tristeza, medo, inquietação, ansiedade, angústia, raiva e luto são sentimentos comuns à mulher com câncer, segundo os autores, porém embora haja sentimentos comuns, cada paciente vivencia de maneira única cada etapa, dando significados singulares às suas experiências.

Segundo Trescher, Amante e Rosa (2020) o paciente cirúrgico apresenta-se inseguro, sentimentos emergidos em situações desconfortantes. O enfermeiro, dentre outros profissionais, destaca-se como o profissional qualificado da equipe de saúde com maior possibilidade de estar próximo e conhecer o paciente já que permanece diuturnamente com ele, cabendo promover a comunicação e promover as orientações de maneira sistemática, colaborando assim com o trabalho da equipe.

O profissional de enfermagem, é encarregado pela assistência no pré-operatório da mulher acometida pelo câncer de mama e, principalmente daquela que irá realizar a cirurgia mutiladora, devendo ser planejado e estabelecido metas e ações em face dos seguintes desconfortos: o medo relacionado aos tratamentos específicos, o abalo emocional envolvendo o diagnóstico de câncer, a falta de conhecimento com relação ao câncer de mama e tipos de terapêutica, dor e desconforto após a cirurgia e mudanças no corpo ou até mesmo a morte e a não aceitação individual e familiar do diagnóstico. (SILVA et al., 2018).

Para Nicolau et al., (2018) a experiência profissional em enfermagem em clínica cirúrgica feminina tem demonstrado a necessidade de uma assistência de enfermagem adequada e holística às mulheres com câncer de mama e submetidas à mastectomia radical, que carecem de cuidados humanizados e de orientação, desde os períodos pré e pós-operatórios até a alta hospitalar, por se tratar de um tema complexo, envolvendo, desde os

riscos de vida, às possibilidades de mudanças drásticas na qualidade de vida e saúde da mulher, exigindo dos profissionais de enfermagem e multiprofissional um olhar diferenciado diante dessa clientela.

A assistência de qualidade é fundamental no tratamento profilático, curativo e paliativo dessas mulheres, sendo a função do enfermeiro identificar as necessidades básicas e promover ações de cuidado, visando a qualidade de vida. O profissional de enfermagem deve também ter a família como elemento relevante no processo do cuidado e do serviço de saúde à paciente (SOUSA, SANTANA, COSTA et al., 2014).

Oliveira et al., (2020) diz que a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) possibilita que o enfermeiro identifique a presença das necessidades humanas básicas afetadas ou em risco nos pacientes e, por conseguinte, estabeleçam os diagnósticos e as respectivas intervenções, viabilizando um cuidado individualizado e integral, mantendo um olhar holístico, devido às fragilidades que a patologia traz. No contexto de prevenção e detecção precoce, a Enfermagem está inserida no âmbito da saúde como importante meio de redução nos índices de acometidas, tendo atribuição de buscar meios e estratégias de propagação e prevenção desta população vulnerável.

O IMPACTO DA MASTECTOMIA NA IMAGEM CORPORAL

De acordo com Pereira e Braga, (2016) ao longo da História da Humanidade, a espécie humana passou por diversas modificações anatômicas e estruturais, chegando à aparência física que temos nos dias de hoje. O esquema corporal é a imagem tridimensional do corpo de um indivíduo, sem considerar-se a sensação ou a imaginação. Esse esquema é apreendido através dos sentidos, mas não se trata de uma simples percepção, é ele que especifica o indivíduo como pertencente à espécie humana, em qualquer lugar, época ou contexto em que ele esteja inserido.

Conforme Franco et al., (2021) percebe-se que pensar a auto imagem evidenciando somente aspectos do corpo físico, como normalmente é feito, é uma maneira reducionista de olhar para essa questão. A autoimagem envolve todos os âmbitos de nossas vidas, interferindo diretamente na forma como lidamos com nós mesmos, ou seja, é a maneira como o sujeito se vê, não só fisicamente, mas emocional, social, cognitivamente e nos diversos papéis sociais que atua.

Aceitar a condição atual e adaptar-se à nova imagem exige grande esforço que muitas mulheres não estão preparadas, o que predispõe à tensões, estresses e adoecimentos emocionais. Os sentimentos vivenciados após essa perda comprometem os objetivos, e a elaboração de estratégias significativas para enfrentar a doença (MARINHO e AMARAL, 2017).

[...] As mamas, para mulher, têm uma simbologia específica nas mais diferentes culturas. Em virtude da função que desempenham, por exemplo, na amamentação, as mamas simbolizam maternidade e

fertilidade. Também, vinculadas à identidade da mulher, elas também representam feminilidade. Além disso, associadas à sexualidade, as mamas simbolizam sensualidade, intimidade e prazer, se configurando desta maneira como um objeto de inspiração e desejo (RODRIGUES et al., 2018, n.p). [...]

De acordo com Pereira e Braga, (2016) a mastectomia gera repercussões emocionais importantes, alterando não somente a imagem física, mas, como, também a imagem psíquica que a paciente tem de si mesma.

Posteriormente a mastectomia, a mulher passa por um período de vulnerabilidade emocional marcada por percepções negativas associadas à autoimagem e, por conseguinte na autoestima, refletindo em problemas na sua sexualidade, nas relações sociais e conjugais (PEREIRA, GOMES & OLIVEIRA, 2017).

Receber a notícia de que são portadoras do câncer de mama gera impacto na vida das mulheres, provocando em muitas delas, no momento inicial, dificuldade/incapacidade para decidir sobre a realização ou não do tratamento. Sentimentos de angústia, desespero, medo do tratamento e de suas repercussões, a associação direta da doença com a morte se tornam preocupações evidentes e constantes (AZEVEDO, BEZERRA, MORAIS et al; 2016).

Compreender a imagem corporal em mulheres com neoplasia mamária é fundamental para o entendimento do estresse causado pelas alterações resultantes da doença e seus tratamentos, do modo como essas mulheres reagem às mudanças físicas, aos problemas psicossociais e, ainda, como enfrentam esse processo (OLIVEIRA et al., 2019).

[...] Quando eu me olho no espelho... Eu sinto falta da outra parte
É verdade que eu gostaria de... Eu não consigo me ver desse jeito. (Celeste) [...] (MARINHO E AMARAL, 2017)

[...] Eu me olhava no espelho e me sentia muito feia, não conseguia me reconhecer. (Serena)
[...] (MARINHO E AMARAL, 2017)

[...] Aí quando você se olha no espelho e vê que está deformada, isso num primeiro momento é muito ruim. Eu não me reconhecia (Rosa) [...] (MARINHO E AMARAL, 2017)

Marinho e Amaral (2017) referem que as mulheres sentem medo, por ser a "vida algo tão maravilhoso", apresentando, assim, medo de perdê-la, apesar das angústias e incertezas. O medo na maior parte das vezes está

associado à necessidade de lidar com uma doença que causa alterações em todos os aspectos da vida da mulher, principalmente com sua imagem corporal, um dos aspectos que mais sofrem impacto. De acordo com Tonetti, et al., (2019) a equipe de Enfermagem é a que mais pode conceder informações acerca dos benefícios e realizados do uso de terapias complementares ao tratamento oncológico, dado que, essa equipe possui contato direto e mais longo com o paciente no período do procedimento e reabilitação da doença, o que permite oferecer e prestar os cuidados centrados no paciente e suas necessidades.

Portanto, Batista et al., (2017) salienta a importância de um olhar holístico nas práticas assistenciais de enfermagem, para que os sentimentos e as experiências sofridas por essas mulheres possam ser notados e colocados como referenciais para a elaboração de um tratamento que não se limite a uma visão biologicista.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO PÓS-OPERATÓRIO E AUTOCUIDADO

“A reabilitação, enquanto especialidade multidisciplinar, compreende um corpo de conhecimentos e procedimentos específicos que permite ajudar as pessoas com doenças agudas, crônicas ou com as suas sequelas a maximizar o seu potencial funcional e independência. Os seus objetivos gerais são melhorar a função, promover a independência e a máxima satisfação da pessoa e, deste modo, preservar a auto-estima.(Ordem dos Enfermeiros, 2010, p.1, citado por RODRIGUES,2017,p.39).”

Conforme Nicolau et al., (2018) a questão da Educação em Saúde é essencial para a equipe de enfermagem no cuidado à mulher com câncer de mama submetida à mastectomia. Vinculam-se e conectam os seguintes aspectos: técnico, estético e ético no cuidado de enfermagem profissional diante das diferentes tecnologias de cuidados, na qual as tecnologias leve e leve-dura ganharam vulto como instrumentos de Educação em Saúde na oficina de orientações nos cuidados de enfermagem visando a humanização.

No período pós-operatório imediato, devem desenvolver-se, a partir do momento pós cirúrgico, intervenções que permitam a prevenção de complicações; reposicionamento da paciente no leito, exercícios que permitem relaxamento e alongamento da cervical e cintura escapular (cíngulo peitoral) para o alívio da dor e da contração muscular, exercícios ativo assistidos de baixa amplitude com os membros superiores (flexão, abdução e rotação do ombro) (RODRIGUES, 2017).

De acordo com Silva et al., (2020), a imobilização total do membro acometido é considerada uma das principais causas que provocam fibroses e aderências levando a diminuição de amplitude, sendo o mesmo um grande contribuinte para o desenvolvimento do linfedema. Portanto, quanto mais precocemente tiver início aos exercícios terapêuticos pós cirurgia, a

probabilidade de evitar tais acontecimentos será menor.

É imprescindível salientar a importância do enfermeiro no processo de cuidar da mulher mastectomizada, uma vez que esse profissional dispõe da consulta e do processo de enfermagem previstos em legislação, como ferramentas científicas no subsídio de cuidados mais efetivos para minimizar os riscos e as complicações em decorrência do processo cirúrgico. Assim, faz-se necessário que o profissional de enfermagem esteja constantemente em busca na melhoria da assistência, obtendo conhecimentos para sistematizar e organizar sua prática e seu processo de cuidar (SANTANA, SOUZA, VIANA, 2018).

[...] o posicionamento adotado no pós-operatório imediato deverá ser o mais confortável possível; o membro superior homolateral à cirurgia pode ser elevado a + - 30° utilizando apoio de travesseiros, não havendo necessidade de mantê-lo em posição de drenagem constante. As mudanças de decúbito são orientadas a serem realizadas em decúbito lateral oposto. (BERGMANN et al., 2006, p.100 apud RODRIGUES 2017, p.41)

[...] as pacientes devem ser encorajadas a iniciar os movimentos ativos (de flexão, abdução e rotação externa do ombro) do membro superior (limitada a 90° até retirada dos pontos), relaxamento cervical e mobilização escapular desde o 1º dia pós-operatório... visando prevenir complicações relacionadas com a restrição articular e linfedema[...] (BERGMANN et al., 2006, p.100 apud RODRIGUES 2017, p.41)

De acordo com Santana, Souza e Viana, (2018) o propósito da enfermagem é detectar as necessidades de assistência à saúde do paciente, estabelecendo um plano de tratamento e complementando as intervenções de enfermagem, com intuito de satisfazer as necessidades humanas básicas do paciente. Tendo em vista que a mulher mastectomizada passa pelo processo de doença por um tempo muito longo, e várias de suas necessidades humanas básicas estão alteradas, é preciso que haja uma assistência de enfermagem efetiva de modo que possa auxiliá-la a suportar esse processo com o menor número de danos possíveis.

Paiva et al.,(2016) pontuam que há recomendação do Conselho Federal de Enfermagem para que os profissionais implementem a assistência de enfermagem como estratégia estruturante para prática do cuidado e que também aplique a documentação dos registros em instrumentos próprios. Além disso, considera a necessidade de uma teoria que conduza o processo de enfermagem, desde a coleta de dados até a avaliação dos resultados de enfermagem alcançados. Neste momento, a SAE permite que o enfermeiro elabore e pratique suas ações de modo organizado, as quais são desempenhadas por toda a equipe, no período em que o cliente se encontra

sobre os cuidados desses profissionais.

Quadro 1: Diagnósticos, Resultados e Intervenções de Enfermagem segundo as taxonomias NANDA-I, NIC e NOC

Diagnósticos de enfermagem(NANDA-I)	Resultados de Enfermagem (NOC)	Intervenções de enfermagem (NIC)
Domínio 4 Atividade/repouso Classe 5 • Autocuidado Manutenção do lar prejudicada (00098)	Bem-estar familiar (2601) Funcionamento familiar (2602)	Assistência para manutenção do lar (7180) Atividade: - Auxiliar a família a usar a rede de apoio social
Domínio 6 Autopercepção Classe 2 • autoestima Risco de baixa autoestima situacional (00153)	Autoestima (1205)	Fortalecimento da autoestima (5400) Atividade: - encorajar o paciente a identificar pontos fortes; - reforçar os pontos positivos pessoais reconhecidos pelo paciente; - transmitir confiança na capacidade do paciente para lidar com a situação
Domínio 8 Sexualidade Classe 2 • função sexual Disfunção sexual (00059)	Funcionamento sexual (0119)	Aconselhamento sexual (5248) Atividade: discutir o efeito da saúde e da doença na sexualidade; fornecer informação factual sobre mitos e informações equivocadas sobre sexo que o paciente possa verbalizar; - discutir formas alternativas de expressão sexual que sejam aceitáveis para o paciente, conforma apropriado.
Domínio 9 Enfrentamento/ tolerância ao estresse Classe 2 • Respostas de enfrentamento Ansiedade relacionada à morte (00147)	Término de vida com dignidade (1307) Enfrentamento (1302)	Redução da ansiedade (5820) Atividade: utilizar abordagem calma e tranquilizadora; fornecer informações factuais a respeito do diagnóstico, do tratamento e do prognóstico. Melhora do enfrentamento (5230) Atividade: encorajar o uso de recursos espirituais, se desejado;

Domínio 10 Princípios da vida Classe 3 • Coerência entre valores/crenças/atos Religiosidade melhorada (00171)	Esperança (1201)	Promoção da esperança (5310) Atividade: - auxiliar o paciente a expandir-se espiritualmente
Domínio 11 Segurança/proteção Classe 1 • Infecção Risco de infecção (00004)	Controle de riscos (1902)	Proteção contra infecção (6550) Atividade: Ensinar o paciente e familiares sobre os sinais e sintomas da infecção e quando notificá-la às instituições de atendimento médico; Ensinar ao paciente e membros da família como evitar infecções.
Domínio 12 Conforto Classe 1 • conforto físico Dor aguda (00132)	Controle da dor (1605)	Controle da dor (1400) Atividades: Fazer uma avaliação abrangente da dor para incluir a localização, características, início/ duração, frequência, qualidade, intensidade ou severidade da dor e fatores precipitantes; Auxiliar o paciente e família a buscar e propiciar suporte; Orientar sobre os princípios de manejo da dor; - Explorar o uso atual do paciente de métodos farmacológicos de alívio da dor; Orientar sobre os métodos farmacológicos de alívio da dor.

Fonte: Elaborado pelas autoras baseado no NANDA-I, NOC e NIC (2022).

Como supracitado, a SAE possibilita humanizar e favorecer a organização do trabalho, exercendo o trabalho com autonomia, fundamentando-se no conhecimento técnico-científico; tornando-se uma responsabilidade desenvolvida juntamente com o paciente, considerando que, por meio desse processo, é possível diagnosticar, fazer a prescrição e, assim, alcançar os resultados de enfermagem. A inserção de uma teoria de enfermagem, assim como a sistematização da assistência de enfermagem, favorecem o cuidado às mulheres submetidas à mastectomia, tendo em vista uma assistência humanizada e uma maior visibilidade para a profissão (FRANCO et al., 2020).

Scofano et al., (2020) dizem que na promoção da saúde há uma valorização do autocuidado, considerando a participação da própria mulher submetida à mastectomia no processo de enfrentamento, prevenção de complicações, recuperação e reabilitação após a cirurgia.

O autocuidado é a capacidade de realizar atividades em benefício próprio a fim de manter a vida, saúde e bem-estar, neste diagnóstico foram abordadas a capacidade de realizar higiene sozinha e práticas realizadas em função do processo cirúrgico. (FRANCO et al., 2021).

Dorothea Orem, em 1991, diz que existem três grupos conceituais para o autocuidado: a demanda de autocuidado, as capacidades para o autocuidado e o déficit do autocuidado. A demanda de autocuidado consiste em todas as atitudes de autocuidado a serem desenvolvidas por algum tempo a fim de corresponder os requisitos de autocuidado. Capacidades para autocuidado são as possibilidades de desempenho do indivíduo nos requisitos de autocuidado; é o que ele está apto a fazer. Déficit de autocuidado é o agrupamento das condições que o indivíduo não consegue exercer (SILVA et al., 2020).

Assim, a Teoria do autocuidado de Orem consiste na prática de atividades que o indivíduo realiza em seu próprio benefício para manter a vida, a saúde e o bem-estar, fazendo parte dos cuidados de enfermagem tal orientação. Então, ouvir, tocar, estar disponível é uma forma de promover um tratamento humanizado além de promover o resgate e o cuidado que, na cultura científica, foi desprezado e colocado em suspeita por ser de natureza subjetiva; sendo o vínculo estabelecido entre profissional e o paciente um fator contribuinte do autocuidado para além do contexto da unidade de saúde, a partir de uma relação de confiança, o enfermeiro poderá estabelecer orientações para alta oferecendo e contribuindo com cuidado (SCOFANO et al., 2020).

Lopes et al., (2017) diz que no período pós-operatório de mastectomia, a enfermagem deve direcionar-se para os cuidados domiciliares, incentivando o autocuidado, como citado acima, e avaliando o grau de dependência da paciente, solicitando encaminhamento aos grupos de apoio interdisciplinares indicados, sendo tal identificação adequada dessas necessidades é essencial. O enfermeiro é o integrante da equipe multidisciplinar que permanece maior tempo em contato com a mulher, permitindo, dessa forma, atuação integral, sustentada pelo diagnóstico de enfermagem, seja na qualidade dos cuidados prestados ou de educador em saúde. Essas ações valorizam sua atuação e reforçam a importância do uso do processo de enfermagem, de garantir a sistematização das ações e o seu adequado registro, contribuindo para a sua autonomia profissional.

Segundo Fernandes et al., (2020) após a cirurgia, a mulher retornará à enfermaria com a ferida operatória coberta por um curativo, um tubo de plástico (dreno de Portovac) utilizado a fim de evitar o acúmulo de líquidos no local da cirurgia. Nessa fase do pós-operatório, cabe a equipe de enfermagem iniciar cuidados que evitem certas complicações, como, tratar a ferida, cuidar do dreno, aliviar a dor e desconforto da mulher, além de promover sua participação na reabilitação, orientando-a o mais cedo possível para que ela possa ir para casa informada quanto aos cuidados a serem seguidos.

Faz parte do papel do enfermeiro acrescentar, nos cuidados

indicados à mulher, que as práticas de cuidados são essenciais, tais como, evitar deitar do lado onde foi realizado o procedimento cirúrgico, a retirada de cutículas, costurar sem dedal, carregar sacolas ou objetos pesados, não verificar pressão arterial no membro ao lado que foi realizada a mastectomia, entre outras indicações pertinentes (FRANCO et al., 2021).

Após a alta hospitalar é necessário alguns cuidados sejam tomados, evitando complicações pós-cirúrgicas como a utilização de roupas folgadas para comportar o dreno, utilizar um saco plástico ao redor da parte sanfonada do dreno de portovac no momento de transportá-lo. Utilizar um reservatório com graduação para esvaziar o coletor duas vezes ao dia, e anotar os valores diariamente. Na hora do banho, limpar a incisão delicadamente e secar com pano limpo e reservado para esta finalidade. (SILVA et al., 2020)

O profissional de enfermagem deve também ter a família como elemento relevante no processo do cuidado e do serviço de saúde à paciente. O cuidar requer laços de confiança, a fim de possibilitar ações de qualidade e cuidado integral, influenciando no modo de viver das pessoas. (SANTANA, SOUZA E VIANA, 2018).

Como supracitado, o enfermeiro deve instruir a paciente e seu familiar com relação ao esvaziamento do dreno, sendo indispensável a explicação da necessidade de lavar as mãos com água e sabão, pinçar e esvaziar o tubo, medir, apertar, tampar a bolsa sanfonada, soltar o pinçador do tubo, desprezar a secreção em vaso sanitário, lavar as mãos e anotar os valores. A troca do curativo deve ser realizada todos os dias, sendo fundamental que, antes do procedimento, o responsável pelo mesmo deve lavar as mãos, ferver água filtrada e deixar esfriar em recipiente com tampa, destampar o curativo, lavar as mãos, jogar a água nas gazes estéreis, limpar com movimentos firmes e suaves em uma única direção, passar o produto sugerido, cobrir a região com gazes e fixar com esparadrapo (SILVA et al., 2020).

Franco et al., (2021) segue mencionando que cabe aos profissionais da enfermagem gerenciar a capacidade funcional da mulher para sistematizar o cuidado e realizar encaminhamentos necessários à equipe multiprofissional, com objetivo de diminuir os efeitos colaterais causados pelo tratamento do câncer. E ainda, é preciso fornecer atenção diferenciada às pacientes mais passíveis ao declive funcional, além de controlar os sinais e sintomas decorrentes da doença. Conhecer o histórico terapêutico das mulheres acometidas pelo câncer de mama é importante, pois contribui no planejamento dos cuidados de enfermagem e de ações que desejam a qualidade das mesmas. Dessa forma, adquirindo o conhecimento do perfil clínico e socioeconômico, bem como funções físicas, sociais, emocionais e cognitivas, há uma colaboração significativa para a melhoria no âmbito da saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos através desta pesquisa, que a mastectomia é uma cirurgia de extrema complexidade, na qual envolve aspectos físicos e

emocionais da mulher, onde se deve ter vários cuidados nos períodos pré e pós operatórios, criando estratégias que tirem o foco da doença e da cirurgia em si, auxiliando-as a entender sobre todas as etapas do tratamento recomendado, acarretando a aceitação e minimizando o sofrimento, para que vivenciem essa fase com suas dúvidas sanadas; As informações prestadas pelo enfermeiro durante as etapas do tratamento promovem apoio, vínculo com o paciente, aumento da confiança na atuação da enfermagem, pois tal profissional adentra nesse cuidado com objetivo de reduzir o sofrimento da mulher, através de apoio psicológico, estimulando o autocuidado no pós cirúrgico, e ensinando a valorizá-la, no intuito de que seus sentimentos de medo, ansiedade e angústia tornem-se estímulos para superar as dificuldades a serem enfrentadas. Sendo o enfermeiro um profissional fundamental na equipe multiprofissional, necessitando sempre de atualizações científicas para articular, com maestria, as condutas para um cuidado integral no desempenho do papel de educador, gerente de enfermagem e enfermeiro assistencial, no cuidado direto com o paciente e seus familiares. Dessa forma, é fundamental destacar a importância da enfermagem oncológica nos cuidados individualizados para mulheres mastectomizadas. Atentando-se a necessidade da atualização em estudos que envolvam diagnósticos de enfermagem em diferentes situações, propondo-se em uma assistência de enfermagem adequada e eficaz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J. J.; BEZERRA; K. P.; MORAIS, F. R. R. et al. **As transformações biopsicossociais em mulheres mastectomizadas**. Rev enferm UFPE online., Recife, v. 10, Supl. 1, p. 263-72, jan., 2016. DOI: 10.5205/reuol.7901-80479-1-SP.1001sup201610. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/10949/12260>. Acesso em: 23/04/2022

BARRETO, R. A. S.; SUZUKI, K.; LIMA, M. A.; MOREIRA, A. A. **As necessidades de informação de mulheres mastectomizadas subsidiando a assistência de enfermagem**. Revista Eletrônica de Enfermagem [Internet]. v. 10, n. 1, p. 110-123, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fen/article/view/7686>. Acesso em: 21/03/2022

BATISTA, K. A.; MERCES, M. C. das; SANTANA, A. I. C.; et al. **Sentimentos de mulheres com câncer de mama após mastectomia**. Rev enferm UFPE online., Recife, v. 11, n. 7, p. 2788-94, jul., 2017. DOI: 10.5205/reuol.10939-97553-1-RV.1107201719. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/23454>. Acesso em: 28/04/2022

BULECHEK, G. M.; BUTCHER, H. K.; DOCHTERMAN, J. M.; WAGNER, C. M. **Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)**. 6. Ed. Rio de Janeiro, RJ, Brazil: Elsevier Editora Ltda, 2016.

DA SILVA, G. F.; BASTOS, K. D.; ARAUJO, A. J. S.; BISPO, T. C. F.; OLIVEIRA, G. R. S. A.; SCHULZ, R. S. **Mulheres submetidas à mastectomia: aspectos sentimentais e emocionais**. Rev Enferm Contemp., v. 7 n. 1, p. 72-80, 2018. DOI: 10.17267/2317-3378rec.v7i1.1213. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/1213>. Acesso em: 23/04/2022

FERNANDES, A. F. C. et al. **Manual de orientação a mulheres mastectomizadas**. E-book. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020. (Estudos da Pós-graduação). Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5214>. Acesso em: 22/04/2022

FRANCO, A. A.; ANJOS, B. F.; RIBEIRO, W. A.; OLIVEIRA, A. T.; MONSORES, A. F.; DIAS, L. L. C.; RANAURO, K. C. D. S. S.; MACEDO, G. F. **Sistematização da assistência de enfermagem no cuidado com a mulher mastectomizada: Uma revisão integrativa**. Research, Society and Development, v. 10, n. 9, 2021. DOI:10.33448/rsd-v10i9.18121. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo3323314sistematiza%C3%A7%C3%A3o-da-assist%C3%A4nciadeenfermagemcuidadocomamulhermastectomizada-uma-revis%C3%A3o-integrativa. Acesso em: 21/03/2022

GODOY, M. K.; SOARES, M.; GUTH, A. K.; REZER, J. F. P. **Mastectomia e estética corporal: uma revisão**. Salão do Conhecimento UNIJUI (Seminário de Iniciação Científica - Ciências da Saúde), 2016. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/6644> Acesso em: 23/04/2022

HERDMAN, T. H.; KAMITSURU, S. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I: definições e classificação 2018-2020** [recurso eletrônico]; tradução: Garcez, R. M.; revisão técnica: Barros, A. L. B. L... et al. – 11. ed. – Porto Alegre: Artmed, Editado como livro impresso em 2018.

MAIA, R. M.; CELESTE, L. E. N.; SANTOS, M. P.; SOUSA, E. O.; SILVA, L. C.; SILVA, A. S.; FERREIRA, H. B.; MARQUES, V. G. P. S.; CERQUEIRA, D. B. B. **Assistência de enfermagem na qualidade de vida das pacientes pós mastectomizadas: revisão de literatura**. Research, Society and Development, v. 10, n. 13, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i13.21087. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21087/18799> Acesso em: 28/04/2022

MARINHO, V. L.; AMARAL, L. R. O. G. do; **Mulheres mastectomizadas: sentimentos e significados diante do diagnóstico e autoimagem.** Rev. Cereus, v. 9, n. 2, p. 154-169, mai-ago./2017, UnirG, Gurupi, TO, Brasil. Disponível em: <http://ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/1551/540> Acesso em: 18/04/2022

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2020). **Câncer de mama: sintomas, tratamentos, causas e prevenção.** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/cancer-de-mama> Acesso em: 21/03/2022

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA). **A situação do câncer de mama no Brasil: síntese de dados dos sistemas de informação.** Rio de Janeiro, RJ: INCA, 2019. Disponível em: https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/a_situacao_ca_mama_brasil_2019.pdf Acesso em: 21/03/2022

MOORHEAD, S.; JOHNSON, M.; MAAS, M. L.; SWANSON, E. Classificação dos Resultados de Enfermagem (NOC). **Mensuração dos Resultados em Saúde.** 5. ed. Rio de Janeiro, RJ, Brazil: Elsevier Editora Ltda, 2016.

NICOLAU, S.R.T.C.; TEIXEIRA, E.R.; PEIREIRA E. R.; FERREIRA, J.B.S.; OLIVEIRA, S.M.; SANT'ANNA, R.M. **Cuidados de enfermagem à mulher na mastectomia: estratégia de educação em saúde.** Revista Saúde Coletiva, v. 8, n. 45, p. 783-788, 2018. Disponível em: <https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/1/6> Acesso em: 06/05/2022

OLIVEIRA, F. B. M.; SANTANA e SILVA, F.; PRAZERES, A. S. B. dos. **Impacto do câncer de mama e da mastectomia na sexualidade feminina.** Rev enferm UFPE online., Recife, v. 11, Supl. 6, p. 2533-40, jun., 2017. DOI: 10.5205/reuol.9799-86079-1-RV.1106sup201707. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/23421/19103> Acesso em: 23/03/2022

OLIVEIRA, S. K. P.; QUEIROZ, A. P. O.; MATOS, D. P. M.; MOURA, A. F.; LIMA, F. E. T. **Temas abordados na consulta de enfermagem: revisão integrativa da literatura.** Rev Bras Enferm, Brasília v. 65, n. 1, p. 155-61. 2012 jan-fev. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/C5MynWnQQN5xx44YFGfK7Kn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23/03/2022

OLIVEIRA, T. R.; CORRÊA, C. S. L.; WEISS, V. F.; BAQUIÃO, A. P. S. S.; CARVALHO, L. L.; GRINCENKOV, F. R. S.; CARVALHO, S. M. **Câncer de mama e imagem corporal: impacto dos tratamentos no olhar de mulheres mastectomizadas.** Saúde e Pesqui., v. 12, n. 3, p. 451-462, 2019

set-dez. DOI: 10.17765/2176-9206.2019v12n3p451-462. Disponível em:
<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/7404/3568> Acesso em: 18/04/2022

PAIVA, A. C. P. C., SENA, C. A., ALVES, M. S. **Construção de instrumentos para o cuidado sistematizado da enfermagem: mulheres em processo cirúrgico de mastectomia.** *Enferm. Cent. O. Min.* v. 6, n. 2, p. 2282-2291, 2016 mai/ago DOI: 10.19175/recom.v6i2.707 Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/707/1110>

PEREIRA, D.; MARTINELLI A. A. B. **A mastectomia e a resignificação do corpo no feminino.** *Revista Psicologia, Diversidade E Saúde*, v. 5, n. 1, p. 47-64, 2016. DOI: 10.17267/2317-3394rpdsv5i1.601. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/601#:~:text=A%20MASTECTOMIA%20E%20A%20RESSIGNIFICA%C3%87%C3%83O%20DO%20CORPO%20NO%20FEMININO,Autores&text=O%20c%C3%A2nc er%20de%20mama%20%C3%A9,s%C3%A9rias%20implica%C3%A7%C3%B5es%20para%20a%20paciente> Acesso em: 19/04/2022

PEREIRA, G. B.; GOMES, A. M. S. M.; OLIVEIRA, R. R. de. **Impacto do tratamento do câncer de mama na autoimagem e nos relacionamentos afetivos de mulheres mastectomizadas.** *Life Style*, v. 4, n. 1, p. 99-119, 2017. DOI: 10.19141/2237-3756.lifestyle.v4.n1.p99-119. Disponível em: <https://revistas.unasp.edu.br/LifestyleJournal/article/view/759> Acesso em: 19/04/2022

RIBEIRO, I. F. A.; SOUSA R. D. F.; ANDRADE, S. P.; BRITO, M. C. C.; ALBUQUERQUE, I. M. N. **Grupo de Autoajuda com Mulheres Mastectomizadas: Trabalhando Estratégias de Educação em Saúde.** *S A N A R E, Sobral*, v.13, n.1, p. 35-40, jan./jun. – 2014. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/430/285> Acesso em: 24/04/2022

RODRIGUES, C. M. M. G. **Qualidade de Vida em Mulheres Adultas Mastectomizadas.** Dissertação (Mestrado em Enfermagem de Reabilitação), Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Saúde de Viseu. Lamego, Portugal, 2017. Disponível em: https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/4749/1/ClaraMariaMoreiraGuedesRodrigues_DM.pdf Acesso em: 08/05/2022

RODRIGUES, N. S.; ORSINI, M. R. C. A.; TERTULIANO, I. W.; BARTHOLOMEU, D.; MACHADO, A. A.; MONTIEL, J. M. **O impacto da mastectomia na sexualidade da mulher.** *Lecturas: Educación Física y Deportes*, v. 23, n. 242, Jul. 2018. Disponível em: <https://efdeportes.com/efdeportes/index.php/EFDeportes/article/view/63/>

228 Acesso em: 19/04/2022

SCOFANO, B. S.; LIMA, A. A.; REIS SILVA, R.; PENNA, L. H. G.; ANDRADE, K. B. S.; PINHEIRO, A. P. B. **Ações/plano de alta da enfermagem à mulher submetida à mastectomia.** Revista Nursing, 2020; v. 23 n. 263, p. 3736-3744, 2020. DOI: 10.36489/nursing.2020v23i263p3736-3744. Disponível em: <https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/view/670/659> Acesso em: 14/05/2022

SILVA, E. S. P.; FIGUEIREDO, J. V.; DUTRA, P. A.; MAIA, S. R. T.; PRADO, R. F. S.; BORRAJO, A. P. C.; SALES, D. S.; FIALHO, A. V. M. **Teoria do autocuidado de orem como suporte para o cuidado clínico de enfermagem a mulher.** Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n.6, p.39740-39750 jun. 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n6-496. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/12051> Acesso em: 14/05/2022

SILVA, G. N. C.; FERNANDES, B. M.; MELO, M. C. S. C.; ALMEIDA, M. I. G. **O cuidado de enfermagem vivenciado por mulheres mastectomizadas.** HU Revista, Juiz de Fora, v. 39, n. 1 e 2, p. 45-50, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/09/1927/1970-12858-1-pb.pdf> Acesso em: 18/04/2022

SOUSA, A. L. V.; SANT ANA, G.; COSTA, Z. M. B. **Análise da qualidade de vida em mulheres mastectomizadas atendidas no ambulatório do HBDF.** Com. Ciências Saúde. v. 25, n. 1, p. 13-24, 2014. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/analise_qualidade_qualidade_vida_mulheres.pdf Acesso em: 24/05/2022

TONETI, B. F.; AVELAR, J. M. P.; SOUSA, F. H.; TONETI, A. N.; SONOBE, H. M.; SAWADA, N. O. **O significado de uma terapia integrativa de relaxamento guiado para mulheres com câncer de mama.** Rev Esc Enferm USP, n. 53, e034972019. DOI: 10.1590/S1980-220X2018024103497. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/reeusp/a/FDqMbRXbgLxFkSrnjBT6Bjx/?lang=pt&format=pdf#:~:text=As%20terapias%20mente%2Dcorpo%2C%20em,paciente\(5%2D6\)](https://www.scielo.br/j/reeusp/a/FDqMbRXbgLxFkSrnjBT6Bjx/?lang=pt&format=pdf#:~:text=As%20terapias%20mente%2Dcorpo%2C%20em,paciente(5%2D6)) Acesso em: 18/04/2022

TRESCHER, G. P.; AMANTE, L. N.; DA ROSA, L. M.; GIRONDI, J. B. R.; MIRANDA, G. M.; SANTOS, M. J.; ZUANAZZI, E. C.; MOHR, H. S. S. **Sistematização da consulta de enfermagem em pré-operatório às mulheres com câncer de mama.** Enferm. Foco, v. 11 n. 5, p. 40-7, 2020. DOI: 10.21675/2357-707X.2020.v11.n5.3400. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3400> Acesso em: 28/04/2022

VIANA, D. D. A.; SANTANA, C. C. C.; SOUZA, J. R. S. **Análise das ações de enfermagem nas fases cirúrgicas da mastectomia: uma revisão sistemática.** Revista Brasileira De Inovação Tecnológica Em Saúde, v.8, n.2, 2018.DOI: 10.18816/r-bits.v8i2.15556. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/reb/article/view/15556#:~:text=Objetiva%2Dse%20analisar%20o%20 papel,qualitativa%2C%20do%20tipo%20revis%C3%A3o%20sistem%C3%A1tica> Acesso em: 18/04/2022

Patrícia Lima Araújo

Graduada em Letras – Língua e Literatura Portuguesa - UFAM
Pós-graduada em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e suas Literaturas – UEA
Mestre em Ciências da Educação – UNADES

Maria Elba Medina Barrios

Doutora em Ciências da Educação – UTIC

Jhones Rodrigues Pereira

Doutor em Ciências da Educação - UNADES

RESUMO

O presente estudo objetivou descrever a percepção de professores e alunos do ensino médio quanto a relevância da poesia no contexto social e escolar. A pesquisa de cunho qualitativo e com características de pesquisa-ação, delineou como amostra um total de 10 professores e 25 alunos do ensino médio. Os principais teóricos que subsidiaram esse estudo foram: Paz (1982), Eliot (1991), Coelho (2000), Candido (2004), Silva (2009), Sorrenti (2009), Enes Filho (2019), Cosson (2019). Constatou-se através dos questionários aplicados, que os investigados possuíam concepções diferentes acerca da poesia. Os professores em suas respostas atribuíram grande relevância e importância a arte poética na esfera social e escolar, enquanto os alunos de forma dessemelhante não conseguiram denotar-lhe valor e significância. Diante desse cenário desalentador, desenvolveu-se um plano de intervenção visando fazer com que os educandos vivessem a experimentar o poético por meio da fruição, a proposta executada foi fundamental para que os mesmos mudassem o posicionamento expresso no diagnóstico inicial. O projeto poético conseguiu sensibilizá-los e fazê-los descobrir a relevância da arte poética no contexto educacional e social.

Palavras-chave: poesia; contexto social; contexto escolar; letramento literário.

MARCO INTRODUTÓRIO

A poesia é a arte da palavra que por meio dos seus versos, sons e ritmos desperta no indivíduo a sensibilidade, tornando-o mais compassivo e humano frente às problemáticas do mundo; estimula a imaginação, a fantasia e a criatividade, elementos que são essenciais para o despertar de um pensamento questionador e investigativo; incentiva o diálogo e a troca de ideias; sua linguagem renova as palavras gastas utilizadas no cotidiano, atribuindo-lhes um novo sentido, uma nova visão e uma outra perspectiva; é um suporte importante no processo de ensino/aprendizagem porque permite

o educando expor as suas ideias, desenvolver a sua subjetividade e ampliar a sua visão de mundo.

Apesar das grandes benesses apresentadas, a poesia no ambiente social e educacional vem sendo desprestigiada. No intuito de apreender os motivos que causam o distanciamento entre a sociedade, a escola e a palavra poética, foi que surgiu a motivação para o desenvolvimento dessa pesquisa, que se justifica pelo fato de compreender que a arte poética deve ser presença constante no espaço social e escolar, visto que contribui para a formação cognitiva, social e humanística do indivíduo.

O objetivo geral que norteou a pesquisa foi: Descrever a percepção de professores e alunos do ensino médio quanto a relevância da poesia no contexto social e escolar. Seguido respectivamente de seus específicos: Delinear a poesia no contexto social, ressaltando sua origem, definições, particularidades e função social; Expor o lugar ocupado pela poesia no âmbito educacional e os seus benefícios; Realizar oficinas de poesia com alunos do ensino médio sob a perspectiva do letramento literário.

Assim, esse artigo foi organizado em cinco partes: Marco Introdutório, abordou a pesquisa e suas respectivas finalidades, ressaltando com ênfase a importância da poesia na esfera social e escolar; Marco Teórico, apresentou-se as teorias que fundamentaram a pesquisa; Marco Metodológico, esboçou-se os caminhos percorridos na pesquisa; Marco analítico, apresentou-se as discussões e a análise dos dados sob a perspectiva qualitativa; Considerações finais, encaminhou-se para as palavras finais tecidas a partir dos resultados obtidos na análise dos dados.

MARCO TEÓRICO

A poesia na sociedade: origem, definições, particularidades e função social

“Chega mais perto e contempla as palavras / Cada uma / tem mil faces secretas sob a face neutra / e te pergunta, sem interesse pela resposta / pobre ou terrível, que lhe deres: / Trouxeste a chave?” (ANDRADE, 2008, p.25-26). Esse fragmento extraído do poema “Procura da poesia”, do autor Carlos Drummond de Andrade, fez reflexões acerca do sentimento que a linguagem poética pode despertar no ser humano, o eu lírico convida o leitor a se aproximar e contemplar a poesia, arte e expressão literária que acompanha o homem desde o tempo em que não existia a escrita, de acordo com Paz (1982), a palavra poética está no princípio do princípio de toda a história, sem a mesma não haveria história, porque não existiria origem nem começo.

O nascimento da poesia se confunde com o advento da própria linguagem, isso porque o ato de comunicar ideias, pensamentos, sentimentos e emoções ocorria nas sociedades primitivas através do discurso poético. De acordo com Antunes (online), a linguagem verbal originou-se a partir do conhecimento poético, sendo anterior as ocorrências registradas em discursos, conversas e discussões.

Ao refletir-se sobre a história da poesia é possível afirmar que a sua origem é paralela a história humana, sem a dimensão poética não haveria a possibilidade de pensar no humano, visto que a poesia leva o indivíduo a descobrir-se como ser de linguagem, e consequentemente como homem.

A partir dos apontamentos de Paz (1982) e Antunes (online), observou-se que a poesia foi a primeira forma de expressão e comunicação utilizada pela humanidade, revelando as suas memórias, o seu cotidiano, as suas tradições, as suas crenças, os seus ditos populares e expressões, a palavra poética é tão intrínseca ao homem que o mesmo só se constituiu como tal porque ela existe.

Mas afinal o que é poesia? Não há uma definição objetiva a respeito da temática, pois várias concepções lhe foram atribuídas ao longo da história, não sendo possível uniformizar um conceito único. Essa palavra, etimologicamente, originou-se do grego *poiesis* ou *poiein*, que significa criar alguma coisa. Segundo o Dicionário Escolar da Língua Portuguesa (2015), o termo poesia foi conceituado como a arte de escrever em versos ou conjunto das obras em versos, essa compreensão do vocábulo o limitou e o restringiu, necessitando ser ampliado, visto que qualquer tipo de texto pode ser escrito em versos e não conter poesia, verificou-se que o sentido dicionarizado da palavra, revelou-se insuficiente para abranger todas as suas percepções. Aprofundar-se-á a definição apresentada anteriormente, a partir da ótica de poetas, teóricos e escritores.

O filósofo Aristóteles (online), em sua obra “Arte Poética”, definiu a poesia como imitação (*mimese*), ou seja, a mesma foi concebida como a arte da representação, que por meio da linguagem, ritmo e melodia reproduzia a realidade e a natureza, permitindo ao ser humano absorver conhecimentos e adquirir experiências de forma indireta e prazerosa.

Colaborando com a discussão, Silva (2009), em “Nos domínios da sensibilidade”, destacou que a poesia é a arte que se manifesta em diferentes formas de expressão, como numa pintura, numa bela canção, num lindo poema ou no simples gesto da pessoa amada, estando presente em todas as coisas que venha a suscitar no homem uma experiência sensorial.

O poeta mexicano, ensaísta e tradutor Octavio Paz, em sua obra “O Arco e a lira”, discorreu sobre o conhecimento poético ressaltando que podem existir povos sem a linguagem da prosa, mas é impossível uma cultura sem a poesia, sem as suas canções e os seus mitos. O autor na obra mencionada apresentou a mais ampla definição sobre o termo e as suas múltiplas contingências. Para ele,

A poesia é conhecimento, salvação, poder, abandono. Operação capaz de transformar o mundo, a atividade poética é revolucionária por natureza; exercício espiritual, é método de libertação interior. A poesia revela este mundo; cria outro. Pão dos eleitos; alimento maldito; Isola; une. Convite à viagem; regresso à terra natal. Inspiração, respiração, exercício muscular. Súplica ao vazio, diálogo com a ausência, é alimentada pelo tédio,

pela angústia e pelo desespero. Oração, litania, epifania, presença. Exorcismo, conjuro, magia. Sublimação, compensação, condensação do inconsciente. Expressão histórica de raças, nações, classes. Nega a história: em seu seio resolvem-se todos os conflitos objetivos e o homem adquire, afinal, a consciência de ser algo mais que passagem. Experiência, sentimento, emoção, intuição, pensamento não-dirigido. Filha do acaso; fruto do cálculo. Arte de falar em forma superior; linguagem primitiva. Obediência às regras; criação de outras. Imitação dos antigos, cópia do real, cópia de uma cópia da Ideia. Loucura, êxtase, logos. Regresso à infância, coito, nostalgia do paraíso, do inferno, do limbo. Jogo, trabalho, atividade ascética. Confissão. Experiência inata. Visão, música, símbolo. Analogia: o poema é um caracol onde ressoa a música do mundo, e métricas e rimas são apenas correspondências, ecos, da harmonia universal. Ensino, moral, exemplo, revelação, dança, diálogo, monólogo. Voz do povo, língua dos escolhidos, palavra do solitário. Pura e impura, sagrada e maldita, popular e minoritária, coletiva e pessoal, nua e vestida, falada, pintada, escrita, ostenta todas as faces, embora exista quem afirme que não tem nenhuma: o poema é uma máscara que oculta o vazio, bela prova da supérflua grandeza de toda obra humana! (PAZ, 1982, p. 15-16).

O autor entendeu a poesia como conhecimento, salvação e abandono, capaz de transformar o mundo porque é a forma natural de convivência entre os homens, a palavra poética é formada por uma linguagem superior, através dela o ser humano liberta-se de problemas internos e intensos da vida. O conhecimento poético ressoa uma canção que é conhecida por todos, a música do mundo.

A poesia apresenta elementos que constituem a sua unicidade, a saber: o ritmo – definido como a alternância uniforme entre sílabas fortes (tônicas) e sílabas fracas (átonas) que confere a poesia certa melodia, musicalidade e beleza, porém não se limita a isso, podendo se expressar também na repetição de fonemas, palavras e frases. O ritmo por meio dos seus sons e pausas, seduz o leitor e o leva a experimentar a poesia em sua carga máxima; a imagem poética – manifestada através da linguagem conotativa, uma linguagem especial, diferente daquela que se usa habitualmente. O poema ao revelar-se para o leitor não preza por uma comunicação direta, nem busca ser coerente e objetivo, antes visa surpreender por meio de uma linguagem figurativa, que criará em sua mente imagens sugestivas, que o levará a significados múltiplos sobre a realidade que o circunda e a novas perspectivas de vida; o neologismo – formação de palavras novas ou reabilitação de palavras antigas com um novo sentido e uma nova roupagem.

Quanto a função da poesia na sociedade contemporânea, o poeta e crítico literário Eliot (1991), no ensaio “A função social da poesia”, fez grandes reflexões sobre o lugar e o alcance da arte poética na vida do ser humano. A palavra poética, para o autor, tem caráter individual e coletivo. No âmbito primeiro, a função essencial da mesma é garantir a proporção do prazer ao indivíduo, mas não qualquer prazer, como o de comprar ou possuir algo, é o prazer que só a boa poesia pode oferecer; além do prazer, o conhecimento poético comunica novas experiências, novas compreensões do familiar ou mesmo traduz por meio de suas palavras algo experimentado e que não se sabe como expressar, ampliando a consciência e aperfeiçoando a sensibilidade. Na esfera coletiva, “(...) a poesia difere de qualquer outra arte, por ter um valor para o povo da mesma raça e língua do poeta, que não pode ter para nenhum outro” (ELIOT, 1991, p.29), ou seja, a arte poética tem um caráter local e cultural, que expressa os sentimentos e emoções de uma nação, “É mais fácil pensar do que sentir numa língua estrangeira. Por isso, nenhuma arte é mais visceralmente nacional do que a poesia” (ELIOT, 1991, p.30). Uma nação pode ter a sua língua eliminada, e outra ser imposta nas escolas, mas ao menos que se ensine esse povo a sentir numa nova língua, ninguém conseguirá extirpar o idioma antigo, ele ressurgirá na poesia que é o veículo que emite sentimentos, que preserva a língua e a cultura de um povo.

Ampliando as percepções expostas, dialogar-se-á com o escritor e pesquisador Ricardo Azevedo. Em seu texto “Qual a função da literatura?”, o autor enfatizou sobre o papel regenerador e insubstituível da poesia, através dela o homem entra em contato com temáticas complexas que circundam a humanidade (o amor, a solidão, a violência, a busca do autoconhecimento) e que não estão presentes nos livros didáticos, mas que são fundamentais para uma formação humanizadora.

A poesia em meio a uma sociedade desequilibrada, onde o consumismo é desenfreado e o individualismo chega a ser doentio, pode levar o ser humano a experimentar sensações diferentes da que habitualmente está acostumado, pelo fato de ser subjetiva, ela o fará mergulhar no interior do seu âmago, induzindo-o a uma reflexão sobre a sua vida e o seu estar no mundo, proporcionando-lhe amadurecimento e crescimento pessoal.

Viver o conhecimento poético é fundamental, só quem se apossa da leitura de um poema, e penetra em sua essência, é capaz de descobrir para que serve a poesia. Aos que um dia foram tocados pela arte poética, sua melodia, seus ritmos e metáforas, que com a ajuda de seus versos encontrou soluções para os respectivos problemas, descobriu alegrias, surpresas e novas percepções da vida, seguramente não encontrará dificuldades em sentir e perceber sua importância na sociedade.

A poesia na escola e seus benefícios

Historicamente a relação entre poesia e escola tem se mostrado pouco satisfatória. Pesquisas realizadas por autores como Pinheiro (2018), Enes Filho (2018), Sorrenti (2009) e Gebara (2002), revelaram que essa arte é a menos prestigiada no ambiente escolar e a que mais sofre alterações pedagógicas.

Pinheiro, na obra “Poesia na sala de aula”, refletiu sobre a ausência do texto poético no ambiente escolar, seus pensamentos resultaram da experiência desenvolvida com alunos do ensino básico ao longo de sua carreira no magistério. O autor, destacou que a poesia vem sendo desprestigiada no contexto escolar e que a sua inserção, quando ocorre, é meramente ilustrativa, sendo utilizada para embelezar cartões comemorativos, momentos cívicos ou como pretexto para ensinar gramática.

Enes Filho, em “Letramento literário: a poesia na sala de aula”, fez algumas reflexões sobre a relevância da palavra poética e os seus benefícios. O referido, ressaltou que a instituição escolar tem sido um ambiente opressor, que tolhe a criatividade e a imaginação do educando, negando-lhe o contato com o conhecimento poético e as suas benfeitorias. A escola por reproduzir o conceito de utilitarismo vigente na sociedade capitalista, exclui do seu rol de conhecimentos aqueles que não tem uma finalidade prática e imediata, a poesia por não expressar tal desígnio é consequentemente inferiorizada e desprestigiada. É importante frisar que a palavra poética pode muito em uma sociedade que exige do ser humano uma formação integral e humanizadora, através dela é possível desenvolver a cognição, a imaginação, o intelecto, adquirir conhecimentos e ampliar o senso crítico e reflexivo, o discurso poético leva o indivíduo a compreender melhor as suas complexidades e as complexidades do seu tempo. Por esses motivos, sua inclusão no contexto escolar é imprescindível.

Sorrenti, em “A poesia vai à escola: reflexões, comentários e dicas de atividades”, destacou que cabe a esfera escolar, estimular nos alunos o gosto pela arte poética, no entanto, notou-se que a instituição tem sido responsável pelo desgosto que os educandos sentem com relação ao gênero. Corroborando com o pensamento de Filho, a escritora, ressaltou o bem que o discurso poético pode acarretar ao ser humano, tornando-o mais crítico, participativo e com o olhar emocionado em direção ao outro, possibilitando-o compreender com maior empatia os problemas do próximo. Nunca é tarde para semear os grãos da vivência poética no coração do aluno, levá-lo a experimentar o conhecimento através da beleza e da sensibilidade ocasionado pela poesia, o auxiliará na sua formação humana e social, tornando-o mais sensível aos problemas do mundo e consequentemente mais engajado nas causas sociais que afligem a humanidade.

Gebara, em “A poesia na escola: leitura e análise de poesia para crianças”, fez acurados apontamentos sobre a temática em questão. A autora, enfatizou que o termo poesia na sociedade é tratado com uma conotação positiva, porém a sua vivência na esfera escolar e no cotidiano não

gozam do mesmo prestígio. Mas por que o conhecimento poético está à margem da escola? A referida, arriscou duas respostas: primeiramente, porque as pessoas veem-na de forma sacralizada, envolta em mistérios, capaz de atrair e ao mesmo tempo assustar, por isso, embora admirando-a, o ser humano prefere manter-se distante; secundamente, porque o contato com a arte poética tem sido rara no âmbito familiar e nos espaços escolares, pois a sociedade contemporânea está a priorizar os conhecimentos considerados “úteis” ao mercado capitalista.

Sob à luz de muitas contribuições teóricas, percebeu-se que o lugar ocupado pela poesia no ambiente escolar é o da mansarda, esse termo emprestado do poeta Fernando Pessoa, é explicado por Moisés (2007), que o definiu como sendo uma espécie de sótão ou lugar reservado a guardar entulhos ou quinquilharias. A metáfora estabelecida entre o termo e a situação da poesia na esfera escolar, mostrou quão desprestigiada é a palavra poética nesse ambiente, que ao invés de marginalizá-la, deveria instigar a sua vivência e fluidez entre os educandos.

É preciso acreditar no poder e nos benefícios provenientes da arte poética, salvá-la da depreciação torna-se urgente na sociedade, pois “(...) Um mundo sem poesia é o mais triste dos mundos” (PAES, 1995, p.1). E por ter a função “(...) de tornar o mundo compreensível transformando sua materialidade em palavras de cores, odores, sabores e formas intensamente humanas” (COSSON, 2019, p.17), é que se julga relevante a sua inserção no ambiente escolar, ocupando um lugar de destaque e prestígio.

A poesia acumula funções sociais e pedagógicas. Vislumbrar-se-á nesse momento, as suas atribuições pedagógicas, para que seja possível contextualizar a sua relevância no espaço escolar e os seus benefícios em sala de aula. O texto poético é um forte aliado na arte de educar, suas palavras à medida que emocionam, divertem e alegram a alma, também informam, fazendo com que o ser humano compreenda o valor do conhecimento e os seus alcances.

Sabe-se que a palavra poética aguça a imaginação, fazendo o indivíduo sonhar e viver experiências significativas que o auxiliará na resolução dos seus dilemas. De acordo com Vygotsky (2009), a imaginação não é um passatempo ocioso da mente, é uma função psicológica superior, responsável por despertar no ser humano a consciência da não passividade diante das relações que permeiam a sociedade. Ao trabalhar-se com textos poéticos em sala de aula, estar-se-á estimulando o desenvolvimento dessa função que é tão vital e necessária ao homem, pois desperta-o para um pensamento crítico/reflexivo.

Endossando as palavras de Vygotsky, a escritora Frantz (2011), ressaltou ser a poesia fonte riquíssima para a fantasia e a imaginação, propiciando novas formas de ver, compreender e sentir o mundo e o próximo, constituindo-se também, como um elemento de resistência a hostilidade e a desumanização que impera na sociedade capitalista, é o belo superpondo-se ao utilitarismo.

Uníssono aos pensamentos dos renomados autores, Zilberman (2008), no texto “O papel da literatura na escola”, enfatizou as potencialidades da palavra poética, realçando o seu caráter sintetizador, que possibilita ao ser humano adentrar no domínio da alteridade, sem perder a sua subjetividade e história. O leitor tende a crescer intelectualmente e socialmente lendo os textos poéticos, pois esse ato, o leva a explorar sua criatividade, sua capacidade de entendimento e interpretação.

Diante dos benefícios expostos, faz-se o seguinte questionamento, por que a poesia timidamente percorre os espaços escolares? Seus benefícios são tantos que não há justificativa plausível para privá-la do alunado. A poesia é um direito e, mais do que isso, é uma emergência, como afirmou Quintana:

Quem faz um poema abre uma janela / Respira, tu que
estás numa cela / Abafada, / Esse ar que entra por ela. /
Por isso é que os poemas têm ritmo / - para que possas
profundamente / respirar. / Quem faz um poema salva um
afogado. (QUINTANA, 2005, s.p apud PINHEIRO, 2018,
p.113-114).

Parafraseando o poeta, pode-se dizer que quem lê um poema para seus alunos, filhos ou amigos, está abrindo muitas janelas, essas são as saídas emergenciais do leitor, que se vê em uma cela abafada, com a respiração acelerada e que para desenfreá-la somente os versos, sons e ritmos de uma poesia, que possibilita o conhecimento ao passo que também humaniza, salvando a todos de um afogamento.

A poesia sob a perspectiva do letramento literário

O termo letramento literário corresponde a uma ampliação do vocábulo letramento, que segundo Magda Soares significa, “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 2009, p.18). Em outras palavras, letramento é uma prática que vai além do simples ato de ler e escrever mecanicamente o código linguístico, é o uso competente que se faz desses dois atos em situações sociocomunicativas, que implicará ao indivíduo ou grupo consequências sociais, políticas, culturais e cognitivas. O letramento, desde quando surgiu, assumiu diferentes concepções, tornando-se um termo plural, há letramento religioso, digital, escolar, familiar, político, ideológico, midiático, literário e outros. Com relação ao último, a proposta é letrar por meio da literatura, com o objetivo de formar leitores críticos, capazes de compreender o mundo que os circunda através da ficção e da poesia.

De acordo com Paulino (2001), o letramento literário é um desdobramento do letramento, e assim como esse, objetiva inserir o sujeito no mundo da escrita por meio de práticas sociais que envolvem os diversos textos que circulam socialmente e que o auxiliarão a interagir com o mundo e

agir sobre ele. Apesar de ser uma parte do todo, o letramento literário relaciona-se de modo diferenciado com a escrita por utilizá-la de forma estética, artística e não pragmática e por transformá-la em ficção/poesia. Sob a percepção do autor, um cidadão literariamente letrado não é aquele que se preocupa em codificar/decodificar o texto, mas aquele que cultiva em sua vida os textos literários, preservando-lhes suas especificidades estéticas e culturais.

Por perpassa o cultivo do texto literário, essa forma de letramento, proporciona ao sujeito uma experiência estética e simbólica que o ajudará a compreender a si e o mundo que o rodeia, posicionando-se de forma crítica e autônoma frente as problemáticas de cunho individual e social. Nesse sentido, o leitor literário modifica o texto e é modificado por ele, pois a leitura permite-lhe a construção de novas ideias e pensamentos ao passo que outras vão se desfazendo ou desconfigurando-se, e nesse processo o indivíduo passa a desenvolver-se socialmente e culturalmente, tornando-se letrado no aspecto social e literário.

Corroborando com Paulino (2001), Cosson e Souza (2011) destacaram que o letramento expandiu-se e tornou-se um termo plural, e no rol dessas pluralidades está o letramento literário, que de modo privilegiado insere o sujeito no universo da escrita, por possuir uma configuração especial, assumindo assim uma forma singular em relação as outras formas de letramento, primeiramente, porque o seu papel com a linguagem é único, tornando o mundo mais compreensível, metamorfoseando-o em palavras carregadas de cores, sabores e formas profundamente humanas; depois, porque, o letramento feito com textos literários, proporciona a inserção do sujeito no mundo da leitura e da escrita de forma distinta, visto que o domínio da palavra ocorre a partir dela mesma; e finalmente, porque o seu processo precisa da escola para se concretizar, porém não se esgota no espaço escolar. Os autores assim compreenderam o letramento literário:

(...) é bem mais do que uma habilidade pronta e acabada de ler textos literários, pois requer uma atualização permanente do leitor em relação ao universo literário. Também não é apenas um saber que se adquire sobre a literatura ou os textos literários, mas sim uma experiência de dar sentido ao mundo por meio das palavras que falam de palavras, transcendendo os limites de tempo e espaço. (COSSON; SOUZA, 2011, p.102-103).

Conforme o excerto, o letramento literário não corresponde a habilidade de ler textos literários, visto que exige do leitor uma constante atualização referente ao universo literário e suas nuances. Também não pode ser entendido como o conhecimento adquirido sobre literatura, mas deve ser compreendido como uma experiência estética que extrapola os limites temporais e espaciais. O letramento literário é um processo que começa ainda na infância, com as cantigas de ninar que são entoadas pela mãe que

está a fazer o seu filho dormir, e que prossegue por toda vida, a cada poema lido ou recitado, a cada filme assistido ou a cada peça teatral dramatizada.

Nas palavras de Cosson (2019), o letramento via textos literários faz com que o ser humano vivencie outras experiências e com elas consiga encontrar o senso de si e da comunidade a qual pertence, pois a palavra quando transformada em ficção/poesia o leva a conhecer outras realidades e consequentemente o faz refletir de forma mais profunda e crítica sobre o universo ao seu redor. O letramento literário não é um saber ou conhecimento, mas uma experiência estética que estimula a sensibilidade, a criatividade, a fantasia e a imaginação elementos que contribuem para a formação de cidadãos autônomos e proativos.

Com base no que foi exposto e observando a relevância do letramento literário em uma sociedade globalizada e letrada, optou-se nesse estudo, abordar a poesia por essa perspectiva. Como balizar metodológico para a inserção da poesia através do letramento literário, tomou-se como referência a sequência didática básica, criada por Cosson (2019), composta de quatro etapas: motivação, introdução, leitura e interpretação.

- **Motivação:** consiste em despertar no educando o interesse pelo texto, nessa fase recursos didáticos como vídeos e músicas podem ser utilizados como elementos motivadores. De acordo com Cosson (2019), as práticas motivadoras mais exitosas são aquelas que estão em consonância com a temática abordada no texto a ser explorado e o sucesso inicial do leitor com a obra está atrelado a uma boa motivação.

- **Introdução:** visa apresentar de forma breve o autor e a obra, nessa etapa não é necessário discorrer exaustivamente esses itens, pois o objetivo é fazer com que o leitor receba positivamente a obra e entenda a sua relevância. Apesar de simples, as atividades introdutórias requerem do professor alguns cuidados, como: apresentação sucinta sobre a vida do autor, pois exposições biográficas muito delongadas tornam-se densas e de certa forma enfadonhas, deve-se fornecer aos estudantes informações básicas sobre o escritor e que tenham relação com o texto trabalhado; outro aspecto importante, refere-se a apresentação da obra que deve contemplar justificativas plausíveis quanto a sua escolha; a obra analisada deve ser apresentada fisicamente aos educandos e quando a reprodução ou cópia forem utilizados como suporte de leitura, convém deixá-los manusear o original do professor.

- **Leitura:** reservar-se a essa etapa a leitura da obra, que precisa ser direcionada e acompanhada pelo professor para que a meta estabelecida seja alcançada. A leitura do texto pode perpassar por alguns modos de ler (leitura silenciosa, leitura em voz alta, leitura em grupo, leitura do professor) e quando a obra for muito extensa aconselha-se que a sua leitura parcial ou integral seja feita em casa ou em ambientes próprios como as bibliotecas ou salas de leitura por um determinado tempo.

- **Interpretação:** etapa destinada a construção de sentidos a respeito da obra estudada. Segundo Cosson (2019), a interpretação divide-se em dois momentos: o momento interior, que corresponde a decifração do texto de

forma detalhada, levando-se em consideração palavra por palavra, parágrafo por parágrafo, seu auge ocorre ao término da leitura, quando o educando compreende a obra de maneira global; o momento externo que corresponde às discussões e compartilhamentos sobre a leitura, tanto o docente quanto os discentes partilharão as suas percepções a respeito da obra estudada.

MARCO METODOLÓGICO

Contexto da Investigação

A Escola Estadual Governador Melo e Póvoas, localizada na rua Comendador Matos Areosa, S/N, Santo Antônio, Manaus-AM, foi a instituição escolar escolhida para a aplicação da pesquisa. Criada a partir do Decreto Lei nº 666 de 14 de setembro de 1966, a referida homenageia através do seu nome o primeiro governador da capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas.

Desenho da Investigação

O estudo realizado, quanto à natureza da pesquisa, é de caráter qualitativo. A escolha dessa abordagem foi motivada pelo fato de compreender a metodologia qualitativa e as suas características como as mais adequadas ao propósito da investigação. Mediante as palavras de Ludke e André (1986), compreendeu-se que a abordagem qualitativa é a mais adequada as pesquisas na área da educação, visto que o seu foco além de recair sobre o desvendar do problema, cogita possíveis soluções para esse.

Tipo de investigação

A pesquisa dessa dissertação, quanto ao procedimento caracterizou-se como pesquisa-ação, nessa abordagem o pesquisador e os atores sociais envolvidos no estudo interagem de forma colaborativa, a participação do investigador ocorre de forma planejada e a sua intervenção contribui para a solução do problema investigado. Conforme Tiollent (1986), a pesquisa-ação é uma espécie de pesquisa social de base empírica, que propõe uma intervenção/ação ou resolução do problema estudado de forma cooperativa ou participativa. Ampliando a percepção exposta, Fonseca (2002) destacou que a pesquisa-ação tem como objeto de estudo uma situação social; sua metodologia é sistemática; a ação desenvolvida pelo pesquisador é bem planejada e os dados coletados não almejam resultados, mas um processo de mudança nos sujeitos investigados.

Quanto ao método científico, esse estudo utilizou o hipotético-dedutivo, levando-se em consideração a hipótese estabelecida na investigação. Esse método criado por Karl R. Popper parte de um problema ocasionado pela insuficiência de dados em relação ao fenômeno pesquisado, na tentativa de solucioná-lo criam-se hipóteses que serão testadas ou

falseadas, após essa etapa chega-se a um parecer, que irá confirmar ou refutar as hipóteses estabelecidas.

Alcance

Quanto aos objetivos estipulados o alcance nessa pesquisa definiu-se como descritivo, pois a sua finalidade foi descrever o objeto investigado. Segundo Prodanov; Freitas (2013, p.52), “(...) tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena os dados, sem manipulá-los, isto é, sem a interferência do pesquisador”. Complementando e ratificando a ideia, Cervo; Bervian; Silva (2007), destacaram que o estudo descritivo além de analisar, observar e descrever visa correlacionar os fatos ou fenômenos sem que haja manipulação dos dados por parte do pesquisador, o intuito é descobrir a regularidade, as características e a natureza do fenômeno estudado.

População e Amostra

O termo população em pesquisa científica pode ser definido como “(...) o conjunto, a totalidade de seres animados ou inanimados, que apresentam pelo menos uma característica em comum, definidas para comporem os elementos de uma pesquisa” (LEÃO, 2016, p.108), a presente investigação teve como população 28 professores e 216 alunos do ensino médio integral e regular da Escola Estadual Governador Melo e Póvoas.

Devido ao tempo e por ser praticamente inviável fazer um estudo de todo esse universo, delimitou-se como amostra um quantitativo de 10 professores e 25 alunos do 2º 01, do turno integral, da referida escola. Os estudos por meio de amostras apresentam vantagens como: facilitação na coleta e análise dos dados, economia de tempo e recursos financeiros.

Quanto a amostragem essa pesquisa enquadra-se na classificação não probabilística, pois a intenção não foi generalizar os resultados da pesquisa à um universo mais amplo, mas compreender o fenômeno estudado e responder as perguntas balizares da investigação.

Métodos e técnicas

O presente estudo utilizou o questionário e as oficinas de poesia como técnica de coleta dos dados. Segundo Chizzotti (2008), o questionário pode ser definido como um conjunto de questões previamente elaboradas de forma sistemática e sequencial, organizado por itens que compõem o tema da pesquisa, seu objetivo é suscitar nos atores investigados respostas escritas ou verbais sobre o assunto pesquisado. Semelhante a esse pensamento, Gil (2008) definiu o questionário como uma técnica de investigação formada por um conjunto de questões que serão submetidas aos sujeitos participantes do processo, com a finalidade de abstrair-se “(...) informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.” (GIL, 2008, p. 121).

Concomitantemente, utilizou-se as oficinas de poesia que foram realizadas com a turma do 2º01, do turno integral, da escola supracitada. As oficinas registradas através de vídeogravações e fotografias, foram desenvolvidas a partir da metodologia criada por Rildo Cosson (2019), com algumas adaptações. Essa metodologia ancora-se em um processo que segue quatro etapas: motivação, introdução, leitura e interpretação. A motivação é o primeiro passo da sequência, seu propósito é instigar no educando o interesse pelo texto, esse momento deve ser significativo e motivante, pois o aluno precisa sentir-se capaz de interagir com o texto para poder apreciá-lo; a introdução é uma etapa breve na sequência didática, seu objetivo é apresentar o autor e a obra, para que o alunado os receba de forma positiva; o terceiro passo é a leitura do texto, esse momento necessita de acompanhamento e direcionamento do professor, para que os alunos não fujam dos objetivos estabelecidos; por fim, a interpretação é a etapa em que se atribuirá sentidos ao texto, a partir das inferências dos alunos e do professor.

Procedimento de coleta de dados

Os procedimentos de coleta de dados utilizados nessa pesquisa estruturaram-se em três etapas: a construção da fundamentação teórica, a seleção da escola que participou do estudo e a pesquisa de campo.

O alicerce teórico construído entre os meses de maio a julho de 2020, embasou cientificamente a investigação e proporcionou a pesquisadora uma visão crítica e ampla a respeito das questões que envolviam o ensino da literatura no âmbito escolar, mais especificamente o estudo de poesia.

Após a construção do arcabouço teórico, selecionou-se a escola que participaria da investigação, optou-se por uma instituição pública de nível médio. Como critério para seleção levou-se em consideração o fato de a pesquisadora conhecer a realidade do ambiente escolar e o público investigado, pois atuava a mais de 8 anos na instituição selecionada.

A ida à campo iniciou no dia 12/08/2020, logo após o retorno das aulas presenciais na cidade de Manaus se reestabelecerem, devido a pandemia do novo Coronavírus que assolava o mundo as escolas públicas da cidade ficaram fechadas por mais de 4 meses. Nessa etapa ocorreu: assinatura da Carta de Anuência autorizando a realização da pesquisa; aplicação do questionário de sondagem inicial destinado aos professores e alunos investigados; realização das oficinas de poesia e aplicação do questionário final destinado aos alunos participantes.

Técnica de análise dos dados

A presente pesquisa analisou e interpretou os dados sob a perspectiva qualitativa, utilizando a técnica da triangulação. A técnica de triangulação consiste em combinar vários métodos e fontes de dados na investigação do fenômeno estudado. Nessa pesquisa utilizaram-se dois métodos para a coleta dos dados, o primeiro foi o questionário aplicado com

professores e alunos da turma de 2º01, do turno integral; e o segundo foram as oficinas de poesias realizadas com os alunos da turma investigada.

MARCO ANALÍTICO

Apresentação dos resultados

A investigação utilizou na recolha dos dados dois métodos: questionários mistos e oficinas de poesia. Os questionários aplicados com 10 professores e 25 alunos, continham perguntas abertas e fechadas, referente as questões discursivas, os participantes deveriam elaborar frases que aludissem ao que estava sendo abordado; já as perguntas objetivas, possibilitavam aos informantes assinalarem mais de uma opção. A apresentação desses dados foi organizados através de quadros.

As oficinas de poesia, descritas no marco metodológico desse estudo, objetivaram sensibilizar o educando para o poético, fazendo-o perceber a sua importância e relevância no espaço social e escolar. Para alcançar a finalidade estabelecida, utilizou-se como proposta metodológica, a Sequência didática básica criada por Cosson (2019), constituída de quatro fases: motivação, introdução, leitura e interpretação.

Análise dos resultados

Questionário destinado aos professores participantes da pesquisa

Quadro 1 - Conceito de poesia – visão do professor

Alternativas	Quantidade
Arte de escrever em versos ou conjunto das obras em versos.	5
Arte que sensibiliza o ser humano provocando-lhe emoção e prazer estético, podendo ser encontrada numa pintura, na música, no poema e até mesmo em ações cotidianas.	6
Arte que humaniza o indivíduo, refinando seus sentimentos e emoções.	-
Outra(s). Qual(is)?	-
Nenhuma das alternativas anteriores.	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Nessa categoria, observou-se que a concepção dos docentes em relação ao termo poesia é ampla, destacando-a como a arte capaz de sensibilizar o indivíduo, refinando as suas emoções e proporcionando-lhe prazer estético, sendo encontrada em várias manifestações artísticas como: a pintura, a música, o poema etc. Essa mesma linha de pensamento é compartilhado pelo poeta mexicano Octavio Paz (1982), que na obra “O arco e a lira”, ressaltou que a palavra poética é capaz de transformar e humanizar a sociedade, resgatando e salvando a sua dignidade. O ser humano, ao

entrar em contato com essa arte torna-se mais sensível e compassivo com o mundo e com o outro, compreende melhor as suas complexidades e as complexidades da humanidade e começa a enxergar os outros ângulos da vida até então encobertos e desconhecidos.

Quadro 2 – Gosto pelo poético

Subcategorias	Respostas dos professores que apreciavam e não apreciavam os textos poéticos
Apreciavam os textos poéticos	<ul style="list-style-type: none"> - Gosto de poesia, porém não leio livros referente ao assunto. O último livro lido foi “O laboratório de ensino de matemática na formação de professores”. (P1 – 45 anos) - Sim, leio. Gosto de textos poéticos. Eu li “Rasos d’água”, de Astrid Cabral, há oito meses. (P2 – 49 anos) - Sim, sim. (P3 – 40 anos) - Sim, sim, Augusto dos Anjos – “Eu e outras poesias”. (P5 – 45 anos) - Sim, sim. O internetês na escola (Komesu e Tenani). (P6 – 36 anos) - Não. Gosto. O livro que li foi sobre “Educação na EJA”. (P7 – 44 anos) - Não leio poesia. Gosto somente dos textos que falam de amor. O último livro que li não era de poesia, foi “O poder do hábito”, faz uns sete meses. (P10 – 37 anos)
Não apreciavam os textos poéticos	<ul style="list-style-type: none"> - Não. Não. (P4 – 44 anos) - Não. Não. “A menina que roubava livros”. (P8 – 40 anos) - Raramente. Não. Não me recordo. (P9 – 24 anos)

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

De acordo com as informações prestadas, a maior parte dos professores expressaram gostar da palavra poética, porém não há em seu cotidiano o hábito de ler esse tipo de texto. É importante frisar que a prática da leitura de poesia é algo que pode ser suscitado no leitor, acarretando-lhe conseqüentemente, o desenvolvimento de bons hábitos de leitura que o auxiliarão na compreensão dos diversos diálogos existentes na sociedade, isso ocorre, porque os textos poéticos em suas linhas e entrelinhas revelam as mais variadas formas de representação e manifestação do mundo em que se vive.

Quadro 3 - Percepção dos docentes sobre a importância da poesia no espaço social e escolar

subcategorias	Percepção dos professores sobre a importância da poesia no espaço social e escolar
Aprimorar a escrita, a leitura e	- Desenvolver o pensamento, a escrita e a leitura. (P1 – 45 anos)

a interpretação de textos.	<ul style="list-style-type: none"> - Estimula a aprendizagem, no caso, a leitura, a interpretação, a reflexão entre outros. (P4 - 44 anos) - É importante que despertem o amor pela leitura e a escrita, através dos textos poéticos, assim como, suas emoções que serão estimuladas a partir dos poemas. (P5 – 45 anos) - A poesia pode ajudar no desenvolvimento dos alunos em relação a leitura, ao conhecimento literário, para que eles possam expressar emoções e sentimentos. (P6 – 36 anos) - Acredito que seja importante para que o aluno seja conhecedor dos tipos de textos, seja conhecedor da língua e literatura portuguesa. Talvez se torne mais sensível. (P10 – 37 anos) - Fazer com que o aluno conheça o significado, sua função na literatura e sua interpretação mediante cada palavra e rima. (P9 – 24 anos)
Ampliar a visão de mundo	<ul style="list-style-type: none"> - A poesia é uma oportunidade de ampliar a leitura de mundo, de percepção de outros mundos. A poesia pode levar o leitor a lugares (jamais) inalcançáveis, proporcionando assim ao estudante desenvolver o lado cognitivo e transformá-lo em cidadão com maior poder de criticidade. (P2 – 49 anos) - Importa para que os envolvidos possam pensar a escola para além do modelo mercadológico. (P3 – 40 anos)
Despertar a imaginação e a criatividade	<ul style="list-style-type: none"> - Despertar a imaginação. (P7 – 44 anos) - Ajuda na criatividade. (P8 – 40 anos)

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Através das repostas fornecidas pelos docentes, observou-se que todos têm consciência da importância e relevância da poesia no âmbito social e escolar. Com maior ocorrência os supracitados, destacaram que o texto poético auxilia no aprimoramento da escrita, da leitura e interpretação de textos; em segundo lugar apontaram o ampliamento da visão de mundo que a palavra poética proporciona ao indivíduo e por fim, ressaltou-se o despertar da imaginação e da criatividade, outro benefício que a poesia promove aos que dela se apossam. Em consonância as percepções expostas, o professor e pesquisador Enes Filho, enfatizou que:

(...) a poesia em sala de aula auxilia na aprendizagem da leitura e interpretação textual, além de estimular a criação e a reflexão, despertando nossos sentimentos. Isso acontece pelo fato da riqueza de vocabulário existente nos textos poéticos, que exigem mais atenção na leitura, tanto no que diz respeito aos significados das palavras quanto na pontuação e estrutura do poema. Assim, o aluno precisa colocar em prática sua criatividade, sua capacidade de entendimento e todo o seu potencial interpretativo para analisar uma poesia com suas

múltiplas capacidades de interpretação e plurissignificação. (ENES FILHO, 2018, p.93)

Endossando as palavras do escritor, o texto poético ajuda no crescimento intelectual e social do ser humano, auxiliando-o na compreensão do mundo que o circunda, levando-o a novas interpretações a respeito da vida e da sociedade; subsidia também, no aprimoramento da sensibilidade, da criatividade, da fantasia e da imaginação, elementos primordiais na formação de cidadãos críticos e reflexivos.

Quadro 4 - Definição sobre a função social da poesia

Alternativas	Quantidade
Proporcionar prazer e divertimento.	1
Sintonizador o homem do passado com o homem do presente.	1
Proporcionar catarse, libertando os nossos sentimentos e emoções.	3
Despertar a sensibilidade, a criatividade, a imaginação e a fantasia.	8
Comunicar novas experiências e novas compreensões da realidade.	1
Humanizar o indivíduo que passa por um processo de coisificação por causa do sistema capitalista.	1
Outra(s). Qual(is)?	-
Nenhuma das alternativas anteriores.	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

O resultado obtido nessa categoria revelou que os docentes do 2º ano, conferiram grande valor e função social a poesia. A percepção exposta pelos supracitados vai ao encontro dos pensamentos de Coelho (2000), que ressaltou como função essencial da literatura, o agir sobre a mente, local no qual as vontades e as ações humanas são decididas e atuar sobre o espírito, auxiliando o indivíduo no refinamento da sua sensibilidade e emoção, despertando a sua criatividade, imaginação e fantasia, ampliando consequentemente os seus horizontes e enriquecendo as suas experiências de vida.

Quadro 5 - Benefícios da poesia no âmbito social e escolar

Alternativas	Quantidade
Contribui para a formação de cidadãos críticos e reflexivos.	9
Estimula a sensibilidade, a criatividade, a imaginação e a fantasia.	5
Educa e humaniza o indivíduo à medida que estimula o desenvolvimento cognitivo e emocional.	1
Crescimento intelectual e social.	-

Enriquecimento do vocabulário, do poder de persuasão e argumentação.	1
Proporciona ao leitor uma visão ampla do mundo	1
Outro(s). Qual(is)?	-
Nenhuma das alternativas anteriores.	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

As respostas dos professores participantes da pesquisa recaíram com maior ênfase na alternativa que abordou sobre a formação de leitores críticos e reflexivos. A partir do resultado exposto, observou-se que o texto poético na visão dos docentes auxilia no aprimoramento da competência leitora, ampliando os conhecimentos do indivíduo e o seu senso crítico, fazendo-o construir novas interpretações a respeito da sociedade e da vida. Realçando as ideias aferidas, e que são as defendidas nessa dissertação, retomar-se-á o pensamento do escritor Enes Filho (2018), que na obra “Letramento literário na escola: a poesia na sala de aula”, enfatizou a grande contribuição da poesia na formação do leitor crítico, autônomo e reflexivo, além de enriquecer-lhe a sensibilidade e aperfeiçoar a sua aceção sobre a realidade.

Questionário inicial destinado aos alunos participantes da pesquisa

Quadro 6 - Conceito de poesia – visão do aluno

Alternativas	Quantidade
Arte de escrever em versos ou conjunto das obras em versos.	21
Arte que sensibiliza o ser humano provocando-lhe emoção e prazer estético, podendo ser encontrada numa pintura, na música, no poema e até mesmo em ações cotidianas.	11
Arte que humaniza o indivíduo, refinando seus sentimentos e emoções.	10
Outra(s). Qual(is)?	-
Nenhuma das alternativas anteriores.	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

As respostas inferidas pela maior parte do alunado conceberam a poesia como a arte de escrever em versos ou conjunto das obras em verso, a partir dessa ótica verificou-se que a concepção dos participantes quanto ao vocábulo é restrita e limitada. Diante dessa realidade, tornou-se imprescindível fazê-los expandir e ampliar o termo, para que assim pudessem perceber que a poesia está em tudo, como disse a escritora Vera Silva (2009), a palavra poética pode estar em toda parte: numa bela canção, numa linda paisagem, num poema majestoso, nas cores do entardecer, nos gestos do ser amado, enfim, pode estar presente em várias formas de expressão e em todas as coisas que venha a suscitar no ser humano uma experiência sensorial.

Quadro 7 - Gosto pelo poético

Subcategorias	Justificativa dos alunos que apreciavam e não apreciavam os textos poéticos
Apreciavam os textos poéticos	<ul style="list-style-type: none">- Porque a leitura poética pode despertar emoções e sentimentos pela leitura. (A4 – 16 anos)- Sim, porque eu amo lê textos poéticos, apesar de não ler muito, só as vezes. (A5 – 17 anos)- Porque nos trazem emoções, e muitas vezes o texto poético pode animar e tirar qualquer sensação ruim, fazendo-me mergulhar mais e mais no que leio. (A6 – 17 anos)- Sim, pois me ajuda com propósitos escolares, como vocabulário, entre outros. Além disso os textos poéticos proporcionam-me prazer e divertimento na leitura. (A16 – 17 anos)
Não apreciavam os textos poéticos	<ul style="list-style-type: none">- Não vejo utilidade na leitura de poesia. (A1 – 17 anos)- Não justificou. (A3 – 16 anos)- Porque não acho interessante. (A15 – 17 anos)- Acho poesia chata, prefiro os romances. (A22 – 17 anos)

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Os dados analisados nessa categoria revelaram que a maior parte da turma não gosta de poesia, e o motivo apresentado com maior ênfase pelos participantes foi a inutilidade do texto poético. Essa visão utilitarista refletida nas frases elaboradas pelos discentes, só confirmaram as palavras de Enes Filho (2018), que na obra “Letramento literário na escola: a poesia na sala de aula”, ressaltou que o utilitarismo capitalista, está sendo reproduzido na escola, desde cedo os educando são ensinados a não perderem tempo com coisas que não são úteis dentro da lógica capitalista, infelizmente a poesia por ocupar esse patamar vem sendo excluída do espaço escolar e conseqüentemente da vida do aluno. Por adotarem essa percepção, a escola e a sociedade estão a inibir a imaginação e a criatividade do ser humano, ocasionando-lhes prejuízos imensuráveis e lacunas irreparáveis na sua formação humana e integral.

Quadro 8 - Percepção dos alunos sobre a importância da poesia no espaço social e escolar

Subcategorias	Percepção dos alunos sobre a importância da poesia no espaço social e escolar
Percepção positiva	<ul style="list-style-type: none">- Para o desenvolvimento sentimental, racional e social. (A4 – 16 anos)- A poesia importa na educação, na escrita, na fala e na sua futura profissão. (A11 – 17 anos)

	<ul style="list-style-type: none"> - Estimula o enriquecimento na linguagem, formando assim cidadãos de vocabulário culto e com intelecto elevado. (A16 – 17 anos) - Aprender a ter emoções e diálogos. (A25 – 16 anos)
Percepção negativa	<ul style="list-style-type: none"> - No meu dia a dia não vejo utilidade. (A2 – 17 anos) - Não consigo entender a poesia, por isso não sei dizer sua importância. (A12 – 17 anos) - Poesia não costumo ler, então na minha vida não é importante (A23 – 17 anos) - Explicar a importância não sei, mas acho a poesia um texto difícil e exige muitos conhecimentos de gramática. (A24 – 16 anos).

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A partir desses dados pôde-se constatar que a maior parte da turma de 2ºano não conferiu importância e relevância a poesia. O desprestígio com relação ao conhecimento poético perpassou pela visão de que o mesmo é difícil e chato, primeiramente porque apresenta uma linguagem cifrada e permeada de símbolos, e depois porque a sua apresentação no ambiente escolar ocorre de forma tradicional e mecânica; outro fator evidenciado é a percepção de que a poesia não tem utilidade, ao expor esse pensamento o educando está a reproduzir as ideias disseminadas pelo sistema capitalista e que são difundidas por meio da escola. Diante dessa realidade, viu-se a necessidade de desmistificar a ideia de que poesia é difícil e fazê-los enxergar que a sua utilidade está no seu poder de tornar o homem mais humano e sensível às problemáticas do mundo.

Quadro 9 - Definição sobre a função social da poesia

Alternativas	Quantidade
Proporcionar prazer e divertimento.	10
Sintonizador o homem do passado com o homem do presente.	8
Proporcionar catarse, libertando os nossos sentimentos e emoções.	5
Despertar a sensibilidade, a criatividade, a imaginação e a fantasia.	3
Comunicar novas experiências e novas compreensões da realidade.	2
Humanizar o indivíduo que passa por um processo de coisificação por causa do sistema capitalista.	2
Outra(s). Qual(is)?	-
Nenhuma das alternativas anteriores.	14

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Os dados fornecidos nessa categoria causaram surpresa, pois 14 participantes não atribuíram nenhuma função social a poesia, a explicação mais plausível a esse fato é que os informantes por não gostarem de poesia e não terem o costume de lê-la, não conseguiram dimensionar-lhe uma função. Esse resultado está a evidenciar que a palavra poética pouco se faz presente na vida social e escolar dos educandos e disseminá-la é uma urgência, que segundo Candido (2004), se justifica por essa ser um bem incompreensível, que não pode ser suprimido da formação social e humana do indivíduo, uma vez que organiza as suas emoções e percepções do mundo, elementos responsáveis por estruturar a vida, metamorfosear o caos e humanizar a sociedade.

Quadro 10 - Benefícios da poesia no contexto social e escolar

Alternativas	Quantidade
Contribui para a formação de cidadãos críticos e reflexivos.	8
Estimula a sensibilidade, a criatividade, a imaginação e a fantasia.	9
Educa e humaniza o indivíduo à medida que estimula o desenvolvimento cognitivo e emocional.	11
Crescimento intelectual e social.	7
Enriquecimento do vocabulário, do poder de persuasão e argumentação.	3
Proporciona ao leitor uma visão ampla do mundo.	6
Outro(s). Qual(is)?	-
Nenhuma das alternativas anteriores.	13

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A partir das informações coletadas 13 participantes assinalaram que o conhecimento poético não possuía nenhum benefício social ou escolar, e 11 informantes destacaram que a palavra poética educa e humaniza o indivíduo à medida que estimula o desenvolvimento cognitivo e emocional. Esse resultado só vem a confirmar que a obra poética pouco é vivenciada e experimentada pelos educandos em seu cotidiano. A escola enquanto instituição social deve buscar meios de aproximá-los, visto que o contato do indivíduo com essa arte irá propiciar-lhe crescimento intelectual e social, levando-o a uma compreensão do mundo que está à sua volta, tornando-o um sujeito ativo e participante de todos os processos que fazem parte da sua vida, sejam os de ordem familiar aos de ordem política, econômica e cultural.

Questionário final destinado aos alunos participantes da pesquisa

Quadro 11 - Contribuições do projeto

Subcategorias	Contribuições do projeto
Ensino/Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">- Trouxe mais aprendizagem e palavras novas. (A3 – 16 anos)- Mais ensino em questão de linguagem, (A4 – 16 anos)- Esse projeto me fez entender melhor sobre poética no meu dia a dia, fez eu aprender mais sobre textos poéticos. (A5 – 17 anos)
Visão ampla do mundo	<ul style="list-style-type: none">- Ampliei a minha visão sobre as coisas, sobre a vida, sobre o mundo. (A1 – 17 anos)- A vida para mim a partir do projeto recebeu outros significados. (A2 – 17 anos)- O projeto trouxe uma visão ampla para mim, eu estou vendo o mundo com outros olhos. (A14 – 17 anos)
Despertar a sensibilidade	<ul style="list-style-type: none">- Entender o que é poesia e o desenvolvimento de sentimentos. (A10 – 16 anos)- O projeto de poesia contribuiu para o desenvolvimento dos meus sentimentos. (A11 – 17 anos)- Ajudou a entender melhor os sentimentos. (A18 – 17 anos)

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

As respostas dos informantes foram elencadas em três linhas de pensamento: a primeira referiu-se ao ensino/aprendizagem; a segunda aludiu para a visão ampla do mundo; e a última frisou o despertar da sensibilidade. A partir desses dados foi possível inferir que o projeto alcançou resultados positivos, pois até os educandos que no questionário de sondagem inicial não atribuíram relevância a arte poética, neste momento da pesquisa conseguiram dimensionar-lhe uma importância. Houve uma mudança de posicionamento e novas percepções a respeito da palavra poética brotaram no âmago daqueles que participaram das oficinas, e esse novo olhar os oportunizou um relacionamento mais íntimo com a leitura, a literatura e a poesia, alargando conseqüentemente os seus conhecimentos, bem como o aprimoramento da sensibilidade, da criatividade e de valores sociais e éticos.

Quadro 12 - Concepção sobre a importância da poesia no contexto social e escolar, após a aplicação do projeto

Categorias	Concepção sobre a importância da poesia no contexto social e escolar, após a aplicação do projeto
Crescimento intelectual	<ul style="list-style-type: none">- Adquirir vocabulários corretos, ter uma concepção mais crítica. (A4 – 16 anos)- Ajuda no crescimento intelectual. (A6 – 16 anos)

	<ul style="list-style-type: none"> - A leitura, o conhecimento, a oportunidade de se expressar etc. (A7 – 17 anos) - Ajuda em nosso crescimento pessoal. (A13 – 16 anos)
Novas percepções sobre o mundo	<ul style="list-style-type: none"> - Abrir mais a mente para novos mundos como a poesia que explica com mais clareza e de forma mais profunda e inteligente. (A9 – 17 anos) - É importante para estimular a criatividade, a fantasia e experiências. (A15 – 17 anos) - Saber mais sobre o mundo. (A17 – 17 anos) - É importante porque amplia a nossa visão de mundo. (A25 – 16 anos)

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A partir das respostas fornecidas, verificou-se que todos os participantes, ao fim da pesquisa conseguiram atribuir importância a poesia. Esse resultado só confirmou a mudança de posicionamento (que já foi mencionada na categoria anterior), por parte daqueles que antes não lhe denotavam nenhuma relevância. As frases elaboradas pelos discentes com maior incidência ressaltaram que a arte poética tem grande valor no ambiente social e escolar, porque proporciona crescimento intelectual, e depois, porque oportuniza novas concepções a respeito do mundo.

Esses pensamentos expressos pela turma de 2º ano, do turno integral, da escola investigada, vão ao encontro das teorias defendidas nessa pesquisa. A poesia enquanto arte contribui para a aquisição de novos conhecimentos; auxilia na formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos; aprimora o vocabulário e a capacidade de persuasão. Parafraseando Sorrenti (2009), nunca é tarde para semear no coração dos alunos os grãos da palavra poética, vivenciá-la é essencial na vida do ser humano, pois somente aqueles que um dia foram tocados pela poesia e as suas benesses serão capazes de sentir e apreender a sua importância na sociedade.

Quadro 13 - Concepção sobre a função social da poesia, após a aplicação do projeto

Alternativas	Quantidade
Proporcionar prazer e divertimento.	10
Sintonizador o homem do passado com o homem do presente.	8
Proporcionar catarse, libertando os nossos sentimentos e emoções.	10
Despertar a sensibilidade, a criatividade, a imaginação e a fantasia.	11
Comunicar novas experiências e novas compreensões da realidade.	19
Humanizar o indivíduo que passa por um processo de coisificação por causa do sistema capitalista.	2

Outra(s). Qual(is)?	-
Nenhuma das alternativas anteriores.	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Ao observar os dados coletados, verificou-se que os colaboradores da pesquisa com maior ênfase destacaram que a poesia tem como função essencial comunicar novas experiências e novas compreensões da realidade. A atual percepção atribuída pelos educandos a esse item, está a dialogar com os pensamentos do poeta e dramaturgo Eliot (1991), que no ensaio “A função social da poesia”, destacou que essa arte amplia os conhecimentos e as percepções acerca do mundo, expandindo o fluxo da consciência e aperfeiçoando a sensibilidade humana, ou seja, a palavra poética proporciona ao indivíduo uma experiência holística, fazendo-o compreender melhor a sociedade na qual está inserido, tornando-o um sujeito ativo e participante de todos os processos que fazem parte da sua vida, sejam os de ordem familiar aos de ordem política, econômica e cultural.

Quadro 14 – Percepção sobre os benefícios da poesia no âmbito social e escolar, após a aplicação do projeto

Alternativas	Quantidade
Contribui para a formação de cidadãos críticos e reflexivos.	16
Estimula a sensibilidade, a criatividade, a imaginação e a fantasia.	12
Educa e humaniza o indivíduo à medida que estimula o desenvolvimento cognitivo e emocional.	13
Crescimento intelectual e social.	17
Enriquecimento do vocabulário, do poder de persuasão e argumentação.	7
Proporciona ao leitor uma visão ampla do mundo.	6
Outro(s). Qual(is)?	-
Nenhuma das alternativas anteriores.	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A partir das respostas fornecidas, verificou-se que os informantes quanto as benesses da poesia, aludiram com maior destaque ao quesito “crescimento intelectual e social”. Corrobora com esse pensamento, a educadora Ana Mariza Filipouski, que no texto “Para formar leitores críticos e combater a crise de leitura na escola: acesso à poesia como direito humano”, declarou que: “A poesia é uma das formas mais radicais que a educação pode oferecer de exercício de liberdade através da leitura, de oportunidade de crescimento e problematização das relações pares e de compreensão do contexto em que interagem” (FILIPOUSKI, 2006, p.338). Mediante essas palavras, é possível abstrair que o contato do indivíduo com o discurso poético,

propicia-lhe uma formação intelectual e humana, capaz de levá-lo a dialogar e comunicar-se com o mundo que está a sua volta de forma crítica e participativa, transformando e ampliando a sua percepção da realidade, fazendo-o adquirir conhecimentos e saberes necessários para a vida em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, oriundo de uma pesquisa de caráter qualitativo, teve como objetivo precípua descrever a percepção de professores e alunos do ensino médio quanto a relevância da poesia no contexto social e escolar, a fim de delinear as causas que contribuem para o desprestígio dessa arte no ambiente social e escolar. Para alcançar tal propósito, definiu-se três objetivos específicos: Delinear a poesia no contexto social, ressaltando sua origem, definições, particularidades e função social; Expor o lugar ocupado pela poesia no âmbito educacional e os seus benefícios; Realizar oficinas de poesia com alunos do ensino médio sob a perspectiva do letramento literário.

Em relação ao primeiro objetivo específico, chegou-se a seguinte descoberta. Os investigados (professores e alunos) delinearão a poesia por vieses diferentes. Os professores apresentaram uma visão ampla a respeito do termo, tendo consciência da sua importância e relevância no contexto social, mas necessitam deixar-se envolver por essa arte e entender que disseminá-la no espaço social é uma missão de todos; já os educandos assumiram um posicionamento dessemelhante, delineando a palavra poética por uma percepção limitada e restrita, não atribuindo-lhe importância, e conseqüentemente, não conseguiram dimensionar-lhe uma função no âmbito social.

Quanto ao segundo objetivo específico, conclui-se que a poesia não ocupa no espaço escolar um lugar de prestígio. Esse fato está relacionado a dois motivos: primeiramente, os professores apesar de atribuírem-lhe grande relevância, precisam sensibilizar-se com o poético e compreender que a inserção dessa arte é responsabilidade de todos os envolvidos no processo educacional; o segundo motivo recai na forma como a palavra poética é apresentada ao alunado ao longo de sua trajetória escolar, sempre de forma tradicional e enfadonha, fazendo-os não enxergar a beleza dessa arte e as suas benesses. O discurso poético quando trabalhado de forma significativa, pode contribuir para o desenvolvimento escolar e humano do educando, auxiliar na formação de cidadãos críticos e reflexivos, ampliar a visão de mundo e fornecer conhecimentos e saberes necessários para a vida em sociedade.

Referente ao terceiro objetivo específico, conclui-se que as oficinas de poesia alcançaram saldos positivos, a partir dos dados coletados no questionário final, aplicado com os discentes da turma, constatou-se que houve mudanças na percepção dos mesmos, com relação a importância da poesia, sua função social e benefícios. O projeto poético conseguiu

sensibilizá-los e fazê-los descobrir a relevância da arte poética no contexto educacional e social.

Ao longo das oficinas de poesia, pôde-se contatar que, a proposta metodológica criada por Cosson (2019), mostrou-se eficaz, pois os educandos conseguiram alargar as suas percepções a respeito da palavra poética, enxergando-lhe uma relevância, os mesmos enfatizaram que a poesia, desperta a sensibilidade; estimula a imaginação, a criatividade e a criticidade; proporciona uma visão ampla do mundo e promove o crescimento intelectual, social e cultural.

Ao final da implementação das oficinas, percebeu-se que sensibilizar os educandos através de uma sequência didática planejada e com o intuito de fazê-los sentir e fruir o poético foi fundamental para que os mesmos mudassem o seu posicionamento expresso no diagnóstico inicial. Notou-se que os alunos passaram por um processo de transformação, que lhes resultou na ampliação dos seus conhecimentos acerca da poesia, passando a compreendê-la como a arte capaz de fazê-los entender o meio em que habitam, na perspectiva de modificá-lo e torná-lo melhor.

E assim, ao final dessa caminhada, tem-se a consciência de que essa pesquisa não se esgota por aqui, outros questionamentos e reflexões podem ser levantados em investigações futuras, entorno da temática que foi explorada. Enfim, ratifica-se o que amplamente foi abordado no marco teórico desse estudo, a palavra poética é a beleza que precisa estar presente na vida do ser humano, por meio de sua linguagem é possível transfigurar a realidade, convertendo-a em encantos e sutilezas; através dela, o homem consegue compreender melhor a si, aos outros e a sociedade que o circunda; e desenvolve aspectos como a sensibilidade, a criatividade e a criticidade, elementos que contribuem para a formação social, cognitiva e humanística do indivíduo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. 43ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ANTUNES, Arnaldo. **A origem da poesia**. Arnaldo Antunes. Disponível em: <https://arnaldoantunes.com.br/new/sec_textos_list.php?page=1&id=27>. Acessado em: 22 de maio de 2020.

ARISTÓTELES. **Arte Poética**. Domínio público. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000005.pdf>>. Acessado em: 16 de maio de 2020.

AZEVEDO, Ricardo. **Qual a “função” da literatura?** Almaquio Bastos. Disponível em: <<http://almaquiobastos.blogspot.com/2009/08/qual-funcao-da-literatura.html>>. Acessado em: 5 de junho de 2020.

CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: _____. **Vários escritos**. 4ª edição. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

CERVO, Arnaldo Luís; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil**: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.

COSSON, Rildo. **Letramento literário**: teoria e prática. 2ª edição. Contexto: São Paulo, 2019.

COSSON, Rildo; SOUZA, Renata Junqueira de. **Letramento literário**: uma proposta para a sala de aula. Caderno de formação de professores, didática de conteúdos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001, v.2

Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.

ELLIOT, T.S. **De poesia e poetas**. Tradução e prólogo: Ivan Junqueira. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ENES FILHO, Djalma Barboza. **Letramento literário na escola**: a poesia na sala de aula. Appris: Curitiba, 2018.

FILIPOUSKI, Ana Mariza Ribeiro. Para formar leitores críticos e combater a crise de leitura na escola: acesso à poesia como direito humano. In: Ciências e Letras: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. **Momentos de poesia** – Dossiê Mário Quintana. Porto Alegre, n.39, p. 332-338 jan. / jun. 2006.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANTZ, Maria Helena Zancan. **A literatura nas séries iniciais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GEBARA, Ana Elvira Luciano. **A poesia na escola**: leitura e análise de poesia para crianças. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção aprender e ensinar com textos, v.10).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

LEÃO, Lourdes Meireles. **Metodologia do estudo e pesquisa**: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MOISÉS, Carlos Felipe. **Poesia e Utopia**: sobre a função social da poesia e do poeta. São Paulo: Escrituras Editora, 2007.

PAES, José Paulo. **Poesia para crianças**. Proleitura: Assis – SP, ano 2, n.7, out. 1995.

PAULINO, Graça. **Letramento Literário**: Por Velas e Alamedas. Revista da Faced/UFBA, Salvador, nº 5, p. 117-125, 2001.

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. Tradução: Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PINHEIRO, Helder. **Poesia na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª edição. Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul: Universidade FEEVALE, 2013.

QUINTANA, Mário. Emergência. In: PINHEIRO, Helder. **Poesia na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2018.

SILVA, Vera Maria Tiezmann. Nos domínios da sensibilidade. In: **leitura literária & outras leituras**: impasses e alternativas no trabalho do professor. Belo Horizonte: RHJ Editora, 2009.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SORRENTI, Neuza. **A poesia vai à escola**: reflexões, comentários e dicas de atividades. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

TIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

VYGOTSKI, Lev Semyonovich. **Imaginação e criação na infância**. São Paulo: Ática, 2009.

ZILBERMAN, Regina. **O papel da literatura na escola**. Via Atlântica, n.14, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50376/54486>>. Acessado em 23 de maio de 2020.

Murilo Martins Marcos

Psicólogo;
Pós-graduado em Psicologia Organizacional e do Trabalho (UCDB);
Pós-graduado em Psicologia Clínica (ITCR);
Mestrando em Psicologia e Saúde (FAMERP);
Docente na instituição de ensino Faculdade Futura,
Votuporanga/SP

Gisele Cássia de Araújo

Graduada em Administração de Empresas,
Faculdade Futura - Votuporanga/SP

Letícia Ribeiro

Graduada em Administração de Empresas,
Faculdade Futura - Votuporanga/SP

RESUMO

As organizações precisam de líderes comprometidos, que saibam incentivar e desenvolver uma equipe diante das mais diversas situações do dia a dia, principalmente aquelas as quais as metas organizacionais estarão diretamente ligadas ao desempenho dos colaboradores. O líder necessita assumir que ele é a figura principal de sua equipe e que, para alterar algum estado instituído nela, deve ser o primeiro a provocar mudanças em seu próprio comportamento. Direcionar pessoas e lidar com elas não é uma atividade fácil, pois coordenar e compreender indivíduos que possuem objetivos individuais, e que terão que colocar seus esforços em prol de um objetivo comum com o da organização, é um dos grandes desafios que um líder possui. Diante disso, o assunto abordado neste estudo percorreu a temática da inteligência emocional sobre o desenvolvimento de pessoas que exercem o papel de liderança dentro das organizações e, com isso, poder chegar a um entendimento sobre como ser um líder de sucesso. A escolha do tema se deu pela necessidade de levantar dados que possibilitem enxergar a necessidade de se preparar uma gestão voltada para a inteligência emocional, de forma que possibilite identificar como essas habilidades diárias emocionais são passadas aos colaboradores e companheiros de trabalho. Tratou-se de uma pesquisa exploratória do tipo qualitativa, tendo como principal procedimento de coleta de dados a busca por pesquisas bibliográficas para aprofundar o tema através de literaturas acadêmicas. Por fim, constatou-se que a inteligência emocional se destaca como uma ferramenta de extrema importância que deve ser aplicada por líderes para que assim consigam influenciar no comportamento de sua equipe e faça com que ela esteja mais preparada, motivada, consigam obter melhores resultados, promovendo um ambiente de trabalho agradável.

Palavras-chave: liderança; inteligência emocional; gestão de pessoas.

INTRODUÇÃO

No mercado de trabalho atual, demarcado cada vez mais pelas constantes transformações mundiais e pela acirrada revolução tecnológica, se faz necessário que as empresas se atentem aos desafios exigidos em seu meio corporativo, principalmente no que diz respeito à natureza dos seus negócios e nas mudanças das relações humanas (VASCONCELOS, 2020).

O momento atual da Administração está completamente direcionado para o desenvolvimento de uma liderança forte e influenciável, pois os administradores entenderam a importância de se conhecer as necessidades humanas para compreender as ações dos colaboradores e assim se utilizar da motivação para melhorar a qualidade de vida dentro do ambiente de trabalho (CIPOLETA, 2016).

É notório que nos últimos tempos, além de uma adequada gestão de processos, de estrutura e financeira é primordial que a gestão de pessoas seja desenvolvida com o intuito de que as corporações aumentem seus resultados através de assertivas performances. É neste contexto que a inteligência emocional acaba que por ser um diferencial, uma vez que as empresas precisam conhecer seus colaboradores a fim de identificar as emoções e as atitudes dos mesmos. Sendo assim, o uso da inteligência emocional como uma ferramenta estratégica na área da gestão de pessoas, acaba sendo um diferencial, principalmente na hora de gerir e direcionar equipes (AGOSTINI; SELCH, 2017).

As organizações precisam de líderes comprometidos, que saibam incentivar e desenvolver uma equipe diante das mais diversas situações do dia a dia, principalmente aquelas as quais as metas organizacionais estarão diretamente ligadas ao desempenho dos colaboradores. Além disso, é necessário que o líder coloque em prática a sua inteligência emocional diante da equipe, gerando assim um maior comprometimento com o trabalho, otimizando possíveis problemas e atingindo o sucesso organizacional (LONGHI, 2016).

Diante disso, o assunto abordado neste estudo percorreu a temática da inteligência emocional sobre o desenvolvimento de pessoas que exercem o papel de liderança dentro das organizações e, com isso, poder chegar a um entendimento sobre como ser um líder de sucesso. A escolha do tema se deu pela necessidade de levantar dados que possibilitem enxergar a necessidade de se preparar uma gestão voltada para a inteligência emocional, de forma que possibilite identificar como essas habilidades diárias emocionais são passadas aos colaboradores e companheiros de trabalho.

Sendo assim, a presente pesquisa teve como questão norteadora apresentar, através de uma revisão bibliográfica, quais os principais benefícios da inteligência emocional para a liderança organizacional. Além disso, buscou-se destacar a inteligência emocional como uma ferramenta importante a ser usada na obtenção do sucesso profissional e, com isso, estar contribuindo para o aperfeiçoamento do indivíduo dentro e fora do mundo corporativo.

A pesquisa é constituída, além desta introdução, em mais quatro etapas. Na segunda, desenvolve-se a fundamentação teórica, na qual encontram-se os principais conceitos, definições e características a respeito do tema proposto. Na terceira, relata-se os procedimentos metodológicos empregados para o desenvolvimento deste estudo; na quarta exibe-se os resultados e as discussões; seguidos da quinta etapa, composta pela conclusão.

Liderança

A liderança continua sendo o tipo de temática que segue sem uma definição explícita sobre a sua origem, porém de acordo com Silva (2018), umas das primeiras formas de liderança encontradas na história se deu através das civilizações mesopotâmicas, onde já existiam figuras responsáveis por reger a vida em sociedade.

Ainda segundo o mesmo autor, ao longo da evolução da humanidade, a liderança também se fez presente nos principais momentos de crises mundiais, tais como a Grande Depressão de 1929 e na Segunda Grande Guerra, épocas em que o ser humano vivenciou imoralidades influenciadas por líderes, além dos sentimentos de união e esforço mútuo praticados na época, devido ao sofrimento causado e que hoje se fazem presentes no comportamento do líder.

Mais tarde, devido à forte influência que os líderes representavam para o controle do grupo, a liderança vai ganhando espaço e importância para os administradores, tornando-se um campo de estudo da Administração. O papel do líder era definir e fazer cumprir as tarefas e, desse modo, alcanças os resultados organizacionais (SILVA, 2018).

Atualmente, definir liderança continua sendo um desafio, pois há inúmeros estudos sobre o conceito e diferentes entendimentos sobre a sua função, mas o que se sabe é que a liderança é uma prática que está em constante desenvolvimento e sua definição sempre em transformação.

Para Silva e Ferrais (2018), a liderança pode ser entendida como uma influência exercida sobre pessoas em uma determinada situação, tendo como objetivo específico atingir um determinado resultado.

Já para Rodrigues (2019), a liderança é a habilidade de motivar, influenciar e comandar um grupo de pessoas a fim de atingir respectivos objetivos. Segundo a autora, a inspiração motivacional constitui-se como um dos aspectos mais relevantes presentes em um líder, que deve ser capaz de perceber e promover as expectativas de seus seguidores.

Segundo Pizzete e Birck (2019), a liderança é entendida como a capacidade de realizar as necessidades da empresa através das pessoas, do seu trabalho e das suas ideias. O líder necessita perceber o que motiva os colaboradores e quais são as suas expectativas, ao mesmo tempo em que, devem saber trabalhar e se relacionar com as diferenças de cada um.

Dessa forma, sabendo que liderar envolve compartilhar objetivos, ouvir sugestões, delegar poder, mobilizar esforços e transformar grupos em

verdadeiras equipes, existem características que se fazem obrigatórias em um indivíduo que atua como líder.

Os principais estudos sobre a liderança destacam três denominações que ilustram o quão diversificado a atuação de um líder pode ser, sendo; portanto, separados por três diferentes estilos: autocrático, liberal e democrático.

Na liderança autocrática, o líder tem uma atuação dominadora, sua preocupação volta-se exclusivamente para a realização da tarefa e as decisões são tomadas sem nenhuma participação do colaborador. Já na liderança liberal, segundo os mesmos autores, a figura do líder tem participação mínima na divisão das tarefas e exerce pouca influência nas tomadas de decisões, sejam elas coletivas ou individuais. E a liderança democrática é pautada na divisão das tarefas e das responsabilidades, estimulando a participação do grupo e demonstrando confiança mútua (SILVA e FERRAIS, 2018).

Seja qual for o estilo escolhido, um líder sempre deve estar atento o seu dever, que é envolver os seus liderados e conduzi-los ao cumprimento da tarefa gerando assim valor à gestão de pessoas.

Para Vieira e Costa (2019), uma liderança eficaz precisa ser capaz de influenciar todo um grupo na busca pelos mesmos resultados, e o líder é a base desta influência. Sendo assim, é necessário promover ações para que a equipe atinja as metas e seja preparada para enfrentar os desafios. Além disso, é necessário que o líder saiba identificar as características de personalidade dos seus colaboradores, utilizando-se de tal informação para criar um clima harmônico e de empatia no ambiente organizacional.

O líder necessita assumir que ele é a figura principal de sua equipe e que, para alterar algum estado instituído nela, deve ser o primeiro a provocar mudanças em seu próprio comportamento. Tal fato induz o administrador a ter um maior controle emocional em suas ações para que suas atitudes não comprometam o trabalho da equipe. Portanto, destaca-se o desenvolvimento da inteligência emocional para o sucesso de qualquer liderança, pois um líder necessita saber alinhar as competências técnicas com as interpessoais para atenderem as necessidades empresariais (CIPOLETA, 2016).

Inteligência Emocional

De acordo com Vasconcelos (2020), até a década de 90, acreditava-se que o Quociente Intelectual (Q.I.), era o que determinava o sucesso profissional e pessoal de qualquer indivíduo. Contudo, com a evolução das organizações e de novos conceitos, outros fatores tornaram-se presentes para determinar o sucesso profissional, dentre eles o Quociente Emocional (Q.E.), que surge como um elemento importante neste processo. O Quociente de Inteligência (Q.I.) e o Quociente Emocional (Q.E.) são entendidas como capacidades diferentes, mas que se complementam. Sendo assim, torna-se necessário então desenvolver competências intelectuais e emocionais simultaneamente.

A inteligência emocional pode ser definida como a capacidade de identificar e reconhecer os significados das emoções e suas relações a fim de solucionar respectivos problemas com base neles. Assim, a inteligência emocional é compreendida como a capacidade de perceber emoções, assimilar sentimentos relacionados as emoções, codificar a informação dessas emoções e gerenciá-las (DOMINGUES et al., 2018).

Longui (2016) complementa ao dizer que, a inteligência emocional está associada tanto a questões cognitivas como comportamentais, sendo assim, deve-se trabalhar os fatores razão e emoção juntos, com o objetivo de melhor interpretar e compreender o mundo. Ainda segundo a autora, devido ao grande desenvolvimento tecnológico a qual somos expostos, normalmente a maioria das pessoas buscam durante a sua trajetória de vida desenvolver apenas o Quociente Intelectual, esquecendo-se que é através do Quociente Emocional que aprendemos a lidar principalmente com as adversidades.

Os estudos sobre inteligência emocional tiveram início no século XX, tendo como base principal a teoria de diversos psicólogos. Um dos mais populares a ponto de ser considerado o pai da inteligência emocional é o psicólogo Daniel Goleman, visto que o mesmo foi o responsável por disseminar o conceito da inteligência emocional em todo o mundo, por meio de seu livro que se tornou um best-seller mundial (VASCONCELOS, 2020).

A inteligência emocional contém cinco competências emocionais e sociais básicas, as quais são classificadas da seguinte forma:

- **Autopercepção:** basicamente é ter a habilidade de reconhecer e compreender seus próprios sentimentos de modo consciente e confiante enquanto eles ocorrem;
- **Autorregulamentação:** também denominado de autocontrole, entendido como a capacidade de lidar com seus próprios sentimentos e estados de humor, direcionando-os de forma positiva e flexível no dia a dia;
- **Motivação:** compreendida como a habilidade de buscar sua satisfação profissional e pessoal de forma entusiástica, facilitando o alcance das metas pela vontade de atingir a realização dos objetivos planejados;
- **Empatia:** refere-se à capacidade de perceber e compreender os sentimentos e as emoções alheias, com o intuito de cultivar bons relacionamentos interpessoais através da preocupação com o próximo;
- **Habilidades sociais:** são compreendidas quando o indivíduo consegue se relacionar com diferentes pessoas de diferentes personalidades, ajudando-as a verbalizar emoções, necessidades e a solucionar possíveis problemas (SALVAGNI; BETTEGA; CASAGRANDE, 2019).

Além das competências acima mencionadas, de acordo com Longui

(2016), indivíduos que possuem a inteligência emocional bem desenvolvida, possuem: boa adaptação em qualquer tipo de relacionamento interpessoal, facilidade em se adequar a diferentes ambientes organizacionais, são comunicativas, criativas e possuem extrema facilidade à mudança e bom sentido de responsabilidade.

Portanto, com o objetivo de atingir o sucesso no mundo corporativo, muitos profissionais chegam a conclusão de que, não basta simplesmente manifestar habilidades técnicas, torna-se necessário também dominar as competências de autodesenvolvimento e autoconhecimento, transformando o uso das emoções em elemento chave no processo de condução para com as equipes de trabalho (VASCONCELOS, 2020).

A importância do uso da inteligência emocional na liderança

Atualmente, muito se discute sobre a importância do fator humano nas organizações, e para tanto, é de extrema relevância entender os vários aspectos que interferem nos comportamentos dos colaboradores, pois os líderes da atualidade se deparam com a crescente ideia da importância do trabalho em equipe, e conseqüentemente, precisam aprender a lidar com os trabalhadores em situações diversas de produção e competição (CIPOLETA, 2016).

E é nesta conjuntura que o desenvolvimento dos líderes faz parte de um dos maiores desafios organizacionais da atualidade, visto que, o líder deve se adequar as mais diversas situações, além de saber conduzir sua equipe com maestria. Portanto, é notório a necessidade dos líderes de reconhecerem a importância do uso da inteligência emocional em seus processos gerenciais, uma vez que líderes que possuem um alto grau de I.E. desenvolvem de forma mais assertiva os seus sentimentos e impulsos, e como consequência, conseguem criar um ambiente de confiança e maior equidade diante da equipe, possibilitando alta produtividade e resoluções de conflitos (VASCONCELOS, 2020).

Assim como o quociente intelectual, a inteligência emocional deve ser aprendida, desenvolvida e ampliada. Para isso, se faz importante resgatar os conceitos de treinamento e desenvolvimento, já que se configuram como fonte de programas que geram lucratividade para as organizações ao permitirem que os colaboradores contribuam efetivamente para os resultados dos negócios (NASCIMENTO et al., 2020).

Ainda de acordo com os autores, os principais objetivos de um treinamento são: preparar as pessoas para execução imediata das tarefas da organização e dar oportunidades para o desenvolvimento pessoal a fim de promover mudanças profissionais significativas.

Tratando-se de desenvolvimento pessoal e profissional, se faz necessário destacar que o papel de motivar a equipe e fazer com que a mesma atinja os objetivos e as metas é do líder, e para isso é necessário que ele saiba lidar com pessoas, ou seja, que saiba influenciá-las e conduzi-las, não esquecendo de suas necessidades enquanto ser humano. É de extrema

importância que o líder saiba se comunicar, contagiar e, fazer com que cada um da equipe desenvolva sua autonomia e alinhe seu comprometimento com os objetivos da empresa, pois isso se faz necessário para o crescimento da produtividade organizacional (SILVA, 2016 citado por SALVAGNI; BETTEGA; CASAGRANDE, 2019).

A respeito disso, Pezzi et al (2020) complementam ao dizer que, a inteligência emocional no contexto organizacional tem por finalidade reduzir o estresse nas organizações, uma vez que a inteligência emocional gera maior qualidade de vida às pessoas que passam a controlar melhor seus sentimentos e isso afeta diretamente o bem estar no ambiente de trabalho, pois estas passam a se relacionar de forma mais assertiva e tendem a reduzir conflitos desnecessários e focarem no objetivo da empresa, aumentando a satisfação, a eficiência e a competitividade.

Como exposto anteriormente, motivar e influenciar um grupo de pessoas para atingir determinado resultado é uma das definições e responsabilidades dos líderes. E esse precisa se conhecer bem e conhecer as emoções dos seus colaboradores para ter sucesso e se destacar, por isso a inteligência emocional se torna um diferencial na gestão das pessoas.

Para Agostini e Selch (2017), gerir pessoas é administrar indivíduos que sentem, percebem, pensam, criam, agem, ou seja, que trazem emoções distintas para o ambiente de trabalho. E essas pessoas podem aumentar ou reduzir as forças e fraquezas de uma empresa dependendo da forma como são tratadas pelos seus líderes, onde podem ser fonte de sucesso ou problemas. Diante disto, se diz que para que os objetivos da gestão de pessoas sejam atingidos, é necessário que as pessoas sejam tratadas como elementos básicos para a eficácia organizacional. E neste contexto é preciso ter em mente que as emoções fazem muita diferença no agir de cada um.

Direcionar pessoas e lidar com elas não é uma atividade fácil, pois coordenar e compreender indivíduos que possuem objetivos individuais, e que terão que colocar seus esforços em prol de um objetivo comum com o da organização, é um dos grandes desafios que um líder possui.

Sendo assim, a inteligência emocional se faz importante para todos, mas a sua utilização é essencial para aqueles que lidam diretamente com as interações sociais, como é o caso dos profissionais que ocupam cargo de gestão. Um líder emocionalmente inteligente tende a conduzir e manipular seus funcionários de forma a fazer uma diferença positiva na vida dos mesmos, promovendo uma equipe mais comprometida e leal, com empenho e engajamento, levando a organização e eles mesmos ao sucesso profissional (AGOSTINI; SELCH, 2017).

METODOLOGIA

De acordo com o objetivo proposto, o presente estudo se baseou em uma pesquisa exploratória do tipo qualitativa, tendo como principal procedimento de coleta de dados a busca por pesquisas bibliográficas para aprofundar o tema através de literaturas acadêmicas que corresponderam a

trabalhos científicos, artigos, dissertações e etc. O aprofundamento teórico sobre o tema partiu de uma busca por artigos relacionados ao assunto apresentado, formando um banco de dados de acesso prático. Os artigos foram selecionados considerando-se: ano de publicação, título e proximidade com os descritores. O processo de coleta de dados do material foi realizado de forma não sistematizada no período de março de 2021 a abril de 2021, sendo o Google Acadêmico a base de dados científica escolhida para a realização das pesquisas. Por fim, foram utilizados 12 artigos, os quais foram lidos e analisados na íntegra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As emoções estão presentes nas mais diversas ações e tomadas de decisões que norteiam os destinos das pessoas. Para Silva, Vilarindo e Souza (2017), todos os indivíduos são dotados de inteligência emocional, porém em diferentes níveis, tanto a nível prático como cognitivo, sendo uma capacidade desconhecida pela maioria das pessoas. Ainda segundo os autores, indivíduos com maior nível de inteligência emocional acabam se sobressaindo nas mais diversas áreas e no local de trabalho isso não seria diferente, já que a inteligência emocional se tornou fator indispensável para o sucesso profissional.

Num mercado tão competitivo, como se mostra o atual, a gestão das pessoas, com um significado mais humano, é vista como um diferencial para buscar performances destacadas e resultados crescentes. Neste cenário, a inteligência emocional se destaca por se tratar de uma prática útil no que diz respeito a gerir indivíduos e equipes. O uso da I.E. no gerenciamento das equipes, beneficia o líder nas tomadas de decisões, cria um ambiente de confiança mútua, auxilia o gestor a conquistar melhores resultados visto que ele se conhece melhor e saberá identificar as emoções dos seus liderados (AGOSTINI; SELCH, 2017).

De acordo com Cipoleta (2016), o profissional que desenvolver o uso da inteligência emocional estará à frente nos processos seletivos das corporações mais dinâmicas e lucrativas, além de poder usufruir de uma vida mais satisfatória no campo pessoal e profissional. Aliado a estas questões, o desenvolvimento da inteligência emocional também passa a ser um fator crucial na carreira de um líder, pois perceber e discriminar os próprios sentimentos e os sentimentos dos colaboradores é o caminho para uma convivência mais harmônica no ambiente de trabalho e na vida pessoal.

Nos últimos anos, várias pesquisas foram realizadas com o intuito de demonstrar a importância do uso da inteligência emocional diante do exercício da liderança e, conseqüentemente, os benefícios que tal prática trás para a gestão de pessoas.

Em 2019, Salvagni, Bettega e Casagrande realizaram uma pesquisa que objetivou identificar de que forma a inteligência emocional contribui para o desenvolvimento da liderança. O estudo utilizou-se da aplicação de um questionário destinado a agentes que atuam diretamente com a liderança e

com a gestão de pessoas.

Dentre alguns resultados interessantes a serem mencionados, destacam-se a alta porcentagem (100%) dos respondentes ao relatarem que habilidades como honestidade, ética, flexibilidade, comprometimento, empatia e sensibilidade devem fazer parte das competências de um gestor. Sendo assim, os dados apresentados mostram que é importante o líder saber controlar essa habilidade emocional, de forma que isso melhore a sua proximidade e relacionamento com a equipe, deixando todos à vontade para expor suas opiniões e fatos.

Foi questionado também aos entrevistados se uma liderança pautada na humildade, motivação e bom humor, podem ser indícios de uma gestão inteligentemente emocional e cerca de 45,45% dos respondentes disseram que sim e que acreditam que essas características também são importantes na liderança, apenas 4,55% discordaram dessa informação. Portanto, um líder participativo, que consiga transmitir essa motivação e essa segurança aos colaboradores, provavelmente conseguirá fazer com que sua equipe trabalhe mais livre e confiante.

Outro ponto levantado na pesquisa foi se os líderes acreditavam ser possível liderar pessoas sem usar da autoridade e manipulação, e se a inteligência emocional colaborava para que outros comportamentos fossem usados no lugar. Os dados mostram que 72,73% concordaram ao relatarem que é possível sim outras formas de influência que não estejam vinculadas à autoridade, uma vez que se espera outras ações de um líder que atue emocionalmente inteligente perante a equipe.

Tal dado corrobora com a literatura, uma vez que um líder emocionalmente inteligente consegue gerir com mais facilidade as pressões do dia a dia, além disso consegue transformar essas pressões em crescimento, não fazendo o uso de ações autoritárias ou coercitivas que acabam que por refletir na relação líder e colaborador, já que são os membros da equipe que acabam sofrendo as consequências.

Para finalizar, os respondentes também disseram que onde há líderes com maior inteligência emocional, há melhores resultados organizacionais, sendo que 81,82% afirmaram isso. Isso mostra que o uso da inteligência emocional no ambiente empresarial, de fato, faz com que o líder conduza melhor sua equipe e alcance os melhores resultados.

Uma outra pesquisa realizada em 2020, por Pezzi e colaboradores, objetivou analisar os diversos fatores incluídos nos comportamentos dos líderes e que estão relacionados com o fenômeno da inteligência emocional, destacando assim a importância da inteligência emocional no contexto organizacional. O estudo contou com uma entrevista semiestruturada voltadas a líderes de uma respectiva empresa localizada em Caxias do Sul.

De maneira geral, o estudo tentou analisar: a) o conhecimento que os líderes obtinham a respeito da inteligência emocional; b) se os líderes sabiam perceber e identificar as suas próprias emoções; c) se os líderes sabiam identificar as alterações drásticas de humor em sua equipe; d) identificar como era o relacionamento destes líderes com os seus

colaboradores, e por fim, e) identificar o quanto é importante o tema ser abordado nas empresas.

Destaca-se através das respostas dos entrevistados, que todos conhecem e já ouviram falar no termo, I.E., entretanto, eles afirmam que é difícil controlar suas próprias emoções na rotina de trabalho, e que de fato, se faz necessário aprender a gerenciar primeiro as próprias emoções para depois lidar com a emoção dos que os cercam.

Um líder enfrenta nas suas atividades diversas dificuldades que surgem na empresa, estando sempre preparado emocionalmente para resolver os conflitos que surgirem. Questionados se eles controlam seus temperamentos e se tem o domínio racional diante dos momentos de dificuldades, a maioria dos entrevistados disse ter domínio diante destes momentos, demonstrando uma boa usabilidade da inteligência emocional.

Os líderes entrevistados estão cientes da relevância da inteligência emocional no contexto organizacional e por isso consideram importante que o tema seja abordado nas empresas, destacando a importância de treinamentos que os possibilite aprender cada vez mais sobre este tema.

Diante disso, vale a pena retomar a fala de Nascimento et al (2020) que destacou a importância do treinamento e desenvolvimento, já que se configuram como fonte de programas que geram lucratividade para as organizações ao permitirem que os colaboradores contribuam efetivamente para os resultados dos negócios. Sendo assim, as empresas devem investir em treinamentos que promovam a inteligência emocional na intenção de se manterem competitivas no mercado de trabalho, além de poderem propiciar cada vez mais capacitações aos seus líderes.

Em 2021, Ferrari e Ghedine, realizaram um estudo que obteve como objetivo principal analisar a produção científica produzida a respeito da inteligência emocional e liderança em periódicos internacionais e nacionais, evidenciando os caminhos já trilhados até o momento sobre o tema.

Dentre os principais resultados, é interessante destacar que o primeiro artigo publicado sobre inteligência emocional é de 1990 sob o título “Emotional Intelligence” dos autores internacionais Peter Salovey e John D. Mayer. Já o primeiro artigo que relacionou a inteligência emocional com a liderança teve a sua publicação a partir de 1999, sendo também de origem internacional sob o título “Can emotional intelligence be measured in developed? ”. Aliás, constatou-se uma maior produção científica publicada em periódicos internacionais sobre os temas, evidenciando a necessidade de avanços nos estudos desse campo no Brasil. Em relação as literaturas nacionais encontradas, destaque para os autores Goleman (1995) e Weisinger (2001), sendo estes os autores que mais desenvolveram pesquisas sobre o tema, bem como, tiveram suas obras referenciadas. (FERRARI; GHEDINE, 2021).

Um outro dado relevante é que, embora o estudo tenha evidenciado uma escassez de estudos sobre a área, tanto no âmbito nacional como internacional, sendo a média de publicação de dois artigos por ano, a presente pesquisa, contudo revelou um crescimento ao longo do tempo de

estudos sobre inteligência emocional e liderança, atingindo atualmente uma produção de 246% a mais em relação a década anterior (FERRARI; GHEDINE, 2021).

Um maior desenvolvimento de estudos recentes nessa área, pode ser uma consequência do que Agostini e Selch (2017), apontaram como resultado dos movimentos que as empresas estão realizando ao quererem melhorar sua performance e competitividade. Como dito anteriormente, não cabe mais as organizações se preocuparem apenas com a gestão financeira ou estrutural, é necessário se atentarem à gestão de pessoas, o que consequentemente envolve a necessidade de um tratamento diferencial e mais humano, aliados, portanto, as questões ligadas a novas formas de liderar sob a ótica e prática da inteligência emocional.

Portanto e, diante das pesquisas apresentas, pode-se observar que líderes devem estar preparados para conduzi-los suas equipes da melhor maneira possível, de forma que consigam atrair melhores resultados e tenham um ambiente de trabalho agradável, pois um líder que se destaca por uma boa influência e um bom relacionamento com sua equipe, consegue mantê-los mais confiantes e mais seguros dentro da organização.

Um líder emocionalmente inteligente consegue realizar e conduzir processos organizacionais de forma mais assertiva, formulando estratégias e rotas a serem seguidas pela equipe, que passam a ter atitudes mais confiantes e alinhadas aos objetivos empresariais. Sendo assim, a inteligência emocional é um dos fatores mais importante no processo de liderança, passando a ser um grande diferencial competitivo.

Além disso, reforçasse a necessidade da realização de pesquisas sobre os temas, principalmente no âmbito privado para que a prática dentro das organizações sejam cenários possíveis gerando impactos positivos em sua comunidade organizacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da inteligência emocional tem sido cada vez mais discutido, em diversos contextos, mas especialmente no âmbito organizacional, tornando-se um assunto de fator relevante para o sucesso profissional.

A inteligência emocional é importante porque ela faz com que o líder esteja preparado para saber gerir sua equipe da melhor maneira possível, até mesmo diante de tantas mudanças organizacionais que vem acontecendo no mundo corporativo, o que faz com que sua prática então se torne uma estratégia de impacto nas organizações. O líder emocionalmente inteligente controla e gerencia a própria emoção para em seguida adquirir o domínio de lidar com a emoção do outro, promovendo assim o almejado crescimento intelectual e emocional necessários à harmonia da equipe e resultados da mesma.

Portanto, a inteligência emocional destaca-se como uma ferramenta de extrema relevância que deve ser aplicada por líderes para que assim consigam influenciar no comportamento de sua equipe, fazendo com que a

mesma esteja mais preparada, motivada, consiga obter melhores resultados, promovendo um ambiente de trabalho mais assertivo e agradável.

Esta pesquisa trouxe contribuições teóricas, sendo importante destacar a realização de pesquisas empíricas sobre os temas, sendo talvez esta uma das limitações mais atuais das pesquisas nacionais. O objetivo foi propor uma discussão atual sobre a inteligência emocional e seus impactos na área da liderança, servindo como base para futuras e novas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, R.; SELCH, V. F. **Liderança e inteligência emocional: o uso da inteligência emocional na gestão das pessoas para buscar melhores resultados**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Comportamento Organizacional e Liderança) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo-RS. 2017. 21 p. Disponível em: <<https://biblioteca.feevale.br/Vinculo2/000016/00001680.pdf>>. Acesso em: nov. 2021.

CIPOLETA, C. S. et al. A inteligência emocional no processo de gestão de pessoas: o papel do líder. **Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação**, v. 1, n. 2, p. 77-90, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/reni/article/view/167>>. Acesso em: nov. 2021.

DOMINGUES, J. et al. Inteligência emocional do funcionário como substituto da liderança transformacional. **Revista Ciências Administrativas**, v. 24, n. 3, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/rca/article/view/7504>>. Acesso em: nov. 2021.

FERRARI, S. R.; GHEDINE, T. Inteligência Emocional e Liderança: revisão sistemática da literatura. **Revista Reuna**, v. 23, n. 3, p. 14-34, 2021. Disponível em: <<https://revistas.una.br/reuna/article/view/1278/820>>. Acesso em: nov. 2021.

LONGHI, C. F. Inteligência Emocional X Liderança. In: **Congresso de Pesquisa e Extensão da Faculdade da Serra Gaúcha**. 2016. p. 899-913. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180503062723id_/http://ojs.fsg.br/index.php/pesquisaextensao/article/viewFile/2338/1836>. Acesso em: nov. 2021.

NASCIMENTO, B. Silva et al. INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO UM PROCESSO SISTÊMICO EM TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇA. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, 2020. Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/caribe/2020/09/inteligencia-emocional.pdf>>. Acesso em: nov. 2021.

PEZZI, S. dos S. et al. A Importância da Inteligência Emocional na atuação da Liderança no Ambiente Organizacional. In: **XX Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão**. 2020. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucspgga/xxmostrappg/paper/view/6821>>. Acesso em: nov. 2021.

PIZZETE, M.; BIRCK, E. S. M. Liderança e gestão de pessoas na atualidade. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 06, Vol. 02, pp. 69-77, Jun de 2019. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/lideranca-e-gestao>>. Acesso em: nov. 2021.

RODRIGUES, M. C. A IMPORTÂNCIA DA MOTIVAÇÃO NAS EMPRESAS. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.pgskroton.com.br/handle/123456789/28602>>. Acesso em: nov. 2021.

SALVAGNI, P.; BETTEGA, M. L.; CASAGRANDE, D. F. M. A CONTRIBUIÇÃO DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO EXERCÍCIO DA LIDERANÇA. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas-ISSN 2176-5766**, v. 8, n. 2, p. 128-152, 2019. Disponível em: <<https://revista.fisul.edu.br/index.php/revista/article/view/123>>. Acesso em: nov. 2021.

SILVA, C. F. **A liderança nas organizações e gerenciamento de pessoas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) – Faculdade CESMAC do Sertão, Palmeira dos Índios-AL, 2018. 46 p. Disponível em: <<https://ri.cesmac.edu.br/handle/tede/322>>. Acesso em: nov. 2021.

SILVA, M. V. A.; FERRAIS, V. J. MOTIVAÇÃO NA GESTÃO DE PESSOAS: ESTRATÉGIA PARA MANTER OS COLABORADORES MOTIVADOS. **Revista Científica**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://189.112.117.16/index.php/revista-cientifica/article/view/113>>. Acesso em: nov. 2021.

SILVA, J. S.; VILARINDO, M. de N. L. da S.; SOUZA, F. M. A. Domínio da inteligência emocional no processo de liderança. **Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação**, v. 4, n. 2, p. 72-98, 2017. Disponível em: <<http://revistas.icesp.br/index.php/Cosmopolita/article/view/262>>. Acesso em: nov. 2021.

VASCONCELOS, A. M. de. **A influência da Inteligência Emocional no desenvolvimento dos estilos de liderança: uma análise dos estilos segundo o modelo de Daniel Goleman (2015)**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Administração) – Faculdade Vale do Aço – FAVALE, Açailândia-MA, 2020. 30 p. Disponível em:

<<http://repositorio.favale.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/25>>. Acesso em: nov. 2021.

VIEIRA, C. S.; COSTA, M. A. R. A ATUAÇÃO DO LÍDER NA GESTÃO DE PESSOAS NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL. **Revista Acadêmica Online**. V. V. N 25 Mar/Abr. 2019. Disponível em: <<https://www.revistaacademicaonline.com/products/a-atuacao-do-lider-na-gestao-de-pessoas-no-ambiente-organizacional/>>. Acesso em: nov. 2021.

Tarley de Carvalho Silva

Graduado em História (UEG);
Pós-Graduado em: Linguagem, Tecnologia e Ensino (UEG);
Pós-graduado em Identidade, Cultura e Região (UEG);
Itapuranga/GO.

Maria de Fátima Chagas Diniz

Pedagoga, Especialista em Educação Infantil;
Ensino Especial; Supervisão Escolar; Educação pré-escolar;
Gestão Escolar; Docência no Ensino Superior;
Criatividade Escolar e Mestre em Educação (PUC – Goiás).

RESUMO

O presente trabalho apresenta um memorial cronológico sobre a formação da educação em Itaguaru, criado através de fontes orais e fotografias, ressaltando as etapas da evolução educacional, desde 1942 até 1998. Será analisado algumas contribuições de sua criação para a comunidade local, o aumento gradual do ensino até o surgimento da Escola Municipal Belisarina Galdino de Oliveira, no ano de 1998 pela municipalização do ensino, sendo uma exigência da **LDB n° 9391/96**. Apresenta algumas metas, os avanços alcançados como uma instituição de ensino e a presente realidade educacional vivenciada. Veremos em abordagem dos autores (Ferreira (2004), Flores e Tomazzetti (2015), Cury (2002), Veiga (2004), Navarro (2004), que dialogam, os conceitos sobre a concepção da Gestão Democrática, o papel do gestor na educação infantil e suas políticas públicas, sem deixar de analisar os desafios presentes na construção do PPP, Projeto Político Pedagógico da instituição estudada.

Palavras-chave: Itaguaru; LDB; PPP.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho a seguir tem como objetivos, de compreender como surgiu a educação no município de Itaguaru, partindo da criação das chamadas “escolas residenciais”. Logo em seguida foi criada uma escola particular, posteriormente uma publica, favorecendo a alfabetização escolar e os anseios da população do pequeno povoado, ainda em crescimento

O processo que culminou com fundação do povoado que se iniciou a partir de 1940, caracterizou com a chegada de famílias mineiras, paulistas e baianas, antes mesmo da criação do povoado. A necessidade da alfabetização de crianças e jovens locais era primordial. As fontes orais pesquisadas relatam que as aulas nas chamadas “escolas residenciais” se iniciam em 1942. Foi nesse período o interesse em alfabetizar as famílias

tradicionais, e perpassa por um crescimento de acordo com a criação do povoado em 1946, criando-se a primeira escola, antes da municipalização.

Embora os fatores que foram fundamentais para a evolução da educação, desde as primeiras dificuldades para a alfabetização das famílias locais, desde o surgimento do primeiro prédio escolar em 1946, que foi construído através de contribuições da própria comunidade. A luta para a formação de um povoado, era primordial para a criação dessa primeira escola pública, construída a partir de 1960, sendo esta de recursos advindos do Estado.

Para compreender a realidade escolar da instituição em debate acima, foi feita uma análise do PPP, Projeto Político Pedagógico, as suas metas, normas, avanços e as contribuições da criação desta instituição pública em 1998. A criação desta escola foi uma exigência da **LDB nº 9391/96**, sendo possíveis a ampliação do prédio escolar para atender a demanda de alunos do qual se crescia constantemente.

Abordaremos no presente trabalho, sobre a gestão democrática em educação, um breve histórico da educação Infantil no Brasil, as diretrizes curriculares que norteiam o ensino e as políticas públicas na educação. Será utilizado o método de **pesquisa descritiva** com a finalidade de analisar referências bibliográficas sugeridas sobre a temática abordada, o estudo terá caráter essencialmente qualitativo, com ênfase na observação, na revisão da literatura utilizada como aporte teórico.

Formação Histórica da Educação em Itaguaru

Para melhor compreender nosso objeto de pesquisa é necessário analisar o contexto local que originou a criação de um povoado na localidade denominada Fazenda Santo Antônio do Curral Queimado em 1946, ideia até então defendida por alguns fazendeiros que habitavam na região e pelas várias dificuldades que se enfrentavam naquele período.

De acordo com Carvalho, Fraga e Silva (2005), foi no ano de 1945, que houve a necessidade de professores que alfabetizassem as famílias residentes nas fazendas derredores ao local que seria construído o povoado, anseio que surgiu na necessidade de alfabetizar os filhos das famílias tradicionais existentes.

De acordo com Santos (1997), a necessidade de uma escola para atender as famílias residentes na Fazenda Curral Queimado era fundamental para alfabetizar as crianças, visto que, as fontes orais abordam a necessidade das chamadas “escolas residenciais, no qual muitos professores trabalhavam no anonimato atendendo e dedicando-se a educar a população rural.

Outras fontes orais, abordam que a pioneira responsável pela alfabetização na chamadas “Escola residenciais, a Professora Edite Bento Araújo, em sua casa na “Fazenda Posses”, alfabetizava na chamada Escola Isolada Posses, demonstrou que esse episódio foi o início da educação nos derredores da Fazenda Chapadão, posteriormente Itaguaru, esses fatos

aconteceram por volta de 1942, ou posterior.

Preocupado com a escolarização das famílias residentes próximo ao Chapadão, o Sr. Napoleão Pires de Barros decidiu trazer um fotógrafo da cidade de Itaberaí, para fotografar as 150 crianças do qual tinha idade escolar, a fim de conseguir a verba para a construção de um grupo escolar, isso não foi possível, porque não existia um povoado ainda.

Na luta para a conseguir a construção de um grupo escolar, em 1945 Napoleão Pires de Barros e Urgélio Teixeira, saem em busca de doadores de terras para a construção do então sonhado povoado, a fim de fazer um loteamento e posteriormente criar uma escola para a alfabetização das famílias locais, sendo assim receberam a doação de 6 alqueires de terras, nas imediações da fazenda Santo Antônio do Curral Queimado.

Após a criação de um povoado, Santos (1997), aborda que com o crescimento rápido do povoamento, e algumas atividades agrícolas, esperando a construção da então escola pública, surge a primeira escola particular: Escola Gervásio de Ataídes, por volta de 1946 e depois seguindo este mesmo modelo, surgem outros professores com o mesmo objetivo, a alfabetização de crianças, independente das condições de pagar ou não pelas aulas dadas.

Depois de criado o povoado em 1946, veremos a memória do fundador Napoleão Pires de Barros, no que se refere a lembrança da construção da primeira escola:

Terminamos o loteamento e partimos para fazer uma escola, muitos ajudaram. Quando estava bem adiantada a construção, saiu uma verba para uma escola no município. Então lutei para o prefeito ceder para o povoado do Curral Queimado. Ele resolveu ceder. Construimos a escola com a qual eu tanto sonhava (BARROS, p.5 1986).



Foto dos filhos dos fundadores Antônio Lourenço de Sá e Napoleão Pires de Barros

Fonte: Divina Lourenço de Sá

Foto sem data



Primeira Escola de Itaguaru, construída no ano de 1946. Chamava Grupo Escolar Napoleão Pires de Barros. Foi demolida por volta de 1958.
Fonte: Dilma Pires de Carvalho

Adentraremos, depois de compreender um pouco sobre a evolução da educação em Itaguaru, na criação da Escola Municipal Professora Belisarina Galdino de Oliveira, em 1998, que resultou numa nova gestão democrática. É nesta chamada concepção da Gestão Democrática em Educação, que é sobretudo a maneira de conduzir o ensino básico baseando nos seus estatutos e na sua legislação própria.

Concepção da Gestão Democrática em Educação

Na concepção do pensamento de Ferreira, (2004), para compreender o que significa a Gestão da educação, ou seja, na “cultura globalizada” o autor enfoca que ressignificar é preciso. O significado da gestão da educação, nos tempos hodiernos, necessita, a partir do seu significado etimológico, ser vinculada às exigências do mundo globalizado. Em toda a sua complexa rede de determinações, a sua referência fundamental é enfim a formação para a cidadania na “cultura globalizada”.

Para o autor citado acima, a Gestão significa uma tomada de decisões, organização, direção. Correlacionando com a atividade de impulsionar uma organização que possa atingir seus objetivos, ou seja, cumprir suas responsabilidades. Compreendemos que a Gestão da educação significa ser responsável por garantir a qualidade de uma “mediação no seio da prática social global” (Saviani, 1980, p. 120), constituindo-se no único mecanismo de hominização do ser humano, que é a educação, a formação humana de cidadãos.

Ferreira, (2004), ressalta que, os princípios da educação que a gestão assegura serem cumpridos, de uma educação comprometida com a “sabedoria” de viver junto respeitando as diferenças, comprometida com a construção de um mundo mais humano e justo para todos os que nele habitam, independentemente de raça, cor, credo ou opção de vida (Ferreira, 2004, p. 306-307).

Salientamos que a gestão, vai muito além de tomar decisões, organizar e dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania, no contexto da complexa “cultura globalizada”. Isso significa aprender com cada “mundo” diferenciado que se coloca, suas razões e lógica, seus costumes e valores que devem ser respeitados, por se constituírem valores, suas contribuições que são produção humana.

Pode-se vislumbrar aqui a postura metodológica da maiêutica socrática. A gestão implica um ou mais interlocutores com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas que possam auxiliar no governo da educação segundo a justiça. Nessa perspectiva, a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução de conflitos (CURY, 2002, p. 165).

De acordo com Ferreira (2004), na cultura globalizada, surge este novo sentido exigindo que os educadores, entre eles, professores, pais, gestores, políticos e todos que tomam decisões sobre os destinos da humanidade. Inquietam-se com as consequências psicológicas e sociais que os excessivos uso e consumo de universos virtuais criam.

Surge de acordo com o pensamento acima, uma “realidade irreal” que passa a constituir-se em um “virtual real”. A compreensão de gestão como tomada de decisões vale acrescer a contribuição de Cury (2002), quando salienta que este termo também provém do verbo latino gero, gessi, gestum, gerere, que significa: levar sobre si, chamar a si, exercer, gerar.

Enfim, estes verbos assim como em um dos seus substantivos derivados, gestatio, ou seja, gestação, percebe-se o ato pelo qual se traz em si e dentro de si algo novo, diferente: um novo ente. E desta “mesma raiz provêm os termos genitora, genitor, germen. A gestão, neste sentido, é, por analogia, uma geração similar àquela pela qual a mulher se faz mãe ao dar à luz a uma pessoa humana” (Cury, 2002, p. 164). Pontuando que a gestão segundo foi abordado neste sentido, é uma geração similar quando uma mãe dá à luz a um filho.

Gestão na Educação Infantil

Abordaremos, segundo Flôres¹ e Tomazzetti² que a gestão educacional começou a ter maior notoriedade no Brasil a partir da década dos anos 1990. Surge para romper com o enfoque limitado da administração, significando então, uma mudança conceitual e atitudinal, pois se constitui como alteração de paradigma. Então a gestão democrática pressupõe ação abrangente e contínua envolvendo múltiplas dimensões que ultrapassam a

¹ Mestranda da Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, 2012.

² Mestranda da Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, 2012.

visão restrita da administração, privilegiando assim uma execução de planejamentos impostos. Para os autores, a educação carrega consigo as marcas do modelo da administração que durante décadas predominou no interior das instituições educacionais

Segundo aborda Ferreira (2001) a educação incorporou os princípios do Taylorismo/Fordismo atendendo as demandas da organização do trabalho, caracterizando assim por ser uma escola fragmentada, corroborando com a dicotomia entre pensamento e ação. Enfim, o planejamento das ações é feito por um pequeno grupo para que sua realização seja executada por todo o grupo.

Os autores apresentam que vários profissionais que atuam na educação, desde os educadores, funcionários e gestores, não podem negar a importância de levar os indivíduos a construir consciência crítica da realidade. Sem essa consciência os próprios indivíduos são facilmente manipulados e privados de exercer a cidadania, um exemplo claro, é especialmente na atualidade, onde os desafios trazidos pela globalização para a escola e os educadores são carregados de imensa complexidade.

Destaca-se nas ideias sobre a gestão educacional, que de acordo com Flôres e Tomazzetti, o atendimento às crianças de 0 a 5 anos em instituições especializadas tem origem, portanto, com as mudanças sociais e econômicas, causadas pelas revoluções industriais no mundo todo. Vemos que a história de vida das mulheres que deixaram seus lares por um período, onde eram cumpridoras de seus afazeres, de criação dos filhos e os deveres domésticos, cuidando do marido e família, para entrarem no mercado de trabalho, para adquirir seu sustento. Vemos que na abordagem dos fatos, sob pressão dos trabalhadores urbanos, que viam nas creches um direito, seu e de seus filhos, por melhores condições de vida, deu-se início ao atendimento na educação infantil, criando creches e escolas (termo atual referente ao atendimento de crianças de 0 a 5 anos) no Brasil.

O que se pode perceber é que existiram para justificar o surgimento das escolas infantis uma série de ideias sobre o que constituía uma “natureza infantil” que, de certa forma, traçava o destino social das crianças e justificava a intervenção dos governos a da filantropia para transformar as crianças em sujeitos úteis, numa sociedade desejada, que era definida por poucos (BUJES, 2001, p. 15).

Segundo Flôres e Tomazzetti (2012), as primeiras instituições públicas de educação infantil no Brasil datam de 1899 a partir da fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro e da inauguração da creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (RJ) que se constituiu como marco, pois é a primeira creche brasileira para filhas de operários que se tem registro.

De acordo com as autoras, com a criação da legislação brasileira, muitas foram às conquistas da Educação Infantil, nas últimas décadas,

considerando a criança como sujeito de direitos. A Constituição Federal de 1988 reconheceu a educação de crianças de zero a seis anos, anteriormente tida como assistencial, como direito do cidadão e dever do Estado e incluiu a creche no capítulo da Educação, ressaltando seu caráter educativo, e não mais estritamente assistencial. Esses direitos foram regulamentados pelo Estatuto da Criança e Adolescente (**Lei Federal 8.969 de 13 de julho de 1990**), explicitando melhor cada um dos direitos da criança e do adolescente bem como os princípios que devem nortear as políticas de atendimento.

Segundo aborda Flôres e Tomazzetti, a educação está permeada por desafios que demonstram a sua complexidade e importância para a sociedade atual. Ressaltamos a grande relevância da Educação Infantil por ser o período em que os indivíduos se desenvolvem nas dimensões: cognitivas, afetivas, corporais e sociais.

De acordo com Flôres e Tomazzetti (2012), a educação infantil é um período profícuo para a construção de conhecimentos. Analisarmos no contexto que abrange a infância, buscaremos compreender este processo através da perspectiva histórica de apreendendo sobre os diversos aspectos que interagem no exercício profissional dos gestores que atuam com crianças da faixa etária de 0 a 5 anos. Através da história da Educação Infantil, percebe-se que sua trajetória é determinante por inúmeras mudanças sociais e econômicas. Enfim, os sujeitos se constituem a partir das diferentes formas de intervenção educativa ao qual são submetidos.

Breve histórico da Educação Infantil no Brasil

De acordo com Barbosa (2000), foi a partir do final da década de 70, no Brasil, que a educação de crianças de zero a seis anos surgiu um novo estatuto no campo das políticas e das teorias educacionais. Foi uma intensa luta histórica por creches e pré-escolas, ocasionada por diferentes movimentos sociais, tomando assim grandes proporções. Inicialmente os governos que se mantinham em oposição à ditadura militar e, posteriormente, aqueles que se instalaram pós-abertura política.

Para o autor acima, estes governos realizaram investimentos ampliando assim os direitos à educação das crianças dessa faixa etária. Criaram-se projetos para educação das crianças pequenas, foram desenvolvidos, principalmente através de ações, envolvendo diversos Ministérios e a Legião Brasileira de Assistência.

Barbosa (2000), salienta que a Constituição Federal de 1988 representou um avanço no que se refere aos direitos da infância, considerando que as crianças e os jovens como sujeitos de direitos e proclama a necessidade da oferta de atendimento em educação infantil. Como é citado no seu artigo 7, inciso XXV, do Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais e Coletivas, é assegurado o direito ao atendimento gratuito aos meninos e às meninas, desde o nascimento até os seis anos, em creches e pré-escolas.

É notável que a inclusão da Educação Infantil na Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional 9.394/96, como seção autônoma, foi uma importante resposta para as novas demandas e dinâmicas da cultura e da sociedade, ou seja, foi passo importante para a valorização da educação do assim chamado nível de ensino. Foi na nova LDB, que a educação infantil está presente no capítulo da Educação Básica, no entanto, essa legislação juntamente com o ensino fundamental e o ensino médio, o que apontando para a necessidade de articulação e não a ligação entre eles.

Uma importante marca, segundo Barbosa (2000) foi a diferenciação entre eles ocorrer pelo uso da palavra educação e não ensino, demonstrando uma visão mais ampla dos processos pedagógicos necessários nessa faixa etária.

Políticas Públicas na Educação Infantil

Este tópico estará baseado no site da educação, a secretaria de Educação Básica. A nova **Constituição de 1988**, e a LDB determinaram que a responsabilidade pela oferta de educação infantil é dos municípios. Dessa maneira, os órgãos federais responsabilizam-se principalmente pela orientação sobre os padrões de atendimento que devem ser seguidos pelos sistemas educacionais estaduais e municipais, incluindo-se aí as escolas privadas e as instituições subvencionadas com recursos públicos.

No período entre a promulgação da nova Constituição (1988) e a aprovação da LDB (1996), o Ministério da Educação e Cultura – MEC –, reforçado inicialmente pelos compromissos assumidos internacionalmente na Conferência de Jomtien, desempenhou importante papel na formulação de diretrizes para a educação infantil, publicando documentos, promovendo estudos e debates, elaborando propostas curriculares e apoiando as mobilizações da área em diversos espaços (MACHADO, CAMPOS, 2004).

Em 1998, o MEC publicou o Referencial curricular nacional para a educação infantil (RCNEI), em três volumes, enviados a escolas de todo o país, oferecendo subsídios para os projetos pedagógicos das prefeituras e das unidades de educação infantil (Brasil, 1998). Paralelamente a esses esforços, o debate sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), desenvolvia-se nas organizações da sociedade civil e no Congresso Nacional (Didonet, 2001).

Aprovado em 2000, após longos debates, o Plano prevê padrões mínimos de infraestrutura para as instituições de educação infantil, que assegurem: • espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário; • instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças; • instalações para preparo e/ou serviço de alimentação; • ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo; • mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos; • adequação às características das crianças especiais. **Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 127, jan./abr. 2006**

O PNE também define metas de expansão do atendimento para creches e pré-escolas em nível nacional. No entanto, a aprovação do novo sistema de financiamento da educação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) implantado no país a partir de 1998, não conferiu prioridade à expansão da educação infantil (GUIMARÃES, PINTO, 2001).

Dessa forma, as novas diretrizes legais que apontam para melhorias na qualidade do atendimento não puderam ser traduzidas em efetivas medidas práticas na escala necessária. A distância entre a legislação e a realidade continua, infelizmente, a caracterizar grande parte da educação infantil no país, como se verá a seguir. Nesse contexto, as mobilizações da sociedade civil, agora articuladas nos Fóruns de Educação Infantil locais e no Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib), em âmbito nacional, cumprem importante papel, atuando no sentido de converter em realidade o que foi conquistado na lei.

Profissionais de educação infantil e sua formação Um dos principais critérios de qualidade utilizados internacionalmente para avaliar a qualidade de escolas em qualquer nível de ensino é o tipo de formação prévia e em serviço dos professores ou educadores que trabalham diretamente com os alunos. No Brasil, anteriormente à legislação recente, as duas principais modalidades de atendimento a crianças de zero a seis anos encontravam-se vinculadas a diferentes setores governamentais.

Diretrizes Curriculares Nacionais

Na organização do Estado brasileiro, a matéria educacional é conferida pela **Lei nº 9.394/96**, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aos diversos entes federativos: União, Distrito Federal, Estados e Municípios, sendo que a cada um deles compete organizar seu sistema de ensino, cabendo, ainda, à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva (**artigos 8º, 9º, 10 e 11**).

No tocante à Educação Básica, é relevante destacar que, entre as incumbências prescritas pela LDB aos Estados e ao Distrito Federal, está assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio a todos que o demandarem. E ao Distrito Federal e aos Municípios cabe oferecer a Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental.

Em que pese, entretanto, a autonomia dada aos vários sistemas, a LDB, no inciso IV do seu **artigo 9º**, atribui à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum. A formulação de Diretrizes Curriculares Nacionais constitui, portanto, atribuição federal, que é exercida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), nos termos da **LDB e da Lei nº**

9.131/95, que o instituiu.

Esta lei define, na alínea “c” do seu artigo 9º, entre as atribuições de sua Câmara de Educação Básica (CEB), deliberar sobre as Diretrizes Curriculares propostas pelo Ministério da Educação. Esta competência para definir as Diretrizes Curriculares Nacionais torna-as mandatórias para todos os sistemas. Ademais, atribui-lhe, entre outras, a responsabilidade de assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional (**artigo 7º da Lei nº 4.024/61**, com redação dada pela **Lei 8.131/95**), razão pela qual as diretrizes constitutivas deste parecer consideram o exame das avaliações por elas apresentadas, durante o processo de implementação da LDB.

O sentido adotado neste Parecer para diretrizes está formulado na **Resolução CNE/CEB nº 2/98**, que as delimita como conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica (...) que orientarão as escolas brasileiras dos sistemas de ensino, na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas. Por outro lado, a necessidade de definição de Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica está posta pela emergência da atualização das políticas educacionais que consubstanciem o direito de todo brasileiro à formação humana e cidadã e à formação profissional, na vivência e convivência em ambiente educativo.

Têm estas Diretrizes por objetivos: I - sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola; II - estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica; III- orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais, os docentes, técnicos, funcionários da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertencem.

Desafios na construção do projeto pedagógico na Educação Infantil

De acordo com Dal Forno³, Ferreira⁴ e Markowicz⁵ (2012), é apresentado os desafios durante a construção de um projeto político pedagógico, visto que, Saviani (2008), aborda que para encontrar melhores condições de vida humana é assegurando que o saber socialmente produzido na escola, por meio da construção e efetivação do Projeto Político Pedagógico. Segundo Veiga (2004), o documento que explicita a intenção e

³ Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba/ PR

⁴ Professora titular da Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba/ PR

⁵ Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná, professor do curso de pedagogia da faculdade Santa Cruz

a ordenação das ações (planejamento, execução, acompanhamento avaliativo) estão voltadas ao ato de intenção do Trabalho Educativo.

Dessa forma, os autores acima ressaltam o Projeto Político Pedagógico necessitando da garantia ao acesso mais amplo e aprofundado, o mais crítico e compreensivo, sobre a cultura (humana) tendo em vista o pleno desenvolvimento humano, sendo que, salientando todas as capacidades do ser humano pensar, sentir, expressar-se, conviver e transformar. Portanto, entende-se este, como um trabalho intencional e sistemático que visa finalidades e que não se dá espontaneamente, naturalmente pelo senso comum.

Segundo aborda Dal Forno, Ferreira, Markowitz, (2012) considera-se, no entanto, que a escola em seu processo educativo, sofre influências externas como o grau de democratização das relações sociais no âmbito da sociedade. Já as determinações legais que estabelecem como e quem toma decisões sobre política educacional no país, as normatizações do sistema de ensino, o meio social no qual a escola se insere, as determinações de manutenção da escola pela mantenedora em nível de administração responsável pela rede de escolas, o estado ou município a que pertence a escola. (Veiga, 2004).

Segundo a abordagem do autor, parafraseando Veiga, mesma autora, “...

é importante reiterar que, quando se busca uma nova organização do trabalho pedagógico, está se considerando que as relações de trabalho, no interior da escola, deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico. É nesse movimento que se verifica o confronto de interesses no interior da escola. Por isso, todo esforço de se gestar uma nova organização deve levar em conta as condições concretas presentes na escola” (Veiga, 2004, p. 31).

Ainda, de acordo com Veiga (2004), o processo de gestão da escola encontra em uma ligação entre estas forças, e desse embate que se originam conflitos, tensões, rupturas, propiciando a todos os envolvidos o crescimento pessoal e profissional. Surgem então onde novas formas de relação de trabalho, que são construídas, e espaços ficam abertos à reflexão coletiva favorecendo a comunicação entre os diferentes segmentos da escola, ou seja, a descentralização do poder. Enfim, o Projeto Político Pedagógico ocupa um papel central objetivando uma construção de processos de participação e, portanto, na implementação de uma gestão democrática.

O projeto político pedagógico, além de envolver seus diversos segmentos na elaboração, no seu acompanhamento, constitui um grande desafio para a construção da gestão democrática e participativa, da escola e

de sua realidade educacional. A transformação de uma sociedade se dá através da participação popular, sendo esta a base de uma cidadania ativa, atuante, propondo ações, de participação nas decisões coletivas.

Nesse sentido, Navarro (2004) afirma que a participação pode ser entendida como processo complexo que envolve vários cenários e múltiplas possibilidades de organização. Ou seja, não existe apenas uma forma ou lógica de participação: há dinâmicas que se caracterizam por um processo de pequena participação e outras que se caracterizam por efetivar processos em que se busca compartilhar as ações e as tomadas de decisão por meio do trabalho coletivo, envolvendo os diferentes segmentos da comunidade escolar.

Navarro (2004) assevera que alguns processos chamados de participação não garantem o compartilhamento das decisões e do poder, configurando-se como mecanismo legitimador de decisões já tomadas centralmente. Portanto, para que a participação seja realidade, Navarro afirma que são necessários meios e condições favoráveis, ou seja, é preciso repensar a cultura escolar e os processos, normalmente autoritários, de distribuição do poder no seu interior.

Dentre os meios e as condições destacam-se, ainda, a importância de se garantir infraestrutura adequada, quadro de pessoal e apoio estudantil. Para Navarro, outro dado importante é entender a participação como processo a ser construído coletivamente. Nessa direção, é fundamental ressaltar que a participação não se decreta, não se impõe e, portanto, não pode

Gestão para Ferreira (2001) significa:

(...) tomar decisões, organizar, dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania [...] é um compromisso de quem toma decisões – a gestão –, de quem tem consciência do coletivo – democrático – de quem tem responsabilidade de formar seres humanos por meio da educação.

É um termo, segundo Ferreira (2007), que historicamente vem se firmando no âmbito da administração da educação e no estudo das instituições e organizações como um sinônimo de administração, e que se “instala” no mundo pensante com um sentido mais dinâmico, traduzindo movimento, ação, mobilização, articulação. Assim entende-se por Gestão Democrática a garantia de mecanismos e condições para que espaços de participação, partilhamento e descentralização do poder ocorram.

O autor menciona que a gestão nos espaços escolares deve priorizar a organização que proporcione a igualdade de condições a todos os segmentos, e que de forma alguma iniba a participação, pelo contrário ela deve oportunizar e instigar a todos os integrantes da comunidade escolar a estarem atuando nas tomadas de decisões, pois a gestão é um princípio. A

Lei de Diretrizes e Bases da Educação, **lei nº 9394/96** dispõe que: **Art. 14.**

“Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes”.

Esses princípios devem fundar a base da gestão, a direção das ações da escola deve ser guiada por esses princípios, superando determinadas concepções enraizadas no interior da escola, que tendem a manter a distância entre o pensamento e ação. Uma gestão de qualidade está sempre em busca de meios que proporcionem, desde a sala de aula, condições de participação.

De acordo com Ferreira a gestão:

É a administração se fazendo em ação na sala de aula, por conter “em gérmen” o espírito e o conteúdo do projeto político pedagógico que expressa, democraticamente, os compromissos e o norte da escola através da gestão do ensino, da gestão da classe, da gestão das relações, da gestão do processo de aquisição do conhecimento, pois a escola e a sala de aula estão interligadas de todas as maneiras (FERREIRA, 2001, p. 310).

Segundo Ferreira (2001), pensar a gestão significa o ato de gerir, a maneira de administrar, ou seja, uma tomada de decisões. A gestão escolar exerce um papel fundamental e decisivo influenciando diretamente nas condições que proporcionam oportunidades sociais, acarretando a sua forma de organização o seu caráter excludente ou includente.

Enfim, conclui-se que é necessário buscar caminhos que levem à qualidade da educação para que possamos exercer de maneira satisfatória, com responsabilidades e com um dever a sociedade. Conclui-se que a gestão escolar constrói um caminho de participação e democracia, unindo as várias práticas gestoras com as ideias que perpassam pelas salas de aula com vistas com grande qualidade ao ensino público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciaremos a análise de conclusão deste trabalho, do qual a aborda sobre a educação infantil na Escola Municipal Professora Belisarina Galdino, criada em 1998, através da municipalização do ensino da educação infantil, baseado na LBD 9394/ 96. Salienta-se a importância do educador ou gestor na educação infantil, sendo que (Ferreira), pontua que: “Respeito, paciência e diálogo como encontro de ideias e de vidas “única forma superior de encontro” dos seres humanos, os únicos seres vivos que possuem esta condição e possibilidade e que não a utilizam.

Para a autora citada, o diálogo, como o fundamental caminho em

todas as suas possíveis formas, entendido como “o reconhecimento da infinita diversidade do real que se desdobra numa disposição generosa de cada pessoa para tentar incorporar ao movimento do pensamento algo da inesgotável experiência da consciência dos outros” (Ferreira, 2000, p. 172).

Vemos que a noção de diálogo é apresentada como uma generosa disposição de abrir-se ao “outro” que irá “somar” compreensões convergentes ou divergentes no sentido da construção da humanização das relações. Diálogo é uma confraternização de ideias e de culturas que se respeitam porque constituem diferentes produções humanas.

Diálogo conceito defendido pelo autor é como uma verdadeira forma de comunicação humana, na tentativa de superar as estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e as práticas educativas a fim de se construir, coletivamente na escola, na sociedade e em todos os espaços do mundo, uma nova ética humana e solidária.

Uma nova ética que seja o princípio e o fim da gestão democrática da educação comprometida com a verdadeira formação da cidadania, os conceitos como: fraternidade, solidariedade, justiça social, respeito, bondade e emancipação humana. Enfim, precisamos assimilar e incorporar estas práticas como consciência e compromisso da gestão democrática da educação, os princípios que necessitam nortear as decisões a serem tomadas, no sentido da humanização e da formação de todas as pessoas que vivem em sociedades.

A contribuição deste trabalho como aprendizagem para a presente pesquisa trouxe além de conhecer sobre a educação e a trajetória da Escola Municipal Professora Belisarina Galdino de Oliveira, mas contribuir escrevendo sobre esta instituição para as pessoas interessadas em pesquisa. Também em conhecer a história da escola e o seu desenvolvimento, sua política pedagógica e seu regimento interno, como uma instituição de ensino da educação infantil de Itaguaru.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, M.C.S. **Por Amor e Por Força: Rotinas da Educação Infantil** (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2000

BRASIL. **Lei 5692/71, de 11 de agosto de 1971**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília. 1971

BRASIL, **Lei 8.969/90, de 13 de julho de 1990**. Brasília, 1996

BRASIL, **Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 1996

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Escola Infantil: Pra que te Quero?** In: CRAIDY, Carmem

CARVALHO, Haydée R. de; FRAGA, Ângela Maria de Souza; SILVA, José Divino da: **“Lembranças e memórias da relação de Napoleão Pires de Barros na Construção do Município de Itaguaru entre as décadas de**

1940 e1970: Itapuranga 2005

CURY, C.R.J. **Gestão democrática da educação: exigências e desafios.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, São Bernardo do Campo, v. 18, n. 2, jul./dez. 2002a.

CURY, C.R.J. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença.** Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, Campinas: Autores Associados, n. 116, jul. 2002

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.** Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SINOS DE BELÉM. **Projeto Político Pedagógico.** Santa Maria, 2007.

FERREIRA, N.S.C. **Violência e paz: a exigência de novas políticas e ações integradas.** In: Violência e indisciplina na escola. Anais do XI Colóquio da AFIRSE, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002a.

FERREIRA, N.S.C. **Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades.** In: FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.A. Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Formação Continuada e Gestão da Educação.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Gestão Democrática da Educação: Atuais Tendências Novos Desafios.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Gestão da Educação e Formação de Professores: experiências de uma Escola Estadual do Paraná.** Paraná:2012

Flôres, Vanessa Medianeira da Silva. **A Gestão na Educação Infantil: Concepções e Práticas.** UFSM. Rio Grande do Sul, 2012

FORNO, Marcia Rakel Grahl Dal: **Gestão da Educação e Formação de Professores: experiências de uma Escola Estadual do Paraná.** Paraná: 2012

MARKOWICZ, Daniel: **Gestão da Educação e Formação de Professores: experiências de uma Escola Estadual do Paraná.** Paraná: 2012

Ministério da Educação e Cultura/Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Parecer nº20. Brasília: MEC, 2009.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.** Brasília: MEC,2006

SANTOS, Elisamar Maria Rosa dos: **A História da Educação de Itaquaru:**

Itapuranga, 1999

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1980

SAVIANI, Dermeval; **Pedagogia Histórico Crítica: Primeiras Aproximações**. 10ª edição. Campinas – SP: Autores Associados, 2008

TOMAZZETTI, Cleonice Maria; **A Gestão na Educação Infantil: Concepções e Práticas**. UFSM. Rio Grande do Sul, 2012

Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 127, jan./abr. 2006

Fotografias cedidas por: Divina Lourenço de Sá e Dilma Pires de Carvalho.

Liléia Souza Leite

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPsi)
Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
Membro do Grupo de Estudos e de Investigação Acadêmica nos
Referenciais Foucaultianos (GEIARF/CNPq),
vinculado a linha de Educação, Cultura e Sociedade do PPGEdU/UFMS.

Antônio Carlos do Nascimento Osório

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996).
Professor Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2005).
Docente-pesquisador no ensino de graduação (licenciaturas, Pedagogia e Psicologia) e
na pós-graduação (PPGEdu/FAED - desde 1996) e PPGPsi/FACH - 2011).
Coordenador do Fórum de Pós-graduação em Educação da
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - ANPED (2004 - 2006).
Título de Professor do Magistério Superior Emérito da UFMS.
Coordenador do Grupo de Estudos nos
Referenciais Acadêmicos Foucaultianos (GEIARF/CNPq) desde 2001.
Pesquisa e orienta nas problematizações: Educação e Psicologia
por intermédio das práticas sociais, culturais, pedagógicas e do Sujeito.
Relações políticas (poderes e saberes) na constituição do sujeito,
da sociedade, do Estado e das instituições.
Sujeições, concessões e o adoecimento.

RESUMO

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) possibilita nova práxis aos Psicólogos nos presídios. Oriundos de uma atuação como peritos de exames criminológicos, elaboração de laudos e validação de aptidão para as progressões de pena, a atuação pela Clínica Ampliada é um fazer em construção nessas instituições. Este estudo tem como objetivo compreender a atuação do Psicólogo na promoção de saúde nas unidades penais do município de Campo Grande, a partir de uma pesquisa de suporte teórico e metodológico de ferramentas foucaultianas. Foram entrevistados sete profissionais que atuam em distintas prisões. Como tem sido a atuação dos profissionais de psicologia no âmbito da saúde no sistema prisional? Quais são as dificuldades encontradas? Com essa pesquisa foi levantado inúmeros desafios (ambiente insalubre, superlotação carcerária, falta de profissionais, entre outros) com considerações de que nessa travessia e descaminhos entende-se que atuar com promoção de saúde não assegura aos psicólogos rompimento com discursos e práticas produtoras e mantenedoras do saber-poder.

Palavras-chave: saúde prisional, atuação do psicólogo, desafios da psicologia.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de Políticas Públicas para Atenção Integral a Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) possibilita uma nova práxis dos Psicólogos dentro das Unidades Prisionais, pois sua inserção nesse ambiente foi de uma atuação como peritos de exames criminológicos para definição de um cumprimento de pena individual e avaliações psicológicas para elaboração de laudos e validação de aptidão para as possíveis progressões de pena. Este estudo compreende uma pesquisa de pós-graduação de Mestrado em Psicologia com objetivo de compreender a atuação do Psicólogo na promoção de saúde nos presídios do município de Campo Grande, a partir de uma pesquisa com suporte teórico e metodológico de ferramentas foucaultianas, sendo realizada entrevistas semiestruturadas com sete psicólogos que atuam em sete unidades penais. Este projeto foi submetido e aprovado pelo CEP (CAAE: 53945121.5.0000.0021/ Número do Parecer: 5.247.133).

A clínica ampliada é uma das diretrizes que a Política Nacional de Humanização propõe para se fazer saúde. Ampliar a clínica é possibilitar uma escuta ativa e uma equipe integrada de cuidado e tratamento com o estabelecimento de vínculo com o usuário.

Sendo assim, o desenvolvimento de um trabalho multiprofissional voltada para promoção de saúde é um nova ferramenta de trabalho para os psicólogos inseridos nessas instituições, pois a partir dessa viabilidade as atuações não serão de restrição avaliativas, mas também de participação ativa e integrada de promoção e tratamento de saúde bem como elaboração e implementação de projetos de cuidados dos apenados em viés de integralidade buscando a saúde mental, a resolução de conflitos pessoais, o resgate de vínculos familiares, o convite para participação de grupos terapêuticos, a conscientização das oportunidades de educação e trabalho para a remissão e o cumprimento da pena.

Quem são os psicólogos que atuam nessas instituições? Como tem sido a atuação no âmbito da saúde no sistema prisional? Quais são as dificuldades encontradas? Pretende-se com esta pesquisa levantar um conjunto de elementos que possa subsidiar a atuação deste profissional e emergir as políticas que os circundam. Para Michel Foucault:

Sou um experimentador, e não um teórico. Chamo de teórico aquele que constrói um sistema global, seja de dedução, seja de análise, e o aplica de maneira uniforme a campos diferentes. Não é o meu caso. Sou um experimentador no sentido em que escrevo para mudar a mim mesmo e não mais pensar na mesma coisa que antes (FOUCAULT, 2010, p. 290).

É nesse campo de investigação que se busca compreender o psicólogo atuando na prisão, constituindo-se profissionalmente diante de tantas vulnerabilidades das pessoas e da própria instituição.

Michel Foucault apresenta um novo entendimento da história, considerando que esta é construída pelas práticas sociais. Assim, ele entende que não há algo racional ou metafísico que guie o desenrolar da história. Ela é tecida por estratégias e táticas de diversos jogos de poder e saber.

Foucault critica a busca pela verdade na história e a consideração exclusiva de documentos oficiais do Estado, pois a realidade, para o autor, é uma construção discursiva multideterminada. Tanto o homem quanto a realidade são inventados de diferentes formas ao longo do tempo (PINTO,2011).

Ao pensar sobre a historicidade das coisas, o pensamento foucaultiano nos instiga a olhar para a naturalidade dos objetos com um olhar que duvida e questiona. No exercício de sair da passividade para uma busca crítica sobre a realidade, passamos a nos perguntar sobre como as coisas chegaram a ser como são.

A PSICOLOGIA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

O sistema penitenciário é uma instituição complexa, compreende discursos, arquitetura, hierarquias, regulamentos, determinações judiciais e conhecimentos científicos que justificam o seu funcionamento. De acordo com Benelli (2014, p. 14):

A prisão é a instituição que articula dois mecanismos, permitindo que ambos se reforcem mutuamente: promove a objetivação científica da delinquência por detrás da infração e, numa operação política, consolida a delinquência no movimento caótico das ilegalidades. É por isso que se justifica que a prisão continue a existir, produzindo os mesmos efeitos e causando os maiores escrúpulos em derrubá-la: a ilegalidade e a legalidade burguesa colonizaram a delinquência.

Sendo assim, o universo prisional é envolto de saberes científicos como o Direito, Medicina, Psicologia, entre outros, que definem pelas suas técnicas as atividades e comportamentos que os indivíduos aprisionados deverão cumprir para suas respectivas necessidades de transformações durante a permanência em privação de liberdade.

A atuação dos psicólogos nas instituições prisionais estava submetida a Lei de Execução Penal (LEP - Lei Nº 7.210, 1984), para concretizar o Princípio da Individualização das Penas, de modo que, o psicólogo compunha as Comissões Técnicas de Classificação (CTC) e os Centros de Observação Criminológica (COC), junto a outros profissionais. Segundo Rauter (2010), “a Psicologia não adentrou no cárcere para humanizá-lo, mas para contribuir com as estratégias punitivas do Estado.”.

A Psicologia, no ano de 2003 conquistou dois avanços para atuação em âmbito penitenciário: o primeiro relaciona-se a Lei Nº 10.792, que altera

o artigo 112 da Lei de Execução Penal (LEP), eliminando a necessidade dos exames criminológicos para a progressão de regime e para o livramento condicional.

O segundo, a implementação da Portaria Interministerial Nº 1.777/2003 que instituiu o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), cujos princípios compreendem: Planejamento das ações; Saúde, promoção e vigilância; e Trabalho interdisciplinar em equipe.

A equipe técnica mínima de saúde era estabelecida nas unidades prisionais com mais de 100 presos até 500 pessoas presas (jornada de trabalho de 20 horas semanais) e compreendia: Médico; Enfermeiro; Odontólogo; Psicólogo; Assistente social; Auxiliar de enfermagem; e Auxiliar de consultório dentário.

Destaca-se que a elaboração do PNSSP teve como argumentos a exposição de significativos números de casos de DST/aids, pneumonias, dermatoses, tuberculose, transtornos mentais, diarreias infecciosas, hepatites, traumas, hipertensão arterial e diabetes mellitus justificando a necessidade de ações de promoção da saúde e de prevenção de doenças nos presídios bem como levantar o perfil epidemiológico da população presidiária brasileira.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), promulgada no dia 2 de janeiro de 2014, foi elaborada em resposta ao PNSSP, programa governamental vigente entre os anos de 2003 e 2013 no Brasil. Esta política instituiu a inserção formal da população carcerária no Sistema Único de Saúde, assegurando que cada unidade prisional seja ponto integrante da Rede de Atenção à Saúde (BRASIL, 2014A). Mais ambiciosa e mais realista que o PNSSP, essa política está fundamentada nos princípios da integralidade e da transectorialidade (CASTRO et al., 2014).

A PNAISP representa um avanço na atenção à saúde da população prisional, bem como amplia a garantia de direitos sociais. Assim, ao estender o foco anteriormente dado pelo PNSSP, o público-alvo da política abrange a amplitude dessa população, ou seja, todas as pessoas que se encontrem sob custódia do Estado, em regime fechado, semiaberto, aberto ou cumprindo medida de segurança na modalidade de tratamento ambulatorial ratificando os princípios de universalidade, integralidade e equidade presentes no SUS (BRASIL, 2014):

Promover o acesso das pessoas privadas de liberdade à Rede de Atenção à Saúde, visando ao cuidado integral; Garantir a autonomia dos profissionais de saúde para a realização do cuidado integral das pessoas privadas de liberdade; Qualificar e humanizar a atenção à saúde no sistema prisional por meio de ações conjuntas das áreas da saúde e da justiça; Promover as relações intersetoriais com as políticas de direitos humanos, afirmativas e sociais básicas, bem como com as da Justiça Criminal; e

Fomentar e fortalecer a participação e o controle social (BRASIL, 2014, p.14).

Assim, foi possibilitado um novo espaço para a Psicologia no ambiente penitenciário. Para o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2016):

seu compromisso é com a garantia do acesso da população carcerária às políticas públicas, a assistência aos presos, egressos e seus familiares, a retomada de laços sociais e na construção de redes extramuros que lhes deem apoio, suporte e acompanhamento psicossocial (p.38-39).

A atuação do profissional de Psicologia inserido na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) ampliou a “autorização” dos espaços do “fazer do psicólogo” e possibilitou um “novo olhar” para os sujeitos aprisionados:

estudar a subjetividade, nos tempos atuais, é tentar compreender a produção de novos modos de ser, isto é, as subjetividades emergentes, cuja fabricação é social e histórica. O estudo dessas novas subjetividades vai desvendando as relações do cultural, do político, do econômico e do histórico na produção do mais íntimo e do mais observável no homem – aquilo que o captura, submete-o ou mobilizado para pensar e agir sobre os efeitos das formas de submissão da subjetividade (como dizia o filósofo francês Michel Foucault) (BOCK, 1999, p.24).

Considerando essa ampliação para o trabalho dos psicólogos dentro dos estabelecimentos penais e compreendendo que participam ativamente da construção e são construídos pelo próprio fazer quais são e como são as práticas para a promoção de saúde desenvolvidas?

Este estudo almeja compreender a atuação do Psicólogo na promoção de saúde nos presídios do município de Campo Grande - MS, tendo como objetivos específicos: identificar o perfil profissional dos psicólogos que atuam no sistema penitenciário de Campo Grande-MS, analisar quais são as práxis dos psicólogos para a promoção de saúde dentro das penitenciárias e apresentar os desafios para a atuação dos Psicólogos no âmbito da saúde prisional.

CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Nesta dissertação, busco em Michel Foucault um suporte teórico-metodológico para pensar os desafios de atuação dos psicólogos na promoção de saúde no sistema penitenciário.

O pensamento foucaultiano encontra a própria epistemologia,

considerando que usa da arqueologia e da genealogia como lente para olhar os seus diversos objetos de estudo. Epistemologia, arqueologia e genealogia apresentam diferenças fundamentais entre si. Segundo Machado (2009), a epistemologia preocupa-se com a avaliação, fundamentação e justificação dos fundamentos conceituais dos saberes, objetiva discursos científicos e pensa as mudanças históricas linearmente, com uma ideia de progresso. Ainda conforme Machado (2009), já a arqueologia, perspectiva teórica do chamado “primeiro Foucault”, preocupa-se com as condições de possibilidade do surgimento dos saberes, não aponta um saber como mais verdadeiro que o outro, analisa todos os tipos de discursos e não apenas os científicos e pensa as mudanças históricas como rupturas e deslocamentos. A genealogia é também anticientífica, como afirma Foucault (2013b). Ela pensa a implicação dos discursos com as relações de poder que estes fazem operar, sempre em uma perspectiva histórica e tendo o sujeito como grande preocupação. É importante destacar que Foucault não se considera nem mesmo um teórico, muito menos um estruturalista, pós-estruturalista ou pós-moderno.

Sou um experimentador, e não um teórico. Chamo de teórico aquele que constrói um sistema global, seja de dedução, seja de análise, e o aplica de maneira uniforme a campos diferentes. Não é o meu caso. Sou um experimentador no sentido em que escrevo para mudar a mim mesmo e não mais pensar na mesma coisa antes. (FOUCAULT, 2010b, p. 290).

De acordo com Veiga-Neto (2009), o pensamento de Foucault se afasta das tradições da ciência moderna. A produção de conhecimento científico na modernidade busca sempre elaborar tanto teorias que cheguem à verdade sobre os objetos quanto métodos que levem a essa verdade ou aproximem-se dela. Quer-se chegar à teoria das teorias e ao método dos métodos. O unitarismo epistemológico é um dos pilares da ciência na modernidade. Foucault afasta-se dessa tradição. Para Foucault, o método não é algo que possa dar segurança e previsibilidade ao caminho que será percorrido. O começo, o meio e, principalmente, o fim da pesquisa não estão garantidos de antemão. Pesquisar, para Foucault, é mudar o modo de pensar do pesquisador.

Se eu tivesse de escrever um livro para comunicar o que já penso, antes de começar a escrevê-lo, não teria jamais a coragem de empreendê-lo. Só o escrevo porque não sei, ainda, exatamente o que pensar sobre essa coisa em que tanto gostaria de pensar.” (FOUCAULT, 2010b, p. 289).

A partir desses rompimentos com a tradição moderna, segundo Veiga-Neto (2009), Foucault nunca coloca a sua forma de trabalhar como um

método. Ele coloca-a como uma atividade, uma maneira de entender ou um modo de ver as coisas. É assim que ele se refere tanto à arqueologia e à genealogia quanto, e principalmente, aos estudos sobre a ética, referentes ao chamado “terceiro Foucault”. Lobo (2012) destaca que Foucault foi um filósofo artesão que forjou as suas próprias ferramentas de trabalho ao pesquisar sobre a história. Dessa maneira ele construiu a arqueologia e a genealogia, que não são teorias ou métodos, mas sim cuidados metodológicos, recomendações estratégicas que evitam as universalidades e os objetos pré-concebidos.

Araújo (2006) utiliza-se do termo Arqueogenealogia para denominar um modo de pensar que parte dos trabalhos tanto arqueológicos quanto genealógicos por Foucault. Assim, a genealogia e a arqueologia, ou a arqueogenealogia, não devem ser entendidas como métodos fechados e prescritivos que buscam uma verdade última sobre os objetos.

ENTREVISTAS COM OS PSICÓLOGOS: ANÁLISES DOS DISCURSOS

A seguir, são apresentadas as respostas dos sete psicólogos entrevistados. Ressalta-se que em nenhum momento deste estudo há o objetivo de avaliar o trabalho realizado, mas sim compreender e constituir um campo de escuta e de fala de quem trabalha com a Psicologia no espaço da prisão. Os psicólogos foram identificados como “Psi” para garantia do sigilo.

Quadro 1- Inserção no Sistema Penitenciário

Identificação	1- Como foi a sua escolha em atuar como psicólogo do sistema penitenciário de Campo Grande-MS?
Psi-1	Nunca pensei em atuar nessa área, foi uma coisa que aconteceu, prestei o concurso, passei e por outras circunstâncias da minha vida, aspectos pessoais, resolvi assumir o concurso, pois me pareceu a opção mais viável para mim no momento.
Psi-2	Bom, então, é, na época da faculdade no último ano, eu fui estagiária das Delegacias, no DENAR e na DELEGACIA DA JUVENTUDE, então eu já gostava desse público pra atendimento motivada pelo meu professor né o Carlos Afonso e em seguida saiu o concurso pra AGEPEN né no ano de 2006 pra 2007 mais ou menos e então não foi assim uma escolha motivada por salário ou por falta de oportunidade de trabalho, foi uma escolha bem consciente do lugar que eu queria trabalhar, que eu queria atuar, então eu fiquei extremamente satisfeita né, feliz em atuar onde eu realmente estava desejando e buscando né.
Psi-3	A escolha na época foi oportunidade de entrar no Serviço Público através de um concurso.
Psi-4	Eu não escolhi necessariamente esta área e nunca tive o desejo de trabalhar com esse público. Porém, com o fim da faculdade e a abertura do concurso vi como uma possibilidade de emprego.
Psi-5	A escolha em atuar como psicóloga no sistema penitenciário foi pela estabilidade no serviço público.

Psi-6	Embora eu trabalhasse na Área de Segurança Privada, como psicóloga, na avaliação psicológica para o porte de arma de fogo, jamais imaginei a amplitude de trabalhar com psicóloga no sistema prisional. Confesso que quando passei no concurso tive medo, me senti despreparada, como pessoa e profissionalmente.
Psi-7	Foi devido a estabilidade do concurso público.

De acordo com o discurso dos entrevistados, a escolha de atuação no sistema penitenciário foi devido à estabilidade de trabalho alcançado por meio do concurso público. Assim, o campo de trabalho foi motivado pela “estabilidade” e não pela possibilidade de práxis com as pessoas que estão privadas de liberdade, pois até mesmo o entrevistado que relatou estar trabalhando no sistema penitenciário motivado pelo lugar declara que escolheu pelo locus, ou seja, pela instituição e não pelo trabalho com os sujeitos aprisionados.

A viabilidade de um concurso público para atuação dos psicólogos vem atender a necessidade de campo de trabalho, bem como garantia de renda, não sendo mensurador da qualidade da atuação desses profissionais (binômio serviço público versus privado), mas o interdito de labuta nesse âmbito não foi orientado pelas possibilidades de intervenções da ciência psicológica.

A prisão surge historicamente como um mecanismo de execução penal com dupla finalidade: punir um delito e transformar o condenado disciplinando-o para o trabalho socialmente necessário. (FOUCAULT, 2013, p.)

O papel da Psicologia seria então de “transformar o condenado”? Em consonância com o Manual de Orientação Técnica Assistência e Perícia (AGEPEN, 2012), o psicólogo, segundo Decreto n.º 11.169, de 8/04/2003, que estabelece as atribuições básicas das funções integrantes do cargo de Técnico Penitenciário da Carreira Segurança Penitenciária, é responsável por:

1.2 Serviços afetos a realização de exames gerais e o criminológico; Perícias; Formulação e acompanhamento de programas de tratamento; Elaboração de Prognósticos; Emissão de Pareceres; Prestação de Assistência na sua área de atuação, observados os limites legais e regimentares da organização penitenciária, com o seguinte detalhamento de atribuições:

- 1.2.1- Avaliar e diagnosticar, por meio de exames gerais e criminológicos a personalidade do condenado para fins de classificação e individualização da execução da pena;
- 1.2.2- Efetuar o prognose criminal para fins de indicação de regimes penitenciários e outros efeitos penais;
- 1.2.3- Formular o programa de tratamento penitenciário;

- 1.2.4- Desenvolver atividades terapêuticas compatíveis com o programa de tratamento penitenciário;
- 1.2.5- Formular e supervisionar técnicas de atuação penitenciária, realizadas individualmente ou em grupo, incluindo os egressos;
- 1.2.6- Peticionar e acompanhar, no âmbito do juízo das Execuções Penais, as medidas jurídicas previstas no itinerário de cumprimento de pena;
- 1.2.8- Assistir ao preso, observada sua área de atuação;
- 1.2.9- Propor medidas convergentes a correta aplicação dos instrumentos pedagógicos-penal;
- 1.2.10- fazer relatório e efetuar registros de suas atividades e mantê-los atualizados;
- 1.2.11- executar outras tarefas correlatas, definidas em manual de atribuições e regimento da Unidade Penal.

As normas de atribuições para os psicólogos centram o seu papel de avaliar, elaborar, emitir, desenvolver, realizar “atividades terapêuticas compatíveis com o programa de tratamento penitenciário, que tem como objetivo fim garantir a disciplina. Com o discurso de acompanhamento psicológico, denota-se uma posição de poder, na medida em que atua sobre os corpos, os detentos tornam-se objeto de saber. Em seus dizeres, os saberes sobre eles próprios, que lhes são redirecionados, tornando-se vítimas da verdade que produzem (FOUCAULT, 2006).

É observado o exercício de poder que a verdade da ciência produz - o assujeitamento - expressa nos relatórios “psi”, quando as condutas dos “reeducandos” são submetidas às normas e valores morais e sociais. Assim, na produção de saberes sobre os indivíduos, a condição do exercício de poder no ajuste e na regulação de condutas - inclusa a problemática da segurança - é o que permeia todos os espaços institucionais e a própria relação com o judiciário, como peças de um dispositivo, onde: [...] o poder disciplinar é individualizante porque ajusta a função-sujeito à singularidade somática por intermédio de um sistema de vigilância escrita ou por um sistema de panoptismo pangráfico que projeta atrás da singularidade somática, como seu prolongamento ou como seu começo, um núcleo de virtualidades, uma psique, e que estabelece além disso a norma como princípio de divisão e a normalização como prescrição universal para todos esses indivíduos assim constituídos. (FOUCAULT, 2006, p. 69)

Os quadros (2 e 3) apresentados a seguir constituem levantamentos do perfil dos psicólogos entrevistados:

Quadro 2 – Tempo de Atuação

Identificação	2- Há quanto tempo atua no sistema penitenciário em Campo Grande-MS?
Psi-1	05 anos.

Psi-2	12 anos.
Psi-3	20 anos.
Psi-4	5 anos.
Psi-5	2 anos e meio.
Psi-6	05 anos.
Psi-7	1 ano e 7 meses.

Há predominância de profissionais **aptos** pelo estágio probatório, concluído no período de 03 anos como servidor público, após nomeação decorrente do concurso público. O último concurso público para agentes penitenciários e com oferta de cargo para Psicólogos foi aberto em 2016, tendo a última chamada ocorrido em 2020. Verifica-se que a atratividade da estabilidade funcional assegurou a permanência desses profissionais nas unidades penitenciárias.

A aprovação no estágio probatório assegura que o psicólogo atendeu aos requisitos esperados de sua atuação, ou seja, realizou avaliações e acompanhamentos psicológicos, emissão de pareceres, ações de assistência, desenvolveu e, por permanência no sistema, desenvolve um trabalho respeitando o espaço penitenciário e contribuindo para a docilização dos sujeitos numa transformação satisfatória comportamental dos indivíduos.

Foucault (1997) afirma que o sucesso da prisão foi ter difundido no meio social a ideia de que existem categorias de humanos mais perigosos e que, por esse motivo, sua humanidade estaria ameaçada em função da presença de uma delinquência que os transformaria, então, em um sujeito-delinquente. O crime serviria menos para definir um ato e mais para diagramar um sujeito. Substituiu-se, assim, o crime pelo criminoso: o ato pelo indivíduo; a transgressão pelo transgressor. Sendo o papel do estabelecimento penal esse de “guardar” e transformar o indivíduo criminoso/transgressor em um sujeito dócil.

Quadro 3 – Especialização

Identificação	3- Possui alguma especialização em Psicologia?
Psi-1	Em Avaliação Psicológica que fiz antes de entrar no sistema.
Psi-2	Psicoterapia de orientação analítica e Arteterapia.
Psi-3	Administração Penitenciária.
Psi-4	Especialização em Saúde Mental.
Psi-5	Estou fazendo uma especialização em Criminologia. Tenho uma em Educação Infantil e outra em Gestão Pública.
Psi-6	Avaliação psicológica, estou fazendo pós em gestão de sistema prisional.

Psi-7	Psicologia Organizacional e do Trabalho.
-------	--

Partindo das especializações informadas, buscou-se a compreensão de como essas abordagens poderiam estar contribuindo para o fazer.

Quadro 4- Contribuição das Perspectivas Psicológicas

Identificação	4- Quais perspectivas da Psicologia acredita que contribuem para o desenvolvimento do seu trabalho?
Psi-1	Atualmente eu me embaso na Psicanálise , utilizo muito a escuta. Busco fazer o Acolhimento, aconselhamento quando necessário e sempre trabalhar com a parte social junto e familiar, porque aqui dentro é muito diferente de toda teoria, aqui é uma realidade muito diferente, temos que fazer o que é possível ao momento. Nosso trabalho é muito ligado ao serviço social, suprir as demandas, muitas vezes é preciso agir de maneira rápida e pensar em algo que possa suprir a demanda daquele momento e daquela situação, buscar a melhor maneira com os recursos que temos, soluções muitas vezes paliativas. A parte psicológica está mais voltada para a escuta, também utilizo muitos conhecimentos relacionados a atividades grupais na condução do grupo de dependência química.
Psi-2	Eu me encontrei, sempre minha orientação foi analítica né, sempre gostei e gosto muito, mas pra esse público que a gente tem hoje, a Arteterapia pra mim ela fecha mais, ela complementa o que eu quero, ela facilita mais meu encontro com o custodiados com meu cliente, através da Arte é muito mais fácil a linguagem, eu sou muito mais aceita, não tem desconfiança, não tem melindres da parte deles, de me receber, de me ouvir e de participar de um grupo comigo né, é tudo muito natural porque através da arte eles vão falando, vão se deixando envolver e a gente vai trabalhando assim de uma forma muito discreta até e com muitos resultados assim eu comprovei, entrei numa pós não acreditando muito sabe e saí de lá bem deslumbrada com o que ela pode oferecer a Arteterapia sabe, então eu acho que hoje a Arteterapia é uma das práticas assim mais adequadas para esse público né.
Psi-3	Acredito que cada profissional tenha sua linha de trabalho e que todas elas ajudam a desenvolver seu trabalho. No caso do meu trabalho acredito que a Gestalt enfocando a necessidade do Aqui e Agora gera um bom resultado.
Psi-4	Não sei responder quais perspectivas contribuem, mas posso garantir que a que eu utilizo tem trazido resultados importantes. Trabalho com a Psicanálise Aplicada e acredito que ela contribui para o desenvolvimento do meu trabalho na medida em que oferta a escuta atenta e possibilidade de elaboração psíquica utilizando a palavra como instrumento respeitando o contexto específico prisional.

Psi-5	Gosto das perspectivas psicodinâmicas e comportamentais para desenvolver o trabalho.
Psi-6	A abordagem cognitivo comportamental .
Psi-7	Psicologia de Grupos .

O “Psi-2” demonstrou a necessidade de buscar uma especialização em Arteterapia que possibilitou a criação de um espaço de segurança para os internos/pacientes em suas elaborações. Os demais profissionais transmitem que já possuíam uma linha de trabalho e a utilizam no contexto prisional.

O papel ético e político do psicólogo no campo da execução penal não é o de produzir laudos para aquietar a consciência dos juizes que, baseados em supostas verdades, sustentam suas decisões judiciais, mas sim o “de problematizar a lógica do aprisionamento, do dispositivo punitivo e da produção de uma gestão de sofrimento” (HOENISH, 2007, p. 192).

Espera-se que essas especializações dos Psis entrevistados possam assegurar uma análise crítica de seu fazer, ancorada na defesa dos direitos humanos, suas práticas devem estar sob a ótica da saúde integral, tal como preconizada no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário fundado nos princípios do SUS, respeitando tanto a população atendida quanto os próprios profissionais que muitas vezes encontram-se frente a situações potencialmente violadoras de direitos, pois a prática e a escrita podem produzir efeitos tanto libertários como encarceradores.

O Conselho Federal de Psicologia (2009) pontua que, em relação à atenção grupal, também se identificam diferentes abordagens, teóricas e práticas, que são utilizadas pelos psicólogos com múltiplos objetivos. A atenção grupal é apontada como: atendimento em grupo, psicoterapia de grupo, grupo operativo, oficinas terapêuticas, grupos de conscientização, grupos de reflexão, atividades que vão desde reuniões grupais para assistir a filmes educativos, palestras, preparação para a saída da instituição até grupos terapêuticos com objetivo específico de trabalhar a dependência química.

Quadro 5 – Promoção de Saúde

Identificação	5- Quais considerações faria sobre a promoção de saúde no ambiente prisional que trabalha?
Psi-1	É mais um trabalho de psicoeducação , orientação quanto ao tratamento psiquiátrico, encaminhamento aos setores de saúde, e os outros setores também, jurídico, trabalho, busca da família, os atendimentos individuais com os internos acontecem, mas em menor número, eles são muito fechados, tem muita dificuldade em se abrir, enxergam como fraqueza, vem para o atendimento as vezes encaminhado pela saúde quando tem ideia suicida, depressão, é mais um atendimento de aconselhamento psicológico e acompanhamos o tratamento que é feito na saúde também, estimulação da relação familiar e são realizados vários encaminhamentos para o setor de saúde, educação, trabalho, jurídico para tentar manter ele minimamente estável diante da

	realidade que eles se encontram, buscando os recursos que são possíveis.
Psi-2	Atualmente estamos tentando resgatar o trabalho que outrora era feito, antes da pandemia. No grupo atuava com a promoção à saúde, sendo meu foco sempre a saúde mental . Por vezes trabalhava as campanhas anuais de saúde.
Psi-3	Saúde é imprescindível no Ambiente Prisional que é realizada através das conscientizações e informações .
Psi-4	Acredito que o trabalho prisional no que se refere a saúde está mais voltado para a prevenção de doença e tratamento do que em promoção de saúde .
Psi-5	Considero que há uma promoção de saúde onde trabalho , pois existe uma equipe especializada diária atendendo as pessoas privadas de liberdade.
Psi-6	Hoje eu considero que, contribuir para a melhoria das condições de vida é um dos maiores desafios para a prática do psicólogo nas unidades prisionais. Infelizmente a psicologia esbarra na resistência imposta por outras áreas, desta forma, fazer a ponte entre o interno e a família, lutar para que se cumpram as assistências prevista na LEP, propor acesso à cultura e debates, auxiliará de forma positiva na manutenção da saúde psicológica dos reeducandos .
Psi-7	Haveria necessidade da construção de um possível módulo de saúde devido a demanda e quantidade de internos na Unidade prisional.

Qual definição de saúde mobiliza o espaço dos presídios? Diariamente, se não houver reclamação de dor, de fratura no corpo, de sintomas que são transmitidos para a massa carcerária, é entendido que não há demanda de “cuidados”. Mas é de suma importância a presença da equipe de saúde (a necessidade pode surgir a qualquer momento). Registra-se que as unidades do município de Campo Grande são pactuadas com as redes de Saúde Municipal e Estadual, tendo uma rede de atendimento de Unidades Básicas, com uma equipe de médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, odontólogos, técnicos bucais, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas e psiquiatras que atendem ambulatório. Os casos que precisam de atendimentos de urgência e emergência são encaminhados para atendimentos nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e demandam acompanhamento das escoltas da Polícia Militar (que configura outra problematização).

As entrevistas dos Psis 1, 2, 3 e 6 trazem enunciados de “psicoeducação”, “saúde mental”, “conscientizações e informações” e “propor acesso à cultura e debates, auxiliará de forma positiva na manutenção da saúde psicológica dos reeducandos”. A promoção da saúde nos presídios constitui-se de discursos e práticas, saberes e poderes permeados de “grades” regulatórias e disciplinares.

Elementos regulamentadores e disciplinadores presentes nos

enunciados como “Infelizmente a psicologia esbarra na resistência imposta por outras áreas”, “Haveria necessidade da construção de um possível módulo de saúde” e “...a saúde está mais voltado para a prevenção de doença e tratamento do que em promoção de saúde” contextualiza um viés de que a saúde deve ser tratada num espaço próprio e de uma atuação concreta de combate, de tratamento e prevenção do aparecimento de doença carimbando presos “doentes versus saudáveis”.

As práticas de promoção da saúde possuem polaridades de forças e tensões (detentos, seguranças, familiares, políticas públicas, sistema judiciário e sociedade) para a atuação dos psicólogos submetidos a padronizações, mas eles também são provocados pelas forças emancipatórias de participação protagonistas, criativas e autônomas de seu fazer e de seu compromisso profissional.

Foucault expõe uma transformação iniciada no Classicismo, em que o direito do soberano de ditar a morte propunha um poder que gera e ordena a vida. Assim, “o direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um direito de causar a vida” (Foucault, 1988, p. 130). Esse poder sobre a vida, o biopoder, desenvolveu-se nos séculos XVII e XVIII, subsidiado por dois polos: o primeiro referente a uma disciplina anátomo-política dos corpos individuais e o segundo marcado por uma regulação biopolítica da população (natalidade e mortalidade, saúde, demografia, circulação de riquezas).

De acordo com Foucault (1988, p. 134), a gestão da vida através de técnicas de dominação não se dá na totalidade, a vida “escapa continuamente”. Existem “as forças que resistem” (1988, p. 266), as resistências nunca se encontram em posição de exterioridade em relação ao poder. Assim, a analítica foucaultiana compreende a noção de um campo de forças móvel e transitório, que deve ser compreendido em sua processualidade.

As forças que resistem justificam-se no que o poder investe: a vida, entendida como as necessidades fundamentais (corpo, saúde, felicidade, necessidades fundamentais). O conceito de resistência tem uma longa trajetória na obra de Foucault, em sua preocupação permanente de pautar os lugares de enfrentamento das práticas de dominação.

Foucault demonstra que a liberdade não está sob a égide da determinação necessária, mas da contingência. Suas análises contrapõem-se “à ideia de necessidades universais na existência humana [...] acentuam o caráter arbitrário das instituições e nos mostram de que espaço de liberdade ainda dispomos” (Foucault, 2004, p. 296). Por isso, a liberdade é definida como sendo uma prática ético-política de invenção de novos modos de subjetivação, novas formas de coexistência. Essa invenção não se dá de modo descontextualizado, ela é produzida no enfrentamento de estados de dominação específicos. Ou seja, a liberdade se constrói como contraposição a processos de dominação historicamente definidos.

Considera-se que o fazer dos psicólogos, promovendo ações de espaços para a psicoeducação sobre saúde mental, saúde do homem e da mulher, as temáticas educacionais e de protagonismo, compreende uma

atuação emancipadora e possibilitadora de pensar, de contato e interações que promoverão novas subjetivações para os privados de liberdade.

Quadro 6- Apoio na Promoção de Saúde

Identificação	6- Possui apoio para a realização de ações voltadas para a promoção de saúde? Quem são os apoiadores?
Psi-1	<p>Não, sinto que existe muita cobrança de que as coisas sejam realizadas da maneira que os gestores idealizam sem que isso muitas vezes tenha aplicabilidade do dia a dia, sem termos os recursos, geralmente as cobranças veem e as gestões cobram a execução, porém sem que se tenha os recursos necessários, ou que se entenda as especificidades, não se preocupam em saber como será desenvolvido, só querem que seja feito, e precisamos ir descobrindo ao longo do caminho como fazer.</p> <p>Os gestores imediatos a maioria nem sabem qual é o papel do psicólogo, o que um psicólogo faz aqui, e isso acaba muitas vezes dando margens a várias confusões quanto ao nosso papel, querem que a gente exerça coisas que não são pertinentes a nossa área algumas vezes e ir se posicionando é algo que vamos aprendendo a fazer com o tempo.</p> <p>Mesmo assim ações de saúde são realizadas e buscamos trabalhar em conjunto para desenvolver com o apoio da Equipe da Saúde: a Enfermeira e a administrativa da Saúde e também com a equipe do próprio setor psicossocial.</p>
Psi-2	O apoio da Direção do módulo de saúde sempre ocorreu. Porém muitas vezes, o da a direção das Unidades Penais não acontece a contento para desempenhar o trabalho de grupo, campanhas etc. O apoio de fora acontece com alguns médicos pactuados.
Psi-3	Sim. Setor e equipe de Saúde da Agepen.
Psi-4	Eventualmente, sim. Chefias de promoção social.
Psi-5	O apoio são médicos contratados e enfermeiros, técnicos de enfermagem, dentistas, auxiliares, assistente social, psicóloga, equipes de policiais penais e Policiais Militares que fazem a escolta dos custodiados aos hospitais, postos de saúde, etc.
Psi-6	Não, somente quando há determinação judicial ou por parte da administração prisional.
Psi-7	Sim. Toda a Direção da Unidade Penal.

Denota-se que cada psicólogo trabalha numa unidade prisional, tendo eles apoio ou não, de acordo com a chefia à qual estão submetidos, embora a maioria dos discursos indicam que os apoiadores são aqueles que participam das práticas de saúde cotidianamente.

Quanto à “fala” do “Psi-1” “...os gestores imediatos a maioria nem sabem qual é o papel do psicólogo, o que um psicólogo faz aqui, e isso acaba muitas vezes dando margens a várias confusões quanto ao nosso papel, querem que a gente exerça coisas que não são pertinentes a nossa área algumas vezes e ir se posicionando é algo que vamos aprendendo a fazer com o

tempo”, Foucault, com seus pressupostos, como o panoptismo, possibilita reflexão de como o psicólogo contribui para a vigilância e controle dos internos, “práticas” próprias da ciência da Psicologia que asseguram tecnologia do saber e poder contribuindo para a docilização e adestramento dos apenados. Para o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2016):

seu compromisso é com a garantia do acesso da população carcerária às políticas públicas, a assistência aos presos, egressos e seus familiares, a retomada de laços sociais e na construção de redes extramuros que lhes deem apoio, suporte e acompanhamento psicossocial (p.38-39).

Por isso, é preciso o posicionamento e o embate porque, “antes” de atender as necessidades do presídio, os psicólogos possuem regimentos próprios e códigos de ética que regulamentam a atuação dos profissionais. O “Psi-6” anuncia que os apoios vêm “somente quando há determinação judicial ou por parte da administração prisional”, ou seja, quando há ordens hierárquicas para ações de promoção de saúde ratificando assim a fala do “Psi 1”: “geralmente as cobranças vêm e as gestões cobram a execução, porém sem que se tenha os recursos necessários, ou que se entenda as especificidades, não se preocupam em saber como será desenvolvido”.

Quadro 7 – Implementação de Ações de Saúde

Identificação	7- Quais ações de saúde implementa ou apoia a realização?
Psi-1	Apoio em ações de saúde mental, dependência química, setembro amarelo, novembro azul, tuberculose, DST, HIV, essas ações...
Psi-2	Campanhas anuais com destaque para novembro azul e janeiro branco. Grupo de apoio a custodiado encaminhado pela psiquiatria: um olhar além das grandes.
Psi-3	Através de palestras educativas e informativas.
Psi-4	Grupo de Orientação para liberdade, Setembro Amarelo, Mês de combate à violência doméstica, Semana do Idoso e Show de Talentos.
Psi-5	Atendimento psicológico individual e em grupo, projetos e campanhas educativas.
Psi-6	Grupos de discussão sobre temas atuais, Cine Cultura, Grupos escolares e Oficinas de Remição pela Leitura, tudo isso fomenta a saúde mental dos internos.
Psi-7	Não faço parte da equipe do Setor de Saúde da Unidade Penal.

Os discursos remetem-se a campanhas temáticas trabalhadas com conscientizações, permitindo que a psicoeducação sobre os assuntos de saúde seja compartilhada com os internos (as).

Destaca-se a contribuição do participante “Psi-5” que inclui o seu próprio fazer “atendimento psicológico individual e em grupo” como uma ação de saúde evidenciando a contradição demonstrada pelo “Psi-7”, que afirma

“não faço parte da equipe do Setor de Saúde da Unidade Penal”. Fica o questionamento, não fazer parte da equipe de saúde desresponsabiliza a atenção e a promoção de saúde? Percebe-se aqui o quanto os espaços físicos ocupados dentro do presídio delimitam as atuações profissionais desconsiderando-se que os aspectos de saúde são de responsabilidade do Psicólogo.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo (Conselho Federal de Psicologia, 2005) regulamenta que as práticas devem estar comprometidas com a defesa intransigente dos direitos humanos, baseando o trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano. Cabe aos psicólogos contribuir para a promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas e das coletividades em todos os espaços de trabalho, inclusive nas prisões.

Quadro 8 – Psicólogo e a Disciplina

Identificação	8- Considera que sua atuação como Psicólogo(a) contribui para a instalação/manutenção da disciplina no ambiente prisional?
Psi-1	Contribui indiretamente porque a assistência que a gente promove pra eles, promove uma calma em alguns momentos de tensão deles (embora a maioria dos agentes de segurança não entendam dessa forma). Porém alguns feedbacks dos internos demonstram que o nosso trabalho, mesmo que a passo de formiguinha, consegue promover ainda esse objetivo.
Psi-2	Sim. Pois quando você estabelece um vínculo terapêutico com os custodiados, um vínculo de confiança que deve ser mútua, você se torna uma influência para eles, uma referência que deve ser positiva.
Psi-3	Através do atendimento individual e tentamos orientar e esclarecer sobre a importância da disciplina na unidade penal.
Psi-4	De forma indireta acredito que sim. Não trabalhamos de forma diretamente voltada a cobrança ou a punições. Porém, com a manutenção da qualidade em saúde mental consequentemente isso reflete em um comportamento mais social, funcional e responsável.
Psi-5	Com certeza, a atuação da psicologia dentro do sistema prisional é de grande importância, pois o atendimento à pessoa privada de liberdade é capaz de diminuir a sua ansiedade, irritabilidade, agressividade naquele momento em que poderia causar um tumulto, um caos dentro do sistema penitenciário com os demais custodiados.
Psi-6	Sim, desenvolve uma mudança no comportamento dos reeducandos, promovendo a ordem e disciplina, dentro da unidade penal.
Psi-7	Sim.

O trabalho dos psicólogos no sistema penal é envolto de oposições e tensões: castigar ou “reeducar”, avaliar/examinar ou prestar assistência,

fomentar autonomia no espaço de privação de liberdade e outros. Estes, com a escuta qualificada e aconselhamentos estão também submetidos às normas carcerárias com seus dispositivos de sujeição e controle a reconhecer que contribuem para a instalação/manutenção da disciplina e cumprem seu trabalho seja pelo olhar aos presos “porque a assistência que a gente promove pra eles, promove uma calma”, “desenvolve uma mudança no comportamento dos reeducandos, promovendo a ordem e disciplina, dentro da unidade penal”, seja pela docilização dos corpos.

Os critérios escolhidos e os efeitos que o psicólogo precisa identificar estão definitivamente atrelados ao regime de ordem e disciplina das prisões, que serão os mesmos que contribuirão para atualizar, expandir e perpetuar os efeitos mortificadores do cárcere. O indivíduo dentro de uma sociedade disciplinar e, mais especificamente, dentro de seu aparelho mais característico – a prisão – deve ser moldado, submetido, deve fazer da “verdade da instituição” a sua própria verdade para assim ser classificado como normal ou reabilitado. A supremacia dos objetivos institucionais em detrimento das vontades individuais do encarcerado é o princípio a partir do qual o comportamento deste será avaliado. As tentativas de se opor à disciplina e à ordem, manifestações de revolta e de descontentamento serão vistas como indícios de “não recuperação” e rotuladas como degeneração. “A colaboração, o respeito às normas e à hierarquia institucional, sim, constituem sinais de normalidade e regeneração” (RAUTER, 2003, p. 101).

A seguir é demonstrado que os atendimentos são registrados via Sistema Integrado de Administração do Sistema Penitenciário (SIAPEN) e que todos pertencentes ao trabalho penitenciário podem acompanhar o cumprimento de pena, de modo que o comportamento e os atendimentos recebidos são registrados, configurando um dispositivo de vigilância.

Quadro 9 – Sistema de Prontuário

Identificação	9- Há algum sistema de prontuário de acompanhamento dos atendimentos aos custodiados(as)? Qual a importância desse acompanhamento?
Psi-1	O sistema SIAPEN, todos os atendimentos são lançados no SIAPEN, uma plataforma digital. A importância é poder ter um controle maior do que é feito com cada um, um histórico que você pode acompanhar , ou se um colega de trabalho já realizou alguma ação, e também é algo para nos respaldar do que fazemos e para organizar nosso trabalho.
Psi-2	Sim, cada tipo de trabalho desenvolvimento que se realiza tem um prontuário: há o prontuário a que todos tem acesso (siapen) e o prontuário que fica com a profissional. No siapen, a importância do registro, está em qualquer profissional poder acompanhá-lo dentro do sistema prisional, estar a par de sua condição. O registro pessoal que todo psicólogo tem serve para acompanhar seu desenvolvimento nas sessões.
Psi-3	Sim. Programa Siapen onde registramos toda atividade e que pode ser visto por profissionais da Agepen.

Psi-4	Não existe um padrão de prontuários para os atendimentos psicológicos no sistema prisional. Mas no meu fazer enquanto psicóloga responsável pelos acompanhamentos psicológicos confeccionei um prontuário individualizado a cada interno.
Psi-5	No setor de saúde do sistema penitenciário há um prontuário individual em que, quando ocorre a transferência da pessoa privada de liberdade de Unidade Prisional, transfere-se também o seu prontuário para posterior acompanhamento.
Psi-6	Sim, sistema computadorizado, o SIAPEN, porém, não atente todas as necessidades, desta forma também são realizados arquivos de prontuários os atendimentos. É extremamente importante manter um sistema de acompanhamento para dar continuidade ao tratamento no interno na unidade e quando o mesmo for transferido na outra unidade penal.
Psi-7	Sim. Para prestar continuidade nos atendimentos e possuir um histórico relacionado à saúde do interno.

A ação do poder disciplinar é essencialmente produção de subjetividade moderna: A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício [...]. O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame. (Foucault, 1999b, p. 143)

E essa vigilância sobre os corpos está on-line e acessível pelo sistema “SIAPEN”, que mantém o histórico de entradas e saídas, atendimentos, atividades laborais e educacionais, de recebimento ou não de visitas, documentações, de condições de saúde e tratamentos, enfim, o controle sobre estes é atualizado e disponível para os agentes judiciários e penitenciários.

Quadro 10 – Desafios do Psicólogo

Identificação	10- Quais os desafios que o profissional psicólogo(a) enfrenta no estabelecimento penal para a promoção de saúde?
Psi-1	São muitos os desafios , o primeiro desafio é entender que nossas limitações são muitas, do contrário você acaba adoecendo, aqui é muito diferente o nosso papel e a nossa atuação em relação a outros espaços de trabalho. Aqui a gente está cercada de limitações , há muitos problemas de relacionamentos com colegas, é preciso aprender a lidar também. É preciso entender as demandas, e as nossas limitações diante delas também, tem momentos de fluxo maior de interno e mais trabalho e onde tem poucos técnicos para executar, e momentos de maior tranquilidade também, momentos de maior estabilidade e de maiores desafios e readaptações, também, é como uma montanha russa as vezes.
	Os desafios são muitos: o primeiro está em você mesmo, não deixar influenciar, corromper em tudo que você acreditava antes de

Psi-2	entrar no Sistema. Primeiro você não deve fazer julgamentos de merecimentos com essa clientela. Para quem sabe influenciar colegas de trabalho e assim seu trabalho ser facilitado.
Psi-3	Como todo lugar, acredito que o ambiente prisional é inconstante, dependemos do setor da segurança e disponibilidade de profissionais da área.
Psi-4	Falta de incentivo, recursos, alta demanda de trabalho voltado para aspectos que se considera mais urgentes.
Psi-5	Os desafios ainda são grandes, devido muitos não entenderem o seu trabalho, e ainda acabam criticando. Quando os psicólogos chamam para atendimento, os policiais penais não querem levar até a sala, ou nos grupos reclamam da quantidade, etc.
Psi-6	Um dos maiores desafios é a alta demanda de trabalho, a falta de profissionais, falta de capacitação para os profissionais e resistência do setor da segurança.
Psi-7	Dificuldade de espaço para atendimento individual.

Os desafios citados pelos profissionais que atuam nos presídios de Campo Grande-MS vêm ao encontro do levantamento da pesquisa realizada pelo CREPOP (CFP, 2019) que apontou carga excessiva de trabalho das(os) psicólogas(os) proveniente de uma massificação de demandas aliada à falta de profissionais de Psicologia e baixa remuneração. Como anuncia o “Psi 5”: “Quando os psicólogos chamam para atendimento, os policiais penais não querem levar até a sala”, sendo registrado pelo CRP que a assistência psicológica é interrompida ou impedida sob a alegação de ausência de condições ou de equipe para a movimentação segura das pessoas aprisionadas, bem como há falta de infraestrutura e condições materiais para o trabalho, tais como sala com isolamento acústico, equipamento (computadores), mobiliário (arquivo adequado para guarda de material sigiloso) e instrumentos de trabalho (testes psicológicos). O relatório do Conselho federal apresenta ainda uma citação de um profissional registrado no estado do Mato Grosso do Sul (MS):

O maior desafio é superar a incredulidade dos colegas de trabalho que enxergam o profissional de Psicologia como “amigo” dos presos e não como um agente transformador a trabalho e em busca da ressocialização do interno. (Psicóloga, CRP14/MS, p. 54)

Conforme apresentado pelo “Psi-3”: “ambiente prisional é inconstante” há de se considerar o desafio em lidar com as pressões das atividades avaliativas e de acompanhamentos que geram medos de represálias ou de ameaças dos(as) periciados (as) não podendo ser desconsiderada a insegurança institucional quanto à integridade pessoal das(os) psicólogas(os).

Quadro 11 – Capacitações

Identificação	11- Há capacitações ou espaço de discussões das práticas dos profissionais psicólogos que atuam no sistema penitenciário de Campo Grande-MS?
Psi-1	Já houve alguns espaços de discussões, que eu me recorde, em torno de uma vez por ano, são espaço super válidos e deveriam acontecer mais vezes, quando você vê outro colega com as mesmas dificuldades e até mesmo outras dificuldades, você identifica-se e sente seu trabalho menos solitário , o que a gente sente na maior parte do tempo, no dia a dia, talvez por sermos minoria na unidade, por buscarmos um olhar diferenciado da custódia a respeito dos internos.
Psi-2	No momento não temos.
Psi-3	Sim . Em relação as capacitações e espaços para tal é realizada pelo setor de Promoção Social da Agepen.
Psi-4	Não .
Psi-5	Sim , sempre que possível a Chefia organiza encontros, capacitações para os psicólogos que atuam no sistema penitenciário.
Psi-6	Não . Deveria, porém não existe, raramente ocorre um encontro para a discussão de boas práticas do setor psicossocial.
Psi-7	Não tenho o conhecimento sobre.

A incidência de respostas aponta a negatividade de capacitações ou espaço de discussões das práticas dos profissionais. O que mantém a não necessidade de encontros? Seria o desempenho adequado da prática que se espera desses profissionais?

Rauter (2016) chama a atenção para o fenômeno da “prisionização”, (despotencialização subjetiva) daqueles que vivem/trabalham na penitenciária. O psicólogo também se entristece e se despotencializa, sendo possível identificar esses aspectos pelos discursos dos “psis”, “...você identifica-se e sente seu trabalho menos solitário, o que a gente sente na maior parte do tempo...”, “Deveria, porém não existe, raramente ocorre um encontro para a discussão de boas práticas do setor psicossocial”. São esses espaços de encontros e reflexões que fortalecem:

Mas se discutir coletivamente o seu trabalho, seja no seu local de trabalho, seja nos conselhos, ou como estamos fazendo aqui, pode se potencializar. E desse modo também enxergar modalidades de atuação que possam agir no sentido contrário à lógica encarceradora, ao atuar nos cárceres. (...) Esse princípio norteador de potencialização diz respeito à vida do preso, mas também à do próprio psicólogo, que frequentemente se entristece, experimentando também ele os efeitos da lógica prisional, diminuindo suas possibilidades de intervenção. (RAUTER, 2016, p. 51)

Quadro 12- Psicologia na Prisão

Identificação	12- De acordo com sua vivência para que serve a Psicologia na prisão?
Psi-1	Antigamente era muito voltada para a realização das avaliações psicológicas, que hoje ainda há em relação há CTC de Trabalho, porém é bem menos, ainda é feita avaliação para o trabalho, só que hoje em dia eu vejo a Psicologia aqui nesta unidade como quase a mesma função do Serviço Social, estamos inseridos numa pasta do Psicossocial e as funções são muito parecidas, o que nos diferencia é a questão dos testes e os atendimentos que demandam nossa escuta qualificada, ou seja, no momento ela tem atendido mais a questão social.
Psi-2	A Psicologia pode contribuir no apoio emocional ao custodiado quando faz a escuta terapêutica, em um ambiente no qual o sujeito não tem essa oportunidade. Quando o profissional oferece através do desenvolvimento de um grupo de leitura, cinema, artes a oportunidade de vivenciar algo que nunca experienciou. Mostrando para ele que pode mudar sua condição emocional, que pode domar seus monstros. E assim mudar de atitude na sua volta para a sociedade.
Psi-3	Importante a atuação do Psicólogo, pois é através do nosso trabalho que é realizado Inclusão, Contato Familiar, Atendimento e manutenção da Saúde Mental dos Reeducandos.
Psi-4	A Psicologia na prisão serve para promover saúde mental através da escuta individualizada e/ou em grupo. Bem como prevenir suicídios e doenças psíquicas frequentes nessa população, tais como depressão e ansiedade. Também serve como instrumento de resgate de identidade e de valores humanos, desmistificação do caráter criminoso e da liberdade. Humanização da pena de forma a abrandar os efeitos negativos do aprisionamento e construção de perspectivas extramuros bem adaptativas, reestabelecimento de vínculos afetivos, desculpabilização x responsabilização frente ao crime e às adversidades da vida e motivação para o aperfeiçoamento profissional e pessoal.
Psi-5	Contribuir sempre com a promoção da saúde e qualidade de vida da pessoa privada de liberdade. Buscar restabelecer os vínculos fragilizados e/ou rompidos com os seus familiares.
Psi-6	Subsidiar o interno, no cumprimento de sua pena de forma mais humanizada, promovendo a qualidade de vida, possibilitando a reinserção social. Ajudar o reeducando a ressignificar sua forma de pensar e agir. Auxiliar a resiliência frente as dificuldades do convívio em grupo e dos cárceres privados.
Psi-7	Emissão de parecer para o CTC do trabalho, atender e acompanhar os internos, elaborar relatórios psicológicos para instruir processos judiciais, coordenar grupos, realizar acompanhamento psicológico por ordem judicial, contribuir no processo de construção da cidadania através da ressocialização “muitas vezes socializar” os internos, contribuir na aproximação familiar demonstrando a importância de ter vínculos afetivos.

O discurso da importância dos psicólogos na prisão é entendido como escuta qualitativa/terapêutica, promoção de saúde e saúde mental, ressignificação de pensamentos e ações, ressocialização e “resgate de identidade e de valores humanos, desmistificação do caráter criminoso e da liberdade. Humanização da pena de forma a abrandar os efeitos negativos do aprisionamento e construção de perspectivas extramuros bem adaptativas, reestabelecimento de vínculos afetivos, desculpabilização versus responsabilização frente ao crime e às adversidades da vida e motivação para o aperfeiçoamento profissional e pessoal”.

Permanece aqui o paradoxo de transformação do privado de liberdade com uma ressignificação e ressocialização pautada numa identidade com valores humanos moldando os sujeitos em sua autorresponsabilidade diante dos delitos e de sua condenação e com toda a serventia do psicólogo em manter os condenados com saúde mental, motivados para o aperfeiçoamento e prontos para inserção de mão de obra disciplinada e produtiva mantenedora de outros sistemas, mas assujeitados a outras normas e legislações.

É inviável negar que a intervenção psicológica é ação de enfrentamento à realidade prisional, considerando as possibilidades de garantir à população carcerária acessibilidade aos recursos necessários para a sustentabilidade de um projeto de vida extramuros. O trabalho desde a entrada da pessoa no Sistema Prisional deve se orientar no sentido da promoção de recursos visando a uma saída sustentável para o fortalecimento do laço social. Mesmo com os resultados perversos do encarceramento, aliados às péssimas condições do sistema prisional brasileiro, o papel do Psicólogo é o de contribuir para a promoção de saúde neste ambiente, colocando teoria e práxis a serviço dos apenados. Dentro das limitações, desafios e possibilidades, é resistir com intervenções que contribuam para a redução dos agravos à saúde física e mental dos presos e dos funcionários do cárcere. Promover o direito à saúde e à vida no interior das prisões é um compromisso ético-político tensionado à lógica punitiva do Estado, do que também o psicólogo é mantenedor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo partiu da premissa de que a PNAISP e a Clínica Ampliada possibilitaram uma ampliação de atuação dos psicólogos dentro dos estabelecimentos penais: o âmbito da saúde. A promoção da saúde, por sua vez, constitui nova prática biopolítica associada com práticas disciplinares dos corpos justificada com a noção da saúde como produção social e direito de cidadania.

Importante destacar que imersas ao campo técnico-político as práticas de saúde enfatizam a responsabilização e culpabilização dos indivíduos, disseminando o gerenciamento individual. Diante desse cenário, práticas de Promoção da Saúde (PS) são capazes de resgatar o caráter

coletivo das demandas em saúde, bem como a necessidade de responsabilização no enfrentamento dos fatores que causam os problemas de saúde. Assim, o papel do Estado, como provedor de políticas públicas, representa pontos de resistência em um campo no qual são operados discursos que subjetivam na direção de fazer-se acreditar que a responsabilidade pelo cuidado da saúde é individual.

A governamentalidade, vinculada à obra de Michel Foucault, emerge o governo como regulação e autorreflexão do exercício do poder e uma “mentalidade” como um jogo de criação dos campos discursivos onde o exercício de poder é racionalizável. O neoliberalismo terá sentido de governamentalidade como uma razão normativa que lapida novas verdades, formas de saber e domínios possíveis de intervenção, regulação e governo sobre os outros e sobre nós mesmos.

A leitura governamental de Foucault evidencia que o neoliberalismo, não apenas modifica o governo do Estado, mas também as relações de trabalho, práticas educacionais, formas de pensar a saúde e o corpo e nossas relações com nós mesmos, nossas aspirações e desejos. Essas transformações discursivas abrem espaço para os trabalhadores se verem como empreendedores de si mesmos. A sociedade não parece mais uma constelação de mercadorias e trabalhadores, mas de empresas individuais e coletivas em relação. Dessa forma, todas as decisões precisam se guiar pela lógica da verdade empresarial, dos ganhos e perdas e da avaliação permanente sobre a qualidade e a satisfação em relação aos resultados.

Assim, independentemente da qualidade de atendimento oferecido pelos profissionais, o que é relevante na governamentalidade é que a norma de ter os profissionais, a equipe interdisciplinar, com arranjos intersetoriais existe e atende as legislações.

Contrapondo-se ao discurso da individualização das responsabilidades pela saúde, a valorização e o reforço das conquistas públicas, fruto das ações coletivas, também pode se constituir como um caminho para aproximar a PS de estratégias que alcancem mudanças significantes para a comunidade carcerária.

Foucault considerava que as forças de resistência se apoiaram na vida tomada como objeto de gestão biopolítica. Pensar a promoção da saúde no contexto das políticas de saúde exige as dimensões regulatórias cerceada de levantamentos, dados, avaliações, resoluções que assegurem controle, tratamento e discursos de investimentos e tratamentos.

No contexto prisional, a Psicologia, sendo para avaliação psicológica ou para promoção de saúde, tem os apenados como objetos de uma técnica científica, realizando a produção de sujeitos nas mesmas relações entre saberes e poderes. O homem conhecível (alma, individualidade, consciência, comportamento) é o efeito-objeto desse investimento analítico, dessa dominação-observação, da passividade-agressividade, da educação/trabalho- remissão e assim a docilização dos corpos.

A problemática de compreender a atuação do Psicólogo na promoção de saúde nos presídios de Campo Grande – MS partiu de um processo de

desconstruir a história de atuação baseada na classificação dos privados de liberdade em “aptos” e “inaptos” e a ressignificar como uma práxis baseada em possibilidades de contribuir para a promoção de saúde, pois é assim que esses profissionais cotidianamente são desafiados em seus fazeres, sempre atentos às subordinações de segurança e periculosidade, mas possuidores do domínio de acolherem, escutarem, aconselharem e manterem os corpos dóceis, atendendo a engrenagem de funcionamento das penitenciárias e os internos em terem esses profissionais como pontos de “fuga” para serem enxergados como “pessoas”, com histórico de vida, de trabalho, de vulnerabilidade, de conquistas, de sentenças e de apoio psicológico para cumprirem suas respectivas penas.

E quem são esses psicólogos? São profissionais que adentraram nesse espaço devido à estabilidade do concurso público, consideradas todas as avaliações pelas quais passaram: prova escrita, exame psicológico e médico, testes físicos, avaliações de competência, estágio probatório, possuindo especializações que contribuem para suas práxis permeadas por rotinas dotadas de normatizações de entrada/saída, inspeções, revistas, prazos, chefias, sistema judiciário e o Departamento Nacional Judiciário (DEPEN), estando estes também submetidos a uma hierarquia institucional.

Em relação às práxis dos psicólogos para a promoção de saúde dentro das penitenciárias, não há como desconsiderar os danos à saúde devido ao aprisionamento, os entrevistados informaram que buscam a psicoeducação, concretizações de campanhas (Janeiro Branco, Agosto Lilás, Setembro Amarelo, Dezembro Vermelho etc.), diálogo com os agentes da segurança, esforços diários para a realização de ações e eventos que objetivam conscientização e estímulo a informações e tratamentos, destacando-se o próprio atendimento psicológico individual ou em grupo como cuidado.

A Promoção da Saúde se caracteriza como estratégia biopolítica de controle dos corpos, através da modulação de comportamentos. E a atuação do psicólogo é um instrumento dessa prática saber-poder pela individualização da pena, culpabilização e meritocracia dos encarcerados.

Os discursos presentes nas práticas de PS, descritos nos resultados aqui apresentados, podem ser compreendidos como expressões de resistência e contra conduta no sentido de promoverem informações sobre saúde, roda de conversas temáticas, programas de assistência ambulatorial, mas também é notório que há práticas fundamentadas na perspectiva da governamentalidade neoliberal.

As práticas de Promoção da Saúde podem ser capazes de ativar resistências e contra condutas diante da lógica da governamentalidade neoliberal. Apenas o efeito de diminuir a responsabilização individual e a culpabilização, inclusive das populações mais desfavorecidas e excluídas, poderá provocar mudanças no cenário atual.

O apoio para a promoção de saúde vem de profissionais categorizados como “de saúde”, ou seja, aqueles que fazem parte de algum atendimento (médico, odontologista, enfermeiros, nutricionista, assistente

social, entre outros) que são reconhecidos como profissionais e rede ampliada de saúde.

Os desafios para a atuação dos Psicólogos no âmbito da saúde prisional começam pela falta de estrutura física, superlotação carcerária, alta demanda de solicitações de atendimento com falta de profissionais (sendo submetidos a horários para atendimentos determinados pela equipe de segurança), falta de capacitação para os servidores, resistência do setor da segurança e o entendimento das próprias limitações, assim, mesmo que a prática esteja alinhada à promoção de saúde, ela está subordinada a toda a rotina e questões de segurança.

Não é por falta de legislação, normas ou previsão de procedimentos que a Psicologia no sistema prisional não é exercida de forma plena, mas sim pela falta de estrutura que traz como fatores a falta de profissionais da área para atuarem nos estabelecimentos penais, assim como a superlotação dos presídios.

Nessa travessia construída com os colegas psicólogos que atuam no sistema penal, os descaminhos inspirados em Foucault evidenciam que atuar com promoção de saúde não nos liberta de discursos e práticas para o campo psi, produtores e mantenedores do saber-poder. Mas, ainda assim, foi possível identificar com este estudo que a Psicologia luta e busca por ser Resistência, almejando criar novas formas de atuar, assim, vai construindo rotas de fuga, embora esteja sempre alimentando, construindo e participando da “infinita Highway” do Saber Psicológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGEPEN/MS. Agência estadual de administração do sistema penitenciário. Manual de Orientação Técnica Assistência e Perícia. 2012. Disponível em <http://www.agepen.ms.gov.br/wpcontent/uploads/2015/04/manual_revisado_assistencia_pericia.pdf>, acessado em 25 de outubro de 2021.

ARAUJO, Inês Lacerda. A noção de discurso em Foucault. In: ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola, 2004. p. 215-244.

ARAUJO, Inês Lacerda. **Formação discursiva como conceito chave para a Arqueogenealogia de Foucault**. Revista Aulas, Campinas, n. 3, dez. 2006.

BADARÓ, M. M. **Linhas de fuga - uma breve reflexão da prática do psicólogo na prisão**. Revista Diálogos. Conselho Federal de Psicologia, ano 2, n.º 2, março de 2005.

BENELLI, SJ. Foucault e a prisão como modelo institucional da sociedade disciplinar. In: **A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas [on-line]**. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 63-84. ISBN 978-85-68334-44-7. Available from SciELO Books

<<http://books.scielo.org>>.

BOCK, Ana B.; FURTADO; Odaír; TEXEIRA, M. de L. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. reform. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. **Clínica ampliada e compartilhada**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação de Saúde no Sistema Prisional. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, **Coordenação de Saúde no Sistema Prisional** – 1. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 60 p.

BRASIL, Ministério de Justiça. **Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro**. Brasília: DEPEN, 2007.

BRASIL. **Lei n.º 10.792**, de 1º de dezembro de 2003. Altera a Lei n.º 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.792.htm. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial n.º 1.777**, de 09 de setembro de 2003. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2003/pri1777_09_09_2003.html#:~:text=1.777%2C%20DE%2009%20DE%20SETEMBRO%20DE%2003. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. Lei n.º 10.792, de 01 de dezembro de 2003. Altera a Lei no 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 2 dez. 2003. Mato Grosso. Conselho Regional de Psicologia – 18ª Região.

CANDIOTTO, C. **Subjetividade e verdade no último Foucault**. Trans/Form/Ação, São Paulo, v. 31, n. 1, p.87-103, 2008.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A prática profissional dos (as) psicólogos no Sistema Prisional.** Brasília: CFP, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O Trabalho da (o) psicóloga (o) no sistema prisional: Problematizações, ética e orientações.** Conselho Federal de Psicologia. FRANÇA, Fátima; PACHECO, Pedro; OLIVEIRA, Rodrigo Tôres. - Brasília: CFP, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Grupo de Trabalho da APAF sobre Atuação da Psicologia no Sistema Prisional Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **ATUAÇÃO DA(O) PSICÓLOGA(O) NO CAMPO DA EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL** Relatório Descritivo Brasília, dezembro de 2019

CUNHA, G. T. **A construção da clínica ampliada na atenção básica.** São Paulo: Hucitec, 2005.

DÍAZ, E. **A filosofia de Michel Foucault.** São Paulo: Unesp, 2012.

FRANÇA, Fátima. **Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu Panorama no Brasil.** In Psicologia: Teoria e Prática, vol.6, n.º 1, jan./jun. 2004.

FISHER, Rosa Maria Bueno. **O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

FISHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação.** Cadernos de Pesquisa, São Luís, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.

FOUCAULT, M. **A História da Loucura na Idade Clássica (1961).** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** Trad. Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva:** curso no Collège de France (1972 -1973); Tradução Ivone C. Benedetti. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015. (Coleção obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13. ed. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2006

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume VI: repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Coleção Ditos & Escritos,4).

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. (1999b). **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 21. ed. Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FOUCAULT, M. (2014). **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FOUCAULT, M. "O sujeito e o poder". In: RABINOW, P. e DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. O Que São as Luzes? In: **Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Editora Forense Universitária, 2005.

GROS, F. Situação do Curso. In: **FOUCAULT, M. A hermenêutica no sujeito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HACK, R. F. **Foucault, o sujeito e a sexualidade: a produção do sujeito na história da sexualidade de Michel Foucault**. 2007. 212f. Dissertação [Mestrado em filosofia]. Instituto de Filosofia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Toledo, 2007.

HOENISH, Júlio C.D. A Psicologia entre Nuvens e Granito: Problematizando as Perícias Criminais. In: CARVALHO, Saulo (Coord.). **Críticas à Execução Penal**. RJ, Lúmen Júris, 2007.

LOBO, L. F. Pesquisar: A Genealogia de Michel Foucault. In: FONSECA, T. M. G; NASCIMENTO, M. L; MARASCHIM, C. (Org.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Meridional, 2012. p. 9-19.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, Rio de Janeiro: ABRASCO, 2004.

NASCIMENTO, L. G., & BANDEIRA, M. M. B. (2018). **Saúde penitenciária, promoção de saúde e redução de danos do encarceramento: Desafios para a prática do Psicólogo no sistema prisional**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(n.spe.2), 102-116. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212064>.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. (Org.). **Diálogos em Foucault**. 1. ed. Campo Grande, MS: Editora Oeste, 2010.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. **Estranho Medo da Inclusão**. *Educação*. Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 301-318, 2007. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista>>.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento (org.). **Sujeito e instituições: pensando em Michel Foucault**. Campo Grande: Oeste, 2019.

PRADO FILHO, Kleber. Para uma arqueologia da psicologia (ou: para pensar a psicologia em outras bases). In: Guareshi, Neuza M. F.; Hüning, Simone M. (orgs.); Conde, Heliana de B. (et al.). **Foucault e a psicologia**. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2005. pp. 73-91.

PINTO, L. R. **A história como jogo: contribuições de Michel Foucault para o ensino da história**. *História & Ensino*, Londrina, v. 17, n. 1, p. 149-165, jan./jun. 2011.

RAUTER, C. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

RAUTER, C. (2016). O trabalho do psicólogo em prisões. In F. França, P.

Pacheco, & R. T. Oliveira (Orgs.). **O Trabalho da(o) psicóloga(o) no sistema prisional: Problematizações, ética e orientações** (pp. 43-53). Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

RAUTER, C. Discursos e práticas psi no contexto do grande encarceramento. In: P. Abramovay, & V. M. Batista (Orgs.), **Depois do grande encarceramento** (pp. 195-205). Rio de Janeiro: Revan, 2010.

SILVA, Fábio Costa Morais de Sá e; et al. **Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro**. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. Conselho Federal de Psicologia – CFP. Brasília, 2007.

TASSIN, E. **De la subjetivación política**. Althusser/Rancière/Foucault/Arendt/Deleuze. Revista de Estudios Sociales, Bogotá, n. 43, p. 36-49, ago. 2012.

VEIGA-NETO. **Teoria e método em Michel Foucault: (im)possibilidades**. Cadernos de Educação, Pelotas, n. 34, p. 85-94, set./dez. 2009.

Cátia Silvana Fraga dos Reis

Nutricionista;
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)
São Leopoldo, RS

RESUMO

Objetivo: Esse trabalho teve como objetivo geral descrever a influência da nutrição na cicatrização de lesões por pressão. **Metodologia:** O presente estudo foi de uma análise qualitativa, baseada na pesquisa se caracterizada como revisão bibliográfica, exploratória e de natureza descritiva. **Resultados:** O processo de cicatrização de feridas ocorre em 4 etapas: homeostática, inflamatória, proliferativa e maturação ou remodelação e a nutrição participa de todas as etapas. Deficiências nutricionais são comumente encontradas em indivíduos com LP, mas o papel da suplementação dietética não é claro. É necessário ter em conta as necessidades individuais de cada idoso, de acordo com o seu estado geral de saúde. Um estudo comprova que a terapia nutricional, especialmente a suplementação alimentar oral com maior teor de proteína, pode diminuir consideravelmente o risco de LP. **Considerações Finais:** A influência da nutrição e cicatrização de feridas foi identificada. A importância da nutrição adequada na promoção do fechamento da LP é demonstrada neste estudo. A nutrição realizada de forma adequada, levando em consideração o estágio da LP, pode promover uma cicatrização mais rápida e eficiente. Normalmente, a terapia nutricional é indicada como meio estratégico para auxiliar na recuperação calórica necessária.

Palavras-chave: terapia nutricional, lesão por pressão, úlcera por pressão, nutrição.

INTRODUÇÃO

A lesão por pressão (LP) pode ser definida como um dano na pele e/ou tecidos moles (subjacente), originária da pressão ou pressão em combinação com cisalhamento. As LP geralmente ocorrem sobre uma proeminência óssea, mas também podem estar relacionadas a um dispositivo médico ou outro objeto (GEFEN *et al.*, 2022). As LP ocorrem quando a pressão contra pele e tecidos moles é constante, impedindo que aconteça o fluxo sanguíneo normal na região afetada. A reduzida perfusão de tecidos

acarretará isquemia, causando morte tecidual, podendo ser mais ou menos grave dependendo do tempo e da pressão de exposição (BARRA *et al.*, 2021).

Os idosos, especialmente com mais de 65 anos são considerados população de risco por apresentar pele mais frágil, maior risco de imobilização por longos períodos além de apresentar as comorbidades relacionadas a doenças crônicas que são mais prevalentes entre os idosos, como diabetes e hipertensão (BRAGA *et al.*, 2018)

A European Pressure Ulcer Advisory Panel, National Pressure Injury Advisory Panel and Pan Pacific Pressure Injury Alliance (EPUAP/NPIAP/PPPIA) orienta considerar a nutrição como fator fundamental no processo de prevenção das LP bem como no processo de cicatrização quando estas já estão instaladas, devendo ser realizada a avaliação e acompanhamento do estado nutricional e as condutas nutricionais adequadas quando o risco de desenvolvimento de LP for identificado.

A partir disto, é possível compreender a necessidade de uma abordagem nutricional adequada, uma vez que o processo de cicatrização das lesões exige além de muita energia outros nutrientes específicos que garantem a regeneração da pele e dos tecidos e para a prevenção de infecções, que podem ter efeitos deletérios na cicatrização (BHAGAT *et al.*, 2020).

MÉTODOS

O presente estudo foi de uma análise qualitativa, baseada na pesquisa caracterizada como revisão bibliográfica, exploratória e de natureza descritiva. Segundo Gil (2008), a pesquisa de revisão bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Ainda segundo este autor, o estudo exploratório possibilita maior proximidade com o tema em questão, expandindo o conhecimento do pesquisador e permitindo aperfeiçoar e elucidar conceitos e ideias. No que tange o cunho descritivo, busca-se desenvolver e esclarecer conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos.

A revisão de literatura realizada nesse trabalho envolveu publicações indexadas no banco de dados eletrônicos: Biblioteca de Medicina (PubMed), Biblioteca Eletrônica Científica Online (Scielo) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os descritores utilizados para a busca de estudos foram: “terapia nutricional”, “lesão por pressão”, “úlcera por pressão”, “nutrição”. Foram também realizadas buscas por seus correspondentes em língua inglesa: “nutritional therapy” e “pressure injury”, e espanhol: “terapia nutricional” e “lesión por presión”.

Como critério de inclusão foram utilizados de artigos completos de acesso livre, publicados em português, inglês e espanhol nos cinco últimos anos (2018-2022). Os critérios de exclusão serão de artigos que não estejam disponíveis na íntegra e sem consonância com a temática de estudo. Os dados serão extraídos e depositados em fichas/planilhas específicas

utilizadas para a extração de dados. Os trabalhos selecionados, com base nos critérios de inclusão e exclusão, foram mantidos em pastas, formando a análise específica.

RESULTADOS

Lesões Por Pressão

As Lesões por pressão são lesões na pele e nos tecidos subjacentes resultantes da pressão prolongada na pele. As LPs geralmente se desenvolvem na pele que cobre áreas ósseas do corpo, como calcanhares, tornozelos, quadris e cóccix. Os indivíduos com maior risco para o desenvolvimento de LP têm condições médicas que limitam sua capacidade de mudar de posição (decúbito) ou fazem com que passem a maior parte do tempo em uma cama ou cadeira (DIAS *et al.*, 2021). As LPs podem se desenvolver ao longo de horas ou dias. A maioria das LPs cura com o tratamento adequado, mas algumas podem nunca cicatrizar completamente (VARGAS; DO SANTOS, 2019).

Em abril de 2016 foi sinalizada a mudança na terminologia “Úlcera por Pressão” para “Lesão por Pressão” pelo National Pressure Ulcer Advisory Panel (NPUAP), organização norte-americana, sem fins lucrativos, dedicada à prevenção e ao tratamento de LP. Segundo o NPUAP, o termo LP descreve de forma mais precisa esse tipo de lesão, tanto na pele intacta como na pele ulcerada (EDSBERG *et al.*, 2016). Além da mudança na terminologia, ficou definido a forma de classificação delas, sendo dividido em estágios.

A LP estágio 1 caracteriza-se por uma pele íntegra com área localizada de eritema que não embranquece e que pode parecer diferente em pele de cor escura. A presença de eritema que embranquece ou mudanças na sensibilidade, temperatura ou consistência (endurecimento) podem preceder as mudanças visuais. As mudanças na cor não incluem descoloração púrpura ou castanha, pois essas podem indicar dano tissular profundo (EDSBERG *et al.*, 2016).

Na LP estágio 2 evidencia-se a perda da pele em sua espessura parcial com exposição da derme. O leito da ferida é viável, de coloração rosa ou vermelha, úmido e pode também apresentar-se como uma bolha intacta (preenchida com exsudato seroso) ou rompida. O tecido adiposo e tecidos profundos não são visíveis. Tecido de granulação, esfacelo e escara não estão presentes. Essas lesões geralmente resultam de microclima inadequado e cisalhamento da pele na região da pélvis e calcâneo. Esse estágio não deve ser usado para descrever as lesões de pele associadas à umidade, incluindo a dermatite associada à incontinência fecal/urinária (DIT), a dermatite intertriginosa, a lesão de pele associada a adesivos médicos ou as feridas traumáticas (EDSBERG *et al.*, 2016).

A LP estágio 3 consiste em perda da pele em sua espessura total na qual a gordura é visível e, frequentemente, tecido de granulação e epibole (lesão com bordas enroladas) estão presentes. Além disso, esfacelo e/ou

escara pode estar visível. A profundidade do dano tissular varia conforme a localização anatômica e áreas com adiposidade significativa podem desenvolver lesões profundas. Podem ocorrer descolamento e túneis. Não há exposição de fáscia, músculo, tendão, ligamento, cartilagem e/ou osso. Quando o esfacelo ou escara prejudica a identificação da extensão da perda tissular, deve-se classificá-la como “Lesão por Pressão Não Classificável” (EDSBERG *et al.*, 2016).

A LP estágio 4 caracteriza-se por perda da pele em sua espessura total e perda tissular com exposição ou palpação direta da fáscia, músculo, tendão, ligamento, cartilagem ou osso. Esfacelo e /ou escara pode estar visível. Epíbole (lesão com bordas enroladas), descolamento e/ou túneis ocorrem frequentemente. A profundidade varia conforme a localização anatômica. Quando o esfacelo ou escara prejudica a identificação da extensão da perda tissular, deve-se classificá-la como “Lesão por Pressão Não Classificável” (EDSBERG *et al.*, 2016).

Na LP não classificável, existe perda da pele, em sua espessura total e tissular, na qual a extensão do dano não pode ser confirmada porque está encoberta pelo esfacelo ou escara. Ao ser removido (esfacelo ou escara, a LP em estágios 3 ou 4 ficará aparente. Escara estável (seca, aderente, sem eritema ou flutuação), em membro isquêmico ou no calcâneo não deve ser removida (EDSBERG *et al.*, 2016).

Cicatrização

O processo de cicatrização de feridas se sucede em 4 etapas: homeostática, inflamatória, proliferativa e de maturação ou remodelamento. A primeira fase é a homeostase. Tem início logo que a lesão é formada, desenrola-se uma resposta rápida para reparação do tecido danificado. Para inibir sangramentos são acionados plaquetas e fibrinas neste momento (ALMADANI *et al.*, 2021) A segunda fase é inflamatória e envolve a resposta imunológica à lesão, envolvendo a migração de neutrófilo e macrófagos a fim de destruir bactérias, promovendo limpeza da ferida. Além disso, os macrófagos têm papel importante na secreção de fator de crescimento e proteínas que facilitarão o processo de cicatrização (ALMADANI *et al.*, 2021). Na terceira fase, chamada proliferativa, o tecido de granulação passa a aparecer; ocorre também a neovascularização, ou seja, a formação de novos vasos sanguíneos que favorecerão a perfusão na área a ser cicatrizada. Para este novo tecido, há recrutamento de fibroblastos e proteínas. Na última fase, o novo tecido formado desenvolverá força tênsil por meio da reorganização das fibras de colágeno (ALMADANI *et al.*, 2021).

Esses processos de cicatrização, juntamente com a liberação de nitrogênio através das feridas, são responsáveis por uma necessidade aumentada principalmente de energia e proteínas nos indivíduos com LP (PEREIRA *et al.*, 2022).

Pensando nisso, as principais orientações e recomendações apontam a subnutrição como um dos principais fatores de risco para o

desenvolvimento de LP, além de ser um dos principais obstáculos no processo de cicatrização adequado (PEREIRA *et al.*, 2022).

Conforme discutido anteriormente, a própria lesão desencadeou todos os processos inflamatórios necessários para a cicatrização. Este processo inflamatório aumenta o gasto energético. Também causa alterações no apetite e na ingestão de alimentos. Como resultado, o consumo alimentar é reduzido (PEREIRA *et al.*, 2022).

Nutrição no processo de cicatrização de lesão por pressão

Carências nutricionais são comumente encontradas em indivíduos com LP, mas o papel da suplementação alimentar não é claro. Isso se dá em parte devido ao fato de que a nutrição não é uma ciência exata. É necessário levar em consideração as necessidades individuais de cada idoso, de acordo com seu estado geral de saúde. Infelizmente, ainda faltam bons dados sobre protocolos de nutrição e suplementação e sua eficácia (FRANÇA; OLIVEIRA, 2019; GRADA; PHILLIPS, 2021).

Embora o papel específico da nutrição e suplementação alimentar no tratamento de LP permaneça incerto, é necessário identificar e corrigir desequilíbrios nutricionais para evitar qualquer prejuízo no processo de cicatrização (GRADA; PHILLIPS, 2021).

Pesquisas mais atuais enfatizam a importância de algumas vitaminas em todos os estágios do processo de cicatrização: inflamatório, proliferativo e remodelador (FRANÇA; OLIVEIRA, 2019).

Fernandes *et al.* (2021), em uma revisão sistemática realizada para apresentar as principais evidências e recomendações clínicas na assistência nutricional no tratamento de LP, sugere que a quantidade energética recomendada para indivíduos com risco de desenvolver LP ou com LP instalada é de 30-35 kcal/kg, visto que a glicose é a principal fonte de energia para o corpo e ajuda a sustentar a alta atividade metabólica necessária para a regeneração. Segundo Oliveira *et al.* (2020), na fase de recuperação é fundamental obter energia suficiente oriunda de carboidratos para que possa ser possível o armazenamento de proteínas para a estrutura celular e síntese de colágeno (BRASPEN, 2020).

A deficiência de lipídios e ácidos graxos essenciais pode causar atraso na cicatrização. A gordura alimentar é uma fonte de fosfolipase, colesterol, ácidos graxos livres e prostaglandinas. Os fosfolipídios são componentes essenciais das membranas basais celulares e estão envolvidos na manutenção da função de barreira da pele (GRADA; PHILLIPS, 2021). A gordura transporta não apenas vitaminas lipossolúveis (A, E, D e K), mas também fornece isolamento subcutâneo e preenchimento sobre as proeminências ósseas. As gorduras fornecem energia para a proliferação celular e são blocos de construção para os tecidos epidérmicos e dérmicos. São importantes nas reações inflamatórias e na síntese da matriz intracelular (MUNOZ *et al.*, 2020; OLIVEIRA *et al.*, 2020).

O estresse das LPs cria um estado catabólico, aumentando a

utilização de proteínas e a demanda energética. As proteínas fornecem os blocos de construção de aminoácidos para o crescimento do tecido, renovação celular e reparo após a lesão (SIBILSKA *et al.*, 2022; CHU; DELMORE, 2021; WU *et al.*, 2021). A depleção de proteínas pode prolongar a fase inflamatória da cicatrização e reduzir a formação de colágeno, levando a má cicatrização e deiscência da ferida. Indivíduos com LP maiores com grandes quantidades de exsudato são particularmente propensos à deficiência de proteínas, podendo retardar a cicatrização (MUNOZ *et al.*, 2020). As proteínas devem ser oferecidas na dose de 1,25 e 1,5g/kg, nos casos de risco e de 1,5 a 2,0g/kg em LP instaladas. Logo, se for idoso com comprometimentos renais, precisa avaliar a condição clínica. Recordando que este também é um nutriente necessário ao longo do processo de cicatrização (BRASPEN, 2020).

Além de macronutrientes e energia os micronutrientes também são fundamentais. vitamina A, zinco, vitamina C, ferro, selênio e água são considerados micronutrientes essenciais para a cicatrização (GRADA; PHILLIPS, 2021; MUNOZ *et al.*, 2020; ROSA *et al.*, 2019).

A vitamina A é uma vitamina lipossolúvel derivada de carotenóides em vegetais. Em doses adequadas, é essencial para a proliferação e reepitelização epidérmica através da ligação do retinol (a forma ativa da vitamina A) aos receptores da superfície celular. A vitamina A é importante na fase inflamatória da cicatrização de feridas, que é tipicamente prolongada em feridas crônicas e pode reverter a inibição da cicatrização de feridas induzida por corticosteroides. Participa na regulação da síntese de glicoproteínas e glicolipídios, na produção de prostaglandinas e no metabolismo da membrana celular (GRADA; PHILLIPS, 2021). A vitamina A age no aumento do número de monócitos e macrófagos na área da ferida no início da fase inflamatória, com isso atua na redução da infecção, além de estimular a síntese de colágeno (ROSA *et al.*, 2019).

A deficiência de vitamina A retarda a síntese de colágeno e a reticulação, e a reepitelização diminui a estabilidade do colágeno e aumenta a suscetibilidade à infecção. A deficiência de zinco pode prejudicar a absorção, o transporte e o metabolismo da vitamina A porque é essencial para a síntese das proteínas de transporte da vitamina A e a oxidação do retinol para a retina (GRADA; PHILLIPS, 2021).

O zinco é um oligoelemento essencial para a divisão e crescimento celular normal. Serve como cofator para pelo menos 70 sistemas enzimáticos importantes relacionados a funções estruturais, regulatórias e catalíticas, como inflamação e reparo tecidual. O zinco é um cofator para a formação de colágeno, liberação de vitamina A do armazenamento no fígado e regulação das respostas imunes inatas e adaptativas. Como a deficiência de zinco prejudica a cicatrização de feridas, a reposição de zinco pode aumentar as taxas de cicatrização; entretanto, não há fortes evidências clínicas de que o sulfato de zinco oral ajude na cicatrização de LP (GRADA; PHILLIPS, 2021).

A deficiência de zinco pode resultar de uma dieta pobre, alcoolismo crônico, feridas drenantes e queimaduras, diarreia, diabetes ou doença

pancreática. O zinco é um mineral transportado através da proteína albumina. Na fase inflamatória, o conteúdo de albumina e zinco disponíveis diminui (NAKAMURA *et al.*, 2019). Este mineral está envolvido na regulação hormonal da divisão celular e o eixo do hormônio gonadotrófico e o IGF-1 que respondem ao estado nutricional, é um cofator na formação do colágeno, atua como antioxidante e promove a síntese proteica e a proliferação de células inflamatórias e epitélio (MUNOZ *et al.*, 2020). O zinco juntamente com outros minerais, cobre e selênio exercem ação antioxidante através da ativação da glutatona peroxidase. Esta combinação de antioxidantes é essencial para o processo de cicatrização (ROSA *et al.*, 2019).

A vitamina C (ácido ascórbico) é uma vitamina solúvel em água com uma infinidade de funções, incluindo atuar como cofator para a síntese de colágeno, mais precisamente, atua como cofator essencial na hidroxilação de lisina e prolina na síntese de colágeno e na reticulação do colágeno maduro, o que cria maior resistência à tração. Funções adicionais incluem a promoção da proliferação de fibroblastos e melhorar o sistema imunológico, facilitando a fagocitose eficiente (ROSA *et al.*, 2019). Não há diretrizes específicas para a vitamina C na cicatrização de LP, entretanto, a ingestão dietética de referência de vitamina C é de 60 a 90 mg/dia e pode ser alcançado através de uma alimentação equilibrada que contenha frutas cítricas entre outros alimentos fontes desta vitamina. A vitamina C também melhora a absorção e utilização do ferro, que é outro nutriente importante no processo de cicatrização (GRADA; PHILLIPS, 2021).

O papel do ferro na cicatrização de feridas não é bem compreendido. O ferro é um cofator importante na conversão de hidroxiprolina em prolina na maturação do colágeno. A deficiência de ferro provavelmente afetará um dos estágios posteriores da cicatrização de feridas, como a remodelação, resultando em diminuição da resistência à tração da ferida (MUNOZ *et al.*, 2020). O ferro é importante na formação de hemoglobina e transporte de oxigênio, absorção e metabolismo de radicais livres, processos de oxidação-redução, respiração mitocondrial e hidroxilação de precursores de colágeno. A deficiência de ferro interfere na cicatrização através da hipóxia tecidual e diminuição da capacidade bactericida dos leucócitos. A suplementação de ferro é recomendada para indivíduos com LP, principalmente aqueles com anemia hemolítica, mas o papel da suplementação nesse cenário é incerto. A vitamina C é conhecida por aumentar a absorção de ferro (GRADA; PHILLIPS, 2021).

O selênio pode beneficiar o processo de cicatrização de LP, pois ele apresenta propriedades antioxidantes importantes. Como um componente chave da glutatona peroxidase, o selênio atua como um eliminador de radicais livres para proteger as membranas biológicas (ROSA *et al.*, 2019).

A água é um nutriente vital para a cicatrização de LP e é necessária para a perfusão, oxigenação e manutenção da integridade dos tecidos saudáveis e em cicatrização. É distribuída por todo o corpo nos compartimentos intracelular, intersticial e intravascular e serve como meio de transporte de nutrientes. É um solvente para pequenas moléculas, como

minerais, vitaminas, aminoácidos e glicose, permitindo assim a difusão para dentro e para fora das células (GRADA; PHILLIPS, 2021).

A água é um componente citoplasmático das células epidérmicas e dérmicas e fornece um meio para a maturação ascendente das células epidérmicas e para os processos de reparo enzimático. A hidratação promove a proliferação e migração celular ao longo de gradientes quimiotáticos criados por íons metálicos (por exemplo, zinco e cálcio), citocinas e fatores de crescimento. A desidratação leva ao endurecimento epidérmico e necrose dérmica que retarda a cicatrização da ferida e aumenta o desconforto do paciente. Em condições normais, os fosfolípidios epidérmicos “impermeabilizam” a pele, minimizando a desidratação e a penetração de substâncias estranhas. Os curativos oclusivos ajudam a minimizar a desidratação na pele ferida e retêm exsudatos da ferida ricos em enzimas que promovem a autólise e a cicatrização da ferida (MUNOZ *et al.*, 2020; OLIVEIRA *et al.*, 2020).

A menos que haja contraindicação médica, a recomendação atual de ingestão de água é de 30 mL/kg/dia ou 1 a 1,5mL por caloria consumida. Em situação de LP drenantes podem necessitar de fluidos adicionais para repor o fluido perdido. Devido à diminuição da massa corporal magra e ao aumento da gordura corporal, os idosos, em geral, apresentam menor teor de água corporal. Quando combinados com a diminuição da sensação de sede, são mais suscetíveis à desidratação, fator de risco para o desenvolvimento de feridas. Pacientes com LPs estágios 3 e 4 são muito altos (BRASPEN, 2020; OLIVEIRA *et al.*, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado mostrou que a cicatrização é um processo fisiológico de reparação tecidual, que ocorre sob a influência de diversos fatores, entre eles a nutrição. A nutrição conduzida de maneira adequada, levando em consideração o estágio da LP pode promover uma cicatrização mais rápida e eficiente. Normalmente, a terapia nutricional é indicada como meio estratégico para auxiliar na recuperação calórica que necessária, de acordo com as carências encontradas. Com base no exposto, acredita-se que a nutrição inadequada é um fator de risco e que influencia diretamente a recuperação. Assim, pode-se entender que o tecido que sofre com LP sempre dependerá de substratos para uma cicatrização saudável e eficiente. Vale ressaltar que os objetivos deste estudo foram em parte bem-sucedidos. Isso ocorre porque a relação entre nutrição e cicatrização de feridas foi identificada. A importância da nutrição adequada na promoção do fechamento da ferida é demonstrada neste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADANI, Yasser H.; VORSTENBOSCH, Joshua; DAVISON, Peter G.; et al. Wound healing: A comprehensive review. **Seminars in plastic surgery**, vol. 35, no. 3, p. 141–144, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1055/s-0041-1731791>>.

BARON, Miriam. Relação entre lesão por pressão e estado nutricional em pacientes hospitalizados: Revisão de literatura. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo*, p. 1–16, 2020.

BARRA, I. P. **Prevalência e fatores relacionados à lesão por pressão em idosos**. [s.l.: s.n.], 2021.

BATISTA, Thamires Stephanie. Estado nutricional de pacientes críticos com úlcera por pressão em terapia enteral internados em UTI. **Conjecturas**, p. 87–98, 2021.

BHAGAT, A. K.; SRIVASTAVA, R. N.; DWIVEDI, M. K.; et al. Nutritional status and pressure ulcer healing in spinal cord injury a non randomized non controlled observational study. **Osteoarthritis and cartilage**, vol. 28, p. S255–S256, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.joca.2020.02.413>>.

BRAGA, M. N. S. Incidência de lesão por pressão: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, vol. 14, p. S1635–S1642, 2018.

CHU, Andy S. and DELMORE, Barbara. Arginine: What you need to know for pressure injury healing. **Advances in skin & wound care**, vol. 34, no. 12, p. 630–636, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1097/01.ASW.0000795900.25030.5e>>.

DIAS, Aline. REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA DA FACULDADE DE. vol. 1, p. 81–88, 2021.

EDSBERG, Laura E.; BLACK, Joyce M.; GOLDBERG, Margaret; et al. Revised National Pressure Ulcer Advisory Panel pressure injury staging system: Revised pressure injury staging system: Revised pressure injury staging system. **Journal of wound, ostomy, and continence nursing**, vol. 43, no. 6, p. 585–597, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1097/WON.000000000000281>>.

FRANÇA, Larrissa Mariana Bezerra and OLIVEIRA, Danielle Martins do Nascimento. INFLUÊNCIA DA DESNUTRIÇÃO NO PROCESSO DE CICATRIZAÇÃO DA LESÃO POR PRESSÃO EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS: REVISÃO INTEGRATIVA. In: *Políticas de Envelhecimento Populacional 2*. [s.l.]: Atena Editora, 2019, p. 114–123.

GEFEN, Amit; BRIENZA, David M.; CUDDIGAN, Janet; et al. Our contemporary understanding of the aetiology of pressure ulcers/pressure injuries. **International wound journal**, vol. 19, no. 3, p. 692–704, 2022.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/iwj.13667>>.

GIL, Antônio. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. In: **São Paulo: Atlas**. [s.l.: s.n.], 2008.

GRADA, Ayman and PHILLIPS, Tania J. Nutrition and cutaneous wound healing. **Clinics in dermatology**, vol. 40, no. 2, p. 103–113, 2022. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.clindermatol.2021.10.002>>.

KAMIMURA, M. A.; SAMPAIO, L. R.; CUPPARI, L.; et al. **Nutrição: nas doenças crônicas não transmissíveis**. Barueri, SP: Manole, 2009.

MACHADO, Paula Peixe; PIOVACARI, Silvia Maria Fraga; FERRER, Ricardo; et al. Campanha Diga Não à Lesão por Pressão. **Braspen Journal**, p. 2–32, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.37111/braspenj.diganaoalesao2020>>.

MUNOZ, Nancy; POSTHAUER, Mary Ellen; CEREDA, Emanuele; et al. The role of nutrition for pressure injury prevention and healing: The 2019 international clinical Practice Guideline recommendations: The 2019 international clinical practice guideline recommendations. **Advances in skin & wound care**, vol. 33, no. 3, p. 123–136, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1097/01.ASW.0000653144.90739.ad>>.

OLIVEIRA, D. Manejo nutricional de pacientes com lesão por pressão em terapia intensiva. *brazilian journal of health review*. **Curitiba**, vol. 3, no. 3, p. 6592–6602, 2020.

PEREIRA, Thercyo Ariell Costa; REIS, Moema Silva; REIS, Liana Cynthia de Macedo; et al. Efeito do extrato de própolis sobre o processo de cicatrização da pele: uma revisão da literatura. **Research, Society and Development**, vol. 11, no. 5, p. e44911528284, 2022. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i5.28284>>.

SIBILSKA, M. The use of an immunomodulating diet enriched with arginine, omega-3 fatty acids, and nucleotides in the treatment of pressure ulcers - a case report. *Leczenie ran*, v. 19. p. 37–41, 2022.

TOLEDO, Diogo. Campanha “Diga não à desnutrição”: 11 passos importantes para combater a desnutrição hospitalar. **CEP**, v, vol. 5652, 2018.

VARGAS, Renata; GONÇALVES, ; and SANTOS, Leonardo. Prevenção de lesão por pressão em UTI-aplicabilidade da Escala de Braden. **Revista Pró-UniverSUS**, vol. 10, p. 162–165, 2019.

YAP, T. L. Influence of nutrition and nonnutrition factors on pressure injury outcomes among at-risk asian nursing home residentes. **Advances in Skin e Wound Care**. Texas, vol. 32, no. 10, p. 463–469, 2019.

Cristiane de Jesus Soares Campos Costa

Técnica de Enfermagem;
Formada pelo Instituto Profissional; São Luís-MA

Maria Regina Costa

Formada pelo Centro de Ensino Básico e
Profissionalizante do Maranhão (CEBPMA); São Luís-MA

RESUMO

A pesquisa foi conduzida pela relevância social e científica sobre o tema: administração e controle de materiais hospitalares, que são temas presentes em debates e estudos atuais, são assuntos ainda preocupantes e de grande interesse para pesquisas e análises, pois estão presentes na rotina hospitalar, e têm grande importância para uma reflexão da prática de funcionários especialmente no âmbito público. Os hospitais lidam com diversos tipos de ações, procedimentos, atendimentos, enfim, atuar nesse ambiente é bastante complexo. Os insumos materiais são fundamentais para o bom funcionamento dessas instituições, portanto, o uso racional e a redução de resíduos são fundamentais para o bom funcionamento e execução dos atendimentos. Para tanto, objetiva-se por meio do presente material, compreender o desdobramento da rotina da administração de materiais aplicada no hospital o quanto essa rotina influencia nos resultados da organização, e identificar como a equipe hospitalar no uso racional dos materiais pode influenciar no controle e otimização do serviço em saúde. O estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica; de natureza qualitativa, descritiva, por meio das principais bases de dados, onde encontrou-se 15 artigos correspondentes aos objetivos propostos no presente estudo. Como resultado observou-se que o desperdício é o uso dos recursos disponíveis de forma descontrolada, irracional e inconsequente, e que, o uso racional de materiais hospitalares, está totalmente relacionado a qualidade de serviço.

Palavras-chave: administração; controle; materiais hospitalares; desperdícios.

INTRODUÇÃO

A organização hospitalar é considerada um sistema complexo em que as estruturas e processos estão tão interligados que a função de um componente interfere em todo o acervo e no resultado final, portanto, no processo, ele precisa ser gerenciado para assim, garantir efetivamente a

prestação de serviços de qualidade aos pacientes.

Os hospitais lidam com vários tipos de ações, procedimentos, cuidados, enfim a atuação neste ambiente é bem complexa. Os insumos materiais são de suma importância para o desempenho adequado nestas instituições.

Os recursos físicos, assim como os recursos humanos e financeiros, são essenciais ao funcionamento de qualquer tipo de organização (pública ou privada, de serviço ou fabril), com fins lucrativos ou não. A gestão de materiais tecnicamente bem equipada é, sem dúvida, uma das condições básicas para o equilíbrio econômico-financeiro de uma empresa.

Nesse sentido, recursos materiais em sentido estrito são todos os bens materiais (tangíveis) utilizados em uma organização de natureza não permanente. Normalmente, eles consistem em materiais que são consumidos ao longo do tempo, muitas vezes compondo itens de estoque. Embora se trate de uma classificação contábilística, o conceito de recursos materiais em sentido estrito aproxima-se muito do inerente aos consumíveis.

Portanto, vale ressaltar que a gestão de materiais hospitalares deve ser muito eficaz, pois pode cooperar com o sucesso ou fracasso de uma empresa. Nesse sentido, a administração e seus colaboradores devem empregar sistemas de gestão de materiais adequados nesse ambiente.

Compreensivelmente, nesse contexto, que os profissionais de saúde utilizam recursos físicos para prestar o cuidado, sendo também responsáveis por gerenciar os materiais de seu local de trabalho, identificando os materiais necessários para realizar a assistência. Podem ainda, participar do processo de compras, organizar, controlar e avaliar esses materiais, tanto em quantidade quanto em qualidade, na definição de especificações técnicas.

De acordo com Ferreira et al., (2019), o fato de o enfermeiro participar da implementação de grande parte dos procedimentos diagnósticos e terapêuticos no hospital, coloca-o na condição de desempenhar um papel importante na administração de materiais.

Assim, objetiva-se por meio do presente artigo, compreender o desdobramento da rotina da administração de materiais aplicada no hospital o quanto essa rotina influencia nos resultados da organização, e identificar como a equipe hospitalar no uso racional dos materiais pode influenciar no controle e otimização do serviço em saúde.

A discussão sobre questões de saúde, tanto públicas quanto privadas, é importante para melhorar a atenção à saúde das pessoas. As mudanças ocorridas nos negócios e no mercado de trabalho tiveram grande impacto na forma de saúde, a população depende de serviços de saúde qualitativos, mas muitos problemas são encontrados pelas empresas que atuam nesta área. Portanto, os problemas econômicos exigem vigilância constante, projeções dimensionadas de acordo com a realidade de cada instituição, controlando gastos desnecessários, surgindo assim à necessidade de uma administração voltada para a área de saúde muito eficiente.

Ressalta-se que, dada a importância desse tema em todas as áreas

da saúde, o número de publicações sobre esse tema no Brasil ainda é baixo, o que pode ser visto como uma estratégia para estimular a escrita de artigos por enfermeiros; técnicos e diferentes profissionais de saúde.

METODOLOGIA

Segundo Diehl (2004), a metodologia pode ser definida como o estudo e a avaliação dos diversos métodos, com o propósito de identificar possibilidades e limitações no âmbito de sua aplicação no processo de pesquisa científica. A metodologia permite, portanto, a escolha da melhor maneira de abordar determinado problema, integrando os conhecimentos a respeito dos métodos em vigor nas diferentes disciplinas científicas.

Assim, o presente estudo, trata-se de uma revisão de literatura, utilizando assim, a pesquisa qualitativa, que pode descrever a complexidade de certos problemas e a interação de algumas variáveis, entender e compreender os processos vividos por determinados grupos sociais e possibilitar mudanças que possam contribuir nos processos (GÜNTHER, 2006).

Diante do objeto desse estudo, realizou-se uma pesquisa descritiva. Segundo Silveira e Córdova (2009), caracteriza-se por ser um método de investigação que descreve um fenômeno ou situação mediante um estudo realizado em determinado contexto espacial e temporal.

Dessa forma, foi realizado levantamento por meio de pesquisa em banco de dados do SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*), LILACS (*Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde*), e PubMed, utilizando-se as seguintes palavras chaves: Gestão hospitalar; controle de materiais; enfermagem; otimização; saúde. Por meio dessa busca, obteve-se o total de 15 estudos, referentes ao assunto em questão, e que atendiam ao objetivo do estudo.

O processo de análise dos dados deu-se por meio da leitura de textos, uma forma de aprofundar os processos discursivos com o objetivo de adquirir conhecimento na forma de uma compreensão reconstruída do discurso. Essa leitura permitiu a identificação e o isolamento das reivindicações do conteúdo a ela submetido, a categorização dessas reivindicações e a geração de texto para integração de descrições e explicações. Nas próximas sessões serão expostos os principais resultados.

INSTITUIÇÃO HOSPITALAR

Historicamente, a palavra hospital vem do latim hospital, que significa: o que hospeda. Segundo Mirshawka (1994, p.16), nos primeiros tempos cristãos os termos mais comuns eram relacionados ao grego e ao latim: *Nosocomium*: lugar para tratar os doentes, abrigo para os doentes; *Nosodochium*: lugar para receber os doentes; *Ptochotrophium*: para os pobres, fornece abrigo; *Poedotrophium*: abrigo para crianças; *Xenotrophium*: abrigo e santuário para turistas estrangeiros; *Gynetrophium*: hospital para

mulheres; Gerontokomium: lar para idosos; Hotel: local para receber hóspedes.

Os Hospitais são caracterizados como organizações com atividades interdependentes e complexas, muito trabalho em equipe, e interconexão entre os serviços de saúde. Assim, os gestores devem implementar estratégias que aumentam o controle sobre a complexidade clínica, alocando melhor os recursos de saúde e coordenação de serviços (SILVA; SILVA, 2021).

De acordo com Bandeira (2021), o hospital apresenta características próprias, que o distinguem das demais organizações. Além das atividades médicas que se destina, existem no hospital, outras micros organizações que exercem a função de apoio as atividades do hospital. Ainda segundo o autor, outra característica própria dos hospitais é a diversidade que apresentam quanto às características de propriedade (público federais, estaduais e municipais e privados) e finalidade principal (benéficas, lucrativas, de ensino e pesquisa, etc.). Estas características demonstram a grande variabilidade de um mesmo segmento organizacional.

Pontua-se que para entender a definição de instituição de saúde, antes, se faz necessário compreender a sua formação cultural. Uma cultura organizacional é formada por diferentes tipos de indivíduos que a compõem, e esses possuem características individuais e coletivas na sua forma de pensar e agir e seus símbolos em sua convivência no cotidiano do trabalho. Indiferente do tipo de instituição há de se deparar com esses pressupostos que são encontrados também nas instituições de saúde.

No decorrer do processo histórico, a mudança social afetou o desenvolvimento da cultura organizacional, inclusive dos hospitais que no princípio eram vistos como entidades assistenciais de cultura religiosa, apenas um lugar que acolhia enfermos pobres, incuráveis para receberem cuidados fundamentos no amor ao próximo.

Conforme Gurgel Júnior e Farias (2015), historicamente, antes do século 18, os hospitais tinham a exclusiva função de separar os enfermos da sociedade, para aguardar o fim dispensando cuidados sobre a doença ou o doente, ou seja, não existia atividade hospitalar. Somente durante a guerra é que foi incorporado às instituições o funcionamento hospitalar, se tornando documentado e voltado para a cura.

Hodiernamente, um hospital é considerado uma organização humanizada de prestação de serviços. No entanto, apesar de ser uma instituição humanitária, os problemas enfrentados são semelhantes aos de uma empresa industrial, provavelmente por ter assumido caráter mais profissional e em consequência dessa atitude sua cultura organizacional tornou-se mais complexa, haja vista que sua composição é profissionalmente diversificada, o que implica em várias culturas no ambiente de trabalho (ALVES; GOMES; SANTOS, 2019).

Assim, o hospital caracteriza-se como uma empresa estruturada que presta serviços hospitalares relacionados, com a função principal de acolher, diagnosticar, tratar e fazer o possível para trazer pessoas saudáveis de volta

à sociedade.

O hospital é parte integrante de um sistema coordenado de saúde cuja função é dispensar a sociedade completa assistência à saúde, preventiva e curativa, incluindo serviços extensivos à família, em seu domicílio e ainda um centro de formação para os que trabalham no campo da saúde e para as pesquisas biossociais (CAVALLINI; BISSON, 2010, p. 15).

Portanto, é compreensível que a organização hospitalar seja considerada um sistema complexo em que estrutura e processos estão tão inter-relacionados, que a função de um componente interfere na arrecadação geral e no resultado final, nesse processo, um departamento ou divisão não é avaliado isoladamente.

Enfatiza-se que nos últimos anos, houve uma série de mudanças na atenção primária à saúde no Brasil. Entre eles, os mais importantes estão relacionados à criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990 e ajustes na política de financiamento, ampliando os investimentos governamentais para melhorar o acesso à atenção à saúde da população em geral, bem como melhor gestão dos recursos na área. O SUS transformou e ampliou a assistência médica no país, oferecendo um sistema universal de saúde pública nacional, com o objetivo de proporcionar assistência equitativa e promover a saúde de toda a população (PAIM, 2018).

Sob o novo paradigma de gestão pública, os gerentes de hospitais são obrigados a entregar mais eficiência e serviços públicos mais flexíveis. Em vários países, como o Brasil, a legislação formal requer que as autoridades de saúde incentivem os hospitais a se tornarem organizações mais eficientes e responderem às demandas dos cidadãos com serviços de maior qualidade a custos mais baixos.

Segundo Chiavenato (2000), gerir é interpretar os objetivos propostos pela empresa transformando-a em ação institucional por meio de planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da instituição, a fim de atingir tais objetivos. Uma gestão hospitalar, independente de seu porte, precisa de alguém para gerir os negócios e que seja responsável pelo planejamento e organização dos recursos.

Complementando Santos et al., (2020), afirmam que o principal objetivo da gestão hospitalar, é estabelecer as linhas de ação do hospital fazendo com que essa direção seja seguida. Essas linhas incluem o objetivo pretendido, a responsabilidade delegada para a concepção de planos e supervisão de operações necessárias para atingir os objetivos, a organização e os métodos e procedimentos apropriados.

Para que se possa atingir esse objetivo cabe ao gestor implantar uma organização adequada com linhas de ação que permitem uma comunicação uniforme por meio de todos os serviços e quando bem determinadas e apropriadas os empregados têm melhor percepção do que se espera deles.

Ainda, segundo Santos et al., (2020), a complexidade da gestão hospitalar exige conhecimento para tomada de decisões em áreas cada dia mais técnico, e o desempenho do passado já não são suficientes para servir de base. O gestor deve estar atento e receptivo às transformações que vem tornando o hospital em um sistema aberto e voltado para a realidade e as pressões do meio que o envolve.

Dado o volume de recursos que devem ser gerenciados em hospitais, e sua expressão na composição dos gastos, Bandeira e Bandeira (2021), observam que a gestão de inventários deve ser uma preocupação importante para os gestores em todos os tipos de empresas. O desafio da gestão de materiais consiste, não em diminuir os estoques de forma excessiva para reduzir custos, mas em possuir a quantidade certa para alcançar as prioridades competitivas da instituição de modo mais eficiente. Assim, o uso de recursos hospitalares o atendimento aos pacientes, deve ser de forma racional, existindo dessa forma, uma continuidade do trabalho da gestão de estoque hospitalar.

A gestão de materiais concentra-se no planejamento e controle dos materiais adquiridos para otimizar o investimento da organização, maximizando assim a rentabilidade do capital investido, pois uma grande quantidade de estoque desnecessário acabará por resultar em gastos de capital desnecessários e a demanda insuficiente de fornecimento de estoque também pode levar à perda de capital.

Para Razzolini Filho (2012, p. 03):

Administração de materiais implica gerenciar os recursos a disposição de uma determinada organização para atingir seus objetivos específicos. Qualquer organização de saúde, atualmente, seja ela um centro de saúde ou um hospital de alta complexidade, exige uma gerência qualificada formada por profissionais efetivamente comprometidos na obtenção dos objetivos finais do serviço que dirigem.

Destaca-se que os hospitais são considerados organizações prestadoras de serviços de saúde, devido à simultaneidade entre a produção e o consumo do bem. No que tange a sua complexidade, sabe-se que a prestação de serviços hospitalares possui diferenças fundamentais com relação a outros tipos de atividades, considerando que a finalidade principal é a preservação da vida humana. Desta forma, a garantia de qualidade que expresse eficiência nas diversas demandas, levando em consideração os recursos disponíveis e a valiosa função social que os hospitais representam, é o maior objetivo daqueles que tem por função a administração destas Instituições.

No Brasil, como em outros países, a qualidade da assistência à saúde é uma preocupação crescente. Embora difícil de definir e ainda mais difícil de implementar, a qualidade é muitas vezes considerada um fator determinante no julgamento do desempenho hospitalar.

A melhoria da qualidade envolve três tipos de intervenções: criar um ambiente que encoraje a qualidade por meio de marcos regulatórios e incentivos financeiros; garantir os meios e ferramentas para apoiar a qualidade no nível do sistema de saúde; e incentivar a equipe da linha de frente em salas de emergência, salas de cirurgia e enfermarias a refletirem sobre suas posturas e atitudes (MEIRE; OLIVEIRA, 2021).

ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DE MATERIAIS HOSPITALARES

A gestão dos recursos materiais tem sido uma preocupação para as organizações de saúde do setor público e privado, que fazem parte de uma rede complementar de sistemas únicos de saúde. Com orçamentos (às vezes) limitados, os do setor público precisam controlar melhor o consumo e os custos para não privar funcionários e pacientes de materiais essenciais.

Nesse âmbito, o objetivo da gestão de materiais e equipamentos é garantir o fornecimento contínuo de insumos necessários ao atendimento da demanda, bem como tratar de todas as questões relacionadas a suprimentos, fiscalização, atendimento e controle para garantir a quantidade e qualidade dos insumos e os padrões de atendimento. Isso requer atenção dedicada e controle do fluxo de materiais dentro das unidades hospitalares, além disso, o serviço de saúde deve garantir o fornecimento contínuo de materiais necessários a todas as unidades (SILVA; CAPELLINI, 2021).

O objetivo da gestão de materiais e equipamentos é garantir o fornecimento contínuo de materiais necessários e aptos a atender a demanda, e lidar com todos os problemas relacionados a materiais, inspeção, cuidado e controle para garantir a quantidade e quantidade do fornecimento e os padrões de serviço. Isso requer atenção dedicada e controle do fluxo de materiais dentro das unidades hospitalares, além disso, o serviço de saúde deve garantir o fornecimento contínuo de materiais necessários a todas as unidades (SILVA; CAPELLINI, 2021).

Ainda tem-se como objetivo do gerenciamento de recursos: coordenar as atividades de compra, armazenamento, distribuição e controle, de modo que se garanta o suprimento de todas as áreas do serviço. Portanto para que não haja falta de material e acabe prejudicando a assistência à saúde, ou para que não haja material em excesso e acabe gerando custos, todos os materiais devem ser planejados e suas quantidades e qualidades observadas.

A gestão de recursos e materiais pode ser definida como um conjunto de práticas que garantem a quantidade dos materiais para que os profissionais possam desenvolver seu trabalho sem correr riscos e colocar em risco os usuários do serviço. Segundo Chiavenato (1991), para não faltar materiais que comprometam a assistência à saúde, é preciso ter a quantidade certa de material, no lugar certo e na hora certa, sempre à disposição do corpo e dos profissionais que a compõem. o processo, para garantir a continuidade dos cuidados a um custo menor. No entanto, os profissionais que atuam na área de saúde, devem estar atentos ao bom uso dos materiais

para que seu uso não prejudique outros setores e não constitua desperdício.

Nesse tocante, pontua-se que os sistemas de saúde são compostos por muitos pontos de atenção interligados, e as demandas entre eles não são independentes. Por exemplo, a demanda por salas de parto estimula a demanda por cuidados pós-parto e neonatais. As interdependências do sistema significam que mudanças em uma parte do sistema podem gerar consequências não intencionais.

Teixeira e Andrade (2022) definem os desperdícios como gastos inúteis. Em outras palavras, o comportamento esbanjador decorre da falta de capacidade de usar os recursos disponíveis, sejam materiais ou financeiros.

Dessa forma, o desperdício é o uso descontrolado, irracional e inconsequente dos recursos disponíveis. É usar sem necessidade, propósito e finalidade. De uma forma mais simples pode-se colocar que o desperdício é o gasto sem proveito e a utilização incorreta ou incompleta de bens de consumo ou recursos, que deixa de atender certas necessidades que de alguma forma poderiam ser atendidas. O desperdício ocorre pelo uso inadequado dos recursos disponíveis de forma descontrolada, abusiva, inconsciente e irracional. É o uso sem necessidade, sem finalidade e sem objetivo definido.

Silva et al., (2022) afirmam que ele enfrenta sobras, uso desnecessário e custos inflacionados quando a quantidade e a qualidade superam a necessidade. Isso se chama gordura. Se o uso for menor que a demanda, se obterá um sobressaltado insatisfatório.

Segundo Nunes et al., (2019), perda refere-se ao valor de bens ou serviços consumidos de forma anormal e involuntária. Exemplo: Danos causados por uma reclamação. Além disso, o desperdício é o consumo consciente que por algum motivo não é utilizado diretamente na produção de bens ou serviços. Exemplo: Violação da embalagem de esterilização e não utilização de todo o seu conteúdo.

Na perspectiva dessa distribuição interna, que se constitui em uma cadeia logística de suprimento, o uso racional dos insumos e a maximização do uso desses recursos são fatores primordiais. Em decorrência de alguma falha nessa cadeia de suprimento, surgem os principais problemas dos serviços de saúde brasileiros segundo Santich (2015), e que estão dispostos abaixo: o desabastecimento cíclico e quase permanente da maioria dos produtos necessários; uso irracional (prescrição sem base científica); consumo descontrolado; desperdício pelo manuseio incorreto; perdas de quantidades pelo vencimento da validade; perdas por dispensação inadequada; perdas por distribuição inadequada; sistema de compras deficiente; administração e gestão deficiente em todo o processo; insatisfação crescente dos clientes internos e externos; ambiente de trabalho pouco amigável; roubo, corrupção e descompromisso.

No que concerne ao uso racional de materiais hospitalares, Santos et al., (2021), colocam que está totalmente relacionado a qualidade de serviço. A respeito da qualidade nos serviços de saúde, os autores em questão, salientam que é imprescindível a busca contínua da melhoria do atendimento

ao paciente, aliada a atenção pela Segurança do usuário e dos profissionais que trabalham no serviço, a distribuição eficiente dos recursos materiais, financeiros e humanos, a redução do desperdício; a adequação dos procedimentos diagnósticos e terapêuticos, a fim de possibilitar o melhor resultado possível em termos dos benefícios na saúde dos pacientes. Para tanto é necessária a implementação de ações em toda a organização a fim de aumentar a eficiência e a efetividade das atividades e dos processos.

Uma das medidas que podem colaborar para a redução de desperdícios é a conscientização dos colaboradores da empresa quanto a importância dos custos no resultado financeiro da organização. Ressaltar o significado e a importância do processo de conscientização como passo inicial em qualquer ação voltada para a identificação e posterior eliminação de resíduos não é recente, nem se sabe que os resíduos estão enraizados nos perfis culturais e atores de diferentes realidades socioeconômicas nível de comprometimento com as atividades em que estão engajados

Relacionado a desperdícios na área da saúde, Dias (2018) apresenta alguns exemplos de desperdícios visíveis e invisíveis:

Overproduction - Trata-se de produzir mais rápido e antes do que o próximo processo necessite. No laboratório, por exemplo, análises, papelada ou pedidos.

Inventory - Excesso de trabalho em processo mais do que é necessário para ser produzido para o cliente, poderá ser telefonemas em espera, os pedidos de documentos pendentes, e-mails que aguardam resposta, as pessoas numa fila à espera de atendimento;

Transportation - Referindo-se à circulação desnecessária de trabalho. Estes desperdícios aparecem como solicitações dos utentes que passam desnecessariamente de um operador para outro, de um departamento para outro, porque ninguém sabe o que fazer com o pedido ou ninguém é "responsável" do processo. Na saúde, o desperdício de transporte, aparece quando há movimentos de utentes, testes, materiais ou informações.

Overprocessing - Fazer mais do que o requerido, sobretudo do ponto de vista do utente;

Defects - Todos os aspetos do serviço que não atende aos requisitos do cliente. Pode variar entre perda de informações, incumprimento de prazos acordados, fazendo com que o utente não fique satisfeito. Alguns defeitos são causados por informações incorretas, ou por instruções mal dadas, para citar apenas duas causas. Alguém no processo percebe que há um defeito e tem que o reprocessar, ou o pedido volta a si próprio.

Os desperdícios associados a exames mal efetuados, o custo de material extra (mínima ou inexistente, no caso de processos em que a entrada é a informação) que não podem ser recuperados no final do processo, bem como o custo do trabalho de produção para o serviço (o tempo de responder ao pedido em vão). Por exemplo, um rótulo num tubo de sangue que é mal aplicado, ilegível ou mal alinhado podem causar erros ou atrasos no

processamento.

Waiting - Qualquer tipo de espera entre uma atividade e outra. Trata-se de um desperdício que não pode ser recuperado. Podem surgir dificuldades em saber o que o pessoal tem de fazer devido à falta de formação, falta de regularização ou falta de informação. E tudo isto se aplica igualmente ao utente. Exemplos: utentes que esperam numa sala para a recolha do material biológico, colaboradores à espera de um instrumento para completar a sua tarefa, à espera de resultados de exames;

Underutilizing staff - Subutilização tipicamente aparece com a mentalidade silo, estruturas hierárquicas e não usadas equipas ou falta de polivalência.

De acordo com para Sissino e Moreira (2014, p. 65), “Um grande desafio das unidades de saúde é alcançar a excelência na qualidade de atendimento ao paciente”, para que isso ocorra é necessária uma organização minuciosa tanto dos recursos físicos, financeiros e humanos.

Sendo a instituição hospitalar uma organização ainda em fase de poucos estudos sobre a gestão, chega-se à conclusão que muito se pode fazer dentro dos próprios processos para reduzir custos e conseguir chegar mais próximo do equilíbrio financeiro, visto que a área hospitalar é mais comum depararmos com os prejuízos do que com lucros. Enfatiza-se que há oportunidade de melhorias em todas as áreas, se forem eliminados desperdícios e otimizado recursos utilizados. Uma instituição funciona melhor se houver organização, coordenação dos processos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no aporte teórico, e resultados expostos, pode-se que as instituições de saúde não são empresas que produzem um produto; em vez disso, são empresas ou organizações que prestam serviços. Isso porque o resultado final de seus processos não fornece um produto aos usuários, mas sim cuidados de saúde para os indivíduos e a comunidade. Consequentemente, é imperativo que tenhamos recursos materiais adequados e que estes sejam devidamente geridos.

Portanto, para que haja uma administração de materiais adequada, dependerá de recursos financeiros e humanos. Os recursos financeiros influenciam e são influenciados pela administração de materiais, pois através de uma destinação mais racional dos materiais pode-se promover uma diminuição dos custos e em relação aos recursos humanos a influência é observada, por exemplo, na medida em que materiais em quantidade e qualidade adequadas podem produzir na equipe maior grau de satisfação.

Assim, o tema deste artigo trouxe reflexões sobre a importância da administração de materiais, por proporcionar a redução de custos de produtos, que é importante para a lucratividade da organização e evitar a falta ou perecibilidade de medicamentos, que é benéfico para o tratamento do paciente.

Enfatiza-se assim, que no serviço privado, e especialmente no setor público, deve-se contar com funcionários dedicados e responsáveis, e devem ser orientados para exercerem as tarefas inerentes às atividades ali desenvolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Cristiane de O.; GOMES, Edinaldo C.; SANTOS, Willington Jorge. Impactos da acreditação hospitalar e as dificuldades para manter a qualidade nas instituições acreditadas. **Revista Científica de Gestão Hospitalar**, v. 1, n. 1, p. 49-59, 2019.

BANDEIRA, Jessianie Aparecida Ávila; BANDEIRA, Marconde Ávila. Gestão Hospitalar: os desafios na implementação com qualidade. **Revista Científica do UBM**, p. 103-114, 2021.

BANDEIRA, Jessianie Aparecida Ávila; BANDEIRA, Marconde Ávila. Gestão Hospitalar: os desafios na implementação com qualidade. **Revista Científica do UBM**, p. 103-114, 2021.

CAVALLINI, Mírian Elias; BISSON, Marcelo Polacow. **Farmácia hospitalar**. 2º Ed. Barueri: Manole, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DIAS, Claudia Aparecida et al. Representações de supervisão na perspectiva dos enfermeiros coordenadores de um hospital de ensino. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 32, 2018.

DIEHL, Astor Antonio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FERREIRA, Victor Hugo Souto et al. Contribuições e desafios do gerenciamento de enfermagem hospitalar: evidências científicas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 40, 2019.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, p. 201-209, 2006.

MEIRA, Soraya Regina Coelho; OLIVEIRA, Arlene de Sousa Barcelos; SANTOS, Célio Oliveira. A contribuição da auditoria para a qualidade da gestão dos serviços de saúde. **Brazilian Journal of Business**, v. 3, n. 1, p. 1021-1033, 2021.

MIRSHAWKA, V. **Hospital fui bem atendido: a hora e a vez do Brasil**. São Paulo: Makron Books, 1994.

NUNES, Luciana Aparecida et al. AVALIAÇÃO DE DESPERDÍCIOS NO PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS CIRÚRGICOS: UM ESTUDO DE CASO NO AMBIENTE HOSPITALAR.

Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2018.

PAIM, Jairnilson Silva. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1723-1728, 2018.

RAZZOLINI, E. F. **Logística Empresarial no Brasil**. – Curitiba: InterSaberes, 2012.

SANTOS, Hebert Luan Pereira Campos dos et al. Gastos públicos com internações hospitalares para tratamento da covid-19 no Brasil em 2020. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, 2021.

SANTOS, Thadeu Borges Souza et al. Gestão hospitalar no Sistema Único de Saúde: problemáticas de estudos em política, planejamento e gestão em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3597-3609, 2020.

SILVA, João Augusto; SILVA, Máglice Veloso. O Administrador Hospitalar nas Organizações Públicas de Saúde frente às novas concepções de Administração. **Saber Científico (1982-792X)**, v. 1, n. 2, p. 323-341, 2021.

SILVA, Marina Pessoa; CAPELLINI, Gustavo. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA EM ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: UM ESTUDO DE CAMPO SOBRE AS FERRAMENTAS UTILIZADAS NA GESTÃO HOSPITALAR. **Revista Conhecimento & Inovação**, v. 2, n. 01, 2021.

SILVA, Thaís Oliveira et al. Gestão hospitalar e gerenciamento em enfermagem à luz da filosofia lean healthcare. **Cogitare enferm**, v. 24, p. e60003, 2019.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44, 2009.

TEIXEIRA, Carlos Augusto Leal; ANDRADE, Leonardo Guimarães. O USO DE INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO PARA EVITAR CUSTOS E DESPERDÍCIOS DE MEDICAMENTOS NA FARMÁCIA HOSPITALAR. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 8, n. 3, p. 1558-1566, 2022.

Cristiane Alves dos Anjos Silva

Mestranda do Curso de Ciência da Educação
Universidade Autônoma de Assunção-UAA

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma observação participante que visa buscar reflexões sobre a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com a retomada das aulas presenciais em um Espaço de Desenvolvimento Infantil, no Município do Rio de Janeiro. No contexto da educação inclusiva, buscou-se refletir sobre as observações da professora em sua prática pedagógica aplicada com duas crianças: uma de 2 anos e 3 meses, e outra com 2 anos e 8 meses, de gêneros biológicos masculino e feminino denominadas “M” e “M C”, respectivamente, ambos com TEA. Como resultado, esta pesquisa relata os desafios encontrados na inclusão destes alunos, aborda a importância do conceito de autismo por parte dos educadores, a falta de estrutura e de recursos para mediar no ensino/aprendizagem, a necessidade de se criar vínculos de afetividade com os alunos, bem como a relevância da ludicidade na Educação Infantil para uma inclusão de qualidade. Conclui-se, portanto, que se faz necessário à formação continuada da docente frente às novas configurações pedagógicas da Instituição de Ensino, bem como das demandas educacionais da atualidade para o trabalho com crianças que tenham esse transtorno para contemplar a inclusão de todos e assegurar-lhes o direito à uma educação efetiva.

Palavras-chave: autismo; afetividade; inclusão; ludicidade; prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

Busca-se, no presente trabalho, apresentar os resultados de uma análise de observação participante a alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) da turma de educação infantil de uma professora que atua em um Espaço de Desenvolvimento Infantil, no Município do Rio de Janeiro. Um ano após o início da pandemia, os professores se reinventaram, adaptando-se às novas tecnologias, mudando suas práticas junto aos alunos para superar dificuldades advindas do contexto das aulas remotas.

Naturalmente, a sobrecarga em casa atingiu também os pais, que precisaram lidar com a falta de preparo para acompanhar as atividades dos filhos, a ausência de estratégias para motivá-los e o excesso de

compromissos. Contudo, um bom planejamento das atividades remotas pode ajudar a superar esse desafio. Em plataformas pensadas para o ensino remoto, as metodologias utilizadas não seguem o padrão tradicional e, por isso, funcionam e mostram evolução dos alunos. Neste sentido, esta pesquisa intenciona a partir dos resultados promover reflexões sobre a inclusão dos educandos no espaço escolar, enfatizando os desafios vivenciados pelos alunos acerca do ensino/aprendizagem, assim como possíveis caminhos de enfrentamento de tais desafios.

A pesquisa apresenta como propostas pedagógicas o trabalho com a ludicidade como um método eficaz de aprendizagem, assim como a inclusão por meio de vínculos afetivos que permitam a integração e a socialização dos estudantes no espaço escolar.

Apesar de o TEA ser um tema muito abordado na atualidade, percebe-se que ainda existem muitos professores que o desconhecem ou, que ainda não sabem como lidar com as crianças com autismo. Muitos, por falta de uma formação que contribua de forma significativa para o desenvolvimento do seu trabalho com esses alunos, outros, pela ausência de estrutura e suporte da escola e alguns, por falta de interesse e empatia. Essa ausência de conhecimento, por sua vez, faz com que muitos não vejam seus alunos como um ser único, que possui as suas especificidades, tanto biológicas quanto comportamentais, fatores esses que influenciam diretamente na forma como aprendem. Também os fazem acreditar que existe uma receita ou uma fórmula mágica de trabalhar com essas crianças e, quando não encontram, acabam se frustrando.

Diante dos desafios encontrados pela professora, levantou-se a seguinte problemática: seria a neurociência um caminho para ajudar no conhecimento do assunto, levando a elaborar metodologias significativas em suas aulas para o desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista?

A justificativa do tema deu-se a partir da experiência da professora enquanto observadora de sua prática para a presente pesquisa, usando a afetividade como importante ferramenta de acolhida e ampliação das relações entre professor e aluno, assim como para nortear as suas ações diante das situações vivenciadas no dia a dia. A partir de tais inquietações, a professora buscava se aprimorar em estudos para inseri-los, com suas necessidades e carências a serem supridas.

Nos termos de Kishimoto (1999), se as crianças não tiverem a liberdade para se expressar e usar a criatividade, dificilmente poderão desenvolver sua autonomia e personalidade própria, pois estarão presas às regras e exceções, que limitarão sua capacidade de criar. Para a autora, “[...] portadora de uma especificidade que se expressa pelo ato lúdico, a infância carrega consigo as brincadeiras que se perpetuam e se renovam a cada geração” (KISHIMOTO, 1999, p. 11).

Nesta perspectiva, é perceptível que na Educação Infantil a ludicidade e a afetividade conduzem as práticas pedagógicas, pois, através delas, criam-se os laços, vínculos afetivos que norteiam o “olhar” do professor

para identificar o perfil de cada um, analisá-los pelo que são e não pelo que falta, no sentido de valorizar as habilidades na mediação com a sua turma. Para Wallon (1995), a afetividade é exteriorizada por meio das emoções, e, através dela, o ser humano interage com o seu meio, instigando a socialização entre seres; com essa ideia, o autor postula a Teoria das Emoções, pontuando que a afetividade é exteriorizada através das emoções, nas quais os exercícios gregários se constituem como um modo primitivo de comunidade e comunhão, tornando possíveis relações que “afinam os seus meios de expressão, e fazem deles instrumentos de sociabilidade cada vez mais especializados” (WALLON, 1995, p. 143). Nessa perspectiva, “o professor é essencial para o sucesso das ações inclusivas, não somente pela grandeza do seu ofício, mas também em razão da função social do seu papel” (CUNHA, 2016, p.17).

A escolha do tema deu-se a partir da observação participativa do processo de inclusão das crianças com autismo em uma Escola/Espaço de Desenvolvimento Infantil, mais precisamente com a PEI (Professora de Educação Infantil), com sua turma de Maternal I - turno manhã. das práticas pedagógicas como desafios no ano de 2021, com a reabertura gradual das escolas.

Cabe destacar a preocupação dessa professora para saber se haveria alguma criança com algum tipo de transtorno em suas turmas, sobretudo o Transtorno do Espectro Autista, bem como ter conhecimento das dificuldades da família em gerenciar e desenvolver atividades pedagógicas, de acordo com as singularidades necessárias às especificidades das alunas, o reconhecimento do avanço das limitações e o comprometimento do TEA devido o afastamento da escola e/ou pausa de atendimentos, fato esse enfatiza a importância do processo de inclusão de alunos com TEA.

Considerando que o autismo é “um distúrbio do desenvolvimento de origem orgânica (lesão encefálica) cuja causa específica é de componente genético, todavia não se conhece com detalhes” (RELVAS, 2015, p.78), pretende-se refletir sobre as contribuições da neurociência para a prática pedagógica dos profissionais de educação, ressaltando a importância de se conhecer as conexões neurais para desenvolver atividades significativas que gerem o aprendizado. Segundo Relvas (2015),

Ao aprendermos, nossas conexões cerebrais se modificam. Com o apoio da Neurodidática, a Neurociência poderá ajudar professores a desenvolver estratégia de ensino e aprendizado. As diferenças são naturais, por isso metodologia é fundamental e mais o olhar aguçado para cada situação (RELVAS, 2015, p. 106).

Dessa forma, busca-se abordar a importância de conhecimentos pelos educadores sobre o conceito “Autismo”, a falta de estrutura dos recursos para mediar o ensino/aprendizagem, a necessidade de criar vínculos de afetividade com os alunos, e a eficácia de ser trabalhar na

Educação Infantil com a ludicidade, ajudando/permitindo a professora criar metodologias específicas que contribuam para o desenvolvimento do aprendizado. À vista disso, os objetivos específicos da pesquisa são apresentar o conceito e as principais características do Transtorno do Espectro Autista; discutir sobre a temática entre a afetividade e o lúdico como metodologias usadas pela professora da Escola/EDI para uma inclusão de qualidade, com um fazer docente que enfrenta empecilhos que o desafia a uma ação pedagógica diferenciada, com espaços efervescentes para potencializar e alavancar o ensino, rompendo as desigualdades e ações excludentes.

METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido através do método de observação participante, visto que a observação é muito eficaz no ramo da educação, pois busca explicar a problemática, analisando e apresentando as interferências e conclusões em sua finalidade, ao oportunizar a “vivência prolongada com a população sob estudo” (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 15). Assim sendo, a observação participante foi realizada no período de maio (com o retorno presencial) a dezembro de 2021, pela professora de Educação Básica da Cidade do Rio de Janeiro – que ocorreu através da observação do comportamento e das características de 2 (duas) crianças com Transtorno do Espectro Autista, incluídas na turma EI- 22(manhã/ Maternal I), uma menina e um menino, com faixa etária entre 2 e 3 anos, em turma regular com um total de 21 crianças. Em decorrência da pandemia, as aulas neste 2º bimestre foram realizadas de modo remoto e presencial com alternância de grupo dos alunos, sendo necessário criar alternativas/estratégias em conjunto com a Unidade Escolar, professoras e famílias para o desenvolvimento dos educandos na realização das atividades pedagógicas.

No primeiro momento, a iniciativa da Unidade Escolar, desde o 1º bimestre, foi criar um grupo de WhatsApp com responsáveis e professoras, para o acolhimento e interação, envio das propostas de atividades pelas professoras e devolutivas pelos responsáveis das vivências das crianças. Uma ação criada pela SME foi oportunizar o Aplicativo Rioeduca em Casa, com vídeos do Rioeduca na TV usados para propostas das noções/atividades elaboradas pelas professoras pensando na faixa etária das crianças. Entretanto, como muitos responsáveis ainda estão com problemas técnicos para acessarem o Aplicativo, o grupo da turma pelo WhatsApp permanece mantendo os vínculos de afeto com as crianças e famílias e a comunicação nesse período de aula atípica.

Desse modo, o critério adotado na pesquisa justifica-se pelo fato de que a professora tem experiência com alunos com TEA. Para tanto, desenvolveu um plano de atividades com essas duas temáticas (afeto e lúdico), adaptando e construindo a participação de todos no processo de inclusão, de maneira que os alunos com TEA “M” e “M C” se sentissem “acolhidos/abraçados” de afeto por toda turma e envolvidos nesse mundo

encantador, mágico, lúdico do universo da Educação Infantil, através do aprender brincando.

Buscou-se referências bibliográficas com o apoio de livros e do seminário de Educação Continuada à EAD pela APPAI (2020), que consistiu na análise documental como suporte à conceituação do Transtorno e dos processos de inclusão. Tais fundamentações teóricas e normativas auxiliaram no desenvolvimento do presente trabalho, bem como possibilitaram e mediaram o processo de aprendizagem dos educandos observados pela professora, ou seja, os alunos com TEA nomeados nesta pesquisa como “M” e “M C”.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Conselho Municipal de Educação publicou, em dezembro de 2012, a deliberação de nº 24, que fixava as normas para atendimento na Educação Especial em instituições de Educação Infantil (RIO DE JANEIRO, 2012). No documento em questão consta que toda instituição de Educação Infantil deve ter, em seu quadro permanente, um profissional especializado em Educação Especial para orientar o trabalho ofertado às crianças com transtornos e outras deficiências. No entanto, em 2018, foi publicada a deliberação de nº 29, que revoga a deliberação anterior e altera o texto, fixando as normas somente para as instituições privadas, isentando assim o município de tal exigência. Dessa forma, as instituições privadas devem possuir um profissional especializado e as escolas do município podem ter somente estagiários, ou o Agente de Educação Especial, cuja formação profissional exigida é somente o Ensino Médio.

O artigo 2, inciso VII da Lei 12.764 (BRASIL, 2012) propõe “o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis”. No entanto, a falta de investimento na capacitação do professor compromete a qualidade das ações pedagógicas, sobretudo porque “o professor é essencial para o sucesso das ações inclusivas, não somente pela grandeza do seu ofício, mas também em razão da função social do seu papel. O professor precisa ser valorizado, formado e capacitado” (CUNHA, 2016, p.17).

Conscientes de que não há uma metodologia salvadora e nem uma receita que responda a todos os questionamentos dos educadores, Cunha (2016) apresenta algumas dicas que são de grande relevância e que podem ser pensadas para quem está inserido na Educação Infantil. A primeira dica é pensar no desenvolvimento da autonomia como uma abordagem metodológica de grande valor pedagógico, pois muitas crianças com autismo não conseguem, por exemplo, nem tomar o leite em caneca de vidro, como é servido no EDI, ou não se alimentam sozinhos, entre outros aspectos da autonomia. Nesse prisma,

Em muitos casos, não há autonomia para realizar coisas

simples e cotidianas, como escovar os dentes ou vestir-se. A vida social passa então, a ter grande valor pedagógico. A aprendizagem dos usos e costumes torna-se crucial. No entanto, cada dificuldade poderá servir para inspirar o trabalho na escola, pois cada dificuldade poderá ser uma habilidade a ser desenvolvida, uma conquista no campo educacional (CUNHA, 2016, p. 49).

Conhecer o direito das crianças com Transtorno do Espectro Autista é um fator preponderante para assegurar a garantia de direitos dos mesmos e para a inclusão. Sob essa perspectiva, Cunha (2016) enfatiza que há educadores que não têm conhecimento sobre a legislação educacional, ou mesmo conhecendo, não a colocam em prática e os que buscam o acesso a tais informações, estão destituídos de formação mínima a esse respeito (CUNHA, 2016).

O referencial teórico que fundamenta o estudo sobre a observação mostra que no Brasil, a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, iniciou-se o movimento pela inclusão de crianças com deficiência dentro das escolas regulares de ensino, e também na sociedade em geral. Finalmente, as famílias que possuíam pessoas com deficiência teriam a lei que amparava seus direitos. Como destaca a Declaração de Salamanca (1994, p. 1): “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”. Segundo Cunha (2016, p. 104), “primeiramente é preciso considerar que o aluno com o transtorno do espectro autista precisa ser amado, aceito, acolhido. Isso já é uma ação inclusiva”.

Em uma reflexão sobre as contribuições da Neurociência na prática pedagógica para crianças com transtorno do espectro autista, Mário Oliveira (2011) explica o campo de atuação da neurociência pedagógica,

A neurociência pedagógica é um ramo da ciência que compatibiliza o cognitivo (técnica de ensino) e o cérebro humano, adequando o funcionamento do cérebro para melhor entender a forma como este recebe, seleciona, transforma, memoriza, arquiva, processa e elabora todos as sensações captadas pelos diversos elementos sensoriais para a partir deste entendimento poder adaptar as metodologias e técnicas educacionais a todas as crianças e principalmente aquelas com as características cognitivas emocionais diferenciadas (OLIVEIRA, 2011, p. 26).

Pode-se afirmar que o conhecimento em Neurociência contribui para ajudar o professor a compreender melhor como funciona o cérebro e a criar abordagens e metodologias específicas para gerar aprendizado, para promover o desenvolvimento. Relvas (2015) define aprendizagem como a “modificação do SNC, mais ou menos pertinente, quando o indivíduo é

submetido a estímulos/experiência de vida, que vão se traduzir em modificações cerebrais” (RELVAS, 2015, p. 107).

Ao aplicar a prática pedagógica em crianças com autismo, percebe-se a importância do conhecimento em Neurociência para que o professor veja o seu aluno como um ser único, com sua forma própria de aprender. Isso exige do profissional um olhar aguçado para propor metodologias diversificadas, respeitando a especificidade de cada criança. Desta forma, atrelando o conceito de Neurociência à afetividade, pode-se dizer que ambos são responsáveis pelo pleno desenvolvimento de qualquer indivíduo, desde os primeiros anos de vida. O afeto, então, passou a ser um importante aliado no processo de desenvolvimento, uma vez que “ao consumir o afeto, o cérebro recompensa o corpo por meio da sensação de prazer e de alegria. Ser afetivo não é ser adocicado. Ser afetivo é trabalhar com as qualidades, as emoções, os interesses e os sonhos que possuímos” (CUNHA, 2016, p. 100).

A interação aos estímulos com amorosidade faz com que as emoções sejam ativadas, criando as primeiras relações afetivas com seus familiares. Se as emoções são responsáveis pelo desenvolvimento humano, de forma alguma elas poderiam afastar-se no processo ensino-aprendizagem. Nesse ínterim, a Lei de Diretrizes e bases da educação brasileira em seu artigo 29 afirma que:

Seção II Da educação infantil Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996, p. 14).

Tais pressupostos apontam para a necessidade de uma formação plena da criança, pautada em todos os aspectos da vida, atrelando o tratamento recebido na família ao oferecido na escola. Ao professor, portanto, cabe a sensibilidade de executar suas ações pedagógicas pautadas na afetividade, proporcionando, assim, o desenvolvimento integral pretendido na LDB. Conforme Vygotsky (2003, p. 121), “as reações emocionais exercem uma influência essencial e absoluta em todas as formas de nosso comportamento e em todos os momentos do processo educativo”. Logo, compete ao professor despertar o interesse da aprendizagem pelo caminho afetivo, fortalecendo essa relação para a facilitação e apreensão dos conteúdos estudados. É importante destacar que o lúdico se evidencia como estimulador e motivador do processo de aquisição de novos conhecimentos, ao passo que propicia espaço favorável e atrativo para o aprendizado dos estudantes com deficiência. Nesses termos, “o aluno de educação especial precisa dispor de uma série de condições educativas em um ambiente expressamente preparado com metodologia, literatura e materiais” (CUNHA, 2016, p. 48).

Através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, houve a criação de políticas públicas de educação de qualidade para todos, e a deficiência passou a ser vista em relação às barreiras que o ambiente oferece ou o que deixa de oferecer para a aprendizagem do estudante com deficiência. Sobre a inclusão no contexto educacional, esta pode ser entendida como a inserção de todos nesse contexto, fornecendo os meios necessários no sentido de assegurar o direito ao acesso, permanência e aprendizado nas escolas.

O documento intitulado *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Especial* (2001) orienta o professor para um currículo escolar elaborado para todas as etapas e modalidades da Educação Básica, que apresenta estar em constante processo de revisão e adequação, envolvendo práticas pedagógicas que possibilitam a construção curricular, quando necessária, com métodos, técnicas e recursos educativos que transformam os conteúdos acessíveis de ensino para alunos com necessidades educacionais especiais, além de suplementar e complementar por uma parte diversificada essencial para a especificidade desses alunos. Portanto, para se ter uma educação inclusiva bem sucedida, é essencial a oferta de capacitação docente, pois muitos não são preparados para realizar um trabalho com a diversidade e com as dificuldades que a inclusão proporciona, bem como para aceitar os desafios como uma oportunidade para a criação de novas situações de aprendizagem e ensino. Nesses termos, é fundamental oportunizar a educação inclusiva, através de um planejamento flexível /adaptado para que a formação do aluno ocorra de forma plena e não apenas como um “depósito” de crianças com deficiência em turmas regulares nos EDIs.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O local de realização do presente estudo foi o Espaço de Desenvolvimento Infantil em questão possui dez anos e está situado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, coordenado pela 9ª CRE – Órgão da Secretaria Municipal de Educação/ SME. É administrado pela Diretora Geral e Adjunta, professora articuladora, professores de Educação Infantil, agentes e funcionários da Rede Municipal de Ensino, cujo objetivo é desenvolver o ensino-aprendizagem em alunos da Educação Infantil da Educação Básica, em uma rede pública de ensino em turmas regulares com inclusão.

No que tange às ações pedagógicas que nortearam a presente pesquisa, a professora realizou atividades lúdicas utilizando o foco no processo de desenvolvimento da oralidade e de hábitos e atitudes no entendimento da rotina escolar. Como parte do processo de observação, a pesquisa considerou que esse transtorno pode apresentar diferentes graus/níveis, assim como as seguintes características: desconforto ao ficar em lugares com muito barulho, déficits na comunicação, não olhar nos olhos, dificuldade de interação social e movimentos estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses.

Para viabilizar o processo de desenvolvimento, foram utilizados recursos para despertar o interesse e chamar desses alunos, tais como atividades sensoriais, com o tapete sensorial, circuitos com uso de bambolês para auxiliar no desenvolvimento das habilidades motoras com o corpo e movimento, atividades de artes para o desenvolvimento das habilidades motoras finas, blocos lógicos, assim como brincadeiras dirigidas e livres. A partir da observação, foi possível constatar a preferência de “M” e “M C” por brinquedos que giram como bolas, rodinhas de carrinhos, por ser uma das características mais marcantes com comportamentos restritivos e repetitivos para alunos com TEA, uma vez que girar é um comportamento repetitivo.

Apesar de não oralizados, os alunos com transtorno foram estimulados na roda de conversa com a caixa musical, a tirar de dentro da caixinha a figura do bichinho e cantar a música infantil relacionada à imagem, como por exemplo: “O Pintinho Amarelinho”, sobretudo para incentivar a desenvoltura e a aquisição da fala. Cabe enfatizar que além da linguagem oral, essa atividade estimula o movimento do corpo através dos gestos e da imitação dos bichinhos, através da dança.

Dessa maneira, este processo de observação e intervenção possibilitou o relato acerca dos instrumentos metodológicos utilizados bem como a aplicação destes e o que eles representaram ao desenvolvimento da criança com TEA.

De acordo com o relatório elaborado a partir da observação, em 11 de maio de 2021, iniciamos a aula presencial, em que alguns responsáveis optaram por permanecer no retorno como os do “M”; que tem participado, dando as devolutivas das suas vivências pelo remoto; dos diferentes temas abordados nas nossas propostas de atividades, desde o ESCUDO PROTETOR com os cuidados necessários nesse período, como as noções de espaço, tempo, ações variadas de cores e formas, quantidades; o respeito às diferenças do outro, todos de forma lúdica atrelados aos Campos de Experiência da BNCC, desenvolvidos a partir do nosso PPA (MÚSICAS, RITMOS E POESIA NA INFÂNCIA), o que estimula o aluno a interagir, participar, e com bastante concentração, como percebido na atividade das formas geométricas, através de fotos enviadas pelo WhatsApp pela família. A partir de 24/05 o educando “M” retornou, e a sua mãe conversou com a professora, relatando que para família e para o desenvolvimento do aluno, o retorno presencial iria proporcionar avanços na aprendizagem. A partir do laudo do neuropediatra diagnosticando o Transtorno do Espectro Autista do aluno “M”, buscou-se melhorar a comunicação com o aluno, que apesar de não se comunicar por meio da fala, ele constantemente puxava as educadoras (agente de educação infantil e a professora) pela mão e apresentava movimentos corporais com a intenção de se comunicar, direcionando-as com o que ele queria, ou seja, um brinquedo, sair da sala ou do refeitório etc.; ao se sentir feliz, as atitudes do aluno eram marcantes: ele pulava e batia com as mãos para expressar uma resposta positiva ao que desejava no momento; estimular ainda mais a sua interação com as outras crianças, visto que gostava de brincar sozinho; incentivar o desenvolvimento

de sua autonomia; - despertar o interesse em participar das atividades propostas.

Já em relação à aluna “MC”, a família adaptou-se bem a modalidade remota, ingressou com facilidade na reunião online e participava com assiduidade, principalmente pelo Aplicativo Rioeduca. Nas devolutivas das atividades a “M C” sempre se mostrou atenta, esperta e alegre na execução. Tudo isso foi observado na execução da atividade com o tema Família, realizou várias poses mostrando as fotos de sua família. Ficamos muito felizes em conseguir alcançar a atenção da família e da criança, meio a tantos desafios, que levamos em consideração os recursos possíveis para a família; atividades que estivessem contextualizadas as suas realidades, para mantermos ainda mais os laços afetivos, cada planejamento enviado, era acompanhado de um vídeo de cada professora no grupo da turma pelo WhatsApp, para evitar uma insegurança ainda maior para o seu retorno a qualquer momento quando o responsável optar.

A aluna “M C” não apresenta dificuldade em locomover-se, tem postura adequada, apresenta equilíbrio corporal com segurança e agilidade nos movimentos sugeridos nas brincadeiras. Faz uso do pincel, e do bastão de cera com firmeza para atividades com pintura. Demonstra interesse constante em participar das atividades propostas, como na roda de conversa que interage com os amigos, através das cantigas com a caixa musical.

A aluna retira a imagem do bichinho e a apresenta do seu jeitinho para o grupo. Reconhece o seu nome e ao ouvir a professora cantar a música: “De quem é esse nome”... “M C”, pega o cartão e leva para pôr na chaminada; entendendo os comandos, regras e combinados da turma na maioria das vezes. Em uma situação ou outra, ela prefere ficar deitada com algum brinquedo. Realiza com facilidade os encaixes de peças de blocos lógicos, e quebra-cabeça simples, consegue correr, pular, saltar, jogar a bola, participar de circuitos etc. O desenvolvimento da autonomia está muito satisfatório, além de alimentar-se sozinha dentro do refeitório. Vale destacar que antes do segundo semestre, o barulho a incomodava muito. Contudo, ao longo do último bimestre, percebeu-se que ela já não mais colocava os dedinhos no ouvido para não ser incomodada. Só ainda não foi possível desfraldá-la, por tratar-se de um processo mais complexo. Embora demonstre através de suas ações e sentimentos os seus desejos, foi possível constatar que a aluna ainda não desenvolveu a linguagem oral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatórios de observação evidenciaram que as ações ocorreram traçando novos desafios que estimulassem “M” e “M C” a interagirem de forma prazerosa em um aprender brincando, fortalecendo ainda mais essa comunicação e os laços afetivos. No entanto, sabe-se que a inclusão depende de uma série de fatores que inclui um ambiente adequado, metodologias de acordo com a especificidade de cada educando, entre outros.

Em resposta a tantos questionamentos acerca dos principais desafios na educação de criança com TEA, durante o período da observação, percebeu-se que, como é importante o profissional de educação ter o conhecimento em Neurociência, já que esta área de estudo possibilita entender como o cérebro de uma criança funciona e qual a melhor forma de estimulá-lo em sala de aula, principalmente quanto ao processo de elaboração das informações durante a aprendizagem.

A experiência de educar, especialmente crianças, jamais pode estar separada da afetividade; em cada turma tem crianças das mais variadas situações de família – e em muitos casos – famílias desestruturadas e sem demonstração de carinho. Estar no EDI para muitos, é o momento de receber novos conhecimentos, mas também de trocas com os colegas e educadores, e essa interatividade se solidifica através do acolhimento/afeto nas aulas.

O objetivo de mostrar a afetividade e ludicidade - em sala de aula – como ferramenta/ recurso de aprendizagem foi alcançado, através da narrativa do relato de experiência. Assim como a presente pesquisa apontou no relatório de “M” e “M C, toda a turma reagiu positivamente à professora com as atividades propostas, evidenciando, dessa forma, que o caminho, a busca pela participação da família, o cumprimento das leis básicas da educação, a relação entre a professora-alunos a formação continuada são elementos que contribuem para uma inclusão significativa, efetiva, mediante aos desafios encontrados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPAL, Ead. Educação Continuada à Distância. **Transtorno do Espectro Autista**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.iped.com.br/ava/aulas/72912>. Acesso em 22 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Centro Gráfico do Senado Federal – Brasília, 1988. BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. **Lei nº 12.764/12, 27 de dezembro de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais Curriculares para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF, 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. **Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação/SEE, 2008.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar**. 5 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987, p. 49-76.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos Infantis – Jogos, a criança e a Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1999.

OLIVEIRA, Mário Cezar de. **A neurociência e suas conexões com as bases educacionais**. Monografia (Especialista em Neurociência Pedagógica) 37 f.. Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2011.

RELVAS, Marta Pires. **Neurociências e transtornos de aprendizagem: as múltiplas eficiências para uma educação inclusiva**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

RIO DE JANEIRO. **Deliberação E/CME nº 24, 03 de dezembro de 2012**. Fixa normas para atendimento na Educação Especial em instituições de Educação Infantil, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2012a. Disponível em: <http://doweb.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 21 dez. 2021.

SALAMANCA. **Declaração de Salamanca**. (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994.

VYGOTSKY, Lev. S. **Psicologia Pedagógica** – edição comentada. Porto Alegre: Artmed, 2003.

WALLON, Henri. **Psicologia e Educação da Infância**. Lisboa: Estampa. 1975.

Maria das Graças Ribeiro

Discente do Curso de Direito

Centro de Ensino Superior de Ilhéus – CESUPI

Taiana Levinne Carneiro Cordeiro

Docente do Curso de Direito

Centro de Ensino Superior de Ilhéus – CESUPI

RESUMO

O presente trabalho consistiu em apresentar a aplicação das medidas socioeducativas à luz da lei n.º 12.594/2012, analisando a sua execução e particularidades com referência aos adolescentes que praticam algum ato infracional. O objetivo é mostrar a importância dessas medidas como meio de cumprir a finalidade de ressocialização. Para tanto, primeiramente será abordada, de forma breve, a luta pela conquista dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. Em sequência será abordado sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), seguido de seus princípios e garantias, bem como, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), e por fim, a aplicabilidade das medidas socioeducativas, de maneira a explicar o que caracteriza um ato infracional e como ocorre a sua apuração. O método de abordagem foi dedutivo, através de um procedimento estruturalista que permitiu buscar informações acerca do problema, obtendo-se as conclusões adequadas. Conclui-se que o menor de idade possui seus direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e Adolescente, em especial o direito a proteção e reintegração por meio das medidas socioeducativas, o que contribui para o desenvolvimento pessoal e autoanálise dos destes.

Palavras-chave: adolescente; ato infracional; medidas socioeducativas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho, tem como prioridade ressaltar as finalidades pertinentes as medidas socioeducativas resguardadas pelos princípios constitucionais, ao qual inclui o estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de n.º 12.594/2012 referente ao sistema nacional de atendimento socioeducativo. Essa lei, tem por objetivo estabelecer medidas socioeducativas de forma ampla para os menores infratores, buscando informar claramente as pautas e propostas que visam a reinserção social, pois na maioria das vezes existe uma ignorância plena da sociedade sobre tais medidas, o que dificulta a compreensão que é tanto de responsabilidade

do estado, quanto da família e do meio social.

Assim, as medidas socioeducativas são medidas aplicáveis a adolescentes envolvidos na prática de um ato infracional, estando previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), se apresentando de forma gradativa, desde a advertência até a privação de liberdade.

Posto isso, o trabalho tem como objetivos, estabelecer as medidas socioeducativas de forma ampla, buscando informar claramente as pautas e propostas principais que visam a reinserção efetiva do menor infrator, bem como, intentar com a sociedade uma análise partindo do princípio da dignidade humana, juntamente com a ressignificação de valores, reflexão interna, e a identificação nos parâmetros legais das formas abrangentes de medidas socioeducativas, considerando o contexto pessoal do adolescente e sua capacidade para cumpri-la.

Dessa forma, construiu-se o seguinte questionamento: “Por que é importante a aplicabilidade das medidas socioeducativas, no contexto pessoal para o menor infrator à luz do SINASE (sistema nacional de atendimento socioeducativo)?”.

Justifica-se, que este tema merece atenção, pois há preocupação por parte das referidas instituições em promover políticas para a efetiva aplicação das leis, havendo omissão por parte do estado, e conseqüentemente ausência da assistência familiar e social.

Em termos metodológicos, considerando a natureza do estudo a pesquisa é bibliográfica, baseada na legislação atualizada, doutrinas, revistas de caráter científico e educacional. O método de abordagem foi dedutivo, através de um procedimento estruturalista que permitiu buscar informações acerca do problema, obtendo-se as conclusões adequadas.

Logo, o tratamento legal a que se atribuiu a prática do ato infracional deve ser analisado em face do conjunto dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, resgatando o adolescente para uma vida fora da marginalização, possibilitando sua reintegração social na família e na sociedade, garantindo-lhes a alimentação, educação, saúde, cultura, lazer e profissão.

BREVE HISTÓRICO DOS DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS NO BRASIL

Muitas foram as legislações implantadas no Brasil com o objetivo de desacelerar a criminalidade infantil causada por inúmeros fatores externos, porém, para a época, onde não havia conhecimento dos direitos da criança e do adolescente, todas se tornaram ineficazes.

O século XIX foi marcado pelo início da luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes.

Conforme Santos:

Desde o século XIX, os contratempos envolvendo os

menores começaram a surgir no mundo inteiro e, inclusive, no Brasil. As causas desses contratempos, com certeza, se deram em razão do grande desenvolvimento das indústrias, bem como do trabalho assalariado, principalmente das mulheres. A maioria dessas mulheres tinha de deixar seus filhos menores sozinhos, para que pudessem sustentar seus lares e, em decorrência disso, essas crianças acabavam por sofrer uma forte instabilidade seguida de uma degradação de valores, o que as levavam a cometer crimes. (SANTOS, 2021, pág. 10)

Os motivos que levam esses jovens ao mundo da criminalidade começam na maioria dos casos dentro de casa, onde muitos não dão a devida atenção, seja por negligência ou a falta deles por questões profissionais. No século XX essa legislação avançou, se aperfeiçoou e foi marcada pelo conhecimento básico dos direitos das crianças:

O século XX recebeu a marca do controle jurídico-disciplinar sobre infância, representado especialmente pela aprovação do Código de Menores de 1927, que inseriu o direito do menor do ordenamento jurídico brasileiro, e sua versão, com nova roupagem, em 1979, fundada na ideia de situação irregular. Afirma que o Código de Menores veio alterar e substituir concepções obsoletas, como as de discernimento, culpabilidade, penalidade, responsabilidade, pátrio poder, passando a assumir a assistência ao menor de idade, sob a perspectiva educacional. (SANTOS, 2021, pág. 15)

Começa-se a discriminar a capacidade da incapacidade com base em sua idade, deixando de punir o menor infrator e passando a entender que questões referentes a infância e a adolescência, deveriam ser abordadas fora da perspectiva criminal. Ou seja, em 1940 foi estabelecido a inimizabilidade aos menores de 18 anos, atribuindo à legislação especial a análise dos atos cometidos por menores abandonados ou delinquentes sob uma pedagogia corretiva e de caráter tutelar.

Já em 1941, foi criado o Serviço de Assistência à Menores ou SAM, com o intuito de propiciar a proteção integral aos menores, dando lugar em 1964 para a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor conhecido como FUNABEM, cuja finalidade era de orientar, coordenar e fiscalizar as entidades executoras da política nacional.

Em 1978, o governo brasileiro criou a Comissão Nacional do Ano Internacional da Criança criando a doutrina de situação irregular, que se tratava de em sistema tutelar cujas medidas não passavam de verdadeiras sanções disfarçadas em medidas de proteção.

Sendo assim, a doutrina da proteção integral foi consagrada no artigo 227, parágrafo 3 da Constituição Federal de 1988 que permanece até os dias atuais:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, online).

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola; (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

VI - estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010) (BRASIL, 1988, online).

Com a proteção dada pela Constituição federal, a lei n.º 8069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente conhecida também pela sigla ECA, entra em vigor com objetivo de garantir o que a carta magna estabelecia.

O Estatuto da criança e do adolescente-ECA

O Estatuto da criança e do adolescente, lei de n.º 8.069/90, representa um marco na consolidação do Direito da Criança no Brasil, pois, reconhece que as crianças e adolescentes são sujeitos de direito em condição de desenvolvimento e, portanto, devem ser prioridade absoluta do Estado.

Foi criado como lei complementar, com o intuito de regular os dispositivos já presentes na Constituição Federal, ao qual prevê às crianças

e adolescentes o direito vida, saúde, alimentação, esporte, lazer, profissionalização, educação, cultura, dignidade, respeito e a convivência familiar e comunitária, garantindo condições de desenvolvimento moral, físico e social de modo que possam estar preparados para a vida adulta em sociedade.

Nesse sentido, é o entendimento de Barros:

Com o Eca inicia-se uma série de transformações sociais, políticas e administrativas, para crianças e adolescentes brasileiros, pois a Justiça da Infância e da Juventude ganha amplitude para legislar, para todas as crianças e adolescentes. Portanto podemos dizer que o Eca resgata e dignidade da justiça da infância e da juventude, retirando dela as atribuições de assistência social e reforçando sua natureza processual de órgão de controle jurisdicional. Entre os novos avanços jurídicos disponíveis para defesa dos direitos da criança e do adolescente, o ECA inclui instrumentos já disponíveis ao conjunto da população, tais como as ações civis de proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos. (BARROS, 2014, pág. 32)

Para melhor entendimento do assunto a ser discutido a seguir, é necessário entender o estatuto. Este é composto por dois livros, distinguindo a criança como indivíduos de até 12 anos incompletos, dos adolescentes entre 12 e 18 anos.

Nesse sentido, tem a parte geral do artigo 1º ao artigo 85 que trata dos direitos fundamentais e da prevenção à violação dos direitos da criança e do adolescente. A segunda parte trata das medidas socioeducativas para adolescentes, assim como, as medidas de proteção para a criança, como por exemplo, as práticas de atos infracionais, as medidas pertinentes aos pais ou responsáveis, conselhos tutelares, acesso à justiça, crimes e infrações administrativas.

Princípios gerais e orientadores do Estatuto da criança e do adolescente

O estatuto possui três princípios gerais e orientadores. O primeiro, é o princípio da prioridade absoluta, previsto pelo artigo 227 da CF/88 e artigo 4º do ECA, que dá prioridade absoluta aos direitos e interesses deste grupo, assegurando que, em qualquer situação, encontre-se a alternativa que garanta que os interesses da criança e do adolescente sempre em primeiro lugar.

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito,

à liberdade e à convivência familiar e comunitária.(BRASIL, 1990, online).

Em segundo, tem o princípio do melhor interesse, ao qual a criança e adolescente devem ter seus interesses tratados com prioridades, tanto pelo Estado, quanto pela sociedade e família almejando viver uma vida digna.

E por fim, o princípio da municipalização: Art. 88: “São diretrizes da política de atendimento I – municipalização do atendimento” (BRASIL, 1990, online), onde exige que cada município instale seus conselhos, sendo essencial atuação do Ministério Público, fiscalizando a elaboração da lei orçamentária, para que sejam asseguradas as prioridades nos programas sociais e a destinação de recursos para programações, culturais, esportivas e de lazer, voltadas para a infância e juventude conforme estabelecido na redação do artigo 59.

Ou seja, esse princípio conforme Bandeira (2006) resulta no reconhecimento de que o município deve se responsabilizar pela coordenação e execução das medidas socioeducativas no meio aberto. Dessa forma, cumpre o papel de controle social, recuperando o adolescente por intermédio dos programas socioeducativos que, por meio da oferta de um conjunto de serviços e políticas, devem favorecer alternativas de reinserção social.

É o que afirma Simões:

É necessário, além desses requisitos, que os Municípios recebam apoio técnico (assessoria e capacitação) e financeiro da União e do Estado-membro ao qual pertencem, uma vez que o atendimento socioeducativo exige a constante qualificação dos profissionais em relação à nova política de atendimento aos adolescentes autores de ato infracional e ampliação dos recursos financeiros para a política. Em síntese, o acesso às políticas sociais, indispensável ao desenvolvimento dos adolescentes, dar-se-á, preferencialmente, por meio dos equipamentos públicos mais próximos do local de residência do adolescente (pais ou responsáveis) ou de cumprimento da medida. (SIMÕES, 2014, pág. 15)

Portanto, a municipalização do atendimento às medidas socioeducativas é responsabilidade da comunidade local e, por isso, envolve uma rede de serviços do Poder Público e de instituições não governamentais ou privadas.

AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

O artigo 103 do ECA determina que qualquer conduta que seja considerada crime ou contravenção penal praticada por um adulto, é um ato infracional se cometida por criança ou adolescente.

“ Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime

ou contravenção penal.(LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.)”

Sendo assim, nesses casos, o ECA estabelece a adoção de medidas protetivas às crianças, e as medidas socioeducativas aos adolescentes.

As medidas possuem natureza jurídica sancionatória e impositiva cujo papel é presidido pelo princípio educativo, visando à proteção integral do adolescente e à sua reinserção na sociedade, estando previstas no Capítulo IV, nos artigos 112 a 130 do Estatuto.

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. 22

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições. (BRASIL, 1990, online).

As medidas socioeducativas estão pautadas principalmente em uma proposta pedagógica, que visa à reinserção social do jovem, partindo da ressignificação de valores e da reflexão interna.

Cita-se ainda:

Art. 111. São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias: I - pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente; II - igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa; III - defesa técnica por advogado; IV - assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei; V - direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente; VI - direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.(BRASIL, 1990, online)

Ainda que não estejam submetidos ao Código penal, o adolescente está sujeito a uma legislação especial que acarreta consequência jurídicas

para a sua conduta infratora abordada no capítulo seguinte.

Ou seja, a aplicação dessas medidas socioeducativas à adolescente acusado da prática de ato infracional está sujeita a um procedimento próprio, regulado pelos artigos 171 a 190 do ECA, que pressupõe a observância de uma série de regras e princípios de Direito Processual, como por exemplo, o contraditório, ampla defesa, e o devido processo legal, insculpidos nos artigos 110 e 111 do ECA, assim como no art. 5º, incisos LIV e LV da CF, em conjunto com normas e princípios próprios do Direito da Criança e do Adolescente, com ênfase para os princípios da prioridade absoluta e da proteção integral à criança e ao adolescente:

Transitada em julgado a sentença que julgou procedente a representação ou homologada a transação socioeducativa pela qual o adolescente, seus pais ou responsável, concordaram com a aplicação de alguma medida em meio aberto, nasce para o Estado um título executivo judicial. Com efeito, o Estado estará legitimado a privar da liberdade o adolescente, restringindo, ou afetando o exercício de seus direitos subjetivos e constitucionais, devendo a resposta do Estado deve ser consentânea com a principiologia adotada pelo ECA, voltada para seu aspecto fundamentalmente pedagógico, em face da condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento e como sujeito de direitos. (GONÇALVES, 2018, pág. 08).

Conforme Bandeira (2006) a finalidade do procedimento para apuração de ato infracional praticado por adolescente, ao contrário do que ocorre com o processo- crime instaurado em relação a imputáveis, não é a aplicação de uma sanção estatal, mas sim, a proteção integral do adolescente.

Logo, é de fundamental importância que autoridade competente tenha o cuidado ao decidir sobre qual medida irá aplicar ao caso concreto.

Medidas não privativas de liberdade

Após realização do procedimento do ato infracional, é apurada a medida socioeducativa que melhor se aplica ao adolescente. Por tanto, as medidas não privativas de liberdade são aquelas em que não há restrição total da liberdade.

Há a advertência, onde o juiz chama a atenção do jovem para que ele não repita aquele ato infracional, sendo unânime o entendimento que não deve ser aplicada mais de uma vez, servindo como um aviso, e caso aconteça, deve-se aplicar uma outra medida, para que fique claro que não haverá impunidade.

Há a reparação o dano, aplicada aos que cometem atos infracionais contra o patrimônio, sendo assim, o magistrado determina que o dano seja reparado. Sendo assim, apesar do caráter personalíssimo e intransferível, o

Código Civil prevê que, se o adolescente infrator tiver 16 anos à época do fato, a responsabilidade em reparar o dano será exclusivamente de seus pais ou responsável, e se tiver entre 16 e 21 anos à época do fato responderá solidariamente com seus pais ou responsável pela reparação do dano.

A prestação de serviços à comunidade, com duração máxima de 6 meses, prestando serviço em entidades assistenciais ou outros estabelecimentos públicos. Este difere da punição do adulto pela questão operacional, assim, o jovem submetido a essa medida deverá ser acompanhado e orientado por um profissional que fará um relatório de atividades, sendo submetido à autoridade judiciária para a avaliação e a fiscalização do cumprimento da medida

E por fim, a liberdade assistida, que acompanha os casos anteriores quando o adolescente não é privado de sua liberdade, entretanto, ele passa a ser assistido por alguém do estado, normalmente do conselho tutelar, que passa a acompanhar o jovem durante um determinado período a ser fixado pelo juiz.

Menciona o artigo 118: “A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente”. (BRASIL, 1990, online).

Medidas privativas de liberdade

Já as privativas de liberdade, limitam integralmente o jovem de sua liberdade, é a forma mais branda também com caráter educativo.

Há a semiliberdade, conforme artigo 120 do ECA que diz que o regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início ou como forma de transição para o aberto, condicionada a prática de atividades externas sem autorização judicial, sendo obrigatórias a escolarização e profissionalização, devendo, sempre que possível, utilizar recursos advindos da comunidade. Ou seja, os adolescentes podem trabalhar e estudar durante o dia, mas devem retornar à entidade especializada no período noturno;

E por fim, a Internação por tempo indeterminado, aplicada em caráter excepcional em casos mais graves:

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando: I- tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II- por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III- por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. Parágrafo 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a três meses
Parágrafo 2º Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada. (BRASIL, 1990, online)

O adolescente tem privação total da liberdade, constituindo medida

privativa de liberdade, sujeito aos princípios da brevidade, excepcionalidade, bem com o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

LEI 12.594/12 – SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE)

A Lei de n. º12.594 de 18 de janeiro de 2012, conhecida como Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), surgiu com a finalidade de colocar em prática o que estava previsto no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da criança e do adolescente, determinando a execução das medidas socioeducativas designadas aos adolescentes que pratiquem atos infracionais.

Em seu artigo 1º, parágrafo 1º, traz o conceito, como um conjunto de princípios, regras e critérios que realizam a aplicação das medidas socioeducativas disciplinada no artigo 112 do ECA. (BRASIL, 2012, online), com o intuito segundo Nunes e Bosco (2016) de sistematizar e organizar as entidades de atendimento ao menor infrator, com o apoio multidisciplinar de profissionais dedicados na busca da proteção dos direitos dessas crianças e adolescentes.

Dessa forma, trata-se de uma política pública que visa a efetivação de uma recondução à vida em sociedade, sem o cometimento de atos infracionais, ou até mesmo que se torne um adulto envolvido no crime:

O que o SINASE propõe é uma ação educativa, com atendimento aos jovens que cometem atos infracionais, em meio aberto ou em casos de restrição de liberdade, ressaltando-se, que há uma expressa preferência para que tal ação educativa seja aplicada em meio aberto, onde, situações de semiliberdade ou de internação são aplicadas apenas em casos extremos, levando-se em consideração os princípios da brevidade e da excepcionalidade. (NUNES; BOSCO, 2016, online).

Como um sistema integrado, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo procura articular a corresponsabilidade entre o Estado, a família e a sociedade, visando a aplicação efetiva das medidas não restritivas de liberdades e as restritivas.

A IMPORTÂNCIA DA APLICABILIDADE E EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A execução das medidas socioeducativas necessita da participação e colaboração de vários operadores do direito, quais sejam, o juízo de execução, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as Entidades de Execução das Medidas em Meio Aberto e as Entidades de Execução de Meio Fechado, para que assim possa se obter a eficácia das medidas socioeducativas.

Partindo dos princípios constitucionais e leis específicas, o objetivo é dá ao infrator uma perspectiva de vida para se tornar um adulto preparado que possa viver no meio social de forma que seja produtiva.

A psicologia jurídica assume um papel fundamental, pois a criminalidade precisa ser compreendida como um elemento sociocultural:

A Psicologia Jurídica, na sua totalidade, não é apenas um instrumento a serviço do jurídico. Ela limita as relações sociais, muitas das quais não chegam a ser selecionadas pelo legislador. Essa tarefa é uma dinâmica diária de investigação psicológica do direito, através de formulários, questionamentos, entrevistas e outros. Buscando na psicologia uma luz para os fins do direito. (NUNES; BOSCO, 2016, online).

Por tanto, a psicologia exige um estudo dos profissionais na atuação, sendo necessário também a participação de todos os envolvidos.

Além disso, é necessário estar atento ao seio familiar, pois apesar de ser a base crucial da socialização, esta pode interferir de maneira negativa na vida do indivíduo, sendo necessário o acolhimento em uma instituição adequada para não haver piora no quadro, pois, é neste ambiente que o indivíduo apresenta seu aspecto psicossocial, ao qual desenvolve as regras da convivência em sociedade, formando com isso, o seu caráter.

Logo:

A sociedade e o Estado têm o dever de impor, auxiliar, proteger e trazer aos adolescentes meios de contribuição para diminuir o envolvimento nos atos infracionais, buscando a aplicação e execução das medidas socioeducativas, para tentar a ressocialização daqueles que cometem atos infracionais, buscando com isso a prevenção da criminalidade por meio de meios pedagógicos e didáticos. (GONÇALVES, 2018, pág.10).

Por isso, deve acolhê-lo e protegê-lo em um ambiente saudável que transmita valores e princípios.

Há julgados de casos concretos que confirmam:

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. ECA. ATO INFRACIONAL. AMEAÇA. PRELIMINAR. AUSÊNCIA DE LAUDO INTERDISCIPLINAR. MÉRITO. AUTORIA E MATERIALIDADE CONFIRMADA. APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE ADVERTÊNCIA. CABIMENTO. PROPORCIONALIDADE ENTRE O ATO INFRACIONAL E A MEDIDA IMPOSTA. IMPROVIMENTO DO APELO. Fato. Provado que o apelante ameaçou, por intermédio de gestos e palavras, causar mal injusto ou grave à vítima,

consistente em agredi-la com socos. Sentença. Confirmada a sentença condenatória que aplicou medida socioeducativa de advertência. PRELIMINAR Ausência de laudo O laudo Inter profissional é facultativo, podendo o juiz, se entender que nos autos residem as provas suficientes para formar sua convicção. Reiterados precedentes da câmara. No caso é desnecessário e não se verifica prejuízo. Inexistência de nulidade. MÉRITO Autoria A autoria foi comprovada pela prova oral colhida em juízo. Materialidade Boletim de ocorrência e prova oral colhida em juízo que provam a respeito da materialidade do fato praticado. Medida Socioeducativa Certa a autoria e a materialidade, inexistindo causa ou fatores para a improcedência da representação, a aplicação da medida socioeducativa é de rigor. Caso em que vai confirmada a sentença que julgou procedente a representação e aplicou ao representado a medida socioeducativa de advertência, pelo fato tipificado no art. 147 do Código Penal. REJEITARAM A PRELIMINAR. NO MÉRITO, NEGARAM PROVIMENTO. (Apelação Cível nº 70057709263, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Porta Nova, Julgado em 27/02/2014).

É fundamental a criação de mais políticas públicas pois trata-se de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que resguardam e protegem os direitos das crianças e dos adolescentes conforme estabelece artigo 3º e 87º do Estatuto da Criança e do adolescente:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de 28 desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (BRASIL, 1990, online).

Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento: I - políticas sociais básicas; II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem II - serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção

social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; V - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos. (BRASIL, 1990, online).

Dessa forma, o poder Judiciário deve empregar a medida socioeducativa que seja mais adequada a cada caso, tendo sua integralidade imparcial e consciente de que existem chances de ressocialização e recuperação desse adolescente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo demonstra a importância da aplicação da medida socioeducativa para ressocialização do menor infrator, pois o fenômeno da adolescência em conflito com a lei é questão complexa e determinada por múltiplos fatores.

O objetivo dessas medidas é reeducar esses adolescentes para que eles não pratiquem mais esses atos, como também preparar eles para o convívio com a sociedade lhes ofertando uma estrutura adequada e um atendimento que atenda suas necessidades.

Contudo, na prática não acontece de acordo como está previsto em lei. A população necessita deixar o preconceito de lado em querer o retrocesso da legislação quando o crime ou a contravenção penal se tratar de menor infrator como autor.

É necessário exigir dos órgãos competentes a efetivação e aplicação das medidas, cobrando por uma melhora, já que a execução destas em alguns pontos deixa a desejar.

Dessa forma, conclui-se que as medidas socioeducativas buscam amenizar os conflitos, protegendo o adolescente e a dignidade do mesmo, para que não sejam ameaçados diante do contexto social.

Essas medidas precisam prevalecer, visando a uma expectativa para um novo caminho, renovação de vida e crescimentos dos valores. Para isso ser possível, é importante exigir o seu efetivo cumprimento, assegurando que as leis transcendam para a realidade, pois sabe-se, que o sistema é falho, e punir o adolescente ao em vez de exigir uma resposta do estado, é algo inaceitável.

Sendo assim, essa questão deve ser tratada como um problema tanto no âmbito jurídico, quanto da psicologia e sociologia, para se entender os fatores, criando políticas públicas que deem amparo a esses jovens durante e após o cumprimento da execução das medidas, garantindo a ressocialização e evitar a reincidência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, Andréa Rodrigues, SANTOS, Ângela Maria Silveira dos, MORAES, Bianca Mota de CONDACK, Claudia Canto, BORDALLO, Galdino Augusto Coelho, RAMOS, Helena Vieira, MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade, RAMOS, Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers, TAVARES, Patrícia Silveira. **Curso de direito da criança e do adolescente**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho, Ensaio sobre a afirmação e a negociação do trabalho**. 1ed. São Paulo. Boitempo.editorial,1999.

Apelação Cível nº 70057709263.Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova. Julgado em 27/02/2014

BANDEIRA, Marcos. **UESC:Atos infracionais**. Ilhéus-Bahia: Editus, 2006.

BARROS, Thaís Allegretti. **EFICÁCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS FRENTE À CRIMINALIDADE INFANTO-JUVENIL**. 2014. Disponível em < thais_barros.pdf (puhrs.br)> Acesso em 31 de maio de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 12 mai. 2022.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 12 mai. 2022.

BRASIL. Lei 12594/12. **Dispõe sobre o sistema nacional de atendimento socioeducativo- SINASE**. Disponível em< L12594 (planalto.gov.br)> Acesso em 31 de maio de 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Tereza, 1989.

GONÇALVES, Maria Gabriela Rodrigues. **AS MEDIDAS SOCIEDUCATIVAS E A RESSOCIALIZAÇÃO DO MENOR INFRATOR**. 2018. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/830/1/Monografia%20-%20Maria%20Gabriela.pdf>. Acesso em 03 de novembro de 2022.

Relatório sobre o perfil dos adolescentes que cumprem, Medidas Socioeducativa nas CASES de Salvador/Ba- ESDEP- Editorial- Editorial- Editorial- Editorial- Editorial-copyriht@2020Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Recomendação conjunta de nº1, de 09 de setembro de 2020. planalto.gov.br/_ato2020-2021.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. Ed. 7ª. São Paulo, 2014 (Biblioteca básica de serviço social).

NUNES, Maria Clara; BOSCO, Gian Paolo. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE): Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. 2016. Disponível em: < Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE): Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 - Jus.com.br | Jus Navigandi> Acesso em 31 de maio de 2022.

SANTOS, Rosimeire Batista dos. **STATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA RESPONSABILIZAÇÃO DOS ATOS INFRACIONAIS**. 2021. Disponível em< TCC - ROSIMEIRE.pdf (pucgoias.edu.br)> Acesso em 31 de maio de 2022.

TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do direito/ Jorge Trindade**. 7ª ed. rev.atual, E-ampl- Porto Alegre: Livraria do Advogado. Editora. 2014.

Zilclea Costa de Souza Bezerra

Graduada no Curso de Letras – Língua Portuguesa
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Graduada no Curso Tecnólogo - Gastronomia
Universidade Potiguar - UNP

Graduanda no Curso de Especialização –
Tecnologias Educacionais e Educação a Distância
Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN

Edmar Peixoto de Lima

Docente do Curso de Letras – Língua Portuguesa
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

RESUMO

Os estudos terminológicos apresentam em seu arcabouço teórico diversas áreas de investigação. Em razão disso, os objetos analíticos da Terminologia se configuram em diferentes perspectivas de análise. Com base nesse entendimento, delimitamos a definição terminológica (DT) como foco de pesquisa deste trabalho, que objetiva, por sua vez, investigar as concepções teóricas sobre definição. Metodologicamente, aludimos à revisão bibliográfica, considerando as vertentes teóricas da Teoria Geral da Terminologia (TGT) e da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). Como resultados, a pesquisa demonstra que o conceito de definição se configura em semelhanças e diferenças, considerando as filiações teóricas de cada uma das áreas de estudos.

Palavras-chave: conceito; definição; terminologia.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho¹, nosso enfoque consiste em discutir, com base em uma revisão bibliográfica, os aspectos conceituais que envolvem a definição terminológica, com destaque para averiguar as diferenças entre as vertentes teóricas Teoria Geral da Terminologia (TGT) e Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). Em linhas gerais, fundamentamo-nos, teoricamente, nos

¹ Este trabalho é resultado da pesquisa PIBIC (2020-2021), intitulada “As vertentes teóricas da argumentação sob a lente das ciências do léxico: uma perspectiva de organização do repertório terminológico da área”. Coordenada pela professora Edmar Peixoto de Lima, Lima que atualmente é professora de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Vernáculas (DLV), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), é membro fundadora do GEDAL, atua no (PROTEXTO), LABLEX e GPELL e tem diversas publicações na área da Linguística, Lexicografia e Terminologia e Terminografia e Linguística Textual.

posicionamentos defendidos por Wüster (1988), Cabré (1993, 1999, 2001), Abbade (2020), entre outros.

Nosso interesse por este tema se baseia na necessidade, que observamos, de traçar alguns encaminhamentos no que se refere às definições, pois esse é um assunto que ainda suscita dúvidas e carece de um maior aprofundamento por parte dos terminólogos. Sobre esse objeto de estudos, inferimos que a problemática existente no processo de conceituação do repertório terminológico das áreas especializadas nos motiva a entender os preceitos que norteiam o uso das definições. Assim, a pesquisa se justifica por possibilitar um resgate conceitual e permitir o alargamento da compreensão do fenômeno, com relação à evolução desse objeto da Terminologia.

Sendo assim, este artigo viabiliza a compreensão de duas formas de definir e salienta a importância de vincular os conceitos aos aspectos representativos das áreas especializadas. Assim, inquieta-nos saber quais as concepções sobre definição terminológica que circulam no campo de estudo da Terminologia? E, por essa razão, com o intuito de responder a esta questão, objetivamos investigar as conceitualizações sobre definição terminológica, considerando duas vertentes teóricas da Terminologia.

Por esse viés, este artigo se organiza da seguinte forma: a introdução, em que apresentamos os nossos posicionamentos iniciais; a segunda seção que trata da contextualização dos estudos em Terminologia; em seguida, expomos as discussões sobre os aspectos teóricos que caracterizam a definição terminológica para as vertentes delimitadas neste trabalho e, por fim, compartilhamos as nossas considerações finais e as referências mobilizadas para a construção do artigo.

Em suma, recorreremos à noção de que a Terminologia possibilita interfaces com áreas correlatas por seu caráter interdisciplinar, uma vez que dialoga com outros campos do conhecimento, na tentativa de esclarecer os aspectos que envolvem o repertório destas áreas. Portanto, compreender o processo definitório dos termos contribui para facilitar a ação de definir as terminologias pertencentes às áreas de especialidade.

CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS TERMINOLÓGICOS

Considerando os objetos analíticos da Terminologia, que se configuram em diferentes perspectivas de análise, decidimos averiguar os preceitos conceituais da definição terminológica (DT). Nesse tópico, abordamos, em súpula, informações sobre os conceitos que norteiam a definição, com base nas duas vertentes teóricas da Terminologia de maior destaque nas pesquisas investigadas neste trabalho.

Os estudos terminológicos não se configuram em pesquisas recentes, embora tenham atingido espaço de destaque após a Revolução Industrial, por ter contribuído e estimulado inúmeras pesquisas em diferentes áreas do conhecimento. Convém destacar que no século XXI, esses estudos se tornam ainda mais expressivos com o avanço da tecnologia.

Nas palavras de Lima (2017, p. 55), a “Terminologia é uma disciplina considerada por Wüster (1988) como autônoma e multidisciplinar, que funciona em ‘parceria’ com as demais ciências”. Sobre esse pensamento, concordamos com a autora e recorremos aos preceitos de Krieger (2010, p. 314), para quem “sem terminologia não se faz ciência, nem se descreve uma técnica, nem se exerce uma profissão especializada”.

Principiamos nosso percurso com os posicionamentos defendidos por Finatto (2001, p. 60) ao tratar da TGT como a primeira teoria de maior destaque nas pesquisas terminológicas. De acordo com a autora:

Desde seu período de maior destaque, nas décadas de 50 a 70, até os dias de hoje, as ideias wüsterianas têm acompanhado, como um marco, grande parcela dos estudos sobre as terminologias técnico-científicas e têm sido citadas na maioria dos compêndios e manuais de Terminologia. Importa dizer, entretanto, que Wüster não foi o único, nesse período, a voltar-se para os fenômenos de uma comunicação especializada.

Sob essa perspectiva, a TGT nos presenteia com os aportes teórico-metodológicos basilares para se discutir e propor produtos terminográficos e nos incita a compreender a noção de termo para uma área especializada. Entre essas orientações, destacamos a concepção de univocidade para caracterizar o repertório terminológico de um domínio.

Convém salientar que, essa vertente se configura em essencial no desenvolvimento e evolução dos estudos terminológicos. Visto que, os preceitos defendidos por Wüster (1988) são necessários nos estudos atuais, inclusive para nos guiar nas possíveis escolhas que o terminológico precisa fazer ao decidir desenvolver um trabalho com o viés terminológico. Sob esse contexto, por meio das ideias defendidas por Wüster (1998), surgem vertentes que atribuem aos estudos novas perspectivas de análise que têm em comum “fazer da Terminologia uma disciplina mais descritiva (e menos prescritiva)” (ALMEIDA, 2012, p. 201).

Assim, embora Wüster (1988) tenha estabelecido os princípios basilares da Terminologia e defendido a univocidade dos termos, outros estudiosos apontam para outras percepções o que é condizente com o dinamismo terminológico. Assim, o surgimento de outras vertentes teóricas, tais como: Socioterminologia, Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST), Terminologia Textual, Terminologia Cognitiva, Terminologia Cultural, Terminologia da Argumentação, Terminologia baseada em frames a TCT entre outras, confirmam o caráter de imprescindível dos estudos sobre os itens lexicais.

Convém salientar que neste trabalho, delimitamos o conceito de DT defendida pela TGT e TCT, a primeira idealizada por Wüster (1988) e a segunda por Cabré (1999). A TCT se configura em importante por contemplar os aspectos comunicacionais que norteiam a comunicação especializada. Para justificar a escolha pela TCT neste artigo, retomamos às palavras de

Almeida (2006. P.86), quando afirma que a “grande influência da TCT no Brasil não é sem razão, haja vista que uma teoria descritiva de base linguística parece ser muito mais adequada ao âmbito brasileiro: país monolíngue com grande variedade dialetal”. Portanto, a nosso ver a TCT demonstra ser uma abordagem que atende às exigências no tratamento da definição, considerando os aspectos diferentes entre a TGT e TCT.

Ainda sobre a TCT, Finatto, (2001, p. 69) assevera que:

Nessa nova perspectiva, a Terminologia passa a ser concebida como um campo interdisciplinar, em construção, estabelecido pelos aportes de quatro teorias: uma teoria do conhecimento, uma teoria da comunicação, uma teoria dos signos e uma teoria da linguagem que dê conta, essa última, das unidades terminológicas compreendidas como **USES**².

Com base nesses posicionamentos, Almeida (2012, p. 32) amplia as concepções sobre a importância da TCT para os estudos da linguagem e assinala que “os objetos terminológicos (conhecimento especializado, textos especializados, unidades terminológicas) devem ser estudados sob três perspectivas: a perspectiva social, a perspectiva cognitiva e a perspectiva linguística.”

Tomando por base as palavras da autora, convém salientar que delimitar a TCT como aporte teórico para averiguar o conceito da definição terminológica, em comparação com os preceitos da TGT neste trabalho, obriga-nos a considerar os aspectos pragmáticos que circundam a comunicação especializada.

ASPECTOS CONCEITUAIS DA DEFINIÇÃO TERMINOLÓGICA

Sobre a definição terminológica, convém lembrar que esse é um dos objetos de investigação da Terminologia que, por sua vez “é constituída por marcas características do conceito” (MARTINS, 2015, p. 340). Ou seja, o ato de definir em um trabalho terminológico consiste em estabelecer elementos teóricos e metodológicos que possibilitem mobilizar as características da área de especialidade cujos termos estão sendo definidos.

Ainda com base nos preceitos defendidos por Martins (2015, p. 340), a “definição tem um papel determinante na terminologia”, e para tal, diante da complexidade de ordem conceitual, visto que o entendimento sobre esse tema não é consensual, apresentamos dois pontos de vista e explicitamos algumas concepções sobre esse objeto de estudos.

De acordo com Krieger e Finatto (2004), há três tipos de definições: “Terminológica, Lexicográfica e a Enciclopédica ou Explicativa”. Para nós, interessa-nos estabelecer encaminhamentos, conforme já salientamos, sobre a terminológica.

² Unidades de Significação Especializadas (USES).

Portanto, com base nas palavras de Flores (2017, p. 171), consideramos que “estabelecida a distinção entre definição (procedimento) e conceito (resultado). Devem-se investigar quais são as características notáveis de um conceito”.

Os conceitos são universais abstratos, organizados sistematicamente, que aplicam a representação de propriedades invariantes de uma categoria a objetos particulares em função de um critério. O conceito serve diferentes funções epistemológicas (inferência, categorização, gnosiologia, linguagem) e metafísicas (taxonomia normativa e modalidade) (HARDY-VALLÉE, 2013, apud FLORES, 2017, p. 161).

Assim, as ideias que embasam a ação de definir se relacionam com a atividade intelectual necessária no desenvolvimento dessa tarefa, uma vez que, para definir um termo, convém mobilizar parâmetros caracterizadores sobre o elemento definido. Por isso, ao tratar sobre DT, o terminólogo precisa reconhecer os estudos basilares da Terminologia e nessa trajetória, nas palavras de Finatto (2001):

[...] o empreendimento de uma Teoria Geral da Terminologia (doravante TGT) tinha um motivo estritamente prático e compatível com seu grande entusiasmo esperantista: a necessidade de técnicos e cientistas padronizarem denominativa e conceitualmente suas disciplinas com vistas a garantir a comunicação profissional e a transferência de conhecimentos com o máximo de precisão e o mínimo de ambiguidades”. (FINATTO, 2001 p.54).

Remetemo-nos, portanto, a necessidade da revisitação sobre a definição, tendo por base a importância das principais normas terminológicas elaboradas pela International *Standard Organization* – ISO, que são muitas vezes objeto de tradução e adaptação por organismos nacionais, resumidamente o ISO 704- *Terminology work- principles and methods* e o ISO 1087- *Terminology work-vocabulary*.

Com base nessas orientações, podemos perceber que a definição terminológica (permite situar e diferenciar o conceito em um sistema conceptual). Assim, Couto (2003, p. 03) “considera as definições terminológicas descrições de conceitos com referência exclusiva a um domínio específico e não a um sistema linguístico, o que as distingue de outros tipos de definição”.

Ainda sobre essa questão, Couto (2003, p. 39) retoma da TCT a noção de subdivisão das definições e apresenta “definição por compreensão (conjunto das características que descrevem um conceito) e definição por extensão (enumeração dos objetos específicos representados pelo conceito)”.

Cabré (1999, p.106) afirma que a ação de definir contempla: i) descrever o conceito; ii) permitir a diferenciação entre conceito definido e conceito similares no

mesmo domínio ou em domínios distintos; iii) reunir as dimensões pertinentes a cada domínio; iv) permitir a localização do conceito dentro do sistema conceptual a que pertence; v) estar de acordo com os objetivos do projeto em que as definições estão inseridas.

A autora menciona, quanto a elaboração das definições, as seguintes recomendações: i) ser expressas corretamente; ii) obedecer às normas de escrita de definições; iii) utilizar linguagem adequada ao destinatário; iv) ser constituídas por uma única frase; v) estar de acordo com os princípios lexicográficos, no que diz respeito à sua apresentação formal.

Com base nessas orientações, percebemos o grau de complexidade dos aspectos conceituais da definição. Assim, recorreremos às palavras de Martins (2005), quando afirma haver inúmeras possibilidades “de combinação lógica e ontológico- partitiva que as definições por compreensão e por extensão se criam”. Nesse sentido, as orientações para definição, com base nos posicionamentos defendidos pela TGT são: i) o conceito deve ser esclarecido e definido, antes de lhe ser atribuído um termo, a definição tem prioridade sobre o termo; ii) devem ser situadas num determinado sistema de conceitos; iii) os conceitos de um sistema conceptual devem ser compatíveis, no sentido de revelarem consistência entre si e evitar contradições; iv) os conceitos que integram a definição devem ser definidos a priori; v) a circularidade deve ser evitada; vi) o âmbito da definição é restrito; vii) a definição deve ser precisa, encontrando-se o seu grau de precisão diretamente relacionado com o seu propósito;

viii) a definição de um conceito deve ser concisa e conter apenas palavras conhecidas pelo consulente; e, por fim, ix) devem apresentar estruturas lexicais e sintáticas coerentes.

Em se tratando de teoria, abordamos as diferenças entre TGT e TCT diante da relevância dessas áreas para os estudos do léxico. Dado o exposto, podemos notar não haver um conceito fixo para se pensar a DT, haja visto que o elemento norteador para definir um termo é a área de especialidade a que os conceitos pertencem. Por tudo isso, não esgotamos as discussões sobre este assunto e muitas pesquisas ainda serão necessárias para que se esclareçam os elementos definitórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, evidenciamos, por meio da retomada conceitual da DT, a viabilização de um diálogo sobre o tema, considerando os preceitos norteadores das duas vertentes teóricas da Terminologia. Consideramos esta pesquisa oportuna, por acreditarmos que há “diversas formas de se observar a noção de conceito na área da Terminologia”. Assim, elencamos alguns parâmetros comparativos e alguns apontamentos na tentativa de construir

encaminhamentos para as respostas traçados nesta investigação.

Entre os resultados do trabalho, evidenciamos a importância do conceito da DT que se configura como algo fundamental para a compreensão dos estudos terminológicos; os saberes sobre a Terminologia mobilizados para esta pesquisa nos instigam a afirmar que não há um conceito padrão que atenda as necessidade de todas as temáticas possíveis; no entanto, arriscamo-nos afirmar que cabe ao terminólogo, no momento de definir os termos de uma área, a preocupação em evidenciar as características dessa área no processo definitório.

Em nossa metodologia fizemos a revisão de literatura sobre o assunto e apontamos as singularidades que norteiam a DT para a TGT e para a TCT. Quanto aos encaminhamentos conceituais de definição, expomos a necessidade de continuidade desta pesquisa no intuito de corroborar e ampliar o diálogo sobre o tema, considerando, sobretudo, os aspectos singulares das áreas de domínio, cuja terminologia está sendo estudado no momento da definição dos termos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G. M. B. **A Teoria Comunicativa da Terminologia e sua prática.** Alfa, São Paulo, v. 2, n. 50, p. 85-101, 2006.

CABRÉ, M. T. **La Terminologia: teoria, metodologia, aplicaciones.** Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.

CABRÉ, Maria Teresa. **Terminology: theory, methods and applications.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company 1999.

DAL CORNO, G. O. M. **Terminologia da indústria moveleira: um estudo descritivo.** 2006. 317 f. Tese (Doutorado Teorias do Texto e do Discurso), Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

COUTO, Sandra Loureiro do. **A definição Terminológica: Problemas teóricos e práticos encontrados na construção de um glossário no domínio da Corrosão:** Porto: [Edição do Autor] Issue Date: 2003.

FERREIRA, Ana Filipa Henriques. **Univocidade na linguagem especializada.** Relatório de estágio na Onoma Traduções, Ana Filipa Henriques Ferreira, Mestrado em Tradução 2014.

FINATTO, Maria José Borcony. **Definição terminológica: fundamentos teórico- metodológicos para sua descrição e explicação.** Porto Alegre, abril de 2001.

FLORES, Pablo Jamilk; BORGES NETO, José. O problema das definições.

Entre palavras, Fortaleza, v. 7, p. 148-164, jan./jun. 2017.

HOFFMANN, L. **Textos e Termos por Lothar Hoffmann: um convite para o estudo das linguagens técnico-científicas**. FINATTO, M. J. B.; ZILIO, L. (Orgs.). Porto Alegre: Palotti, 2015. 256 p.

ISQUERDO, Aparecida Negro; ABBADE, Celina Márcia de Sousa. **As ciências do léxico**: volume IX: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Campo Grande, 1. Lexicologia. 2. Lexicografia. MS: Ed. UFMS, 2020.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à Terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.

KRIEGER, M. G. **Terminologia técnico-administrativa**: os termos no espaço público brasileiro. Filologia e Linguística Portuguesa, vol. 2, n. 12, p. 313-328, 2010.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Borcony. **Introdução à terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2016.

LIMA, Edmar Peixoto de. **Abordagens Terminológica nas veredas teóricas da argumentação: Uma investigação sob a perspectiva da variação denominativa**. 2017.

MARTINS, Susana Maria Duarte. **A Definição em Terminologia: Perspectivas Teóricas e Metodológicas**, Tese de Doutorado em Linguística Especialidade em Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Março de 2015.

WÜSTER, E. **Introducción a la teoría General de la Terminología y la lexicografía Terminológica**. Barcelona: Documenta Universitária, 1998.

ZILIO, L. **Terminologia textual e linguística de corpus: estudo em parceria**. In: PERNA, C. L.; DELGADO, H. K.; FINATTO, M. J. (Orgs.). Linguagens especializadas em corpora: modos de dizer e interfaces de pesquisa. Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 255 p.

Sobre a Organizadora



Profª MSc. Helena Portes Sava de Farias

Mestre em Desenvolvimento Local (2015), possui graduação em Enfermagem (2006), Licenciatura em Letras (2006) e especializações em Saúde da Família (2013), Enfermagem do Trabalho (2009) e Terapia Intensiva (2007) pelo Centro Universitário Augusto Motta. Consultora em Aleitamento Materno em Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Assessora editorial e sócia da Editora Epitaya. CEO da Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Atualmente é docente no Curso de Graduação em Enfermagem e Pós-Graduação Lato Sensu em Saúde da Família do Centro Universitário Augusto

Motta. É professora conteudista de disciplinas online na área da saúde. Criadora do aplicativo EDUSAÚDE. Criadora de conteúdo sobre Educação, Publicação Acadêmica e Aleitamento Materno no YouTube. Organizadora de dez livros na área da enfermagem, com vinte e cinco capítulos de livros publicados, 16 artigos em revistas científicas e mais de cem trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais. Enfermeira que acredita e investe no poder transformador da educação em saúde. Tem experiência na área de Enfermagem, Publicação Acadêmica, Tecnologias, Aleitamento Materno, Saúde Coletiva e Saúde da Família com ênfase na Educação em Saúde e Educação popular.

Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6894100533869006>

Publicação em capítulo de livro


A coletânea de artigos em livro digital visa democratizar o acesso dos pesquisadores brasileiros à publicação de suas pesquisas, teorias e métodos. A Editora Epitaya recebe os textos e após a revisão por pares, o material é publicado.


Todos os livros possuem registro de ISBN e os capítulos são registrados no DOI (Digital Object Identifier System).


Verifique os textos aceitos para publicação como capítulo de livro


- Trabalho apresentado em congresso internacional, nacional, regionais e/ou encontros de pesquisa;
- Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia;
- Dissertação de Mestrado;
- Tese de Doutorado;
- Relatório de Pesquisa;
- Relatório de Pesquisa Pós-Doc;
- Artigo de Pesquisa original;
- Artigo de Revisão;
- Artigo de Opinião;
- Artigo de Relato de Experiência;
- Demais formatos, verificar com a assessoria editorial.


Para maiores informações, entre em contato!

contato@epitaya.com.br 

www.epitaya.com.br 

[@epitaya](#) 

<https://www.facebook.com/epitaya> 

(21) 98141-1708 



**DESAFIOS NA
CONTEMPORANEIDADE**

HELENA PORTES SAVA DE FARIAS


epitaya
Editora

ISBN: 978-65-87809-63-2

